

Doada ao
Centro de Documentação
do Instituto de
Economia

FORMAS DE INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO -
O CASO DO BRASIL

Sandra

~~Rua Mogi Guaçu, 872~~
~~Chácara da Barra~~
CAMPINAS - SP
CEP. 13.100

tel. ~~52 3079~~

Tese de Doutorado de
Sandra Negraes Brisolla
sendo seu orientador
Paulo Renato Costa Souza,
a ser defendida no
Departamento de Economia e
Planejamento Econômico do
Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP)
Campinas
Dezembro de 1982.



Para meus filhos
Ernesto e Regina

Ana Maria Falū

Bambi

Clarice Herzog

Cleyde Fernandes

Dulce Maya

Edith Negraes

Gigi

Giovanna

Hanna

Helena Soukupova

Jill

Leda Maria Gitahy

Maria Anīsia Surānyi

Maria do Carmo Brito

Maria Eterovic

Maria Fātima Pacheco Jordāo

Maria Lūcia Dagnino

Maria Regina Marcondes Pinto

Marisol Bravo Cuervo

Thais Guanaes

Vera Sandroni

Yara Spadini

Participaram comigo de algumas experiēncias de vida que tiveram profundo significado para a formulação das idēias aqui expressas.

Como qualquer ideologia
a da família
Tampouco era simples mentira.
Quando o culto da família,
e em primeiro lugar o da "esposa e mãe virtuosa"
atribuía,
àquelas que estavam na verdade oprimidas
e constrangidas ao sacrifício,
a auréola da bondade e da dedicação voluntária,
não se tratava de simples homenagem verbal
concedida aos vencidos,
senão de atribuir-lhes - idealmente -
uma dignidade que, na verdade,
como dignidade do homem,
antecipa o caminho da emancipação.

Theodor W. Adorno ¹

(1) In "Lezioni di Sociologia" de T.W. Adorno e M. Horkheimer,
Turim, Einaudi, 1966.

I N D I C E

PÁGINA

APRESENTAÇÃO.....	iv
<u>CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO À TEMÁTICA FEMININA.....</u>	01
A) O TRABALHO FEMININO COMO ELEMENTO DO <u>CUSTO DE REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....</u>	05
1. Os Argumentos Apresentados.....	05
2. Custo de Reprodução e Salário.....	09
3. A Natureza Econômica do Trabalho Doméstico.....	15
4. A Criação de Força de Trabalho no Capitalismo.....	19
B) <u>O CARÁTER "NATURALMENTE FEMININO DO TRABALHO DOMÉSTICO</u>	30
C) <u>A SUPEREXPLORAÇÃO DA MULHER NO SISTEMA CAPITALISTA.....</u>	34
<u>CAPÍTULO II - A MULHER NA FORÇA DE TRABALHO.....</u>	47
A) <u>PERÍODO 1940/70.....</u>	47
B) <u>PERÍODO 1970/1980.....</u>	59
1. Emprego Feminino e Terciário.....	66
2. O Terciário e a Industrialização.....	70
C) <u>DIFERENÇAS REGIONAIS NO EMPREGO FEMININO.....</u>	77
D) <u>EVOLUÇÃO DA RENDA FEMININA.....</u>	89
E) <u>A RENDA NAS METRÓPOLES.....</u>	103

CAPÍTULO III - EMPREGO URBANO E RENDA DO TRABALHO FEMININO.....

1ª PARTE - A COMPOSIÇÃO DO EMPREGO

A) <u>A COMPOSIÇÃO DO EMPREGO URBANO NO BRASIL.....</u>	114
B) <u>O EMPREGO NAS ÁREAS METROPOLITANAS.....</u>	133
C) <u>ESTRUTURA REGIONAL DO EMPREGO.....</u>	137

2ª PARTE - A ESTRUTURA DA RENDA

A) <u>OS DIFERENCIAIS DE RENDA POR SEXO NO PAÍS.....</u>	149
B) <u>RENDA DAS METRÓPOLES E A RENDA REGIONAL.....</u>	156

3ª PARTE - OUTRAS CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES E DO EMPREGO.

A) <u>VARIAÇÕES NA JORNADA DE TRABALHO.....</u>	173
B) <u>A ESCOLARIDADE POR OCUPAÇÃO.....</u>	186
C) <u>A IDADE DOS TRABALHADORES.....</u>	198
D) <u>A INFLUÊNCIA DAS MIGRAÇÕES.....</u>	206
E) <u>AS DIFERENÇAS SALARIAIS POR SEXO.....</u>	215

CAPÍTULO IV - CONCLUSÕES GERAIS E NOVOS DESAFIOS..... 222

1. <u>A POSIÇÃO DA MULHER NO EMPREGO NO BRASIL.....</u>	233
2. <u>DIFERENCIAIS DE SALÁRIOS POR SEXO.....</u>	240
A) Diferenças de Remuneração e Dedicção em horas de Trabalho.....	242

B) A Escolaridade como Fonte da Diferença de Salários por Sexo.....	243
C) Diferenças de Idade por Sexo.....	244
D) As Trabalhadoras Migrantes no Mercado de Trabalho Urbano.....	247
3. <u>O PAPEL DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO</u>	249
<u>ANEXO ESTATÍSTICO</u>	258
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	304

A P R E S E N T A Ç Ã O

Poucas foram as mulheres de minha geração que ousaram levantar o véu e sacudir o pó da ideologia da feminilidade com que o mundo dos homens doura a pílula da dominação por sexo.

Seguindo de perto os passos de Simone de Beauvoir, primeiro leviana e inconsequentemente em "Memórias de uma Moça bem Comportada" e depois numa reflexão mais séria de seu "O Segundo Sexo", as pioneiras do feminismo atual vislumbraram nas luzes da vida moderna inéditas possibilidades de libertação e de realização.

Como resultado dessa primeira tomada de consciência, que se processou principalmente nos países mais avançados, mas também, em menor medida, nas nações do terceiro mundo, multiplicaram-se os grupos organizados ou informais de mulheres preocupadas em encontrar explicações plausíveis para sua histórica dominação, ao mesmo tempo em que tratavam de criar focos de resistência e lutar contra ela em todas as frentes.

Nos países capitalistas centrais as promessas de igualdade de oportunidades independentes de sexo, cor ou raça da ideologia liberal foram cobradas uma a uma pelos movimentos de massa em ascenso..

Entre nós, foi sobretudo dentro dos movimentos de oposição à sociedade de classes que o grito de liberdade das mulheres ecoou com mais força e teve maior ressonância. O questionamento da exploração do homem pelo homem certamente animou as mulheres a denunciarem a dominação de um sexo pelo outro.

Como observadora ao mesmo tempo em que muitas vezes participe das condições de vida da mulher trabalhadora, aquela que estava integrada numa luta pela superação das desigualdades de classe não poderia

V
simplesmente fechar os olhos para as formas particulares que a exploração capitalista assumia quando se tratava da operária.

Não é por outro motivo que grande parte da literatura relacionada com o tema feminista está teoricamente comprometida com a metodologia de análise marxista, pois essa é a corrente de pensamento de seus autores.

No Brasil, o trabalho pioneiro que marcou nosso ingresso na literatura feminista foi sem dúvida "A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade", de Heleieth I.B. Safiotti, de quem somos todos um pouco herdeiros, ainda que se possa ter alguma discordância em relação às perspectivas da autora sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Nosso contato com a questão feminina deu-se pela leitura de algumas obras do teor das citadas, mas também deveu-se ao contato com algumas amigas feministas mantidas ao longo de um itinerário pessoal não muito convencional: A influência representada pela convivência com Verena Stockler, autora de vários trabalhos sobre as trabalhadoras rurais, durante a participação de um grupo de estudos sobre agricultura da UNICAMP, fez-nos retomar a preocupação da juventude, com a opressão feminina.

Entretanto, a existência em nosso passado de um certo envolvimento pessoal e político com a questão específica da mulher constituiu apenas a premissa básica para que aceitássemos de bom grado o desafio lançado pelo orientador desta tese no sentido de verificarmos como se processava o corte por sexo do mercado de trabalho no Brasil, a partir da informação disponível, ainda que secundária. Especificamente poderíamos contar com as informações dos censos e das PNADs e muito especialmente de um conjunto de dados disponíveis sobre emprego e salários nas tabulações especiais do INPES-IPEA para a pesquisa sobre mercado de trabalho do Departamento de Economia e Planejamento

Econômico da UNICAMP.

A participação de Paulo Renato de Souza na elaboração deste trabalho iniciou-se portanto na sugestão do tema. Sua dedicação à orientação deste trabalho foi exemplar, em que pese as inúmeras atividades profissionais, de docência e de representação docente por ele desempenhadas durante sua elaboração. Desde a formulação do projeto até a redação final esta tese foi um trabalho conjunto. As falhas que persistirem naturalmente correm por nossa conta. As virtudes, se existirem, por conta de Paulo Renato, além de alguns cientistas sociais que se dispuseram a ler o texto original e comentar.

Dentre as inúmeras pessoas que nos auxiliaram de várias maneiras para a realização deste trabalho, gostaríamos de agradecer muito especialmente a Leda Maria Gitahi, Elizabeth Lobo Garcia, John Humphrey e Rosa Lúcia Moyses, que leram o texto completo e o discutiram pormenorizadamente em uma reunião do grupo de estudos sobre operárias e sindicalização do CEDEC, Centro de Estudos de Documentação e Cultura, onde fomos recebidos também para a discussão de outros trabalhos incluídos em nossa bibliografia.

Nossas discussões foram feitos valiosos comentários que foram incorporados, em boa medida, no texto final.

Liana Maria Aureliano dispôs-se também a discutir conosco desde questões teóricas até problemas de forma, tal o carinho com que se dedicou à leitura da tese.

A Fundação Carlos Chagas, principalmente nas pessoas de suas pesquisadora Felícia Madeira, Maria Moraes e Carmem Barroso, abriu-nos as portas de sua bem equipada biblioteca, além de proporcionar-nos grande estímulo e orientação para enfrentar a tarefa.

Todo o trabalho estatístico involucrado nesta tese esteve por conta de Eugenia Baltar, que chegou a ficar até de madrugada durante alguns

dias para conseguir realizar os programas no computador da UNICAMP. Durante os meses em que esta universidade esteve sob intervenção tivemos ajuda também de Seiti K. Endo, professor de Econometria do IPE-USP. À primeira, somos eternamente gratos pelo trabalho e dedicação que devotou a este trabalho.

Maria Lúcia Durso R. Sigrist dedicou-se de corpo e alma à datilografia dos originais e da versão atual, apesar das constantes modificações e correções que lhe foram exigidas.

Meu companheiro Ricardo financiou diretamente a datilografia dos originais e da versão atual e indiretamente todo o trabalho, responsabilizando-se sozinho pela manutenção da casa durante quase todo o período de elaboração.

Minha tia Edith Negraes fez uma revisão completa do texto original, que infelizmente sofreu novas modificações e assim não pode contar com seus reconhecidos préstimos jornalísticos.

Os colegas de trabalho da UNESP do Campus de Marília proporcionaram um excelente ambiente de trabalho quando a angústia da inatividade ameaçava comprometer a fase final da tese.

Meus pais, como sempre, trataram de estimular-nos nos momentos mais difíceis.

Meu companheiro e meus filhos auxiliaram na sua realização muitas vezes de forma contraditória, pela solicitação constante, que nos proporciona a tranquilidade necessária na vida pessoal para o empreendimento dessa tarefa intelectual conflitiva, pela permanente insatisfação que provoca. Maria da Paz Ferreira substituiu-me com muita eficiência no cuidado da casa e das crianças durante a elaboração da tese.

Para sua realização, contamos com o apoio financeiro do Programa

Nacional de Pós-Graduação em Economia (PNPE) do IPEA, Secretaria de Planejamento da Presidência da República, sem o qual não teria sido possível a dedicação do tempo necessário para sua elaboração.

O objetivo central da tese é a discussão das formas através das quais a mulher se incorpora ao mercado de trabalho urbano nos países atrasados, tomando o Brasil para um estudo de caso.

No primeiro capítulo trata-se de colocar a questão do trabalho feminino em toda a sua especificidade e localizar nosso ponto de vista dentre as várias correntes teóricas que debatem hoje a questão feminina. Nesse capítulo tenta-se situar a tese e fornecer os elementos de análise que irão nortear o estudo empírico das seções seguintes.

O segundo capítulo deverá registrar rapidamente a evolução do processo de incorporação da mão-de-obra feminina no mercado brasileiro nas últimas décadas. Discute-se aí como a inserção da mão-de-obra se dá com um pronunciado corte por sexo, cabendo aos homens oportunidades melhores e mais diversificadas, enquanto as mulheres ficam relegadas a umas poucas e mal remuneradas funções do mercado de trabalho.

No terceiro capítulo examinamos dois momentos do mercado de trabalho do Brasil em relação à sua composição por sexo. A análise aí se faz a nível das ocupações mais importantes, para que se tenha uma idéia da relevância da composição estrutural do emprego na determinação das formas de inserção da mão-de-obra por sexo no mercado. Na sua segunda parte, o capítulo estuda o comportamento do diferencial de renda por sexo, ficando também claras as relações entre variações de níveis de salários e a estrutura do mercado de trabalho por sexo. E na terceira parte do mesmo, examinamos algumas variáveis que afetam a diferença de acesso ao mercado de trabalho e de níveis de renda por sexo, como a duração da jornada de trabalho, a idade, a educação e a presença de migrações.

Finalmente, no capítulo quarto, trata-se de alinhar as propostas aqui feitas com algumas discussões sobre a questão feminina e os possíveis resultados a que apontam as informações, mediante uma reflexão mais pausada das perspectivas de todo o tema feminino, principalmente no tocante ao mercado de trabalho.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO À TEMÁTICA FEMINISTA

Esta tese procura abordar aspectos da realidade da participação da mulher no mercado de trabalho nas economias capitalistas atrasadas, analisando as informações empíricas dentro de um determinado marco teórico que orienta sua seleção e ordenamento.

Entendemos que a discussão do trabalho feminino pode ser efetuada em dois níveis de abstração. O primeiro está relacionado com o papel que possa ser desempenhado pelo trabalho doméstico no modo capitalista de produção e as consequências dessa função tradicionalmente feminina sobre a inserção da mulher na força de trabalho.

O segundo nível é o histórico concreto e busca verificar como se deu a inserção da mulher no mercado de trabalho, dada sua função no seio da família e a preservação dessa instituição no capitalismo.

Considerar a existência dos dois níveis de abstração equivale a reconhecer certo grau de distanciamento entre um e outro enfoque e principalmente a não aceitar que as manifestações concretas de um fenômeno constituam prova irrefutável da veracidade de determinada teoria.

Em outras palavras: a análise dos dados estatísticos secundários a que procedemos neste trabalho não pretende comprovar nenhuma teoria relativa ao trabalho feminino. Ambiciona relatar, na medida em que o permitam a disponibilidade e a fidedignidade das estatísticas censitárias e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD),

como se processou a inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil no passado recente, bem como descrever sua situação atual em relação ao exercício de um direito fundamental da criatura humana: o trabalho.

Não pudemos escapar da necessidade de tocar em alguns pontos da discussão teórica referente ao problema feminino. A própria delimitação deste trabalho no tempo e no espaço implica em certos esclarecimentos em relação a nossa posição relativamente a outras adotadas em obras recentes sobre o papel da mulher no mercado de trabalho no Brasil.

Nossa análise deverá estar restrita ao pós-guerra e não temos a menor intenção de discutir a formação do mercado de trabalho urbano no Brasil (1).

(1) Trabalhos realizados com base nos dados do Censo de 1872, como o de Maria Valéria JUNHO PENHA (1980), apontam para uma presença feminina majoritária na força de trabalho industrial no final do século passado, que teria sido desmobilizada a partir da virada do século. Sem entrar no mérito da qualidade das estatísticas censitárias que fornecem o argumento principal dessa corrente de pensamento, devemos sublinhar que a pequena expressão da atividade industrial na economia brasileira naquela época seria de certa forma reveladora da razão da maior presença feminina: sendo a atividade agrícola a que imprimia o dinamismo do capitalismo brasileiro, então, a industrialização incipiente era uma atividade secundária, que ocupava parcelas da população não comprometidas com a agricultura de exportação. Este argumento, apresentado por Helena Hirata em reunião da SBPC em Campinas, mostra a pequena

Vamos tratar, portanto, da mobilização feminina para o mercado de trabalho nas últimas quatro décadas e sobretudo vamos examinar o caráter de inserção da mulher nesse mercado e como ele se transformou na década de setenta, em função de profundas modificações na estrutura da indústria nesses últimos anos.

Entre os frutos da maior inserção da mulher no mercado de trabalho podemos contar certamente como o mais importante o despertar da sociedade brasileira para o problema feminino, em seus mais variados aspectos. Ao lado da maior educação, igualdade perante a lei, a influência de elementos ideológicos fez surgir o movimento feminista, tentando conquistar um espaço no palco das lutas mais gerais que se travam no país.

Por outro lado, procura-se, juntamente com os cientistas do mundo inteiro, conformar uma teoria que dê conta da especificidade do problema da mulher em várias áreas do conhecimento, passando pela economia, sociologia, antropologia, psicologia e outras, seguramente não nessa ordem.

Nessas tentativas, de uns tempos para cá, tem surgido, ao lado de obras de denúncia com fins propagandísticos, das várias organizações militantes feministas, alguns trabalhos mais acadêmicos. Estes, em geral, buscam na história das civilizações os elementos explicativos da situação de inferiorização social da mulher, e procuram vislumbrar

(CONT) importância desse fato para o processo de industrialização brasileira, que não dependeu de nenhuma superexploração da força de trabalho feminina para sua "acumulação primitiva". Quando decidimos tomar as últimas décadas como referência assumimos a hipótese da crescente incorporação da mulher ao mercado de trabalho urbano ser uma tendência sensível principalmente a partir dos anos quarenta, que se viu acentuada na década de setenta.

suas perspectivas.

Na área econômica - que certamente não é a mais importante dentro da temática feminista - há uma série de pesquisas e trabalhos teóricos reunindo algumas posições em torno de determinados pontos do debate relativo ao papel reservado à mulher na atividade econômica, que, pode-se dizer, conformam já um corpo teórico feminista propriamente dito.

Trataremos, dentro dos limites deste trabalho, de discutir alguns desses tópicos e marcar nossa posição a respeito, pretendendo assim contribuir para o debate sem esgotá-lo, pois os temas são ainda muito controvertidos e insuficientemente tratados.

A) O TRABALHO FEMININO COMO ELEMENTO DO CUSTO DE REPRODUÇÃO
DA FORÇA DE TRABALHO

1. Os Argumentos Apresentados

Iniciaremos esta breve discussão pelo aspecto privilegiado nas análises da temática especificamente feminista. Referimo-nos à questão da importância de trabalho doméstico para a reprodução da mercadoria força de trabalho.

As correntes de pensamento que privilegiam essa questão no tratamento da discriminação da mulher na sociedade, advogam que essa problemática é essencial não apenas do ponto de vista da mulher, como do ponto de vista do sistema capitalista. Isto porque a mulher estaria tratando da reprodução de uma mercadoria que se insere na própria essência do modo de produção capitalista.

De fato, a produção de mercadorias é a premissa básica do capitalismo e a produção de uma mercadoria especial como a força de trabalho assume importância fundamental nesse sistema.

Podemos recolher algumas idéias do próprio Marx e de alguns de seus analistas mais recentes que destacam estes aspectos.

Marx inicia a sua obra mais importante, "O Capital", pela análise da mercadoria, por ser esta a categoria mais simples do capitalismo. Belluzzo afirma, nesse sentido que:

"Podemos dizer que a categoria mais simples (a mercadoria) pode exprimir as relações dominantes (mercantis) de um todo menos desenvolvido (a sociedade mercantil simples) ou, ao contrário, as relações (mercantis) subordinadas de uma totalidade mais desenvolvida (sociedade capitalista) que existiam já historicamente

antes que essa totalidade (o capitalismo) se desenvolvesse" (BELLUZZO (1980), páginas 78 e 79; parênteses meus).

No entanto, é só no capitalismo que todo o trabalho humano se volta à produção de mercadorias, como diz o próprio Marx:

"Para converter-se em mercadorias, é necessário que o produto não seja criado como meio de subsistência para o próprio produtor. Se tivéssemos continuado investigando até averiguar em que condições todos os produtos ou a sua maioria revestem a forma de mercadorias, teríamos descoberto que isso só acontece sob um regime de produção específico e concreto, o regime de produção capitalista" (MARX (1975), página 123).

A mercadoria, a forma de que se reveste o produto, aparece assim como a premissa básica para o aparecimento do capital, das relações capitalistas de produção. No entanto, trata-se de condição necessária, mas não suficiente.

"O capital só surge aí onde o possuidor de meios de produção e de vida encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho, e esta condição histórica envolve toda uma história universal " (MARX (1975), página 123).

A "condição histórica" a que Marx se refere é a transformação da força de trabalho em mercadoria. A "história universal" é naturalmente aquela da transformação do trabalhador em trabalhador livre, tanto no sentido de poder dispor livremente de sua força de trabalho, sendo seu livre proprietário (e não servo, ou escravo), como ao mesmo tempo estar divorciado dos meios de produção que lhe permitiriam produzir para a satisfação de suas necessidades (cf. MARX (1975), páginas 121 e seguintes).

-1-

É ao caráter especialíssimo da mercadoria força de trabalho, cujo valor de uso consiste em criar valor, que se deve o processo de valorização e portanto de acumulação de capital (1).

O que os estudos sobre a mulher procuram resgatar, portanto, é exatamente a importância da participação feminina na produção e reprodução da mercadoria força de trabalho dentro dos limites da família, configurando o que se convencionou chamar de produção doméstica. Tratam de reavaliar a importância do trabalho doméstico para o funcionamento do modo de produção capitalista, para dizê-lo em poucas palavras.

Saffioti resume bem o ponto central em que se apóiam as primeiras feministas para reivindicar um caráter produtivo diferido para as atividades domésticas:

"O trabalho da dona-de-casa é improdutivo, isto é, não gera mais-valia. Obviamente é porque a mulher realiza o trabalho doméstico que o homem pode dedicar-se às tarefas diretamente produtivas. Portanto, o trabalho da mulher é (...) indiretamente produtivo, necessário enquanto tal à realização do trabalho produtivo do homem." (SAFFIOTI (1979), página 362).

Nessa discussão também se debateram as primeiras teóricas da temática feminista, que se agarravam ao caráter transformador que possui o trabalho de cozinha. Saffioti percebe as limitações desse tipo de argumentação: "são a preparação dos alimentos, dentre todos os serviços

(1) Marx assinala que o que caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio operário, a forma de uma mercadoria que lhe pertence, e seu trabalho, em consequência, a forma de trabalho assalariado. Com isso se generaliza, ao mesmo tempo, a forma mercantil dos produtos do trabalho (MARX (1975), páginas 121 e seguintes, principalmente a nota 42 à página 23).

domésticos, pode ser vista, imediatamente, como momento da produção lato sensu, como momento imediatamente anterior ao consumo negador e afirmador de toda a produção" (SAFFIOTI (1979), página 363).

Assim mesmo, como ela mesma contra-argumenta "este trabalho (a preparação das refeições) visa a satisfazer uma necessidade imediata". Não há entre o trabalho e as necessidades (....) mediadores tais que coloquem o trabalho numa esfera que não a das necessidades (SAFFIOTI (1979), página 363).

Para Saffioti, a força de trabalho da dona-de-casa se põe "como valor de troca" quando ela trabalha fora: e "como um mero valor de uso" quando é consumida na esfera familiar (SAFFIOTI (1979), página 364).

Nos primeiros trabalhos das feministas norteamericanas encontra-se já a idéia do trabalho doméstico produtor de valores de uso como mantendo relações de subordinação indireta ao capital, através de relações pré-capitalistas de dominação no seio da família. Dizia-se que a super-exploração do trabalho feminino se processava pela dupla jornada do trabalho a que a mulher se via forçada, e que essa superexploração era útil ao sistema, imprimindo maior dinamismo à acumulação de capital.

Entre nós é talvez Oliveira o primeiro a colocar a questão mais explicitamente numa passagem citada em vários trabalhos das feministas brasileiras:

"Mesmo certos tipos de serviços estritamente pessoais, prestados diretamente ao consumidor e até dentro das famílias, podem revelar uma forma disfarçada de exploração que reforça a acumulação. Serviços que, para serem prestados fora das famílias, exigiriam uma infraestrutura de que as cidades não dispõem e, evidentemente, uma base de acumulação capitalista que não existe.(....) Comparado a um americano médio, um brasileiro de classe média, com rendimentos

monetários equivalentes, desfruta de um padrão de vida real mais ⁻⁹⁻ alto, incluindo-se neste todo o tipo de serviços pessoais ao nível da família, basicamente sustentado na exploração da mão-de-obra, sobretudo feminina" (OLIVEIRA (1972), página 30, nota 24).

A idéia do trabalho doméstico reforçando a acumulação é também assim resumida por Garcia Castro:

"As mulheres, em certa fase do capitalismo, caberia o exercício do trabalho doméstico porque este é necessário ao barateamento do preço da força de trabalho, a sua reposição. O trabalho não pago da mulher em casa (o lavar, o passar, o cuidar dos filhos, etc), reduziria o custo de reprodução da força de trabalho " (GARCIA CASTRO (1980), página 160).

Stolcke apresenta a mesma argumentação de maneira um pouco diferente:

"É evidente que a reprodução da força de trabalho na família operária pode ser vista como lucrativa do ponto de vista do capital.

Isto se torna ainda mais claro, se analisarmos a contribuição do trabalho doméstico não remunerado à reprodução da força de trabalho. (...). O direito internacional declara que "a família é um elemento natural e fundamental da sociedade". Esta "naturalização" da família faz sentido a partir da perspectiva da burguesia. Sua "universalização" também pode ser vista a partir do interesse da reprodução do capital - visando à redução dos custos de reprodução da força de trabalho - que, ignorando a contribuição das mulheres a obtêm, deste modo, gratuitamente " (STÓLCKÉ (1980), página 91).

2. Custo de Reprodução e Salário

Apesar de reconhecermos o papel fundamental desempenhado pela força de trabalho no capitalismo, vemos de maneira distinta os condicionantes de sua reprodução, bem como a relação entre custo de reprodução de força de trabalho e determinação dos salários.

Não pretendemos entrar aqui na discussão sobre a determinação dos salários, pois não é objeto deste trabalho, tendo sido o tema tratado por SOUZA com bastante felicidade (V. SOUZA (1980)).

Paulo Renato de Souza aponta para o caráter tautológico das interpretações que, inspirados na concepção ricardiana ou marxista, tomam o conceito de custo de reprodução da força de trabalho como elemento determinante da taxa de salários.

O conceito de custo de reprodução de força de trabalho, tal como o definiu Marx, compreende uma cesta de bens e serviços que permite a reprodução do trabalhador e sua família, com um componente estritamente fisiológico e outro "histórico-moral".

Nas interpretações mencionadas parte-se da idéia de que o salário tende a flutuar em torno do custo de reprodução da força de trabalho, cujo valor permite a reprodução da força de trabalho e do capital, para deduzir uma "lei" pela qual o salário seria determinado em última instância pelas necessidades da acumulação.

A circularidade do raciocínio está em querer determinar os salários pelo valor dos bens da cesta de consumo dos trabalhadores, quando não apenas esse valor senão a própria composição dessa cesta de consumo depende em cada época, da evolução histórica dos salários, entre outras coisas.

"Em outras palavras, quer o aumento secular dos salários reais nas economias capitalistas avançadas tenha correspondido à sua lógica de acumulação, quer tenha sido o resultado da luta reivindicatória dos trabalhadores, ou ambas coisas ao mesmo tempo, o fato é que foi (entre outras coisas) através da evolução dos salários, a longo prazo que se modificou a cesta de consumo dos trabalhadores, ou seja o "custo de reprodução da força de trabalho" (SOUZA (1980), página 24, grifo nosso).

Os salários são determinados endogenamente no processo de acumulação, (1) o qual não deixa de ser afetado, sem dúvida, por avanços tecnológicos. Estes fazem refletir nos salários os efeitos da desqualificação da mão-de-obra provocados pela simplificação do processo de trabalho. No entanto, não é o fato de "custo de reprodução da força de trabalho poder ser rateado por vários membros da família" que permite a redução do salários (2). Ao contrário, é a redução histórica dos salários, como consequência da desqualificação progressiva do trabalho (entre outras razões), que obriga a mais membros da família a procurarem ocupações remuneradas como estratégia de sobrevivência (3).

Diz-se que está subjacente a boa parte desses conceitos de custo de reprodução da força de trabalho uma noção ricardiana, pela proximidade das idéias de preço natural (preço necessário que permite aos trabalhadores subsistir e perpetuar sua raça, sem aumento nem diminuições) e custo de reprodução da força de trabalho. Este último subentende-se que expresse uma cesta de bens e serviços mais ou menos fixa, com um pequeno componente histórico variável.

A teoria do salário como equivalente ao "preço natural" do trabalho, de Ricardo, está extremamente relacionada com a teoria malthusiana da população, mecanismo pelo qual o salário deveria "flutuar" em torno

(1) "A magnitude da acumulação é a variável independente, a magnitude do salário a variável dependente e não ao contrário" (MARX (1975) I Tomo, página 324).

(2) Por outro lado, se o salário mínimo no Brasil tivesse que "cobrir as despesas da família," teria que ser cinco vezes maior, segundo os cálculos do DIEESE.

(3) "A maquinária, ao lançar ao mercado de trabalho a todos os indivíduos da família operária, distribui entre todos os membros da família o valor da força de trabalho de seu chefe" (MARX (1975), I Tomo, página 324).

do preço natural: quando caía abaixo dele, os trabalhadores tornavam-se incapazes de se reproduzirem na mesma medida, então reduzia-se a população. A salários acima do "preço natural", inversamente, correspondia maior crescimento relativo da população, que conduzia o salário de volta a seu nível equivalente ao "preço natural".

Analogamente poderíamos afirmar que as teorias que vêem no custo de reprodução da força de trabalho o determinante do salário, teriam que respaldar-se quer na teoria malthusiana da população quer em outra teoria qualquer que fizesse as vezes daquela no ajuste dos salários em torno daquele valor, historicamente determinado.

Para MARX, por outro lado, o Custo de Reprodução da Força de Trabalho é um conceito inserido na discussão sobre o valor para mostrar como na troca de equivalentes se origina a mais-valia.

A composição da cesta de bens e serviços destinados a fazer as necessidades do trabalhador depende fundamentalmente da evolução histórica dos salários e de sua distribuição. Estes dependem, por sua vez, em boa medida, do avanço da luta de classes e das condições gerais de barganha da classe trabalhadora. A generalização do consumo de determinados bens depende também da própria estrutura produtiva e da necessidade do estabelecimento de determinadas pautas de consumo como parte do processo de acumulação de capital. A conjugação destes fatores transforma a cesta de consumo do trabalhador, e, portanto modifica o custo de reprodução da força de trabalho.

Como afirma SOUZA: "Não basta, portanto, simplesmente dizer, como é frequente ocorrer entre autores marxistas atuais, que o salário tende ao valor da força de trabalho e que este último é aquele que permite a reprodução do capital. Isto é dizer tudo e não dizer nada ao mesmo tempo "(SOUZA (1980), páginas 26 e 27, grifo nosso) (1).

(1) Para uma discussão mais profunda dessa questão V.TAVARES & SOUZA (1981).

Se podemos falar de um custo histórico de reprodução da força de trabalho numa sociedade determinada, suas relações com o salário vigente são muito mais de subordinação a este último que de determinação, portanto.

No entanto, as tarefas domésticas são imprescindíveis para a reprodução dos homens e a reposição das energias despendidas no trabalho pelos membros da família. Como medir, então, a importância do trabalho doméstico no custo de reprodução da força de trabalho?

Entre nós o trabalho doméstico é ainda, em grande medida, realizado pela dona-de-casa. Se esta alia as tarefas domésticas ao trabalho remunerado, isto se deve à estratégia de sobrevivência de sua família frente a contingência adversas de queda do salário real, como a ocorrida recentemente, por exemplo (1). A dupla jornada de trabalho da mulher neste caso é apenas a forma que encontra a família em questão de melhorar relativamente seu padrão de consumo sacrificando a um (ou mais) membros da família.

A dupla jornada de trabalho é uma questão que se refere principalmente à mulher. Em seu movimento, o capital articula outras formas de dominação, como aquela que se verifica em relação à mulher na sociedade,

(1) SOUZA critica a OLIVEIRA quando este cita a mutirão na auto-construção como forma de aumentar a taxa de exploração e reduzir o custo de reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA (1972), página 31). Os elementos que estão fora da subsistência estritamente física de trabalhador (como a casa própria) constituem a componente histórica do custo de reprodução e são função entre outras coisas da evolução dos salários. São os baixos salários que explicam a auto-construção e não o contrário. "A habitação precária e a auto-construção são a resposta dos trabalhadores frente aos reduzidos rendimentos que auferem, o que lhes permite a sobrevivência." (SOUZA (1980), página 123).

reproduzindo-as de forma modificada.

Assim, a mulher, subordinada e oprimida no seio da família, será discriminada no mercado de trabalho, recebendo menores salários e sendo confinada a funções mais desvalorizadas. No entanto, essa discriminação, se bem aproveite ao capital, não se constitui em uma necessidade para a acumulação. A opressão feminina é um dado da sociedade pré-capitalista que o capital transforma em seu proveito, da mesma forma que o faz quando discrimina o negro e o imigrante. É muito importante ter presente, entretanto, que a discriminação das minorias não faz parte da essência da lógica do capital e portanto que seu desaparecimento não ameaça por si só o desenvolvimento do capitalismo.

Madeleine GUILBERT revela, por exemplo, que "a guerra de 1914/18 mostrou as vantagens que se podem tirar da utilização da mão-de-obra feminina nas múltiplas tarefas adaptadas às suas possibilidades pela simplificação e reorganização do trabalho" (GUILBERT (1966), página 65). Durante os dias difíceis da guerra os salários femininos se elevam relativamente aos masculinos, quando se toma por base essa razão nos anos anteriores, devido à conjuntura de escassez de mão-de-obra (GUILBERT (1966), página 64). A maior presença relativa de mulheres na força de trabalho no pós-guerra (ainda que tenha caído com a cessação das hostilidades), em relação à situação prevalecente antes do conflito, permite à mulher conservar algumas das vantagens, salariais e de outro tipo, adquiridas nos quatro anos de sua intensa participação nas atividades produtivas. Outra informação interessante: a participação feminina nos sindicatos dobra no período, passando de 8,7 % em 1914 a 15% do número de sindicalizados em 1920, revelando maior presença das mulheres na luta reivindicatória operária como efeito da maior participação no mercado de trabalho.

Por outro lado, ao sistema capitalista é relativamente indiferente a

forma pela qual os membros da família procedem à divisão interna de tarefas. Isto só poderá interessá-lo quando a exploração dos serviços de natureza doméstica tornar-se rentável a ponto de atrair investimentos, ou quando, em conjuntura de escassez relativa de mão-de-obra, o trabalho feminino precisar ser mobilizado, justificando a alocação de recursos na construção de equipamentos sociais que desobriguem a mulher de parcela importante das tarefas domésticas.

Assim mesmo, as conquistas feministas no plano da infraestrutura criada para viabilizar o trabalho extra-doméstico das donas-de-casa dependeram fundamentalmente do poder de mobilização do conjunto dos trabalhadores a partir da organização das mulheres. Nessa medida deve-se entender ser esta uma questão que depende basicamente da mulher, da mobilização de suas forças.

Não se deve pretender que o capitalismo dependa, para sua reprodução, do trabalho doméstico feminino. Em primeiro lugar pela própria forma em que as tarefas domésticas são realizadas pela dona-de-casa. Além disso, cabe também discutir a importância dessas tarefas na reprodução da mercadoria força de trabalho. Vejamos as duas questões mais em detalhe.

3. A Natureza Econômica do Trabalho Doméstico

Se as tarefas domésticas ainda são realizadas no seio da família, isto se deve a uma razão bem simples: a execução dessas tarefas em grande escala, aliviando o peso das donas-de-casa, não é rentável, sobretudo em países onde a abundância relativa de mão-de-obra impede o aproveitamento dessa parcela da população na atividade econômica.

Não se deve imputar ao dispêndio de energia das donas-de-casa outro sentido, "indiretamente econômico", como quer SAFFIOTI:

"Quando se contrata uma pessoa para executar os trabalhos domésticos ou quando há utilização das organizações destinadas a executá-los, parcela da renda familiar é consumida sob a forma de pagamento de serviços, o que desvenda a natureza indiretamente econômica do trabalho da dona-de-casa" (SAFFIOTI (1979), página 353).

A determinação da natureza do trabalho doméstico, assim como de qualquer outro tipo de trabalho, faz-se pela sua inserção na atividade econômica. Se ele se destina à troca, trata-se de uma atividade econômica, que aumenta a "riqueza" (1). Se, no entanto, ele se destina à satisfação de uma necessidade do próprio produtor, para seu auto-consumo, tem uma natureza extra-econômica. Isto também reflete a dupla determinação do trabalho: como trabalho concreto (no qual o trabalho da dona-de-casa é igual ao da empregada doméstica) e como trabalho abstrato. É esta última determinação que interessa à economia e é como trabalho abstrato que se igualam todos os tipos de trabalho concreto (o do torneiro igual ao do ferreiro, etc) em contraposição àquele trabalho que é simples dispêndio de energia e não é socialmente determinado (como o da dona-de-casa) (2).

(1) Desde que os homens começam a trabalhar uns para os outros, seu trabalho adquire uma forma social "(MARX (1975), Tomo I, página 37).

(2) Aqui o raciocínio é analógico, pois deve-se ter presente que os conceitos de trabalho concreto e abstrato pertencem ao sistema referencial do Modo de Produção Capitalista, e designam as transformações operadas no processo de valorização que conduzem à igualação dos diferentes trabalhos concretos em um denominador comum, de acordo com os esforços despendidos, representado pelo trabalho abstrato, medida e pré-condição de existência do valor. Refere-se, portanto, ao trabalho produtivo. O serviço doméstico, além de não ser produtivo, não integra o conjunto das relações capitalistas de produção, sem por esse motivo deixar de ser uma relação econômica, pois sua existência certamente guarda correspondência com as pautas de consumo da sociedade e com o nível de emprego e a distribuição da renda.

Portanto, é o seu caráter social que permite que se distinga o trabalho da empregada doméstica do da dona-de-casa. A pergunta que se deve fazer não é "como?" e sim "para quem?", quando se quer saber da natureza econômica do trabalho. São as relações de trabalho as determinantes do lugar dos agentes no sistema econômico, e não as características concretas de suas tarefas.

Tampouco estamos de acordo com a observação seguinte de SAFFIOTI:

"O trabalho não remunerado da dona-de-casa, na verdade, eleva os rendimentos efetivos da família, porquanto ao salário do marido se acrescenta um certo montante de trabalho que poderia converter-se em salário" (SAFFIOTI (1979), página 353).

Outra vez estamos em face de argumentos conjecturais, em que falta o ponto de referência: eleva em relação a que? Eleva em relação ao que seria se a mulher fosse ociosa? Parece-nos que o raciocínio está invertido. O pagamento da empregada doméstica é deduzido do salário do marido, trazendo à família um maior nível de necessidades satisfeitas, pois libera-se a mulher do trabalho de casa. Isto imprime ao trabalho doméstico um caráter econômico, de trabalho executado para terceiros em troca de uma remuneração. E por isso o trabalho da dona-de-casa é potencialmente econômico. Dizer que o trabalho da dona-de-casa eleva os rendimentos da família que assim "deixa de gastar" com a empregada doméstica é um argumento que não nos diz nada sobre a natureza desse trabalho: revela simplesmente a forma pela qual a família aumenta seu nível de satisfação de necessidades pelo sacrifício de um de seus membros (supondo-se que a mulher trabalhe fora, pois se não o faz, a contratação de um empregada doméstica representa a compra de ócio, um luxo; se o fizer para começar a trabalhar, sua remuneração fora de casa é que irá "elevar os rendimentos efetivos da família.")

O trabalho da dona de casa não pode ser considerado com o trabalho produtivo, simplesmente por suas características de transformador dos alimentos.

É importante distinguir o que é trabalho do ponto de vista da economia capitalista, do que o é do ponto de vista do esforço despendido ou valores de uso criados.

"Para produzir mercadorias, não basta produzir valores de uso, senão que é necessário produzir valores de uso para outros, valores de uso sociais" (MARX (1975), I Tomo, página 8). "Como criador de valores de uso, ou seja, como trabalho útil, o trabalho é, portanto, condição de vida do homem, e condição independente de todas as formas da sociedade, uma necessidade perene e natural sem a qual não se poderia conceber o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza nem, conseqüentemente, a vida humana" (MARX (1975), I Tomo, página 10). "Recordemos, no entanto, que as mercadorias só se materializam como valores quando são expressão da mesma unidade social: o trabalho humano, que, portanto, sua materialidade como valores é puramente social, e compreenderemos sem nenhum esforço que essa materialidade como valores só pode revelar-se na relação social de umas mercadorias com outras" (MARX (1975), I Tomo, página 15).

"A produção para a troca transforma cada produtor num órgão do trabalho social e só nessas condições a mercadoria pode ser concebida como cristalização do trabalho humano, como simples coágulo de trabalho" (BELLUZZO) (1980), páginas 80 e 81).

Fica assim claro que o trabalho doméstico não adiciona valor aos bens da cesta de consumo da família operária. Trata-se de um esforço despendido na esfera particular da família por seus membros.

Outra característica específica do trabalho doméstico é o caráter privado e não transacionável do produto deste esforço, que é

apropriado gratuitamente pelos membros da família.

É diferente o caso das produções para auto-consumo, na agricultura, em que a cada momento o produtor pode optar entre comercializar ou consumir essa parcela de sua colheita.

De fato, as condições em que os cultivos para auto-consumo são realizadas não se distinguem daquelas que normam a produção das culturas comerciais. Podem ser até qualitativamente iguais. Neste caso é como se o produtor vendesse toda a sua produção e recomprasse a parcela para auto-consumo, a preço de custo (1).

A dona de casa não tem jamais a opção de comercializar o produto de seu trabalho na forma em que ele se apresenta para auto-consumo da família. Isto faz com que seu esforço não se encontre computado pelo sistema de contabilidade social, consagrado nas contas nacionais dos países ocidentais, ao contrário da produção agrícola para auto-consumo que tem um tópicos específico.

Por esse motivo SOUZA classifica as donas de casa na população economicamente inativa (SOUZA (1981), página 11, figura 1).

4. A criação de Força de Trabalho no Capitalismo

Vejamos agora a segunda razão pela qual o capitalismo não depende do trabalho doméstico feminino para sua reprodução, nem mesmo no que se refere à reprodução da mercadoria força de trabalho.

SALM é quem nos aponta a direção na qual devemos buscar a resposta:

" a idéia básica que se encontra em Marx é a de que o capital, ao se acumular, atua simultaneamente como demanda e como oferta de trabalho reproduzindo os trabalhadores na quantidade e na qualidade que lhes

(1) Não é mesmo incomum ocorrer a venda de quase toda a produção na época da safra, por força das dificuldades econômicas, e depois ver-se o produtor rural obrigado a recomprar a preço de mercado os bens de primeira necessidade do mesmo comerciante a quem vendeu pelo preço ao produtor (v. a respeito BRISOLLA (1977)).

que lhes são adequadas, e para realizar esse duplo papel, o capital vai prescindindo de forma crescente das esferas que não lhe estão subordinadas "(SALM (1980), página 79, grifo nosso) (1). A superpopulação relativa, diz Marx, é o fundo sobre o qual se move a lei de oferta e demanda de trabalho. "A demanda de trabalho não coincide com o crescimento do capital, a oferta de trabalho não se identifica com o crescimento da classe operária, como duas potências independentes uma da outra que tivessem influência uma sobre a outra (...). O capital atua sobre ambas as frentes de uma vez" (MARX (1975), página 542, I Tomo).

Parece-nos interessante explorar até as últimas consequências a expressão que atribuí ao capital a capacidade de "reproduzir os trabalhadores" na quantidade e qualidade que lhes são adequadas. Na verdade é assim que o capital prescinde dos bebês de proveta para transformar a força de trabalho numa mercadoria cuja produção seja controlada por ele próprio na medida de suas necessidades.

Isto é feito, em primeiro lugar, transformando ou "capitalizando" formas de organização da produção não capitalistas, tal como ocorre no campo. Aí onde o capital consiga extrair um lucro depois de pagar a renda da terra, aí onde o capital excedente da esfera produtiva procure uma aplicação alternativa para especular, a penetração do capital não se limita a interpor-se entre o dono da terra e o parceiro ou o arrendatário, senão que varre com todas as formas de relação de produção a ele pré-existentes. (2).

(1) SALM estava preocupado com a escola como meio de qualificação da força de trabalho. Nós vamos nos ocupar especificamente da esfera doméstica.

(2) SALM fala de relações precariamente capitalistas, para evitar a utilização do controvertido conceito de pré-capitalistas aplicado a relações de produção ainda predominantes em grande parte do campo brasileiro. Não sendo diretamente capitalistas, estas relações são indiretamente subordinadas ao capital, que lhes imprime a dinâmica, donde a dificuldade de adequação do termo "pré-capitalista", ou seus sucedâneos, como "não-capitalistas".

-21-

Instaura o salaríato, despojando o trabalhador agrícola de qualquer vínculo (posse ou propriedade) com a terra e os instrumentos de trabalho, deixando-o portanto "em suas mãos". Cria, dessa maneira, a oferta necessária da mercadoria força de trabalho, ao mesmo tempo em que cria a demanda desta mercadoria. Paralelamente, vai prescindindo da pequena produção camponesa, mais uma "esfera que não lhe está diretamente subordinada". Passam então a serem produzidas em moldes capitalistas, as parcelas correspondentes de matérias primas e alimentos que servirão de insumos para a produção industrial e que serão destinadas ao consumo das populações urbanas.

Dessa forma, o capital passa também a determinar o preço desses bens, pois passa a dominar sua produção, servindo seu preço de "farol" para os pequenos produtores (na barganha com os intermediários) que se encarregam de completar a oferta agrícola (1).

Por outro lado, é na medida em que a escolarização se transforma em um atributo não desejado da força de trabalho, quando a transformação do trabalho complexo em trabalho simples deve processar-se inexoravelmente para o avanço de capitalismo, que este sistema começa a prescindir da escola. Prescinde da escola como meio de qualificação de força de trabalho, pois esta já não mais necessita qualificar-se porque o trabalho tornou-se simples e homogêneo.

(cf. SALM (1980)).

No caso da esfera doméstica, no entanto, ela não chega a ser essencial para o movimento da acumulação e sua destruição, como forma de aglutinação da família e de sua reprodução, virá pela ocupação pelo capital do espaço econômico: constituído pelas tarefas domésticas, e isto tende a ocorrer quando as mulheres são mobilizadas para a força

(1) V. a respeito SOUZA (1980) e também MALUF (1977), que analisa como este processo se verifica na produção de arroz no Brasil.

de trabalho em conjunturas de escassez de mão-de-obra (1).

Mas é preciso ter claro que em nenhum momento o capital "depende" do trabalho feminino para a "reprodução da força de trabalho", pois esta é assegurada através da extração de mão-de-obra ao conjunto da população economicamente ativa e não apenas pela "reprodução física" da parcela já empregada na atividade capitalista.

A história do capitalismo registra fases de utilização intensiva de força de trabalho, quando todos os braços, inclusive de mulheres e crianças foram mobilizados em forma massiva para atender às necessidades da acumulação.

Assim, em meados do século passado, conforme analisa SOUZA "a massa total de população no capitalismo inglês expandia-se a taxas reduzidas (1,2% ao ano entre 1830 e 1870). As taxas de crescimento industrial pressionavam a disponibilidade da força de trabalho (cujo crescimento total foi de 3,4% anual entre 1840 e 1850), forçando o aumento das "taxas de participação", o que só poderia

(1) Este processo vem-se verificando através da história: "os trabalhos impostos pelo consumo familiar, tais como coser, remendar, etc, se suprem forçosamente comprando mercadorias confeccionadas. Ao diminuir a utilização de trabalho doméstico, aumenta, como é lógico, a aplicação do dinheiro. Portanto, os gastos de produção da família operária crescem e contrabalançam os rendimentos obtidos do trabalho" (MARX (1975), I Tomo, página 324, Nota 36).

ocorrer durante períodos limitados" (1) (SOUZA (1980), página 40). A concentração e a centralização de capitais ampliam e aceleram as transformações na composição técnica do capital, provocando um aumento do capital constante em relação ao variável e reduzindo a demanda relativa de trabalho (MARX (1975), I Tomo, páginas 531 e seguintes).

O progresso técnico, portanto, que provoca a modificação nas relações técnicas de produção, não se deve ao esgotamento da reserva de força de trabalho; não é devido à necessidade de reduzir os requerimentos de mão-de-obra por unidade do produto. Ao contrário, esta redução é uma consequência do aumento da composição orgânica do capital.

O aumento da composição orgânica do capital torna-se inexorável devido à conjunção de vários fatores no processo de acumulação de capital. A acumulação, o aumento de volume de capital investido no processo produtivo, conduz à maior concentração de massa de riqueza nas mãos dos capitalistas individuais, sendo o aumento dos capitais em funções contrabalançado pela formação de novos capitais e desdobramento de capitais antigos. Este movimento é por sua vez compensado pela concentração dos capitais já existentes e no processo de concorrência intercapitalista há expropriação de uns capitalistas por outros, aglutinação de pequenos capitais, ocorrendo então a centralização do capital. A luta da concorrência se dá pelo barateamento das mercadorias e através dela os capitais maiores desalojam aos menores, aumentando o volume mínimo do capital individual necessário para explorar um negócio em condições normais. A concentração e a centralização ampliam e aceleram a elevação na composição técnica do capital, reduzindo a

(1) Isto conduziu os economistas clássicos a uma conceituação do crescimento em que a variável chave era o ritmo de expansão da força de trabalho (SOUZA (1980), página 40).

demanda relativa de trabalho (MARX (1975), I Tomo, páginas 531 e seguintes, Capítulos XXIII).

Assim, o crescimento da força de trabalho no capitalismo processa-se independentemente do crescimento da população. Consequentemente, cresce a população operária em termos absolutos mais rapidamente que o capital variável: "a acumulação capitalista produz constantemente (...) uma população operária excessiva para as necessidades médias de exploração do capital, ou seja, uma população operária excedente ou sobranete" (MARX (1975), I Tomo, página 533).

De fato, o aumento da composição técnica vai refletir-se na elevação da composição orgânica do capital, apesar de que "o aumento da diferença entre o capital constante e o variável é muito menor que o da diferença entre a massa dos meios de produção em que se investe aquele e a massa de força de trabalho a que se destina este" (MARX (1975), I Tomo, Capítulo XXIII, página 527).

Isto leva à constituição de um Exército de Reserva (1) permanente e crescente. O aumento da composição orgânica passa a ser então um elemento adicional aos três já mencionados (aumento natural da força de trabalho, destruição de formas de organização pré-capitalistas e transformação das formas capitalistas primitivas de organização da produção) que determinam a evolução da disponibilidade total de força de trabalho" (SOUZA (1980), página 38).

Mesmo na Inglaterra do século passado, nas décadas de 1850 e 1870 "o crescimento da força de trabalho reduziu-se substancialmente, tanto no total como na indústria, passando a aumentar em contraposição o empreg

(1) O exército industrial de reserva constitui parte da População Economicamente Ativa não empregada no núcleo capitalista do sistema como assalariada mas que se encontra disponível para uma imediata incorporação a essas atividades (SOUZA (1980), página 41).

em atividades como "serviços domésticos e outros serviços". Entretanto, a desaceleração econômica pelo menos na indústria não foi tão pronunciada, (...) o que mostra o alcance da introdução das inovações tecnológicas que aumentaram a composição orgânica do capital" (SOUZA (1980), páginas 39 e 40).

São os movimentos do capital que determinam a produção da força de trabalho em quantidade suficiente para a manutenção do ritmo da acumulação portanto.

Assim, ao destruir a pequena produção do campo ou das cidades, pela ocupação de seu espaço físico ou impedindo sua reprodução através da usurpação de seu espaço econômico, o capitalismo está ao mesmo tempo mobilizando a mão-de-obra involucrada nessas formas não capitalistas de produção e colocando-a à sua disposição. Esses trabalhadores passam a formar fileiras junto ao exército industrial de reserva.

"... Se a existência de uma superpopulação operária é produto necessário da acumulação ou do incremento da riqueza dentro do regime capitalista, esta superpopulação converte-se por sua vez em alavanca da acumulação do capital, mais ainda, em uma das condições de vida do regime capitalista de produção. Constitui um exército industrial de reserva, um contingente disponível, que pertence ao capital de forma tão absoluta como se fosse por este criado e mantido às suas expensas" (MARX (1975), I Tomo, página 535).

"O sistema tem um poder ordenador sobre os movimentos da mão-de-obra". (SOUZA (1980), página 34). "Quando o sistema econômico destrói a pequena produção ou impede sua reprodução tanto no campo como nas cidades, ele está de fato mobilizando a mão-de-obra, antes vinculada à pequena produção, a qual passa a integrar, de fato, o exército industrial de reserva. Num momento posterior essas pessoas deixam essa condição para transformarem-se em assalariados ou para se vincularem à pequena produção " (SOUZA (1981), página 42).

"...em sua expansão o núcleo capitalista da economia está permanentemente gerando seu exército industrial de reserva."(....)
"A existência do exército industrial de reserva é a condição sine qua non para a acumulação capitalista, pois é a existência de um contingente de trabalhadores em disponibilidade que permite que os salários sejam fixados em níveis compatíveis com a obtenção de lucros por parte dos empresários." (SOUZA (1981), página 43).

O impacto do avanço do capitalismo sobre os movimentos populacionais não significa apenas a mobilização de trabalhadores das formas de organização da produção não capitalista para a força de trabalho. Também se traduz na liberação de força de trabalho para ocupação na pequena produção.

Assim, "no seu processo de expansão, portanto, o núcleo capitalista cria, destrói, e recria, as oportunidades para a expansão da pequena produção não tipicamente capitalista " (SOUZA (1981), página 36).

Como decorrência desse movimento duplo, "o crescimento industrial de uma economia como a brasileira não necessariamente significa que o volume de emprego nas formas não tipicamente capitalistas de organização deva diminuir. Ao contrário, o mesmo pode aumentar em determinadas épocas e atividades" (SOUZA (1981), páginas 36 e 37).

Conclui-se, portanto, que é o capital que cria a força de trabalho, tradicionalmente através de dois mecanismos, ao qual acrescentamos um terceiro. O primeiro deles é a destruição da pequena produção, via ocupação de seu espaço econômico, que coincide com a liberação da mão-de-obra involucrada nessas formas de subsistência.

Além disso, a concorrência intercapitalista, verdadeiro motor do progresso técnico, juntamente com os demais mecanismos de concentração e centralização de capitais, assegura a criação do exército industrial de reserva. Este é o segundo mecanismo de criação de força de trabalho. A

concorrência entre os capitalistas provoca a tendência ao aumento da composição orgânica do capital, o que faz com que cada vez seja mais reduzida a taxa de incorporação de mão-de-obra associada à taxa de acumulação.

Finalmente, apontamos para um terceiro mecanismo, de eficiência temporária e limitada, representado pela possibilidade de elevação da taxa de participação na população economicamente ativa. Podem, assim, ser recrutados para a força de trabalho, estudantes e aposentados e principalmente as mulheres donas-de-casa. Estas últimas constituem-se em importante reserva de trabalhadores de mobilização relativamente fácil pelas necessidades de acumulação do capital. Apresenta, além disso, a vantagem de ser também de fácil desmobilização ao tornar-se desnecessária.

Vejamos estes mecanismos em funcionamento nos países de desenvolvimento capitalista tardio (1), pois acreditamos que sua situação servirá para esclarecer pontos obscuros de sua aplicação nas economias avançadas. Se as situações de crise são momentos de perfeita transparência da natureza dos fenômenos, podemos supor que as condições críticas em que se desenvolve o capitalismo nas economias periféricas permitam mais facilmente visualizar as contradições não tão manifestas nos países centrais.

Nas economias atrasadas, o processo migratório procede a uma transfiguração da mão-de-obra da pequena produção em proletários e o funcionamento do sistema econômico "garante sempre a existência do exército industrial de reserva, pela simples transformação da estrutura do emprego" (SOUZA (1981), páginas 32, 43 e 44).

Por outro lado, a acumulação de capital que se faz acompanhar pelos processos de centralização dos capitais e introdução de inovações

(1) Para uma definição do que se entende por capitalismo tardio V. CARDOSO DE MELLO (1982), e também BARBOSA DE OLIVEIRA (1977).

tecnológicas, conseqüentemente pelo aumento da composição orgânica, constitui-se em mais um mecanismo de criação do exército industrial de reserva. Este é mais verificável nas economias capitalistas maduras, onde são pequenos, atualmente, os movimentos da população trabalhadora.

Pensamos, ademais, que a mobilização da força de trabalho feminina em conjunturas de escassez de mão-de-obra, através do aumento da taxa de participação na população economicamente ativa (que, como vimos, é um recurso temporário e limitado), constitui-se em mais um importante expediente pelo qual o capital consegue adequar a oferta dessa mercadoria à demanda. Em outras palavras, este é mais um exemplo de como a "produção da mercadoria força de trabalho" é controlada pelo capital.

Inversamente, quando a mão-de-obra feminina se torna um excedente indesejável, ela é simplesmente excluída da força de trabalho. Então ela pode dedicar-se à pequena produção, caso em que permaneceria na população economicamente ativa. No mais das vezes, entretanto, cai a taxa de participação da população ativa e a mulher volta a ser dona-de-casa, dedicando-se aos afazeres do lar, não fazendo parte do conjunto dos "desempregados" reconhecidos pelo sistema. A devolução da mão-de-obra feminina ao seio da família é o resultado útil (mas não buscado especialmente, como querem alguns) da perpetuação da existência dessa instituição no capitalismo.

No entanto, é bom ter presente que a família não foi criada pelo capitalismo e este não tem maiores preocupações no sentido da sua preservação. É mais uma vez por não fazer parte dos interesses fundamentais do capital que não são criadas alternativas para a ocupação dessa mão-de-obra e do espaço econômico representado pelas tarefas domésticas, que essa regressão se processa.

Esses processos de criação e destruição dessa mercadoria especial - a

força de trabalho - pelo capitalismo são muitas vezes concomitantes.

Assim, na Europa, a mobilização do trabalho feminino tem-se feito acompanhar pela utilização "predatória" da mão-de-obra imigrante.

Também entre nós, a "utilização normal" do fluxo de novos trabalhadores, soma-se a cada cinco ou dez anos o deslocamento de grandes contingentes de mão-de-obra desqualificada para projetos "de integração nacional", como a construção de Brasília, da rodovia Transamazônica, da hidrelétrica de Itaipu e outros grandes obras do gênero.

Terminam todos gerando cemitérios de força de trabalho desmobilizada uma vez findo o investimento, respectivamente nas cidades satélites que rodeiam a Capital e nas cidades fantasmas, dormitórios de caminhoneiros, dispersas pelas margens das novas rodovias.

Também nas periferias das grandes cidades, migrantes de todos os pontos do país, atraídos pelos polos de crescimento industrial, terminam engrossando o excedente de mão-de-obra urbano formando também aí os cemitérios de força de trabalho na forma de população marginal nucleada nas favelas.

Num país de dimensões continentais como o Brasil, essas façanhas do capitalismo demonstram como se avançou na integração do mercado de trabalho, possibilitando sua criação em qualquer ponto do território (1).

Estamos, mais do que nunca, na era da produção em série da mercadoria força de trabalho.

(1) Ver a respeito de integração do mercado de trabalho pelo capitalismo brasileiro a tese de Wilson CANO (1982) sobre economias regionais.

B) O CARÁTER "NATURALMENTE FEMININO" DO TRABALHO DOMÉSTICO

Todas as considerações feitas no ítem anterior não devem levar à falsa noção de que a mulher não é superexplorada no sistema capitalista, ou de que sua superexploração nada tem a ver com o papel que ela deve desempenhar no âmbito familiar.

Na verdade, a relação de exploração a que a mulher está sujeita no sistema capitalista é consequência direta de sua subordinação na esfera doméstica.

Temos, portanto, no sistema capitalista, uma dupla subordinação da mulher: enquanto membro da instituição familiar, a mulher está subordinada ao chefe, e enquanto parte integrante da sociedade econômica, a mulher está subordinada a relações de produção que definem sua posição na comunidade dos homens, e que se caracterizam por sua natureza discriminatória.

A dominação da mulher na família, por sua vez, condiciona o papel subordinado reservado à mulher na atividade econômica, sem contudo confundir-se com este.

A subordinação da mulher no lar tem raízes históricas profundas que fizeram resistir a todas as transformações sofridas pela sociedade humana a ideologia, ainda hoje sobrevivente, do caráter "naturalmente feminino" do trabalho doméstico.

"Cumprir lembrar", como faz Ireda Cardoso, "que o conceito de "naturalidade" tem servido de anteparo para o controle do comportamento feminino, produzindo-se, com isso, idéias notáveis sobre a determinação biológica das atitudes femininas" (CARDOSO, Ireda, "O mito de Sísifo", in Folhetim, "Folha de São Paulo", 13/12/1981).

O estudo das sociedades primitivas parece validar a observação de Engels de que a primeira divisão do trabalho na história da

humanidade foi a divisão do trabalho por sexo (ENGELS (1981)).

Esta divisão é tão importante, que se bem se modifique a longo da história e apresente matizes diferentes em povos de culturas diversas (e mesmo entre populações urbanas e rurais de um mesmo país), parece resistir em grande medida às divisões sociais do trabalho e até à divisão consequente da sociedade em classes.

As mulheres de todas as classes sociais, qualquer que seja a posição que ocupem na sociedade (ou na produção), nas mais variadas formas de organização da produção, nos países mais diversos, ao longo da história, cabe sempre a responsabilidade pelo cuidado da casa, a preparação dos alimentos e a criação (o cuidado e a educação) dos filhos.

A divisão do trabalho por sexo sobredetermina a divisão social do trabalho e a divisão em classes. Assim, segundo a classe social a que pertence, a mulher tem ou não ajuda de serviços alheios para a execução de suas tarefas, coordena-as, comanda-as ou as executa ela mesma.

Tudo se passa, portanto, como se a função biológica da mulher a condenasse para sempre a ter suas atividades limitadas às quatro paredes de sua casa, devido ao caráter de "naturalmente feminino" imputado às tarefas domésticas. Mais tarde, esse caráter "de natureza feminina" será também emprestado a certas tarefas executadas na indústria, (tarefas que exigem perícia manual) para desvalorizá-las.

A aparência "natural" que a ideologia dominante tem imprimido à divisão do trabalho por sexo deve ser denunciada como um artifício utilizado sempre que se quer mascarar qualquer forma de dominação: tratá-la como natural. É claro que contra as leis da natureza o homem pode pouco e que seria diferente se as raízes reais fossem apontadas, atribuindo-se essa divisão à gênese da organização social.

Cabe, portanto, desmascarar como claramente ideológica toda e qualquer tentativa de justificar a divisão do trabalho por sexo reduzindo-a à sua dimensão natural, invocando o fato da reprodução física dos indivíduos exigir muito mais tempo e dedicação do sexo feminino na gestação e aleitamento das crianças.

É inegável que a espécie humana deve produzir para satisfazer suas necessidades, transformando a natureza. Esta é a dimensão natural, eterna, de toda produção, em todas as organizações sociais. Mas isto não nos diz absolutamente nada a respeito de como deve organizar-se (através de que relações sociais) para essa produção. Nem o fato da história registrar quase sempre dominados e dominadores implica em que a existência da dominação seja "natural" ou eterna.

Da mesma forma, o fato da divisão do trabalho por sexo ter pré-existido à sociedade de classes não confere maior "naturalidade" à primeira. O fato de as mulheres estarem biologicamente capacitadas para a procriação não decide sobre como as sociedades humanas deverão organizar-se para que ela realize também seus desígnios como indivíduo da mesma espécie que o homem e participe também da produção, pois para tal lhe foram dados, pela natureza, os mesmos atributos que tornam o homem capaz de trabalhar.

É claro, pelo menos de nosso ponto de vista, que a superexploração de que a mulher é vítima no sistema capitalista deriva historicamente de sua posição subordinada no seio da família (1).

É essa subordinação que lhe confere uma "qualidade" que a diferencia do homem e que possibilita e permite a discriminação. Da mesma forma

(1) O sistema chega mesmo a se utilizar dessa subordinação para estabelecer relações de superexploração totalmente informais, fora do alcance das leis trabalhistas, como no "putting-out system", sendo o ritmo de trabalho, apesar disso, estabelecido pela fábrica (pelo capital) V. TEIXEIRA, RIBEIRO & CHINELLI (1980)).

que a superexploração que reduz a outras minorias, como os negros nos Estados Unidos, ou os imigrantes árabes ou indus na Europa, prende-se à história de seus antepassados escravos ou colonizados. No entanto, é preciso distinguir a exploração de que a mulher é vítima no sistema capitalista do processo pelo qual ela é dominada no seio da família (1).

(1) Sobre as implicações da dinâmica entre família e sociedade v. MADEIRA & BRUSCHINI (1981).

C) A SUPEREXPLORAÇÃO DA MULHER NO SISTEMA CAPITALISTA

Dentro do sistema capitalista, a mulher é superexplorada porque em primeiro lugar a ela são reservadas as tarefas mais simples e de menor remuneração no sistema econômico. Em segundo lugar, porque para a execução da mesma tarefa que um homem realiza, ela é discriminada na remuneração, recebendo salários mais baixos.

Vejamos rapidamente qual o processo histórico que, dentro do capitalismo, propiciou esta dupla exploração da força de trabalho feminina.

O avanço das condições técnicas de produção deveria favorecer a incorporação da mulher no mercado de trabalho capitalista. Era de se esperar que o maior controle dos instrumentos de que o homem se utiliza para transformar a natureza permitisse que a mulher se incorporasse mais decididamente ao trabalho extra-doméstico, pois este vai progressivamente dependendo menos da força física, onde se poderia argumentar que a mulher leva certa desvantagem.

A maquinária, ao prescindir da força muscular, permite, empregar operários sem força muscular ou sem um desenvolvimento físico completo, que possuem, em troca, uma grande flexibilidade em seus membros. O trabalho da mulher e da criança foi, portanto, o primeiro grito da aplicação capitalista da maquinária, (MARX (1975), I Tomo, Capítulo XIII, página 323). Isto se torna possível porque "o trabalho direto, de complexo, específico e hierarquizado, tende a se transformar em simples, versátil e homogêneo" (SALM (1980), página 70 e 71).

Assim o capitalismo pareceria abrir perspectivas para a incorporação de crescentes quantidades de mão-de-obra feminina:

Na grande indústria a produtividade já não depende do indivíduo, mas

do conjunto do capital, cuja parte variável, o corpo coletivo de trabalho, vai perdendo importância relativa. O aumento da escala permite ao capital liberar-se progressivamente dessa parte variável não só quanto ao valor, mas também quanto à rigidez de sua composição por qualificações, sexo e idade." (SALM (1980), página 72).

Mas ao contrário do que afirmam análises marxistas da contradição capital/trabalho, tradicionalmente "cegas à determinação do sexo", as relações capitalistas de produção manifestam-se concretamente de forma marcadamente diferenciada segundo o sexo. No entanto não é característico da natureza particular do trabalho industrial a manutenção de uma distinção importante entre papéis masculinos e femininos. A opressão das mulheres assim não se constitui em uma necessidade ou condição sine qua non para a acumulação capitalista (1).

O avanço da automação espera-se que tenha um efeito positivo sobre o trabalho feminino na indústria, conforme aponta BAKER: "Com o avanço da automação (...) contam-se alguns pontos a favor do aumento de seu emprego (de mulheres), devido à redução das tarefas perigosas, sujas, pesadas e de grande esforço físico, à redução de algumas operações especializadas a tarefas que requerem apenas poucos dias ou semanas de treinamento, à provável descentralização de plantas para as áreas rurais onde os trabalhadores locais, difíceis de serem atingidos pelas organizações sindicais, serão empregados." (...) Os observadores parecem concordar em que a automação reduzirá o número de tarefas repetitivas, monótonas e altamente especializadas na linha de montagem e aumentará a necessidade de maior educação para adquirir maior responsabilidade" (BAKER (1966), página 210). Isto não significa que o trabalho feminino será reduzido. Ao contrário,

(1) Neste sentido argumentam Madeleine GUILBERT (1966) e Michèle BARRET (1980).

"algumas autoridades acreditam que a construção, a instalação, manutenção e os serviços de reparação, juntamente com o cuidado de supervisão e operação da maquinária automática, que é necessária para todo o equipamento, atrairão mais mulheres" (BAKER (1966), páginas 210 e 211).

Ainda que se possa prever, em determinada fase da automação, o crescimento do desemprego, "experiências antigas, que já citamos, mostram que a desocupação consecutiva a um desenvolvimento da mecanização nem sempre conduziu a eliminar as mulheres da produção, principalmente quando é possível pagar a elas salários menores que aos homens (GUILBERT (1966), página 227).

Outro resultado igualmente possível da automação é a redução das horas de trabalho. Esta poderia, "se se produzisse, facilitar o acesso das mulheres à vida profissional em tanto maior medida quanto as novas técnicas, penetrando nas atividades domésticas, poderiam liberá-las ao mesmo tempo de uma parte dos trabalhos do lar" (GUILBERT (1966), página 227).

Portanto, não havendo nenhum fator inerente ao funcionamento do capitalismo que justifique a discriminação da mulher no mercado de trabalho, podemos supor que não há motivos de peso para que esta se mantenha indefinidamente no sistema. Como argumenta GUILBERT, pensar na permanência da distinção entre trabalho feminino e masculino equivale a supor que "transformações tão radicais no domínio da técnica produzir-se-iam numa sociedade para a qual todos os valores permaneceriam imutáveis, em particular aqueles que decidem da participação ou não das mulheres na vida profissional" (GUILBERT (1966), página 227).

O avanço da mulher em outros campos, que não o econômico, parece ter sido muito mais rápido e as influências dessas transformações ideológicas sobre o mercado de trabalho não tardarão em se fazer sentir

Deveríamos, portanto, esperar que o desenvolvimento do capitalismo trouxesse para a mulher a incorporação ao mercado de trabalho em condições de igualdade com os homens, tanto no referente às oportunidades no acesso a funções mais valorizadas, como no tocante às remunerações para iguais tarefas.

No entanto, a análise da situação atual da mulher mostra que isto não ocorreu. A mulher reserva-se um menor leque de oportunidades de trabalho em funções já por si mais desvalorizadas. Além disso, na mesma função, uma mulher recebe remunerações inferiores às pagas aos homens. Isto ocorre tanto nos países periféricos como nas economias centrais. Não vamos nos estender aqui na análise do trabalho feminino nos países avançados do capitalismo. BAKER ressalta que a entrada da mulher no mercado de trabalho norteamericano se fez em boa medida por estar disponível a salários mais baixos que os homens. E apesar de ter seu leque de possibilidades de trabalho ampliado nas últimas décadas, ao penetrar em outras ocupações seu salário era mais facilmente determinado pelo que recebia nas funções anteriores do que pelo que os homens estavam recebendo (BAKER (1966), página 425).

A situação é ainda mais grave nos países de industrialização recente, conforme pretendemos demonstrar neste trabalho.

As estatísticas mostram por exemplo, no Brasil, um progresso relativamente lento na participação da mulher na força de trabalho, pelo menos até 1970. Isto é principalmente verificável no caso do setor industrial. Assim, se bem que a população economicamente ativa feminina total cresça relativamente mais rápido que a correspondente masculina no período de 1940 a 1970, as mulheres empregadas no secundário elevam muito pouco sua participação em relação ao acréscimo do pessoal masculino no setor.

Quase sempre pode-se atrelar o surgimento das posições otimistas ou pessimistas em relação à situação da mulher no mercado de trabalho a

uma fase concreta de auge (quando o mercado de trabalho se revigora e surgem as otimistas) ou de crise do sistema (vez das análises negativistas).

Conforme aponta John HUMPHREY, (1981), "não se deve portanto surpreender de que SAFFIOTI, escrevendo sua análise com os dados dos anos cinquenta em mãos e depois revendo-os com os dados dos sessenta, tenha sido tão pessimista sobre as perspectivas do emprego feminino na indústria manufatureira" (HUMPHREY (1981), página 09).

No entanto as informações dos PNADS e as cifras preliminares do Censo de 1980 revelam um dinamismo ímpar do emprego feminino na indústria em todo o Brasil e principalmente no Estado de São Paulo durante os anos setenta.

A situação de subordinação da mulher em nosso país, com determinações ideológico-culturais e sociais bem mais profundas que nos países centrais, vai estabelecer uma situação de exclusão e discriminação da força de trabalho feminina, condicionando a forma de inserção da mulher no mercado laboral.

Assim, como diz BARRETT, a opressão das mulheres, embora não seja um pré-requisito para o funcionamento do capitalismo, adquiriu uma base material nas relações de produção e reprodução do capitalismo hoje" (BARRETT (1980), página 249).

Nos países atrasados, a superexploração do trabalho feminino pelo capitalismo decorre, além da própria dinâmica da acumulação, subordinando outras formas de dominação, da superabundância relativa e mão-de-obra e da parca disponibilidade da mulher para o trabalho, prejudicada pela inexistência de equipamentos infraestruturais adequados para substituir a mulher nas tarefas domésticas.

Entre nós, como aponta SOUZA, "algumas vezes, em consequência do alto ritmo de crescimento da população e do rápido processo de destruição do espaço da pequena produção rural e urbana, o ritmo de crescimento da "oferta" de mão-de-obra é tão rápido, que o núcleo capitalista da economia não necessita manter empregado o estoque acumulado de todas as pessoas que sofreram o processo de proletarização. Em tais ocasiões os contingentes liberados ou não absorvidos, lutarão pela subsistência atuando nos espaços reservados à produção mercantil simples. Neste caso, deixam a força de trabalho e passam a fazer parte do emprego não tipicamente capitalista". (SOUZA (1980), páginas 81 e 82).

O problema nesses países traduz-se portanto, pelo lado da demanda, em insuficientes oportunidades de trabalho para absorver o grande excedente de mão-de-obra dos países capitalistas atrasados.

Havendo escassas possibilidades de trabalho, as condições nessas regiões periféricas são mais favoráveis para o exercício de mecanismos não presos à estrita racionalidade do sistema como forma de manutenção de privilégios. Assim, a discriminação sexual e racial constitui-se em arma eficaz utilizada em proveito de setores sociais "distinguidos" por uma marca qualquer (1) (THUROW (1975), páginas 75, 76, 173 e 174).

(1) THUROW desenvolve um modelo de concorrência pelo emprego em que uma série de fatores determina a posição relativa do indivíduo na fila do trabalho; outra série de fatores determina a real distribuição das oportunidades de trabalho na economia. Os trabalhadores melhor situados conseguem os melhores empregos. A função de treinamento do mercado de trabalho torna lucrativa a repressão da concorrência direta pelos salários. Os trabalhadores concorrem por postos, considerados como uma sequência de posições, uma carreira profissional. Neste modelo, "um indivíduo que pertence a um grupo com menores probabilidades de possuir uma característica desejada, ou maiores probabilidades de ter uma característica não desejada, não recebe menores salários; é completamente excluído do emprego em questão" (THUROW (1975), páginas 75, 76, 173 e 174). THUROW fornece também um quadro da distinção de rendimentos anuais por raça e sexo nos E.U.A. em 1972: (segue)

Resulta daí que a discriminação existe nos países do capitalismo central e periférico, mas ela é muito mais intensa nas economias atrasadas.

Para alguns, as raízes do estreitamento progressivo do mercado de trabalho urbano encontram-se no progresso técnico.

Se bem seja verdadeiro o desafio colocado permanentemente pelas inovações tecnológicas, pela incorporação de trabalhadores a ritmos progressivamente mais distantes das taxas de acumulação, não devemos perder de vista que esta é uma tendência com forças constrarrestantes e que o sistema tem seus mecanismos de ajuste nas crises, ajustes dolorosos mas que terminam resolvendo essa contradição para recolocá-la em nível mais elevado, de maneira distinta.

Somos forçados a discordar, portanto, de SAFFIOTI quando esta afirma que "o sistema capitalista de produção impõe limites estruturais intransponíveis para a intervenção deliberada na realidade, visando a atacar as raízes da problemática feminina" (SAFFIOTI (1979), página 374).

Segundo seu raciocínio, o progresso técnico provoca um desemprego

(1) (CONT.)

RENDA	HOMENS BRANCOS	MULHERES BRANCAS	HOMENS NEGROS	MULHERES NEGRAS
Mediana US\$	10.593	5.998	7.301	5.147
Média US\$	11.640	6.368	7.674	5.578

Fonte: U.S. Bureau of the Census, Current Population Reports: Consumer Income, 1972, (Washington, D.C.: Government Printing Office, 1973), página 144, in THURLOW (1975), página 156.

estrutural dirigido principalmente contra o trabalho feminino, pois para a mulher a inatividade econômica não é bem um desemprego, sendo assim mantido o "equilíbrio social" (SAFFIOTI (1979), página 368 e 374).

Paradoxalmente, no entanto, o desemprego é antes um fenômeno relacionado com a estagnação econômica que com as grandes revoluções tecnológicas, geralmente acompanhadas por altas taxas de investimento. Mas ainda que o capitalismo caminhe irremediavelmente para a redução das atividades produtivas de bens materiais, pelo menos no que se refere ao efetivo de trabalhadores, outra é a tendência que se manifesta em relação às atividades improdutivas. Não se pode dizer que haja uma tendência no sentido do resultado dessas duas forças opostas ser um "desemprego estrutural".

Mas, ainda que houvesse tal perigo iminente, seria muito esperar do capitalismo, que não demonstrou nenhum escrúpulo na exploração até a exaustão do trabalho intensivo de mulheres e crianças durante a acumulação originária, que passasse a discriminar a mulher no mercado de trabalho e impedir sua entrada para manter o "equilíbrio social".

O "desemprego estrutural" poderia afetar mais as mulheres que os homens, pois estas já tem maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho que estes últimos. Mas não explicaria nem tornaria irreversível a discriminação.

Por outro lado, a redução do número médio de horas de trabalho é sempre uma alternativa presente para alcançar esse equilíbrio.

Ao contrário, parece-nos que, apesar da permanência da discriminação no acesso ao mercado e no nível de renda, as perspectivas da mulher no capitalismo indubitavelmente são bem mais favoráveis que em qualquer outra forma de organização social anterior a ele.

Nos países atrasados, a dinâmica de crescimento da força de trabalho

pode chegar a surpreender os mais incautos, pois os processos de incorporação de mão-de-obra não são tão imediatos quanto se poderia supor, relativizando essa abundância:

"Uma parte desses trabalhadores pode, portanto, "regredir" a formas de organização mais primitivas, dado que seu processo de transformação em força de trabalho foi parcial - trata-se de semi-proletários.. Para que essa mão-de-obra novamente esteja disponível para integrar a força de trabalho é necessário que a expansão do núcleo capitalista da economia destrua a atividade na qual se refugiou, ocupando fisicamente seu "espaço econômico" e lançando-a à necessidade de buscar o assalariamento para subsistir " (SOUZA (1980), página 87). Produz-se assim o que SOUZA chama de "paradoxo da abundância com escassez", pois a "superabundância de mão-de-obra não se traduz em uma ilimitada disponibilidade de força de trabalho imediata" (SOUZA (1980), página 87). "ao contrário, em algumas conjunturas em que a demanda por mão-de-obra se acelera mais do que o ritmo "normal" ou em que aumentam conjunturalmente as necessidades de mão-de-obra nas zonas rurais (....) produz-se verdadeira "escassez" no mercado de trabalho urbano durante períodos determinados" (SOUZA (1980), páginas 87 e 88).

De qualquer forma, a existência de uma abundância relativa de mão-de-obra no mercado brasileiro faz com que o salário possa ser mais aviltado, o que certamente viabiliza a prática de discriminação nos salários por sexo de forma muito mais eficaz que quando estes seguem mais de perto a produtividade do trabalho como decorrência da luta mais acirrada dos trabalhadores através de seus representantes, os sindicatos.

De qualquer forma, para nós tem importância fundamental a existência de uma superabundância pelo lado de oferta de trabalho. Nos países centrais, a rápida mobilização da força de trabalho feminina significou muitas vezes a criação de infraestrutura para liberar a mulher da carga de trabalho doméstico.

Nos Estados Unidos, por exemplo, onde o trabalho feminino passou a ser importante para a aceleração econômica, parece ter ocorrido transferência de parte das tarefas domésticas para o setor terciário da economia e para o homem, que passou a colaborar, instaurando-se nova divisão do trabalho doméstico. As tarefas de casa passaram a ser "socializadas", e a tecnologia avançou na direção de produção de eletrodomésticos. Na França o Estado tomou a si esta tarefa de criação de infraestrutura. O mesmo ocorreu em vários países europeus.

Na desmobilização feminina, que se fez necessária quando caíram as taxas de crescimento da economia norteamericana, tiveram papel importante os mecanismos de propagação da ideologia dominante, que voltaram a apelar para a imagem mística da função materna e de valorização do lar.

Nos países atrasados, sendo diferente a dinâmica de incorporação da mão-de-obra feminina ao mercado de trabalho, também é, conseqüentemente, diversa a forma com que ela é acompanhada de infraestrutura que a substitua nas tarefas do lar.

A exceção de alguns trunfos legais jamais obedecidos pelas empresas, a legislação social em relação ao trabalho da mulher nos países atrasados está muito defasada em relação às conquistas da mulher nos Estados Unidos e Europa.

Na verdade, sendo ela que empurra para conseguir um lugar no mercado de trabalho, nem o Estado nem as empresas se sentem comprometidos ou forçados a concorrer com a infraestrutura necessária para mobilizar produtivamente a mão-de-obra feminina.

Assim, também por esse lado a mulher sofre maior opressão nos países capitalistas atrasados; sua "dupla jornada" é mais pesada nesses países que no centro do capitalismo mundial.

O fato de ter que acrescentar ao tempo de trabalho assalariado o tempo

de trabalho doméstico faz com que a operária não tenha condições de recuperar suas energias na vida privada com a mesma facilidade com que os homens o fazem. Apesar disso, conforme aponta Danièle KERGOAT ; Elas não podem reivindicar o direito à diferença, pois no contexto atual isto significa o direito à opressão, devido à ideologia da feminilidade (KERGOAT (1978) página 144).

Portanto, se o capitalismo abre novos horizontes para a incorporação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, como pensamos mostrar neste trabalho, não soluciona todos os problemas pertinentes. A ausência de medidas paralelas no sentido da criação de infraestrutura, pelo Estado ou por entidades privadas, tem um peso muito importante na manutenção das razões profundas da discriminação da mulher no mercado de trabalho. A desigualdade da disponibilidade para o trabalho certamente tem um peso nas decisões dos empresários quando tem que escolher entre um elemento do sexo feminino ou masculino. "O universo do trabalho das operárias forma um sistema em que capitalismo e patriarcado se superpõem para explorar dominando e dominar explorando" (KERGOAT (1980) página 77).

São mesmo a criação de equipamentos que venham a aliviar a carga de trabalho doméstico irá possibilitar a incorporação massiva da mulher ao mercado de trabalho, sobretudo da mulher casada (1). Se esta irá dar-se pelas "necessidades da acumulação" ou pela pressão da própria mulher para encontrar seu lugar no mercado de trabalho, isto dependerá da história de cada nação.

São deixando de estar em posição tão frágil poderão a mulher ter condições de fazer valer seus direitos de igualdade no acesso ao mercado e a cargos de maior responsabilidade e melhor remunerados. São assim, também, poderão

(1) O Professor Paulo Singer revelou ter constatado pelos dados do Censo de 1970 que apenas 11% das mulheres casadas exerciam atividade remunerada no Brasil (SBPC, Campinas 1982).

exigir que se cumpram as leis de igualdade de salários para iguais funções.

Existe, para as mulheres, um laço estreito entre sua vida privada e sua vida pública que, se por um lado cria dificuldades concretas para sua participação em ações reivindicativas(1), por outro lado torna seu envolvimento nas lutas sindicais muito mais intenso e solidário, pois estende-se à vida privada. Por esse motivo, conforme aponta KERGOAT, são tão radicalizadas as lutas das fábricas onde as mulheres constituem o contingente quase exclusivo da força de trabalho, uma vez desencadeadas, apesar de mais difíceis de serem iniciadas. Já quando as lutas são mistas, o duplo papel da mulher na sociedade se entrecruza e deve ser levado em conta, sob pena de que as mulheres se vejam abandonadas e se batam sós com suas contradições e assim seja prejudicada sua participação na luta operária. Não se deve confundir os resultados(sua participação deficiente) dessa discriminação, ou seja, a interiorização da ideologia dominante pela mulher operária, com a causa, sua dominação secular.

Nas páginas que se seguem deste trabalho veremos como se verificou uma crescente incorporação de mão-de-obra feminina no mercado de trabalho industrial brasileiro, principalmente a partir de 1970. Se até essa data o contingente crescente de mulheres que trabalham dirigia-se de preferência ao setor terciário, nos últimos anos as maiores taxas de crescimento da população ativa feminina referem-se àquela destinada à atividade industrial, sobretudo na indústria de transformação e principalmente nas regiões de maior desenvolvimento industrial do país.

(1) Dadas as formas de participação tradicionais (reuniões à noite ou nos fins de semana) este compromisso equivale a uma menor dedicação aos filhos, o que cria um sentimento de culpa dificilmente superável para as mulheres, condicionadas para ser mães (KERGOAT (...)) página 135).

Ainda que a simplificação do processo de trabalho na indústria decorrente das inovações tecnológicas introduzidas, principalmente na montagem mecânica e na indústria eletro-eletrônica, tenha muito que ver com esse processo, certamente não estaremos muito longe da verdade se supusermos que essa substituição de homens por mulheres se deva também, em boa medida, aos baixos salários que se pagam às mulheres, tornando-as mais requisitadas em épocas recessivas.

O expediente da utilização de setores discriminados socialmente para deprimir o salário médio é denunciado por Michèle BARRETT como tendo sido utilizado pelo capitalismo inglês em crise, que ao não despedir as mulheres, exercia pressão sobre os salários mais altos exigidos pelos operários homens (BARRETT (1980), página 160). Esta autora lembra também os problemas sociais daí advindos, devidos à humilhação sofrida pelos operários cuja função básica tradicionalmente definida e mantida pela ideologia dominante se vê ameaçada e passa a ser cumprida por sua mulher. Engels tira do fato uma lição interessante:

"Se o reinado da mulher sobre o marido, que se tornou inevitável devido ao sistema fabril, é desumano, a regência anterior do marido sobre a mulher deve ter sido também desumana" (ENGELS (1977), página 163).

O fato da mulher trabalhar modifica as práticas sociais em relação à divisão sexual do trabalho doméstico e à repartição dos papéis no casal. Para as mulheres, o exercício de uma atividade profissional conduz à recusa de uma divisão dos papéis sociais e políticos de acordo com o sexo (CF. KERGOAT (1978) "Les Ouvrières", página 145).

Consideramos, portanto, que ainda que para a mulher seja de certa forma injusta a reivindicação de igualdade de condições no trabalho produtivo, frente à desigualdade da carga de trabalho doméstico, este é o único caminho que poderá conduzi-la a superar a dominação na família, alterando assim as condições que permitem a legitimação da submissão feminina aos olhos da sociedade.

CAPÍTULO IIA MULHER NA FORÇA DE TRABALHOA) PERÍODO 1940/70

Só muito recentemente começou a ser questionada a validade dos argumentos pessimistas em relação ao potencial de criação de empregos urbanos durante o processo de industrialização nos países periféricos. (cf. TAVARES & SOUZA (1981)). A vertente teórica que vê sinais de senilidade na atual fase do capitalismo, e que o vê incapaz de desenvolver as forças produtivas, quando encarada desde a perspectiva dos países dependentes dá lugar à chamada teoria da marginalidade.

A teoria da marginalidade tem sua origem na idéia bastante difundida de que o avanço tecnológico seria responsável pelo crescente distanciamento entre a taxa de acumulação e a geração do emprego no setor moderno, capitalista. Isto provocaria a busca de refúgio, por parte da população sobrando, nas atividades de tipo mercantil simples, provocando o "inchaço" do terciário nas cidades. Este processo seria mais agudo no caso dos países de industrialização recente, pelo fato da tecnologia ser gerada nos países centrais, voltada para a realidade desses países. Nas economias periféricas, o baixo nível de atividade já criava problemas sérios de emprego, que se viam assim aguçados.

Este seria o resultado da expansão do capitalismo nos países dependentes, onde o novo sistema deixaria atrás de si o espectro da fome e da miséria onde quer que passasse, destruindo as formas pré-capitalistas de organização da produção, devido a sua incapacidade de absorver produtivamente as populações assim marginalizadas, devido às baixas taxas de acumulação e às ainda reduzidas taxas de criação de emprego.

Se a teoria serviu para descrever uma situação mais ou menos generalizada nos países dependentes, parece incapaz de dar conta de toda a riqueza de inter-relações entre o capitalismo central e aquele dos países periféricos. Por um lado, é verdade que a importação de tecnologia agrava a situação de abundância relativa de mão-de-obra, pois a industrialização tardia nesses países muitas vezes destrói a pequena produção sem criar oportunidades de emprego para toda a população nela involucrada.

No entanto, com o avanço do processo, as taxas de acumulação tendem a ser mais elevadas que as verificadas historicamente nos países centrais. Isto ocorre principalmente quando condições favoráveis somam-se às já mais vantajosas oportunidades de investimento, devidas em boa medida à menor concorrência e ao maior "gap" entre a tecnologia que se instala e a pré-existente.

Não pretendemos negar o importante papel de escoadouro de mão-de-obra desempenhado pelo setor terciário, e sim destacar que esta não é sua única função. De fato, como veremos mais tarde, o terciário cresce também em consequência das necessidades criadas pela ampliação do espaço econômico do setor industrial. De fato, o secundário não cresce sozinho, senão que tende a arrastar consigo uma série de serviços fundamentais para o desenvolvimento industrial.

Assim, o processo de industrialização nem sempre tem um caráter marginalizador, e nos últimos tempos "devemos reconhecer ser falso que o ritmo de criação de empregos nas atividades modernas tenha sido lento, ao menos no caso do Brasil" (cf. TAVARES & SOUZA (1981), página 4).

As taxas de crescimento da População Economicamente Ativa no setor secundário foram bastante elevadas no país no período de 1940 a 1970, que passamos a analisar. A indústria de transformação apresentou

taxas ligeiramente inferiores, mas bem superiores à média dos setores (v. Tabela II-1).

Mais significativas são as taxas de crescimento da indústria dinâmica no período. Em consequência, a parcela da População Economicamente Ativa dedicada ao secundário em 1970 é quase o dobro da cifra relativa a 1940 (V. Tabela II-2) (1).

As oportunidades de emprego na indústria até 1970 abriram-se principalmente para os trabalhadores do sexo masculino (V. Tabela II-3). O crescimento do emprego feminino (medido aqui indiretamente pela População Economicamente Ativa (2)) no setor secundário fica por volta de 2,5% ao ano durante as três décadas, o mesmo ocorrendo na indústria de transformação (V. Tabela II-3).

O crescimento da População Economicamente Ativa feminina na indústria dinâmica é considerável tanto no início como no final do período, superando inclusive a taxa de crescimento médio da População Econômica Ativa masculina nessas indústrias (6,8% ao ano contra 5,5% respectivamente). Mas a presença feminina na indústria dinâmica é

(1) A classificação das indústrias em dinâmicas e tradicionais por agrupamento de especializações é sempre insuficiente, ocorrendo dentro da mesma indústria às vezes empresas dinâmicas (entendidas como "grande indústria", de produção em série, em oposição à manufatura) e tradicionais. Um esquema mais útil do ponto de vista da dinâmica do capitalismo foi desenvolvido por Kalecki a partir dos esquemas marxistas, considerando indústrias de bens de capital de bens de consumo duráveis e não duráveis. Infelizmente as informações estatísticas dificultam essa classificação. Para nossos objetivos, não se justificam os esforços necessários para proceder a tentativas no sentido da classificação Kaleckiana.

(2) A hipótese subjacente é que a População Economicamente Ativa sofra as mesmas variações que o pessoal ocupado, de tal forma que as taxas de desemprego se mantenham relativamente estáveis. Esta hipótese é ainda mais plausível no caso da População Economicamente Ativa feminina, conforme veremos mais adiante.

TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETOR DE ATIVIDADE - BRASIL - ENTRE 1940 E 1970.

SETORES	1940/50	1950/60	1960/70	1940/70	1950/70
População Total	2,3	2,9	3,0	2,8	3,0
População Economicamente Ativa.	1,5	2,9	2,6	2,3	2,7
Setor Primário	0,5	1,8	0,6	1,0	1,2
Setor Secundário	4,5	2,3	6,1	4,3	4,2
- Indústria Transformação	3,9	2,0	5,2	3,7	3,6
- Indústrias Dinâmicas	5,6	3,4	8,0	5,6	5,7
- Indústrias Tradicionais	3,3	1,4	3,6	2,7	2,5
Setor Terciário	2,7	4,8	3,9	3,8	4,3

Fonte: Indicadores Sociais, Relatório 1979, FIBGE, páginas 87 e 89.

OBS.: As indústrias dinâmicas compreendem: metalúrgica, mecânica, - material elétrico e de comunicações, material de transporte, minerais não metálicos, papel e papelão, borracha, produtos - farmacêuticos, produtos de materiais plásticos e química. As tradicionais abrangem: fumo, mobiliário, madeira, couro, peles e produtos similares, têxtil, vestuário e calçados, produtos alimentares, bebidas, e editorial e gráfica.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETOR DE ATIVIDADE - BRASIL - DE 1940 A 1970.

SETORES	1940	1950	1960	1970
População Economicamente Ativa	100	100	100	100
Setor Primário	65,9	59,9	54,0	44,6
Setor Secundário	10,3	13,7	12,9	18,0
Indústria transformação	7,4	9,4	8,6	11,0
-Indústrias Dinâmicas	1,8	2,7	2,8	4,7
-Indústrias Tradicionais	5,6	6,7	5,8	6,3
Setor Terciário	23,1	26,1	31,5	35,7
Atividades Mal Definidas	0,7	0,3	1,6	1,7

Fonte: Indicadores Sociais, Relatório 1979, FIBGE, página 89.

OBS.: As indústrias dinâmicas compreendem: metalúrgica, mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, minerais não metálicos, papel e papelão, borracha, produtos farmacêuticos, produtos de materiais plásticos e química. As tradicionais abrangem: fumo, mobiliário, madeira, couro, peles e produtos similares, têxtil, vestuário e calçados, produtos alimentares, bebidas, e editorial e gráfica.

inicialmente inexpressiva, não atingindo 1% da População Economicamente Ativa feminina em 1940 (V. Tabela II-4), de forma que apesar de suas altas taxas de crescimento não altera substancialmente a tendência do emprego feminino no conjunto da indústria.

Ao cabo das três décadas aqui tomadas, a participação relativa do setor secundário na População Economicamente Ativa masculina dobra (de 10,2 passa a 20,0%), enquanto a participação relativa do setor secundário na População Economicamente Ativa feminina apenas se mantém (de 10,6% em 1940 a 10,4% em 1970) (V. Tabela II-4).

Sendo a População Economicamente Ativa feminina em números absolutos bastante inferior à População Economicamente Ativa masculina, e como consequência desse crescimento desproporcionado, a composição por sexo do setor secundário passa de 80% de homens e 20% de mulheres em 1940 para 88% e 12% respectivamente (cf. FIBGE (1979), página 87).

Isto se processa concomitantemente com a elevação da participação feminina na População Economicamente Ativa (1). Podemos dizer que as oportunidades de emprego na indústria, para as mulheres, apenas acompanharam o ritmo de crescimento do emprego para esse sexo. No caso dos homens, o emprego industrial cresceu com ritmo dobrado em relação ao conjunto dos setores (V. Tabela II-3).

A dinâmica industrial do período ainda é dada pelo comportamento da indústria "tradicional", mas o crescimento da indústria "dinâmica", faz com que seu peso aumente consideravelmente no período.

(1) Esta passa de 15,9% em 1940 a 21,0% em 1970, elevando-se a taxas mais altas após essa data, para atingir 26,9% em 1980, segundo os Resultados Preliminares do Censo de 1980. Apesar destes últimos resultados serem projeção de uma amostra, a cifra real deve estar próxima da citada.

TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETOR DE ATIVIDADE E POR SEXO - BRASIL - DE 1940 A 1970.

SETORES		1940/50	1950/60	1960/70	1940/70	1950/70
População Total	H	2,3	3,0	3,0	2,7	3,0
	M	2,4	2,9	3,0	2,8	3,0
População Econ. Ativa	H	2,0	2,5	2,2	2,2	2,3
	M	1,1	5,0	4,1	2,6	4,6
Setor Primário	H	1,2	1,5	0,7	1,1	1,1
	M	-5,3	4,9	0,3	-0,1	2,6
Setor Secundário	H	4,8	2,3	6,7	4,6	4,4
	M	2,8	2,4	2,5	2,6	2,5
-Indústria Transformação	H	4,2	1,8	6,0	4,0	3,9
	M	2,8	2,3	2,3	2,5	2,3
-Indústria Dinâmica	H	5,0	3,6	8,0	5,5	5,8
	M	11,2	1,2	8,2	6,8	4,7
-Indústrias Tradicionais	H	3,9	0,9	4,6	3,1	2,7
	M	1,8	2,5	1,0	1,8	1,8
Setor Terciário	H	3,4	4,6	2,7	3,5	3,6
	M	1,3	5,4	6,1	4,2	5,7

Fonte: Indicadores Sociais, Relatório 1979, FIBGE, páginas 87 e 89.

OBS.: As indústrias dinâmicas compreendem: metalúrgica, mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, minerais não metálicos, papel e papelão, borracha, produtos farmacêuticos, produtos de materiais plásticos e química. As tradicionais abrangem: fumo, mobiliário, madeira, couro, peles e produtos similares, têxtil, vestuário e calçados, produtos alimentares, bebidas, e editorial e gráfica.

A mão-de-obra da indústria "dinâmica" no total masculino, que era menos da metade da participação da indústria tradicional, chega quase a nivelar-se com esta última em 1970.

As mulheres no setor dinâmico passam, no período, de menos de 10% a mais de 25% do pessoal ocupado feminino na indústria de transformação (V. Tabela II-4).

Estas modificações que acabamos de ver sã irãõ se consumir durante a dẽcada de 1970, quando se torna muito mais visível toda a transformação estrutural por que passa a indústria brasileira em toda essa epõca.

O setor terciário parece acompanhar a certa distância - e com certa defasagem no tempo - as tendências da População Economicamente Ativa no secundário. Se tomamos as duas últimas dẽcadas, a mão-de-obra no terciário cresce à mesma taxa que no secundário (V. Tabela II-1).

A relevância do crescimento do emprego no terciário está no peso desse setor em relação ao total da População Economicamente Ativa. Em 1940 trabalhavam no setor 23,1% da População Economicamente Ativa, e em 1970 esse percentual elevava-se a 35,7% (V. Tabela II-2). Assim, apesar de crescer menos que o secundário nas dẽcadas de 1940/50 e 1960/70 em termos relativos, o terciário é o setor que mais cresce no período em números absolutos.

Dos quase quinze milhões de novos trabalhadores que se acrescentam à População Economicamente Ativa nas três dẽcadas, cerca da metade dirige-se ao terciário, que gera no período mais de sete milhões de novos empregos. Isto equivale a quase duas vezes o volume de emprego criado pela indústria (pouco mais de três milhões e meio) no mesmo lapso de tempo (cf. dados censitários em FIBGE (1979), página 87).

Tabela II - 4

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETOR DE ATIVIDADE E POR SEXO - BRASIL - DE 1940 A 1970.

SETORES		1940	1950	1960	1970
População Economicamente Ativa	H	100	100	100	100
	M	100	100	100	100
Setor Primário	H	70,4	65,0	59,2	51,0
	M	46,8	30,3	30,0	20,5
Setor Secundário	H	10,2	13,4	13,1	20,0
	M	10,6	15,6	12,3	10,4
-Indústria Transformação	H	6,7	8,4	7,9	11,3
	M	10,3	15,3	11,9	9,9
-Indústrias Dinâmicas	H	2,0	2,7	3,1	5,2
	M	0,7	2,4	1,7	2,4
-Indústrias Tradicionais	H	4,7	5,7	4,8	6,1
	M	9,6	12,9	10,2	7,5
Setor Terciário	H	18,6	21,3	26,1	27,4
	M	42,2	53,8	55,7	67,2
Atividades Mal Definidas	H	0,8	0,3	1,6	1,6
	M	0,4	0,3	2,0	1,9

Fonte: Indicadores Sociais, Relatório 1979, FIBGE, página 89.

OBS.: As indústrias Dinâmicas compreendem: metalúrgica, mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, minerais não metálicos, papel e papelão, borracha, produtos farmacêuticos, produtos de materiais plásticos e química. As tradicionais abrangem: fumo, mobiliário, madeira, couro, peles e produtos similares, têxtil, vestuário e calçados; produtos alimentares, bebidas, e editorial e gráfica.

É no setor terciário que a crescente mão-de-obra feminina vai encontrar maiores possibilidades de emprego. De segundo setor que mais absorve mão-de-obra feminina em 1940, o terciário passa em 1970 ao primeiro lugar, sobrepujando o setor primário (V. Tabela II-3).

O crescimento do emprego masculino no terciário é grande também, mesmo em termos relativos (V. Tabela II-3). Em termos absolutos ele suplanta o feminino. Mas o maior dinamismo do crescimento do emprego feminino no terciário está "feminilizando" o setor (1). Em 1940 tínhamos no setor terciário 34,6% de mulheres, contra 39,3% em 1970. (cf. FIBGE (1979), página 130). Esta é uma tendência que também se acentua nos anos setenta, como veremos a seguir (2).

E, pois, a análise do terciário que nos mostra com maior clareza a divisão do mercado de trabalho por sexo no primeiro dígito. Já em 1940 mais de 40% da População Economicamente Ativa feminina encontra-se no setor terciário, e seu aumento vigoroso é que explica o crescimento da taxa de participação das mulheres nessas décadas, numa conjuntura de baixa absorção da mão-de-obra feminina pela indústria. Assim, chegamos a 1970 com 67,2% da População Economicamente Ativa feminina no setor terciário.

O sentido da evolução diferenciada do mercado de trabalho por sexo é melhor entendido quando comparamos duas proporções: A relação de trabalhadores homens no secundário para com os do setor terciário passa de 1: 1,8 para 1: 1,4 no período. Para as mulheres, a mesma relação evolui assim: 1: 4,0 em 1940 passando a 1: 6,5 em 1970.

Isto ocorre em grande medida porque o setor terciário cumpre também

(1) A feminilização dessas ocupações é um fenômeno já verificado nas economias européias, conforme aponta BOSERUP (1970).

(2) Cristina BRUSCHINI (1979) já chamava a atenção para a "sexualização das ocupações" pelo crescimento do terciário feminino.

a função de escoadouro de mão-de-obra que não encontra emprego nos outros setores econômicos. A capacidade do terciário executar esse papel está baseada em suas características de setor que possibilita a reprodução de relações mercantis simples, onde a entrada no mercado de trabalho é mais fácil.

Os empreendimentos pouco capitalizados do terciário (que convivem com o terciário "moderno") pagam salários mais baixos não mantêm relações formais de dependência com a mão-de-obra, sendo a especialização aí muitas vezes prescindível. Por outro lado, toda uma série de serviços pessoais que podem ser prestados com o auxílio de umas poucas ferramentas, ou mesmo sem instrumento nenhum, faz com que alguns trabalhadores sobrantes do mercado de trabalho se estabeleçam como autônomos (1). Aí encontramos desde profissionais de serviços, como sapateiros, barbeiros, até vendedores ambulantes, empregadas domésticas, e outros. Quando vemos mais em detalhe o crescimento do emprego feminino no setor, verificamos que em 1940 os serviços domésticos remunerados representavam 44% da mão-de-obra feminina no terciário, mantendo esse nível de importância (41%) em 1970, apesar da grande expansão do emprego feminino no setor.

Na última década do período analisado, este sub-ítem do setor serviços cresce com mais vigor que o conjunto do terciário (6,2% contra 6,1% ao ano) (2).

(1) Isto ocorre atualmente até com operários especializados na mecânica ou eletro-eletrônica desempregados em consequência da crise.

(2) SOUZA (1980) fez notar que "em termos ocupacionais, o serviço doméstico respondia em 1970 por 60% do emprego total nos "serviços não organizados" e seu crescimento foi apreciável justamente nos grandes centros urbanos: em São Paulo verificou-se segundo a taxa de 6,4% entre 1950 e 1970" (página 152). A Tabela V-6 (página 154 de SOUZA (1980) mostra o dinamismo do emprego no serviço doméstico entre 1950 e 1970. As taxas de crescimento do serviço doméstico no país foram de 4,9% ao ano entre 1950 e 1970, sendo 3,9% nos anos cinquenta e 5,9% nos sessenta. No Estado de São Paulo essas taxas foram de 6,4%, 5,4% e 7,5% respectivamente.

Além disso, entre as ocupações, o serviço doméstico continuou apresentando os mais baixos rendimentos (1).

(1) Os índices de renda média do serviço doméstico das grandes cidades em relação ao salário mínimo local são de 75,3% do mínimo na Grande São Paulo, 64,6% no Grande Rio de Janeiro, 41,7% em Belo Horizonte, 56,3% na Grande Porto Alegre, 43,0% em Salvador e 36,1% do salário mínimo local no Grande Recife. Os extratos ocupacionais com rendimentos mais próximos equivalem a 1,6 vezes na Grande São Paulo, 1,9 no Grande Rio de Janeiro, 2,7 em Belo Horizonte, 2,8 na Grande Porto Alegre, 2,4 em Salvador e 2,6 vezes o rendimento do serviço doméstico na Grande Recife (V. Tabela V-12, página 173 de SOUZA (1980)).

B) PERÍODO 1970/1980

Se compararmos os dados de ocupação do período 1970/1980 com os das décadas anteriores, chegaremos à conclusão - de resto esperada - de que os anos setenta revelaram um dinamismo sem precedentes na história da industrialização brasileira. A taxa média de crescimento da ocupação nos anos setenta (de 4,0% ao ano) é bastante superior à média de crescimento da População Economicamente Ativa entre 1950 e 1970 (de 2,7% ao ano). A ocupação cresce quase uma vez e meia mais depressa que o aumento da população (V. Tabela II-5).

O maior responsável por essa alta taxa de absorção de emprego é o setor secundário, que cresce à taxa média anual de 7,3% na última década, contra 6,1% nos anos sessenta e 4,2% entre 1950 e 1970. (V. Tabelas II-1 e II-5).

A indústria de transformação superou essa "performance", com uma taxa média de crescimento no último período de 7,8% anual, contra 3,6% entre 1950 e 1970 e 5,2% nos anos sessenta. É ela que imprime a dinâmica do setor secundário, pois representa cerca de 65% da ocupação no setor, que vai terminar a década absorvendo a quarta parte do pessoal ocupado total (V. Tabela II-6)

A mão-de-obra masculina acompanha mais ou menos as tendências analisadas para o total. O mercado de trabalho se amplia para os homens principalmente no setor secundário, onde o pessoal ocupado masculino cresce à taxa anual de 6,7% em média no período (V. Tabela II-7).

No entanto, é para as mulheres que a década de 1970 vai significar uma alteração profunda em relação às tendências de incorporação à força de trabalho que vinham sendo observadas no período anterior. Enquanto o emprego masculino no secundário dobra no decorrer dos anos setenta, o feminino é triplicado. As maiores taxas de crescimento da População Economicamente Ativa feminina na indústria provocam a

TABELA II - 5

TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO PESSOAL OCUPADO POR SETOR DE ATIVIDADE DE 1970 A 1980 - BRASIL.

SETORES	1970 EM 1000 PESSOAS	1980 EM 1000 PESSOAS	1970/1980 TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO
Pessoas c/10 anos e mais	65.862,1	88.149,9	2,96
População Economicamente Ativa	29.557,2	43.796,8	4,0
Setor Primário	13.090,4	13.109,4	0,01
Setor Secundário	5.295,4	10.675,0	7,26
-Indústria Transformação	3.241,9	6.858,6	7,78
Setor Terciário	11.171,4	19.129,4	5,53

Fonte: Resultados preliminares do Censo de 1980. FIBGE. Deve-se ter em conta que as cifras referentes a 1980 baseiam-se em projeções dos dados preliminares selecionados de tal forma a se constituírem em uma amostra representativa. Nesta medida não tem a fidedignidade das cifras do Censo de 1970.

reversão da trajetória anterior, fazendo cair a participação masculina no total, de 88% em 1970 para 83% em 1980.

A recuperação da participação feminina na População Economicamente Ativa do secundário realiza-se através de seu crescimento às expressivas taxas de 10,7% ao ano para a indústria de transformação e 10,9% ao ano para o conjunto do setor, estabelecendo um contraste marcado com as cifras relativas às décadas anteriores, de 2,3% e 2,5% anuais respectivamente entre 1950 e 1970 (V. Tabela II-7 e II-3).

Outras fontes de informação igualmente confiáveis como a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) indicam que a maior parte do novo contingente de trabalhadores na indústria foi engajada diretamente na produção. E o dado mais interessante a ser destacado é que o fluxo de operários não se dirigiu aos setores tradicionalmente empregadores de mão-de-obra feminina, como a confecção, a alimentação, etc. Foi justamente o crescimento de setores como o eletro-eletrônico e o mecânico de montagem, antes redutos de emprego masculino, que propiciou a crescente ocupação de mulheres na atividade industrial nos anos setenta. As razões dessa repentina "simpatia" pela mão-de-obra feminina, que conduziram à substituição de operários homens por mulheres em certas empresas, são bastante complexas e tem sido objeto de estudo de vários grupos de estudo que lidam com fenômenos como a transformação do processo de trabalho (1).

(1) Há pelo menos dois grupos do CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) que desenvolvem esforços nesse sentido, procurando extrair relações entre as transformações ocorridas no processo de trabalho e o movimento sindical. Um desses grupos está preocupado especificamente com a proposição de um novo enfoque para o movimento sindical e operário, tendo em vista que a determinação "sexo" como linha divisória da classe operária deve constituir-se em um desafio à criatividade daqueles que buscam formular uma estratégia para o movimento da classe operária em seu conjunto. Esse grupo, integrado por Leda GITAHY, Helena HIRATA, Elizabeth LOBO GARCIA e Rosa Lúcia MOYSES, em seu trabalho "operários Sindicalização e Reivindicações (1970/1980)",

Seguramente a tendência à simplificação das tarefas possibilita a incorporação de uma mão-de-obra que se caracteriza pela desqualificação para o "trabalho industrial" tradicional. (por razões históricas, sociais, culturais e como consequência da estrutura educacional).

Também devem ter influência os fatores relacionados com o tipo de habilidade que requerem certas tarefas, em que a precisão nos detalhes e os gestos mais medidos de dedos mais hábeis condicionados à minúcia, à força de repetição das tarefas domésticas, torna a mão-de-obra feminina especialmente adequada para a linha de produção de circuitos eletrônicos ou de certas linhas de montagem da mecânica de precisão. A ^{equi}equidade visual e a maior sujeição a tarefas monótonas e repetitivas certamente contam entre as vantagens oferecidas pelas mulheres nesse tipo de trabalho em relação aos homens (2).

Finalmente, deve ser destacado que apesar dos baixos salários pagos à mão-de-obra direta em nosso país, não deve ser descartada a possibilidade do diferencial de salários entre os sexos ter tido algum tipo de influência no maior crescimento do número de mulheres na produção industrial em relação aos homens.

Este fator assume importância geralmente em setores em que a concorrência entre as empresas é muito significativa inclusive a nível internacional.

(1) (CONT)

destaca que "o caráter e a dinâmica do crescimento brasileiro recente suscitou a criação de uma massa de novos empregos, especialmente no setor metalúrgico e de material elétrico, exigindo habilidade, destreza e minúcia, considerados "adaptados" a mão-de-obra feminina" (GITAHY (1981), página 4).

(2) "A desqualificação feminina, bem como sua aptidão para realizar determinadas tarefas, deve ser analisada em função da aprendizagem social da menina de seu papel de futura mulher" (KERGOAT (1980), página 77).

apesar de serem setores concentrados. Assim, por exemplo, muitas indústrias eletrônicas diversificam sua produção em escala mundial, produzindo os vários componentes em países distintos, basicamente em função do custo de mão-de-obra.

É certo que em termos gerais os custos de mão-de-obra não são importantes na indústria como um todo e ~~que~~ não se pode a priori relacionar variações salariais com movimentos inversos na taxa de lucro global da indústria, nem com seu poder de concorrência. No entanto, em algumas indústrias em que os custos de mão-de-obra são elevados em relação aos demais custos diretos e onde a concorrência de preço entre as firmas é acirrada, o expediente de redução dos salários via utilização de setores desvalorizados da força de trabalho como as mulheres e os imigrantes, constitui-se em importante mecanismo de concorrência.

Em períodos de crise econômica, o que era válido para umas poucas indústrias, passa a ter um alcance mais difundido. Nas fases depressivas as empresas, individualmente, procuram reduzir custos e a substituição de operários homens por mulheres é uma das formas em que isto é realizado. Contudo, a nível macroeconômico, da indústria em seu conjunto, a redução salarial consequente não irá conduzir à elevação dos lucros. Ao contrário, a massa de lucros pode inclusive cair, acompanhando a queda na demanda efetiva.

O peso relativo de cada um desses fatores, para ser aquilatado, dependeria de uma análise detalhada do processo histórico de incorporação de mão-de-obra feminina por tipo de indústria, que foge aos limitados objetivos deste trabalho.

Mas, além disso, o aumento do emprego feminino na indústria não se circunscreve à mão-de-obra direta, ainda que esta última possa ter tido maior expressão no conjunto do novo emprego criado.

TABELA II - 6

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO POR SETOR DE ATIVIDADE EM 1970 E 1980 - TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD.

SETORES	1970	1980	VARIAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO. 1970/1980	1980 VARIAÇÃO % EM RELAÇÃO A 1970
População Economicamente Ativa	100	100	100	48,2
Setor Primário	44,6	29,9	-14,7	0,1
Setor Secundário	18,0	24,4	6,4	101,6
- Indústria Transformação	11,0	15,7	4,7	111,6
Setor Terciário	35,7	43,7	8,0	71,2

Fonte: Censo 1970 e Resultados Preliminares do Censo 1980.

TABELA II - 7

TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO PESSOAL OCUPADO POR SEXO -
BRASIL -1970 A 1980.

SETORES		1970/1980 TAXA CRESCI MENTO ANUAL	1970/1980 CRESCIMENTO PERCENTUAL	1980 PARTICIPAÇÃO FEM. S/TOTAL
Pessoal Ocupado Total	H	3,1	35,8	27,5
	M	6,9	95,3	
Setor Primário	H	-0,4	-3,9	13,2
	M	3,3	37,8	
Setor Secundário	H	6,7	90,7	16,8
	M	10,9	181,3	
- Indústria Transformação	H	7,0	96,8	24,5
	M	10,7	175,6	
Setor Terciário	H	4,7	58,0	43,0
	M	6,8	92,5	

Fonte: Censo 1970 e Resultados Preliminares do Censo 1980.

TABELA II - 8

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO POR SETOR DE ATIVIDADE E POR SEXO ENTRE 1970 E 1980 - BRASIL.

SETORES		1970	1980	VARIACAO NA PARTI- CIPACAO 1970/1980	1980 VARIACAO % EM RELACAO A 1970.
Pessoal Ocupado Total	H	100	100	100	35,8
	M	100	100	100	95,3
Setor Primário	H	51,0	35,8	-15,2	- 0,04
	M	20,5	14,4	- 5,1	37,8
Setor Secundário	H	20,0	28,0	8,0	90,7
	M	10,4	14,9	4,5	181,3
- Indústria Transformação	H	11,3	16,3	5,0	96,8
	M	9,9	13,9	4,0	175,6
Setor Terciário	H	27,4	34,3	6,9	58,0
	M	67,2	68,3	1,1	92,5

Fonte: Censo 1970 e Resultados Preliminares do Censo de 1980.

portanto, plenamente a exigência de disciplina. No entanto, a mulher que concilia o trabalho produtivo com o cuidado da casa e dos filhos não está em condições de oferecer essa disponibilidade total.

Não é por outro motivo que as mulheres solteiras são selecionadas de preferência às casadas no mercado de trabalho. É comum a empresa capitalista adotar como política a dispensa de funcionárias, quando estas se casam, mesmo em países em que o Estado faz recair sobre si os encargos da licença-maternidade, como no caso do Brasil. Logicamente essa política discriminatória é mais comum em níveis hierárquicos mais baixos, onde a desqualificação da trabalhadora torna mais fácil sua substituição.

O preconceito atinge também mulheres que chegam a níveis mais elevados, sendo conhecido o fato de numerosas empresas não admitirem mulheres em cargos de confiança. Na verdade a discriminação começa pela seleção de um pequeno número de cargos ou profissões em que as mulheres são admitidas, conforme veremos no próximo capítulo. Quem se der ao trabalho de dar uma vista de olhos nos classificados das empresas selecionadoras de pessoal poderão constatar que elas já se organizam internamente em função dessa divisão do mercado de trabalho por sexo. Costumam ter um departamento masculino com duas subdivisões: técnico e administrativo, e um departamento feminino, onde invariavelmente constam os cargos de secretária, empregadas domésticas, e algumas vezes o de auxiliar de contabilidade. "Toda mulher é uma quase-secretária", denuncia Helena HIRATA (cf. HIRATA (1980)). As funções que as secretárias desempenham são, na maioria das vezes, "de caráter repetitivo e monótono, mecânico e rotineiro: agrupar e distribuir a correspondência diariamente, fazer pacotes e enviá-los, tirar fotocópias...", enfim, uma multiplicidade de pequenas tarefas, como "passar à máquina relatórios, cartas, faturas, artigos, atender ao telefone, anotar os compromissos e os recados, algumas vezes encomendar os móveis e organizar festinhas, atualização sistemática de fichários de endereços, enfim (...) transformar-se numa

fonte ambulante de informações diversas, de expressões de estímulo e com respostas prontas - mas não demasiado vivas, para não se arriscar a ouvir um comentário do tipo: Você está agressiva hoje ! (cf. HIRATA (1980), página 32).

A semelhança com o trabalho doméstico é dada pela pequena qualificação necessária, pela restrita margem de criatividade permitida, na maior parte das vezes, e pelo caráter rotineiro e repetitivo do trabalho. Para realizá-lo a contento é preciso ter essa paciência que caracteriza as mulheres, treinadas desde o berço para esse tipo de tarefas.

Ao aumentar a complexidade administrativa das empresas, cresce o número de secretárias e criam-se hierarquias internas à função: secretária executiva, "Senior" "Junior". Desde a secretária executiva espécie de subgerente sem poder de decisão, até a simples datilógrafa do "pool". Espera-se delas que se comportem com a docilidade e submissão próprias do papel feminino na sociedade.

"Em relação a seu superior ou a seu marido, o tempo das mulheres é apropriado de maneira específica, global e sem limites: elas permanecem no mesmo lugar na relação social homens/mulheres. Da funcionária, como da dona de casa, não se espera apenas a subordinação à disciplina da empresa. Espera-se maleabilidade, disponibilidade constante, o abandono de toda autonomia combinado com a responsabilidade em relação à atividade imposta. Assim, na função capitalista parcelar (1), sem dúvida mais que em qualquer outra relação de assalariamento, o capital integra diretamente a seu serviço a relação de triagem por sexo (2) (cf. LIPIETZ (1980), página 57, tradução livre).

(1) Produto da sub-divisão da atividade capitalista em múltiplas funções, (cf. LIPIETZ (1980)).

(2) Em francês "sexage", seleção de aves para cria de acordo com o sexo.

Este é portanto o segundo requisito que a mão-de-obra deve preencher para entrar numa empresa capitalista - a disciplina e o respeito à hierarquia. Uma secretária não discute uma ordem. Executa-a.

Estimula-se nela a competitividade com as companheiras e forja-se uma certa cumplicidade com a equipe dirigente a que serve mais diretamente, pela necessária intimidade que se estabelece na relação chefe-secretária, que dificulta sua identificação com as companheiras, e portanto sua organização para fins reivindicativos.

Mas mesmo detendo a quase exclusividade do mercado de trabalho de secretárias, nem tudo são rosas para as mulheres dentro da função. Pequena é a faixa etária em que se admitem essas trabalhadoras nas empresas. E as que não logram passar no teste de aptidão ou são expulsas do mercado das grandes empresas, terminam no terciário informal, quando voltam a ocupar-se produtivamente. Se é que não retornam ao trabalho doméstico não remunerado, conformando um dos mais gordos filões de desemprego disfarçado da economia capitalista moderna: o das donas de casa.

2. O TERCIÁRIO E A INDUSTRIALIZAÇÃO

O setor terciário acompanhou, naturalmente, o processo de aceleração da economia nos anos setenta. Sua taxa de crescimento no período analisado é de 5,5% ao ano (V. Tabela II-5).

O terciário passa à frente do setor primário na liderança pela absorção de mão-de-obra no período, empregando 43,7% do pessoal ocupado em 1980. Entre 1970 e 1980 o setor primário fica virtualmente estacionário, crescendo 0,1% (V. Tabela II-6).

Para a mão-de-obra masculina, no entanto, o setor primário ainda detém até 1980 o maior contingente de trabalhadores. Mas pode-se prever que muito em breve os três setores estejam com participação equitativa em relação à mão-de-obra masculina. A tendência do pessoal ocupado

masculino no setor primário é declinante (em termos percentuais) há mais de quatro décadas (é o que podemos assegurar pela análise feita, apesar de sabermos que o processo é mais antigo ainda) e a do secundário é ascendente, o terciário parece querer estabilizar-se em torno de um terço do total, aproximadamente (V. Tabela II-8).

O crescimento da mão-de-obra feminina no terciário a ritmos mais elevados que o aumento da População Economicamente Ativa fez elevar-se ainda mais a participação desse setor no emprego feminino total (V. Tabela II-8).

Como vimos, é mais uma vez pela importância relativa do setor na População Economicamente Ativa feminina que se pode aquilatar seu crescimento, não muito sensível no percentual da participação. Assim, dos 6 milhões de mulheres integradas ao mercado de trabalho na última década, 4 milhões, ou sejam, dois terços, foram empregadas no terciário. O crescimento do emprego no secundário em valores absolutos é quase três vezes e meia menor que essa cifra (cf. Resultados Preliminares Censo 1980 e Censo Demográfico 1970).

É um fenômeno que se repete nas economias capitalistas avançadas a tendência para o emprego de mulheres no setor terciário. O fato tem várias explicações. A primeira delas prende-se à baixa qualificação da mão-de-obra requerida para importante parcela do terciário, justamente a parcela a que se dirige a mão-de-obra feminina.

O papel reservado ao sexo feminino na família afeta a disponibilidade e formação dessa mão-de-obra. A necessidade da preparação dos indivíduos desse sexo para o cuidado da casa e dos filhos forçosamente interfere na sua formação como força de trabalho. Em segundo lugar e com maior importância temos a influência que se processa a nível ideológico. A mulher não é criada para produzir, senão para reproduzir. Tudo isto resulta num processo bastante conhecido de formação de homens e mulheres com disponibilidade e qualificação

diferenciada para a força de trabalho.

Assim, é quase "natural" que a mulher, desqualificada para o trabalho produtivo (no sentido econômico), procure desempenhar funções relacionadas com seus papéis na família. É o que ela sabe fazer. Torna-se assim empregada doméstica, ou estabelece-se como costureira, bordadeira, ou no melhor dos casos, auxiliar de enfermagem e professora primária, dependendo do grau de instrução e disponibilidade (quando não liberdade) para trabalhar fora de casa.

É, assim, por razões histórico-culturais, que a mulher se apresenta com menor qualificação e disponibilidade como força de trabalho, em relação ao homem, e mesmo por razões sociais (já que essa disponibilidade e qualificação varia segundo a classe social), todas elas bem determinadas e relacionadas com o papel que a sociedade lhe reserva na família. A mulher busca o terciário como refúgio, não apenas por não encontrar trabalho no secundário. Certas características comuns a certos empregos do terciário tornam-no atrativo para a mão-de-obra feminina que deve conciliar a atividade produtiva com a doméstica não remunerada. Uma dessas características é a informalidade das relações de produção, que permite que mulheres se empreguem como lavadeiras, manicures, e toda essa série de serviços pessoais que permitem trabalhar em casa ou na vizinhança e em horários variáveis (1).

O exercício de certos ofícios de fácil aprendizado na prestação de serviços, que exigem pequeno (ou nenhum) investimento, é uma saída que encontra a mulher despreparada para enfrentar o mercado das grandes empresas. A inexistência de barreiras à entrada desses pequenos estabelecimentos de produtores independentes permite que eles se proliferem sem limites estritos. Sua renda média é que será

(1) Ester Boserup aponta razões pelo lado da demanda, mas também pelo lado da oferta, pelas quais as mulheres não se empregam na indústria (BOSERUP (1970), páginas 112 e seguintes).

regulada pelo seu número no setor, de acordo com o espaço econômico que se lhes abre pela evolução do conjunto da economia, que regula o crescimento da demanda desses serviços (cf. SOUZA (1980)).

"O terciário arcaico (não assalariado) e os funcionários (administrativos) tendem a proliferar nas regiões periféricas, desestruturadas mas não integradas pela acumulação capitalista: trata-se frequentemente de uma forma de desemprego disfarçada que se segue à escola (cf. LIPIETZ (1980), página 50).

O volume relativamente pequeno do emprego feminino no Brasil ainda não permitiu que o terciário se feminilizasse. O setor ainda conta com maioria masculina, de 57% contra 43% de mulheres em 1980 (cf. Resultados Preliminares do Censo de 1980).

Dois processos paralelos acompanham a entrada da mulher no mercado de trabalho. O desenvolvimento do terciário significa abertura de possibilidades para a mão-de-obra feminina. Por outro lado, a desqualificação progressiva da força de trabalho, promovida pela subdivisão e simplificação das tarefas, é um processo que permite a incorporação de mão-de-obra desqualificada - como é a feminina.

"No interior das empresas, por exemplo, o desenvolvimento da informática tende a condenar ao desemprego a profissão dos auxiliares de contabilidade. Em compensação, desenvolve-se uma polarização massiva das profissões da informática: num polo os 20.000 engenheiros e quadros técnicos superiores e em outro polo os 103.000 operadores e perfuradores. Naturalmente, se no primeiro polo conta-se um mulher para 10 homens, em compensação, na base da pirâmide, contam-se 26.000 mulheres para 800 homens!" (cf. LIPIETZ (1980), página 56).

O processo de desvalorização de certas funções do terciário credencia a mulher para o seu exercício. É o caso, entre nós, da comerciária,

O mesmo ocorre, em menor proporção, com os bancários. As funções mais simples dessas duas categorias vem-se feminilizando com a desvalorização dessas atividades e a quebra do poder sindical (que por esse motivo torna-se mais factível) da classe (principalmente dos bancários).

O trabalho de caixa de banco e balconista passou a ser visto como "trabalho para mulher", havendo na expressão já uma conotação depreciativa. Quem não se lembra da "moça do Bradesco?" Já nas funções de gerência, seções de crédito, câmbio, departamento financeiro, predomina o elemento masculino.

A proliferação do terciário, deixemos claro, não é um fenômeno do subdesenvolvimento, mas um produto do desenvolvimento do capitalismo e parcelamento das funções do capitalista e do produtor direto.

Lipietz resume bem o mecanismo: "a polarização e desqualificação do produtor direto (...) provoca a proliferação do terciário, mas também se reproduz dentro dele"(cf. LIPIETZ (1980), página 53)).

"Há no processo três movimentos:

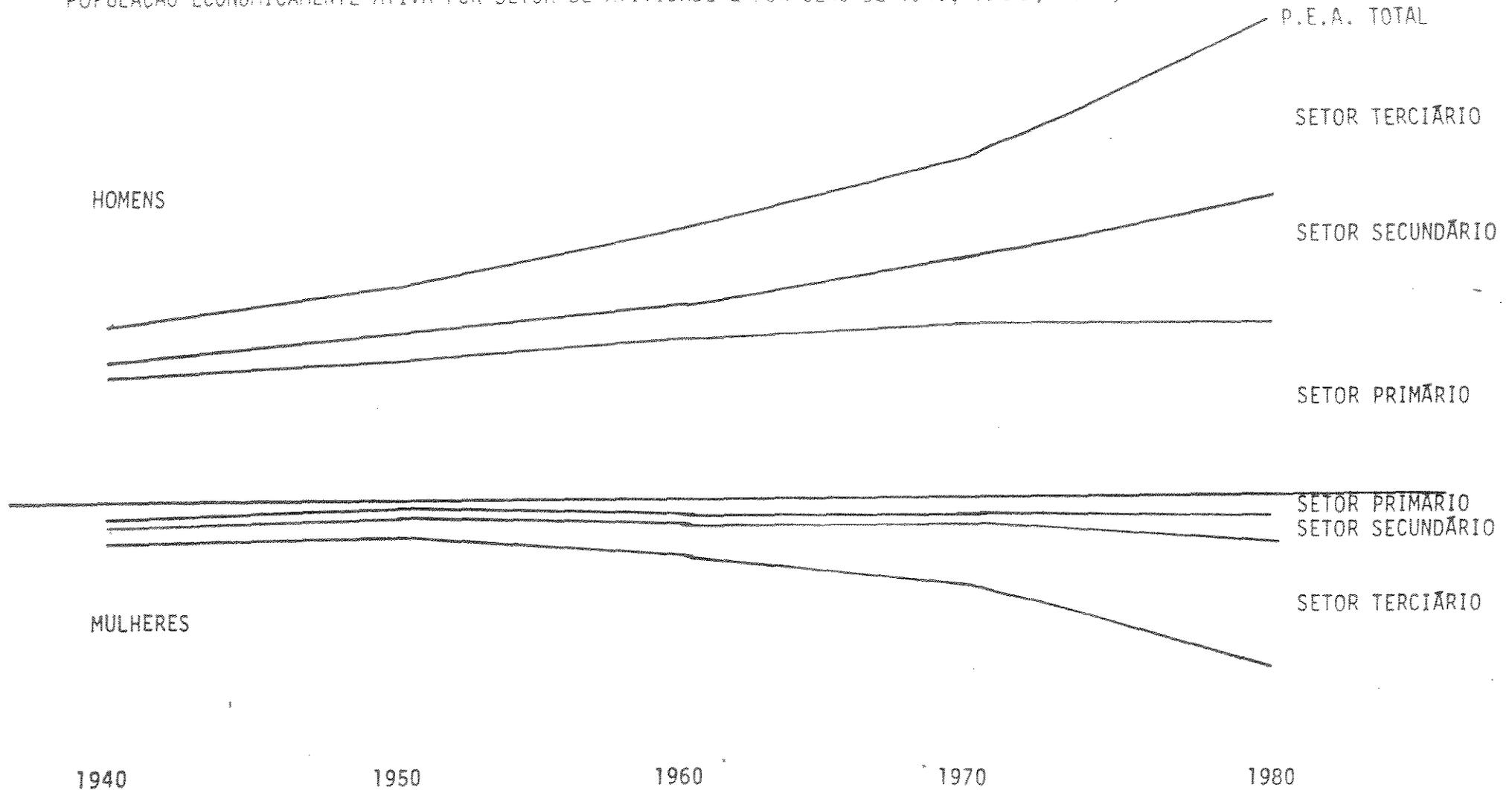
- A divisão manufatureira do trabalho autonomiza as funções intelectuais no interior das empresas do secundário.
- A divisão social do trabalho autonomiza as atividades terciárias em relação a essas empresas, formando um Setor Terciário.
- A acumulação e a divisão do trabalho exigem o desenvolvimento de um setor especializado na reprodução ampliada das "condições externas gerais" do desenvolvimento capitalista (administração, ensino, saúde, etc.). Cria-se um terciário público ligado à reprodução da força de trabalho" (cf. LIPIETZ (1980), página 52).

Concluindo, podemos prever seguindo as tendências do desenvolvimento

capitalista, uma ampliação das possibilidades de trabalho para a mão-de-obra feminina, que deverá ser seguida por uma assimilação pelo Estado (o terciário público) de boa parte das tarefas domésticas, que ainda impedem o desenvolvimento da capacidade de trabalho das mulheres. Mas a força de trabalho feminina só será admitida no mercado de trabalho às custas da desvalorização progressiva das profissões e funções. Nessa medida "a feminilização é uma medida indireta, mas segura, da proletarização de um ofício" (cf. LIPIETZ (1980), página 56)).

GRÁFICO I

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETOR DE ATIVIDADE E POR SEXO DE 1940, 1950, 1960, 1970 E 1980



FONTE: PEA EM 1940, 1950, 1960 E 1970, CENSO DEMOGRÁFICO; PEA EM 1980, TABULAÇÕES AVANÇADAS CENSO DEMOGRÁFICO 1980.

C) DIFERENÇAS REGIONAIS NO EMPREGO FEMININO

A análise regional deixa ainda mais patente a presença de dois mercados diferenciados de trabalho, de acordo com o sexo. A divisão de trabalho por sexo é um corte anterior à divisão social do trabalho, sendo por esta sobredeterminada.

É no interior do setor primário que encontramos maior variação na composição por sexo do emprego entre as regiões aqui agrupadas (1).

Quase um terço do pessoal ocupado feminino no Nordeste está empregada nesse setor. A presença importante da parceria e arrendamento e da pequena propriedade entre as relações de produção no campo explica a maior incorporação de mulheres no trabalho rural (V. Tabela II-9). A pequena produção é o traço característico da lavoura nesses Estados e está normalmente associada ao trabalho familiar em sua exploração.

(1) Agrupamos os Estados da Federação em cinco grandes grupos segundo sua afinidade em termos de estrutura setorial, inspirados na classificação adotada pelo PNAD, que leva em conta as semelhanças de alguns indicadores econômicos para o agrupamento de estados. Reunimos primeiramente os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, (Regiões I e II do PNAD), pela sua semelhança de comportamento econômico, que permite tratá-los, para os limitados propósitos dessa análise, como uma só região. Por outro lado, por razão de ordem prática decidiram considerar a região correspondente ao Distrito Federal (Região VI da PNAD) que está geograficamente situada dentro da região que inclui os Estados e Territórios do Norte e Centro-Oeste: Rondônia, Acre, Roraima, Amazonas, Pará Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Amapá (Região VII do PNAD), como integradas a esta. As restantes regiões foram conservadas tal como classificadas no PNAD:
Região III: Estados do Sul, Parahã, Santa Catarina, Rio Grande do Sul; Região IV: Minas Gerais e Espírito Santo e Região V: Nordeste incluindo Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia.

TABELA II-9

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO POR SETOR DE ATIVIDADE E POR REGIÃO, DISCRIMINADA POR SEXO - 1980.

SETORES		BRASIL	RJ/SP	SUL	MG/ES	NE	N/CO
População Economicamente Ativa	H	100	100	100	100	100	100
	M	100	100	100	100	100	100
Setor Primário	H	35,8	12,5	39,7	40,8	55,9	44,1
	M	14,4	4,5	18,5	9,6	30,3	9,5
Setor Secundário	H	28,0	40,6	26,8	27,2	17,0	20,2
	M	14,9	22,0	15,3	9,2	9,1	6,3
- Indústria Transformação	H	16,3	27,8	16,4	11,6	7,7	8,6
	M	13,9	20,9	14,6	8,1	8,3	5,3
Setor Terciário	H	36,2	46,9	33,6	32,0	27,0	35,7
	M	70,7	73,5	66,3	81,2	60,6	84,2

Fonte: Resultados Preliminares do Censo de 1980.

Siglas: RJ-SP = Estados do Rio de Janeiro e São Paulo

SUL = Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

MG-ES = Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

NE = Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

N/CO = Estados e Territórios de Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, Amazonas, Pará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, e Distrito Federal.

TABELA II - 10

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS REGIÕES NO PESSOAL OCUPADO POR SETOR DE ATIVIDADE DISCRIMINADA POR SEXO - 1980.

SETORES		BRASIL	RJ/SP	SUL	MG/ES	NE	N/CO
População Economicamente Ativa	H	100	32,4	17,0	12,9	26,6	11,1
	M	100	38,2	17,4	11,0	25,1	8,3
Setor Primário	H	100	11,3	18,9	14,7	41,4	13,7
	M	100	12,0	22,3	7,4	52,8	5,5
Setor Secundário	H	100	47,0	16,3	12,5	16,2	8,0
	M	100	56,4	17,9	6,8	15,4	3,5
- Indústria de Transformação	H	100	55,3	17,1	9,2	12,6	5,8
	M	100	57,3	18,2	6,4	14,9	3,1
Setor Terciário	H	100	42,0	15,8	11,4	19,8	11,0
	M	100	39,6	16,3	12,6	21,6	9,9

Fonte: Resultados Preliminares do Censo de 1980.

Siglas: RJ/SP = Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

SUL = Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

MG/ES = Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

NE = Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

N/CO = Estados e Territórios de Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, Amazonas, Pará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

Já na região correspondente aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo e aos do Norte e Centro-Oeste a presença marcante da pecuária na economia regional impede a participação da mulher no emprego do setor primário.

A mão-de-obra feminina que aparece nesse setor em Minas e Espírito Santo muito possivelmente está vinculada à lavoura cafeeira, que na região fronteira entre os dois estados se faz à base de relações de parceria (onde o trabalho familiar é fundamental), e a algumas culturas de alimentos (V. Tabela II-9). No Norte e Centro-Oeste, o arroz e outras culturas de alimentos ocupam bastante mão-de-obra feminina.

É bastante característico que nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro a composição do setor primário por sexo revele também baixa participação feminina (1) (V. Tabela II-9). Nessa região e principalmente no Estado de São Paulo, que das duas tem maior percentual de população rural, a capitalização das atividades no campo avançou mais que em qualquer outra região do país. A capitalização das relações de produção na agricultura expulsa mão-de-obra do campo.

A parceria e arrendamento no Estado de São Paulo subsistem, ao lado de explorações que assumiram características nitidamente capitalistas: são pequenas empresas agrícolas que se utilizam de trabalho assalariado (também contratado nos núcleos urbanos) como base da exploração e não esporadicamente como na parceria e arrendamento tradicionais.

(1) MATURANA(1977)ressalta a omissão do Censo Demográfico, ao classificar como donas de casa boa parte das mulheres envolvidas no trabalho familiar das pequenas explorações agrícolas. O autor calcula a subestimação dessa fonte, comparando-a com as informações do Censo Agropecuário.

TABELA II - 11

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SEXO FEMININO NO PESSOAL OCUPADO POR ATIVIDADE ECONÔMICA E POR REGIÕES-1950.

SETORES	BRASIL	RJ-SP	SUL	MG-ES	NE	N-CO
População Econômica Ativa	15,6	19,6	15,7	12,3	14,6	9,8
Setor Primário	8,1	10,1	11,2	4,4	8,0	5,6
Setor Secundário	16,0	18,3	10,4	11,5	21,7	4,6
-Indústria Transformação	18,1	19,2	11,8	13,5	23,6	6,7
Setor Terciário	31,6	28,4	30,4	37,6	36,0	27,5

Fonte: FIBGE, CENSO 1950.

A parceria e o arrendamento tradicionais é sabido, são formas de organização da produção precariedade capitalistas, características de regiões de mais baixa produtividade e mais densamente povoadas.

Estão no Nordeste quase a metade dos homens e mais da metade das mulheres ocupadas no setor primário no Brasil, (V. Tabela II-10). E a agricultura continua sendo a atividade mais importante dos homens nordestinos (55,9% deles estão ocupados no setor primário) (V. Tabela II-9).

As mulheres tem maior participação relativa que os homens no emprego no setor primário no Sul do país. A maior presença da pequena exploração familiar nesta última região é uma das explicações para este fato (V. Tabela II-10).

Chega a ser curiosa a uniformidade na composição por sexo do total de ocupados entre as regiões, quando temos regiões com composição setorial tão diferente uma da outra, sendo que dentro de cada setor a composição por sexo também é bastante variável. Isto se deve a uma espécie de compensação no comportamento setorial que

determina que as mulheres participem da População Economicamente Ativa com um percentual semelhante de um ponto a outro do país. Este seria basicamente determinado pela divisão do trabalho por sexo, que segundo os padrões sócio-culturais, determina que faixa da população feminina é integrada no trabalho produtivo do ponto de vista econômico. Esta uniformidade na participação feminina no mercado de trabalho seguramente tenderá aumentar com a maior integração e unificação do mercado de trabalho nacional, onde se desvanecem as diferenças regionais.

Em 1950 a participação das mulheres no emprego das várias regiões era já bastante estável, apesar de persistirem algumas diferenças mais significativas entre São Paulo e Rio de Janeiro e a região Norte - Centro-Oeste (V. Tabela II-11).

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SEXO FEMININO NO PESSOAL OCUPADO POR ATIVIDADE ECONÔMICA E POR REGIÃO - 1970.

SETORES	BRASIL	RJ-SP	SUL	MG-ES	NE	N-CO
População Econômica Ativa	20,9	24,9	20,6	18,6	19,3	15,4
Setor Primário	9,6	7,8	13,3	4,5	11,3	4,7
Setor Secundário	12,0	14,0	10,2	6,9	13,4	4,7
Setor Terciário	38,2	36,2	38,1	43,7	40,2	36,7

Fonte: FIBGE, Censo 1970.

Já em 1970 verifica-se uma evolução positiva no sentido da igualação dos índices de participação feminina no emprego regional com a média nacional. Ainda se mantêm, no entanto, maior presença relativa da mão-de-obra feminina nos estados industrializados de São Paulo e Rio de Janeiro e mais baixos na região Norte - Centro-Oeste. (V. Tabela II-12).

Essas diferenças persistem, mais atenuadas, em 1980, e devem refletir o diverso grau de desenvolvimento da economia dessas regiões, o que certamente tem influência sobre os padrões sócio-culturais que condicionam a participação da mulher no mercado de trabalho (V. Tabela II-13).

Se o Nordeste concentra o pessoal ocupado no primário, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro empregam cerca da metade de mão-de-obra do secundário (V. Tabela II-10). Essa participação ainda é maior no caso da indústria de transformação, pois a construção civil (que praticamente concorre com a diferença entre secundário e transformação industrial) está mais espalhada pelo território nacional. (V. Tabela II-10).

São Paulo e Rio de Janeiro são portanto os estados que concentram a mão-de-obra industrial, tanto masculina como feminina.

A participação feminina é mais importante na indústria de transformação no Nordeste e em menor medida no Sul, devido à estrutura industrial dessas regiões (V. Tabela II-13). No entanto, a relativa debilidade da implantação industrial nesses estados permite que se afirme que são mesmo no Rio e em São Paulo a mão-de-obra feminina se dedica de maneira expressiva ao trabalho no secundário (que emprega 22% do pessoal ocupado feminino nesses estados). Nas outras regiões o secundário beira os 10% da mão-de-obra feminina em média (V. Tabela II-9).

As oportunidades de trabalho na indústria estão se abrindo mais para

TABELA II - 13

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO SEXO FEMININO NO PESSOAL OCUPADO POR ATIVIDADE ECONÔMICA POR REGIÃO - 1980 (1).

SETORES	BRASIL	RJ/SP	SUL	MG/ES	NE	N/CO
População Economicamente Ativa	27,5	30,9	27,9	24,4	26,4	22,1
Setor Primário	13,2	13,9	15,3	7,1	16,3	5,8
Setor Secundário	16,8	19,5	18,1	9,9	16,1	8,1
- Indústria Transformação	24,5	25,1	25,7	18,5	27,7	14,9
Setor Terciário	42,6	41,2	43,3	45,0	44,6	40,0

(1) A participação masculina é o complemento para 100.

Fonte: Resultados Preliminares do Censo 1980.

Siglas: RJ/SP = Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

SUL = Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

MG/ES = Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

NE = Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

N/CO = Estados e Territórios de Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, Amazonas, Pará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

as mulheres nos setores dinâmicos, sendo que em alguns setores tradicionais - como o têxtil - a participação feminina vem se reduzindo.

É nos estados onde o dinamismo industrial é mais acentuado que as mulheres podem participar do emprego no secundário com um maior percentual em relação ao conjunto das mulheres mobilizadas para a atividade econômica. Ou seja, o dinamismo industrial favorece a incorporação de mão-de-obra feminina. Esta encontra-se em melhor situação (em relação a trabalho) no Rio de Janeiro e São Paulo que no Nordeste.

O terciário é o setor que mais absorve mulheres em todas as regiões. A participação do terciário no emprego feminino chega a 84,2% no Norte e Centro-Oeste e atinge mais de 70% nos estados não agrícolas (V. Tabela II-9).

O desenvolvimento do terciário, como vimos, prende-se em grande medida à evolução da atividade industrial. Assim, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo concentram mais de 40% do pessoal ocupado no terciário em todo o país. (V. Tabela II-10). A validade da idéia da presença de um terciário "inchado" no Nordeste, como depósito de mão-de-obra sobrando (cf. OLIVEIRA (1972) página 26), é também questionável, pois o Nordeste fica com 20,5% da mão-de-obra do terciário no país, sendo que a região absorve 26,2 do pessoal ocupado no Brasil. Terciário, inchado ou não, temos em todas as regiões, e também está concentrado junto às atividades industriais, motores da atividade econômica (V. Tabela II-10).

Mas a concentração do terciário em torno das atividades industriais é um fenômeno mundial, parte da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo. Na França também a região onde o terciário é mais forte é a mesma que concentra a indústria, onde é maior a participação da indústria de equipamentos e onde a parte dos ofícios produtivos altamente capacitados está concentrada. "A densidade de empregos

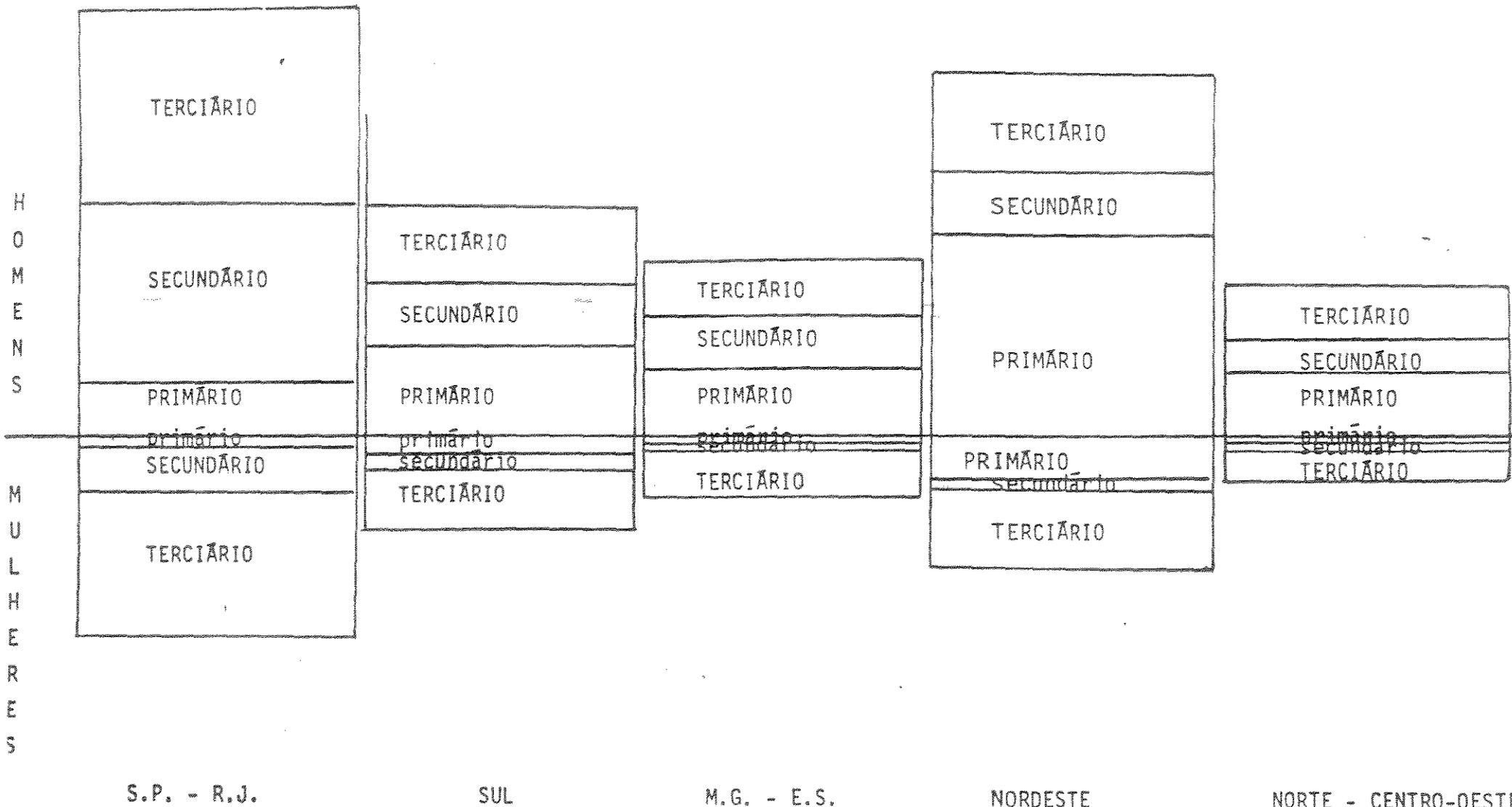
terciários em relação à população residente é 2,7 vezes mais elevada que no interior. Em relação ao terciário ligado mais diretamente ao desenvolvimento capitalista e industrial (setor financeiro, serviços às empresas) a diferença é maior: 5 para 2 e 7 para 3" (cf. LIPIETZ (1980), página 59).

Dentro do terciário, é principalmente nas atividades do tipo mercantil simples, que a mulher vai encontrar trabalho. As atividades não especificamente capitalistas são verdadeiro refúgio da mão-de-obra, principalmente da mão-de-obra feminina (V. Gráfico 2).

A década de setenta aponta, no entanto, para uma modificação da tendência na composição setorial do emprego feminino. O crescimento importante do emprego de mulheres na indústria abre novas perspectivas para a incorporação feminina no mercado de trabalho, pois evidentemente é o secundário que lidera o crescimento dos demais setores da atividade econômica.

GRÁFICO 2

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE E A REGIÃO ECONÔMICA POR SEXO EM 1980



FONTE: TABULAÇÕES AVANÇADAS DO CENSO DE 1980.

D) EVOLUÇÃO DA RENDA FEMININA

Partimos em 1970 de um estrutura extremamente desigual da composição do pessoal ocupado segundo o rendimento para os diferentes sexos: mais de 66% do pessoal ocupado feminino não percebia sequer o salário mínimo em 1970 (1). Com toda a melhoria relativa no período, pouco mais de 20% das mulheres auferem rendimentos acima de dois salários mínimos em 1980, quando 37% dos homens empregados o fazem.

(V. Tabela II-14). Por outro lado, elas não chegam a representar 18% do pessoal ocupado que recebe mais de dois salários mínimos (82% são homens) (V. Tabela II-15).

Chegamos a 1980 com 33% de mulheres no pessoal ocupado sem rendimento, e quase 40% de mulheres entre aqueles que percebem menos de um salário mínimo (V. Tabela II-15).

No período a evolução é positiva para ambos os sexos, pois decresce a População Economicamente Ativa sem rendimento (V. Também o Gráfico 3), e aumenta relativamente o pessoal de faixas de renda mais altas.

O pessoal ocupado sem rendimento está presente de forma mais importante nas regiões agrícolas e principalmente onde relações de produção como a pequena propriedade, a parceria e o arrendamento são importantes. Nessas, o pessoal não remunerado da família tem elevado peso econômico. É o caso do Sul do país e do Nordeste. O pessoal ocupado feminino apresenta maior percentual de sua mão-de-obra sem rendimento em relação ao pessoal ocupado masculino. Essa proporção é de uma vez e meia no Sul e 40% a mais no Nordeste (V. Tabela II-16).

(1) O estudo da estrutura de rendimentos nas regiões tomadas apresenta a dificuldade dos intervalos de rendimentos serem medidos em função do número de salários, tomando-se como base o maior salário mínimo do país. A maior distorção ocorre na medida dos rendimentos inferiores a um salário mínimo que fica assim avultada para as regiões com salários mínimos legais inferiores ao maior mínimo nacional. Tal desvio não irá afetar a comparação por sexo em maior medida, pois supomos que os desvios sejam semelhantes para os dois sexos.

TABELA II - 14

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL DISCRIMINADO POR SEXO EM 1970 e 1980.

PESSOAL		1970	1980	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO %
Popul. Economicamente Ativa	H	100	100	3,10
	M	100	100	6,92
Sem Rendimento	H	9,4	6,9	0,02
	M	10,9	9,1	4,95
Até 1 Salário Mínimo	H	58,2	27,4	-4,37
	M	66,2	42,0	2,18
Entre 1 e 2 Salários	H	15,8	28,2	9,27
	M	12,7	27,2	15,44
Entre 2 e 5 Salários	H	10,4	24,2	12,16
	M	6,9	15,5	15,99
Mais de 5 Salários	H	3,8	12,9	16,64
	M	1,2	5,8	24,88

Fonte: Tabulações Avançadas Censo Demográfico 1980 e Censo Demográfico de 1970.

Nota: Os percentuais referentes a 1970 foram calculados tomando as faixas de renda até Cr\$ 200,00 como equivalente ao limite superior de um salário mínimo, de Cr\$ 400,00 como equivalente ao limite de 2 salários e de Cr\$ 1.000,00 como equivalente ao limite de 5 salários. Os dados de 1970 encontram-se agrupados por nível de renda em cruzeiros e o salário mínimo maior nessa data equivalia a Cr\$ 187,20, motivo pelo qual nos pareceu não ser grande a discrepância introduzida para permitir-nos comparar com os dados de 1980.

TABELA II - 15

PARITICIPAÇÃO FEMININA NO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL TOTAL DAS REGIÕES DA PNAD - 1970 e 1980.

PESSOAL	1970	1980
População Economicamente Ativa	20,9	27,5
Sem Rendimento	23,4	33,1
Até 1 Salário Mínimo	23,1	36,8
Entre 1 e 2 Salários	17,4	26,8
Entre 2 e 5 Salários	14,8	19,6
Mais de 5 Salários	7,9	14,5

Fonte: Tabulações Avançadas Censo Demográfico 1980 e Censo Demográfico de 1970.

Nota: Os percentuais referentes a 1970 foram calculados tomando as faixas de renda até Cr\$ 200,00 como equivalente ao limite superior de um salário mínimo, de Cr\$ 400,00 como equivalente ao limite de 2 salários e de Cr\$ 1.000,00 como equivalente ao limite de 5 salários. Os dados de 1970 encontram-se agrupados por nível de renda em cruzeiros e o salário mínimo maior nessa data equivalia a Cr\$ 187,20, motivo pelo qual nos pareceu não ser grande a discrepância introduzida para permitir-nos comparar com os dados de 1980.

GRÁFICO 3

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL E O SEXO
BRASIL - 1970 A 1980

H
O
M
E
N
S

MAIS DE 5 SALÁRIOS

ENTRE 2 E 5 SALÁRIOS

ENTRE 1 E 2 SALÁRIOS

ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO

PEA SEM REMUNERAÇÃO
~~pea sem remuneração~~

ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO

ENTRE 1 E 2 SALÁRIOS

ENTRE 2 E 5 SALÁRIOS
~~mais de 5 salários~~

M
U
L
H
E
R
E
S

1980

1970

Mesmo tomando em consideração o desvio provocado pela tomada de um intervalo de renda uniforme para todo o país, é notável a diferença de estrutura de rendimentos entre os estados mais industrializados e as regiões mais pobres. Sem dúvida o processo de industrialização tem um reflexo positivo sobre a renda. Percebe-se, por outro lado, pela comparação das diferenças regionais entre os sexos, que os diferenciais são bem maiores para o sexo feminino, entre as regiões.

Em primeiro lugar, há uma estrutura de rendimento muito mais desfavorável ao sexo feminino em todas as regiões, e por outro lado, essa relação (salário masculino x salário feminino) se deteriora nos estados mais empobrecidos da Federação (V. Tabela II-16).

A região do Rio de Janeiro e São Paulo concentra mais de 50% do pessoal ocupado com mais de dois salários, contra menos de 20% no Sul e pouco mais de 10% no Nordeste, para a mão-de-obra masculina. Este percentual é elevado, tendo-se em conta que Rio de Janeiro e São Paulo incorporam 32,4% do pessoal ocupado masculino no país. Tal concentração é ainda mais acentuada para o emprego feminino: beira os 60% o pessoal ocupado feminino com mais de dois salários em São Paulo e Rio de Janeiro, cerca de 12% no Nordeste e menos de 15% no Sul (V. Tabela II-17). Pode-se portanto concluir que as diferenças regionais de rendimento são mais acentuadas para a mão-de-obra feminina que para a masculina. É possível então afirmar que se bem não haja grandes variações entre as regiões em relação à participação de mão-de-obra feminina no volume de emprego total, elas existem e são bem acentuadas nos níveis de rendimento (V. Gráfico 4).

Dessa forma, as desigualdades regionais tendem a pesar mais para o sexo "fraco", que além de ter nas regiões atrasadas maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, especialmente na indústria e serviços "modernos", recebe ainda remunerações bastante mais distantes dos rendimentos masculinos que nos estados mais industrializados.

Há progressivo decréscimo da participação feminina no mercado de trabalho por região, concomitante com o aumento do nível de rendimento (V. Tabela II-18).

Quase 40% dos homens e das mulheres sem rendimentos estão no Nordeste, e outros 30% das mulheres que trabalham sem remuneração estão localizadas no Sul do País. (V. Tabela II-17). No Sul, a importância da pequena produção agrícola baseada no trabalho familiar reflete-se no grande peso feminino no conjunto dos que trabalham sem remuneração (V. Tabela II-18).

Na faixa até um salário (e aqui valem as comparações, pois são intra-regionais) as mulheres são maioria no Rio de Janeiro e São Paulo.

O grande percentual de mulheres sem remuneração acaba refletindo-se no fato de que no Sul do país apenas 13,1% do pessoal ocupado que auferem rendimentos acima de cinco salários seja do sexo feminino. No conjunto do país a situação não é muito melhor: apenas 14,5 mulheres em 100 pessoas ocupadas auferem esse nível de rendimento (V. Tabela II-18).

A diferenciação na distribuição das oportunidades de trabalho por sexo e sobretudo na composição por sexo dos níveis de rendimento entre as regiões geo-econômicas do país torna-se mais intelegível quando analisamos a distribuição da População Economicamente Ativa por faixa de renda de acordo com a atividade econômica.

Salta à vista em primeiro lugar que a inserção no setor secundário é mais favorável em termos de rendimento médio, para os dois sexos. Há pronunciadas diferenças nos níveis de rendimento entre os setores econômicos, maiores que as que se verificam entre os sexos, dentro de cada setor (V. Tabela II-19 e II-20).

Apenas 9% das mulheres que trabalham no setor agrícola recebem rendimentos superiores a um salário mínimo em 1980, enquanto somente

TABELA II - 16

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS COM RENDIMENTO MENSAL E REGIÕES, DISCRIMINADA POR SEXO - 1978.

SETORES		BRASIL	RJ/SP	SUL	MG/ES	NE	N/CO
População Economicamente Ativa	H	100	100	100	100	100	100
	M	100	100	100	100	100	100
Sem Rendimento	H	6,9	3,1	10,3	5,4	10,4	6,6
	M	9,1	4,0	16,1	5,3	13,7	8,8
Até 1 Salário Mínimo	H	27,4	11,1	19,9	30,9	50,8	26,2
	M	42,0	27,8	32,5	52,8	63,5	47,9
Entre 1 e 2 Salários	H	28,2	29,4	30,3	32,4	21,5	33,1
	M	27,2	36,9	31,6	25,3	12,0	22,4
Entre 2 e 5 Salários	H	24,2	34,9	26,5	21,0	11,4	23,4
	M	15,5	22,4	14,5	12,7	7,4	14,0
Mais de 5 Salários	H	12,9	21,2	12,8	10,0	5,5	10,5
	M	5,8	8,6	5,0	3,5	2,8	6,5
INDICE DE GINI	H	0,5760	0,5381	0,5604	0,5544	0,5826	0,5569
	M	0,5315	0,4986	0,4897	0,4990	0,5281	0,5472

Fonte: Resultados Preliminares do Censo de 1980.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS REGIÕES NO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL E DISCRIMINADO POR SEXO - 1980.

SETORES		BRÁSIL	RJ/SP	SUL	MG/ES	NE	N/CO
População Economicamente Ativa	H	100	32,4	17,0	12,9	26,5	11,1
	M	100	38,2	17,4	11,0	25,1	8,3
Sem Rendimento	H	100	14,3	25,3	10,0	39,8	10,5
	M	100	16,7	30,9	6,4	37,9	8,1
Até 1 Salário Mínimo	H	100	13,2	12,4	14,6	49,3	10,6
	M	100	25,3	13,5	13,9	38,0	9,4
Entre 1 e 2 Salários	H	100	33,7	18,3	14,8	20,2	13,0
	M	100	51,6	20,2	10,3	11,1	6,8
Entre 2 e 5 Salários	H	100	46,8	18,7	11,2	12,5	10,7
	M	100	55,2	16,3	9,1	12,0	7,5
Mais de 5 Salários	H	100	53,0	16,8	10,0	11,2	9,0
	M	100	57,0	14,9	6,7	12,2	9,3

Fonte: Resultados Preliminares Censo 1980.

Tabulações Avançadas do Censo Demográfico.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL
POR REGIÕES, EM 1978.

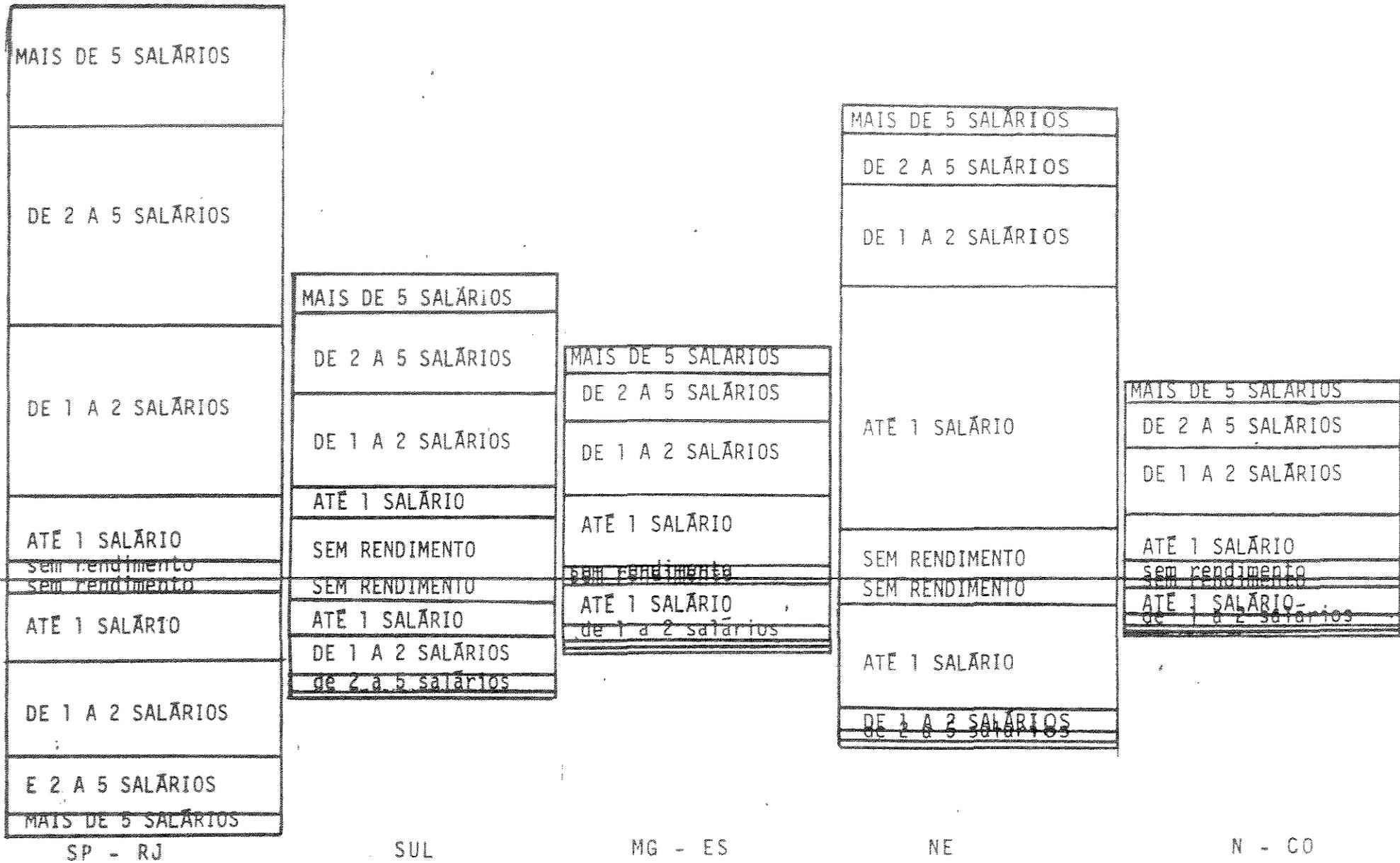
SETORES	BRASIL	RJ/SP	SUL	MG/ES	NE	N/CO
População Economicamente Ativa	27,5	30,9	27,9	24,4	26,4	22,1
Sem Rendimento	33,1	36,5	37,7	23,9	32,0	27,4
Até 1 Salário Mínimo	36,8	52,8	38,7	35,6	30,9	34,1
Entre 1 e 2 Salários	26,8	35,9	28,8	20,2	16,7	16,1
Entre 2 e 5 Salários	19,6	22,3	17,5	16,4	18,9	14,5
Mais de 5 Salários	14,5	15,4	13,1	10,1	15,6	14,9

Fonte: Resultados Preliminares do Censo 1980.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO O RENDIMENTO MENSAL POR REGIÃO E POR SEXO - EM 1980

H
O
M
E
N
S

M
U
L
H
E
R
E
S



FONTE: TABULAÇÕES AVANÇADAS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1980.

TABELA II - 19

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO O RENDIMENTO MENSAL POR ATIVIDADE ECONÔMICA E POR SEXO - 1980.

PESSOAL		POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA.	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.	SETOR TERCIÁRIO
TOTAL	H	100	100	100	100	100
	M	100	100	100	100	100
Sem Rendimento	H	6,9	13,2	0,4	0,5	0,9
	M	9,1	40,3	0,7	0,7	1,3
Até 1 Salário Mínimo	H	27,4	49,1	15,9	13,7	15,4
	M	42,0	50,8	27,4	27,9	44,7
Entre 1 e 2 Salários	H	28,2	24,1	36,4	16,0	27,5
	M	27,2	6,9	48,0	49,4	27,9
Entre 2 e 5 Salários	H	24,2	9,7	33,3	35,2	33,1
	M	15,5	1,4	18,5	17,5	18,3
Mais de 5 Salários	H	12,9	3,7	13,9	17,6	22,6
	M	5,8	0,6	5,2	4,3	7,2
ÍNDICE DE GINI	H	0,5359	0,5099	0,4774	0,5150	0,5573
	M	0,5153	0,4075	0,4151	0,3938	0,5248

Fonte: Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1980.

TABELA II - 20

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA E POR RENDIMENTO MENSAL 1970 a 1980.

PESSOAL		TOTAL (%)	PRIMÁRIO (%)	SECUNDÁRIO (%)	TERCIÁRIO (%)
Popul. Economicamente Ativa	H	3,10	-0,39	6,67	4,68
	M	6,92	3,26	10,90	6,77
Sem Rendimento	H	0,02	-2,65	6,54	-15,84
	M	4,95	1,66	12,96	3,28
Até 1 Salário Mínimo	H	-4,37	-4,34	-4,96	-4,06
	M	2,18	3,46	1,09	2,01
Entre 1 e 2 Salários	H	9,27	15,57	9,73	5,36
	M	15,44	25,64	20,98	13,63
Entre 2 e 5 Salários	H	12,16	15,75	15,48	9,33
	M	15,99	17,73	21,95	15,00
Mais de 5 Salários	H	16,64	22,37	18,25	15,23
	M	24,88	23,80	26,60	24,64

Fonte: Tabulações Avançadas Censo Demográfico 1980 e Censo Demográfico de 1970.

Nota: Os percentuais referentes a 1970 foram calculados tomando as faixas de renda até Cr\$ 200,00 como equivalente ao limite superior de um salário mínimo, de Cr\$ 400,00 como equivalente ao limite de 2 salários e de Cr\$ 1.000,00 como equivalente ao limite de 5 salários. Os dados de 1970 encontram-se agrupados por nível de renda em cruzeiros e o salário mínimo maior nessa data equivalia a Cr\$ 187,20, motivo pelo qual nos pareceu não ser grande a discrepância introduzida para permitir-nos comparar com os dados de 1980.



28,6% das mulheres empregadas na indústria têm o salário mínimo como rendimento máximo no Brasil (V. Tabela II-19 e II-20).

Mais importante para nosso propósito é, no entanto, a verificação de que as diferenças de renda por sexo são maiores no setor primário e menores no secundário, guardando uma relação inversa com o nível de rendimento relativo desses setores, portanto (Tabela II-19 e II-20).

Este é sem dúvida um fator determinante do maior afastamento verificado entre as rendas médias masculina e feminina nas regiões menos industrializadas do país. A composição setorial da estrutura produtiva dessas regiões tem um peso decisivo na maior discriminação no nível de renda infringida às suas mulheres, quando comparada com a que sofrem as trabalhadoras de São Paulo e Rio de Janeiro.

A constatação tem ainda outras implicações. A diferente inserção no mercado de trabalho por setor de atividade econômica tem um significado importante quando se buscam as razões da diferenciação no nível de renda médio por sexo, ainda numa mesma região.

Por esse motivo, o crescimento do emprego feminino na indústria na década de 1970 a taxas superiores à de incorporação de homens no setor secundário, significou por si só uma melhora relativa do nível de renda das mulheres em relação ao sexo masculino, quando mais não fosse, pela redução do percentual de mulheres no primário e seu crescimento no setor de maior renda média, o secundário.

Sobre os desníveis regionais na discriminação por sexo, convém agregar que os fatores ideológicos que perpetuam as diferenças de oportunidades por sexo tem melhores condições de se perpetuarem em regiões onde a luta pela sobrevivência assume proporções gigantescas, deixando pouco espaço para reivindicações mais específicas.

Estas encontram pouco eco nas tradicionais sociedades locais, onde a penetração das idéias novas encontra a barreira quase intransponível de uma estrutura ideológica ferreamente implantada, que se constitui na argamassa que cimenta a ordem político-social nessas regiões, que de outra forma estariam em constante ebulição.

Concluindo, podemos apontar duas causas principais dessas diferenças inter-regionais. Uma delas prende-se à estrutura do emprego que gera melhores oportunidades às mulheres nas regiões mais industrializadas. A maior diferenciação de funções e o maior nível de renda gerado permitem a incorporação de mão-de-obra feminina em melhores condições, com maior nível de renda que nas regiões mais empobrecidas em que a estrutura do emprego é menos complexa e as atividades geram menor nível de rendimento.

A outra explicação vem pelo lado da discriminação dentro do emprego, que seria maior nas regiões mais empobrecidas, onde a luta por um posto de maior rendimento é mais acirrada, podendo dar lugar à utilização de artifícios como a discriminação, para a manutenção de certos padrões e privilégios do sexo masculino.

No capítulo seguinte analisamos esses dois fatores e tratamos de verificar qual dos dois é o responsável ou se os dois se combinam para produzir esse resultado perverso para o rendimento da mão-de-obra feminina.

E) A RENDA NAS METRÓPOLES

Se a concentração espacial de rendimentos por regiões é intensa, a que se verifica nas áreas metropolitanas é bastante mais acentuada (1). Assim, 65,4% dos homens e 62,5% das mulheres com rendimento nas metrôpoles estão concentradas no Rio de Janeiro e em São Paulo (2).

(1) Sendo nosso objetivo o estudo do emprego feminino urbano, queremos finalizar esta breve análise evolutiva com algumas informações suscintas sobre as dez áreas metropolitanas do país. A análise dos dados de renda nas metrôpoles é feita com os dados do PNAD 1978 pelo fato dos dados do Censo 1980 para esses aglomerados urbanos ainda não estarem disponíveis. Infelizmente o PNAD 1978 não traz estatísticas de pessoal ocupado nas áreas metropolitanas discriminado por sexo. Por esse motivo, vemo-nos forçados a utilizar as informações referentes a pessoas de dez anos e mais. O desvio assim introduzido em relação ao conceito de pessoal ocupado não afetará significativamente a comparação entre metrôpoles e entre sexos, que é nosso maior objetivo. Para obtermos uma informação mais próxima do volume do pessoal ocupado, deduzimos do total das pessoas de dez anos e mais aquelas sem rendimento, número bastante reduzido nas cidades. Estamos conscientes de haver incluído em nosso universo não apenas aos trabalhadores, mas a todas as pessoas que percebem algum tipo de rendimento, independente da forma que este tome: renda, aluguel, juros, dividendos, etc. De qualquer forma são poucos em relação ao total dos trabalhadores. O que os dados vão mostrar aqui, portanto, é aproximadamente a distribuição da renda pessoal nas metrôpoles por faixa de rendimento e sexo. Cabe aqui a mesma ressalva feita na análise anterior para as regiões: os intervalos são medidos em relação ao maior salário mínimo (seus múltiplos) no país, o que avulta as diferenças regionais de renda, na medida em que faz "inchar" o intervalo até um salário mínimo, que irá conter todos aqueles que percebem o mínimo regional (inferior ao tomado como referência) nas metrôpoles situadas em regiões com salários legais inferiores ao de São Paulo e Rio de Janeiro. Isso distorce a análise por região mas não afeta significativamente a diferenciação por sexo.

(2) Agrupamos primeiramente as metrôpoles segundo os critérios utilizados para o tratamento das regiões: Grande São Paulo e Grande Rio de Janeiro formam o primeiro grupo; Curitiba e Porto Alegre constituem as metrôpoles do Sul do país; Belo Horizonte representa Minas Gerais e Espírito Santo; Grande Recife, Salvador e Fortaleza compõem o grupo das metrôpoles Nordesteiras, e finalmente Belém e Brasília são somadas para formar o quinto grupo, o das metrôpoles do Norte e Centro-Oeste.

As metrôpoles do Nordeste-Recife, Salvador e Fortaleza - juntas, não alcançam a absorver 15% do total do pessoal de dez anos e mais com rendimento do conjunto das metrôpoles (V. Tabela II-21).

É de se notar que nas faixas de rendimento mais elevadas o percentual sobe no Grande Rio de Janeiro e Grande São Paulo e declina nas demais metrôpoles (V. Tabela II-21).

Esses dados são relativos e devem ser comparados à participação da População dessas duas metrôpoles no conjunto metropolitano, para que se possam tirar maiores conclusões. De fato, Rio de Janeiro e São Paulo concentram em suas áreas metropolitanas de cerca de 60% da população das dez metrôpoles aqui tomadas, as dez maiores cidades brasileiras. Este resultado é fruto do maior grau de urbanização das áreas industrializadas do Sudeste e, mais que isso, da grande concentração de população nas megalôpolis, onde se localizam as grandes indústrias, em busca de economias externas e do mercado consumidor, gerando um efeito multiplicador por toda a economia, criando de forma ampliada o terciário.

A diferença por sexo que se nota é a mesma já aparente na análise regional. Nas primeiras faixas de renda observa-se maior participação do sexo feminino nas grandes metrôpoles industrializadas; a situação se inverte nas faixas superiores de renda (V. Tabelas II-21 e II-22).

A situação das metrôpoles do Nordeste é o inverso das do Sudeste: nos primeiros intervalos de renda as metrôpoles nordestinas estão representadas com maior percentual de pessoas que nas faixas de altos rendimentos. O Nordeste é, assim, a região cujo perfil da distribuição do pessoal por rendimento é o inverso daquele do Rio de Janeiro e São Paulo: diminuindo à medida que subimos na escala dos rendimentos. A região Sul aproxima-se da média nacional da distribuição pessoal de renda. Em Belo Horizonte e em Belém e Brasília os intervalos de renda inferiores tem percentual pouco mais elevado que os de renda

Tabela II - 21

PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS COM RENDIMENTO SEGUNDO O RENDIMENTO MENSAL E O SEXO POR CONJUNTOS DE METRÓPOLES - 1978.

PESSOAL		METRO PÓLES TOTAL	G. SP E G. RJ	CURIT E P. ALEG	BELO HORI ZONTE	G. REC. SALV. FORT.	BELEM BRASI LIA.
Pessoas com Renda	H	100	65,4	9,8	6,7	13,4	4,7
	M	100	62,5	10,5	7,0	14,8	5,2
Até 1 Salário Mínimo	H	100	46,7	9,9	7,4	29,8	6,2
	M	100	51,2	10,0	8,4	23,9	6,5
Entre 1 e 2 Salários	H	100	62,1	10,8	7,6	14,6	4,9
	M	100	69,5	11,5	6,3	8,9	3,8
De 2 a 5 Salários	H	100	71,6	9,2	6,2	8,8	4,2
	M	100	71,4	10,4	5,9	7,8	4,5
Mais de 5 Salários	H	100	72,3	9,5	5,9	8,0	4,3
	M	100	71,8	8,9	5,8	8,3	5,2

Fonte: PNAD 1978, FIBGE.

superiores, revelando uma distribuição ligeiramente menos regressiva que a média brasileira das metrópoles (V. Tabela II-21).

A percepção de rendimentos na faixa de 1 a 2 salários mínimos já constitui certo privilégio para a população feminina que auferir rendimento, sendo maior o percentual de mulheres que consegue essa renda nos centros urbanos mais industrializados (1). De fato, é assustador pensar que de Salvador para cima, de mais da metade até mais de 70% (em Fortaleza) das mulheres que percebem rendimento ganham menos que um salário mínimo (maior do país) vigente. Esse percentual vai de 20% a 40% para os homens na mesma região (V. Tabela II-22).

Nas faixas de mais de dois salários, a tendência é decrescente, quando se passa de São Paulo ao Sul e finalmente ao Nordeste, tanto para os homens como para as mulheres, e crescem também as diferenças de rendimento por sexo, favoráveis aos homens. O percentual de homens que percebem mais que dois salários é de duas até duas vezes e meia o percentual feminino com esse rendimento. A diferença cresce para até três vezes quando se toma apenas o pessoal com renda maior que cinco salários (V. Tabela II-22). A isso deve acrescentar-se o fato do percentual de mulheres ocupadas ser bem inferior ao de homens em qualquer das metrópoles (V. Tabela II-23).

Belo Horizonte assume uma posição intermediária entre Sul e Nordeste; Belém tem muito a ver com o Nordeste, e Brasília com São Paulo e Rio de Janeiro na composição do pessoal por faixa de rendimento (V. Tabela II-22).

(1) A especificidade da composição percentual do pessoal com rendimento em cada área metropolitana particular recomenda o tratamento separado das metrópoles, motivo pelo qual abandonamos o agrupamento por região no restante da análise. Infelizmente o excesso de informações dificulta a leitura do quadro, mas não há nada que se possa fazer.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS COM RENDIMENTO SEGUNDO FAIXAS DE RENDIMENTO NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS, POR SEXO, 1978.

PESSOAL		METRÓPOLES TOTAL	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO	PORTO ALEGRE.	CURITI BA.	BELO HORIZON TE.	SALVA DOR.	RECIFE	FORTA LEZA	BÉLEM	BRASI LIA.
Total	H	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	M	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Até 1 Salário Mínimo	H	15,4	9,2	13,5	14,7	17,3	17,0	21,8	36,6	43,7	30,6	11,7
	M	40,9	27,5	40,7	37,0	45,0	48,9	57,2	67,5	72,3	65,2	38,5
De 1 a 2 Salários	H	27,0	24,4	27,4	29,0	31,4	30,8	30,6	29,9	27,3	30,0	26,2
	M	30,7	37,8	29,7	34,8	31,0	27,5	22,4	17,7	15,7	17,6	26,9
De 2 a 5 Salários	H	33,6	37,7	35,4	32,2	30,0	31,3	27,8	20,8	17,7	23,3	34,9
	M	19,0	23,5	19,3	19,2	17,9	15,8	13,5	9,1	7,9	11,9	21,0
Acima de 5 Salários	H	23,8	28,4	23,5	23,9	21,2	20,8	19,7	12,6	11,1	15,8	26,9
	M	9,2	11,0	10,1	8,5	6,1	7,7	6,5	5,4	3,5	5,3	13,3

Fonte: PNAD 1978, FIBGE.

Brasília, possivelmente pelo grande número de funcionários públicos, é a metrópole em que a população feminina recebe maiores rendimentos em termos relativos, havendo aí maior percentual de mulheres com rendimentos acima de cinco salários que nas outras metrópoles. Seguem-se-lhe São Paulo e Rio de Janeiro. Naturalmente em termos absolutos São Paulo é que detém essa liderança.

Mas não é em Brasília, nem no Rio de Janeiro ou em São Paulo que temos maior percentual de mulheres recebendo rendimentos. As mulheres chegam a mais de 40% das pessoas com rendimentos em Belém, Porto Alegre e Fortaleza. Em Porto Alegre isto se deve, principalmente, à influência cultural da imigração estrangeira, e à herança da participação feminina na pequena produção, à presença da agricultura não latifundiária. Em todo o Nordeste a maior presença do trabalho feminino deve-se ao serviço doméstico, vinculado a miséria relativa (e absoluta) dessas metrópoles.

Em todo o Nordeste o percentual feminino que auferir rendimentos é relativamente elevado em relação à média das metrópoles, aproximando-se dos 40% de Fortaleza; São Paulo apresenta um dos índices mais baixos de participação direta da mulher nos rendimentos, depois de Curitiba (V. Tabela II-23) (1).

(1) Os Resultados Preliminares do Censo de 1980 permitem supor que essa informação é pelo menos discutível, pois o Estado de São Paulo apresenta maior porcentagem de mulheres na População Economicamente Ativa do que a média do país (32,8% mulheres na População Economicamente Ativa do Estado de São Paulo contra 27,5% de mão-de-obra feminina na População Economicamente Ativa do Brasil). O contingente de mulheres empregadas na indústria no Estado de São Paulo hoje corresponde a cerca da metade das mulheres empregadas no mesmo setor em todo o país. Acreditamos que o grande crescimento do emprego feminino na indústria na década de 70 tenha ampliado a relação de mulheres para homens não só no Estado como na metrópole de São Paulo, onde está localizada a maior parcela da indústria paulista.

Tabela II - 23

PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POPULAÇÃO DE DEZ ANOS E MAIS COM RENDIMENTO POR FAIXA DE RENDIMENTO MENSAL NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS - 1978.

PESSOAL	TOTAL	S. PAULO	R. JANEI	P. ALEGRE	CURITIBA	B. HORIZ	SALV.	RECIFE	FORTAL.	BELEM	BRASILIA
Total Feminino	36,9	34,6	37,4	40,3	34,2	38,0	38,3	39,4	40,0	41,2	37,2
Até 1 Salário Mínimo	60,8	61,5	64,3	63,0	57,5	63,8	62,0	54,5	52,4	59,9	66,1
De 1 a 2 Salários	39,9	45,1	39,2	44,8	33,9	35,3	31,3	27,8	27,8	29,1	37,8
De 2 a 5 Salários	24,8	24,8	24,6	28,7	23,7	23,7	23,2	22,1	23,0	26,4	26,3
Mais de 5 Salários	18,4	17,0	20,4	19,3	12,9	18,4	17,1	21,6	17,5	19,0	22,6

Fonte: PNAD 1978, FIBGE.

OBS.: A participação masculina é o complemento para 100.

De 50% a mais de 65% das pessoas com rendimento inferior ao maior salário mínimo do país são mulheres, nas grandes metrôpoles. Esses mesmos limites caem para 25% a 45% na faixa de um a dois salários. E em relação aos rendimentos mais elevados, de mais de cinco salários, as mulheres representam de 15% a 20% do pessoal nessa faixa de renda (V. Tabela II-23; V. também Gráficos 5 e 6).

Esses percentuais das faixas de rendimentos mais elevados para a população feminina nas metrôpoles é bastante superior àquele verificado nas regiões, com o pessoal ocupado. (Compare-se a Tabela II-23 com a Tabela II-18). Isto deve ser interpretado como uma distribuição de rendimentos provavelmente mais favorável às mulheres, menos discriminatória, nos centros urbanos de maior importância. Se pudéssemos estender o conceito de pessoal ocupado ao de pessoas com dez anos e mais com rendimentos, chegaríamos à conclusão também de que as metrôpoles se caracterizam por uma considerável absorção do trabalho feminino, bastante mais mobilizado produtivamente que no restante da região (que inclui a população agrícola e centros urbanos menores).

O diferencial de renda quase sempre traduz nada mais nada menos que as diferenças nas oportunidades de trabalho no mercado.

"Chama a atenção (na França) a feminilização global de categoria sócio-profissional dos empregados (funcionários), contrastando violentamente com aquela dos quadros administrativos superiores e dos engenheiros (64% mulheres, contra 17% e 4% respectivamente para as três categorias)".

"A diferença considerável dos salários entre homens e mulheres (aqueles recebem em média uma vez e meia o salário destas) não resulta tanto de uma discriminação direta sobre os salários, mas de uma discriminação sobre o ramo e a qualificação de função: a diferença

residual é mínima quando se comparam salários "para trabalhos iguais". Mas o trabalho não é nunca 'igual'". (cf. LIPIETZ, Alain, (1980), páginas 56 e 57).

GRÁFICO Nº 05

PESSOAS DE DEZ ANOS E MAIS COM RENDIMENTO NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS POR GRUPOS DE METRÓPOLES - 1978.

GDE SÃO PAULO GDE RIO JANEIRO	PORTO ALEGRE E CURITIBA	BELO ORIZONTE	GDE RECIFE SALVADOR E FORTALEZA	BELEM E BRASÍLIA
MAIS DE 5 SALÁRIOS	MAIS DE 5 SALÁRIOS	MAIS DE 5 SALÁRIOS	MAIS DE 5 SALÁRIOS	MAIS DE 5 SALÁRIOS
DE 2 A 5 SALÁRIOS	DE 2 A 5 SALÁRIOS	DE 2 A 5 SALÁRIOS	DE 2 A 5 SALÁRIOS	DE 2 A 5 SALÁRIOS
DE 1 A 2 SALÁRIOS	DE 1 A 2 SALÁRIOS	DE 1 A 2 SALÁRIOS	DE 1 A 2 SALÁRIOS	DE 1 A 2 SALÁRIOS
MENOS DE 1 SALÁRIO	MENOS DE 1 SALÁRIO	MENOS DE 1 SALÁRIO	MENOS DE 1 SALÁRIO	MENOS DE 1 SALÁRIO
MENOS DE 1 SALÁRIO	MENOS DE 1 SALÁRIO	MENOS DE 1 SALÁRIO	MENOS DE 1 SALÁRIO	MENOS DE 1 SALÁRIO
DE 1 A 2 SALÁRIOS	DE 1 A 2 SALÁRIOS	DE 1 A 2 SALÁRIOS	DE 1 A 2 SALÁRIOS	DE 1 A 2 SALÁRIOS
DE 2 A 5 SALÁRIOS	DE 2 A 5 SALÁRIOS	DE 2 A 5 SALÁRIOS	DE 2 A 5 SALÁRIOS	DE 2 A 5 SALÁRIOS
MAIS DE 5 SALÁRIOS	MAIS DE 5 SALÁRIOS	MAIS DE 5 SALÁRIOS	MAIS DE 5 SALÁRIOS	MAIS DE 5 SALÁRIOS

GRÁFICO Nº 06

PESSOAS DE DEZ ANOS E MAIS COM RENDIMENTO NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

GRANDE SP	GRANDE RJ	PORTO ALEGRE	CURITIBA	BELO HORIZ.	SALVADOR	GRANDE RECIFE	FORTALEZA	BELEM	BRASILIA
MAIS DE 5 SALÁRIOS									
DE 2 A 5 SALÁRIOS									
DE 1 A 2 SALÁRIOS									
MENOS DE 1 SALÁRIO									
MENOS DE 1 SALÁRIO									
DE 1 A 2 SALÁRIOS									
DE 2 A 5 SALÁRIOS									
MAIS DE 5 SAL.	+5 SAL.	+5 SAL.	+5 SAL.	+5 SAL.	+5 SAL.	+5 SAL.	+5 SAL.	+5 SAL.	+5 SAL.

CAPÍTULO III

EMPREGO URBANO E RENDA DO TRABALHO FEMININO

1ª parte - A COMPOSIÇÃO DO EMPREGO

A) A COMPOSIÇÃO DO EMPREGO URBANO NO BRASIL

As cifras globais de participação da mulher na atividade econômica são bem pouco reveladoras do papel desempenhado pela metade feminina da população na dinâmica econômica de uma sociedade. Se tomamos por exemplo a participação feminina no emprego urbano total no Brasil, verificamos que a cifra não é muito diferente daquela referente à participação da mulher no trabalho urbano na França: 33,4% da participação feminina no emprego não agrícola no Brasil contra 37,4% de francesas no mercado de trabalho urbano, em 1976 e 1975 respectivamente (1).

Quando vamos à análise da composição do emprego urbano é que as diferenças fundamentais aparecem entre os dois países. O emprego feminino no Brasil era em 1970 bastante concentrado em poucas ocupações, sendo a mais importante delas o serviço doméstico (2) (V. Tabela III-1), coisa que não acontece na França, pois o emprego

(1) As estatísticas da participação feminina no emprego urbano são baseadas no PNAD 1976, comparando-se a População Economicamente Ativa Feminina não agrícola com o total da mesma denominação. Já o Censo de 1970 assinalava uma participação de 30% e o de 1980, 32%.

Fonte: FIBGE (1979), páginas 33 e 35 e Tabulações Avançadas do Censo de 1980. As cifras referentes à participação feminina no emprego urbano na França foram extraídas de AZOUVI (1978), página 48.

(2) Os dados de estrutura do emprego, renda e outras características da

Tabela III-1

COMPOSIÇÃO COMPARADA DO EMPREGO FEMININO E MASCULINO -
BRASIL URBANO - 1970.

MULHERES EMPREGADAS

CÓDIGO ¹	OCUPAÇÃO	PART. %	ACUMUL.	MULHER TOTAL %
339	Empregadas Domésticas	33,6	-	97,8
201	Ocupações de Escritório	9,1	42,7	35,4
316	Comércio Estabelecido	4,1	46,8	26,1
304	Cerzideiras, Bordadeiras, Costureiras	3,2	50,0	85,0
100	Técnicos, Administr. Profissionais	2,8	52,8	21,6
302	Têxtil, exclusive rendeiras e Redeiros	2,2	55,0	50,7
202	Viajantes e Similares	1,9	56,9	27,9
331	Porteiros, Vigias, Serventes, Ascensoristas	1,7	58,6	16,4
328	Cozinheiros e garçons	1,2	58,9	37,9
311	Outras da Indústria de Transformação	1,1	60,9	26,5
<u>HOMENS</u>	<u>EMPREGADOS</u>			
CÓDIGO	OCUPAÇÃO	PART. %	ACUMULADA	
201	Ocupações de Escritório	7,4	-	
301	Metal Mecânica	6,2	13,6	
316	Comércio Estabelecido	5,1	18,7	
100	Técnicos, Administr. Profissionais	4,6	23,3	
320	Transporte Rodoviário Urbano Motor.	4,4	27,7	
331	Porteiros, Vigias, Serventes, Ascensoristas	4,0	31,7	
202	Viajantes e Similares	3,5	35,2	
324	Serventes de Pedreiros	3,3	38,5	
323	Pedreiros e Estucadores	3,2	41,7	
306	Madeiras e Móveis	2,5	44,2	
338	Braçais Sem Especificação	1,6	45,8	
327	Outras da Construção Civil	1,4	47,2	
311	Outras da Indústria de Transformação	1,4	48,6	
336	Eletricistas e Radiotécnicos	1,1	49,7	
302	Têxtil, exceto Rendeiras e Redeiros	1,0	50,7	

(CONTINUAÇÃO DA TABELA III-1)

MULHERES - POR CONTA PRÓPRIA

CÓDIGO	OCUPAÇÃO	PART. %	ACUMUL	MULHER ÷ TOTAL %
304	Cerzideiras, Bordadeiras, Alfaiates, Costureiras	3,5	-	83,4
335	Lavadeiras e Engomadeiras	3,4	6,9	98,8
321	Barbeiros, Cabelereiros, Manicures, Pedicuros	0,7	7,6	48,2
334	Vendedores Ambulantes Jornais Revistas	0,6	8,2	12,6
100	Técnicos Administrativos Profissionais	0,5	8,7	20,1
202	Viajantes e Similares	0,2	8,9	12,1

HOMENS - POR CONTA PRÓPRIA

CÓDIGO	OCUPAÇÃO	PART. %	TOTAL ACUMULADO
334	Vendedores Ambulantes Jornais Revista	2,0	-
320	Transporte Rodoviário Urbano Motoriz.	1,5	3,5
323	Pedreiros e Estucadores	1,3	4,8
327	Outras da Construção Civil	0,9	5,7
100	Técnicos Administrativos Profission.	0,9	6,6
301	Metal Mecânica	0,7	7,3
306	Madeiras e Móveis	0,7	8,0
202	Viajantes e Similares	0,6	8,6
338	Braçais sem especificação	0,5	9,1
336	Eletricistas e Radiotécnicos	0,4	9,5
321	Barbeiros, Cabelereiros, Manicures, Pedicuros	0,3	9,8
304	Cerzideiras, Bordadeiras, Alfaiates, Costur.	0,3	10,1

EMPREGO GLOBAL: HOMENS: 7.026.850; MULHERES: 3.131.504
69,2% 30,8%

Fonte: Tabulação especial do FIBGE para a Pesquisa sobre Mercado de Trabalho do DEPE, IFCH, UNICAMP para o INPES-IPEA.

Nota: Excluídas as Atividades Sociais, e Outras Atividades, que representam cerca de 25 a 30% do emprego feminino e 20-25% do emprego masculino.

(1) O código que aparece nesta e nas tabelas seguintes encontra-se explicitado no Apêndice.

doméstico naquele país é numericamente desprezível.

Se a categoria ocupacional "Serviço Doméstico" fosse suprimida da estatística da População Economicamente Ativa feminina, o percentual de mulheres baixaria para 20,5% no conjunto dos municípios que compõem a Tabela III-1. Esta cifra está bem distante dos 37,4% de participação feminina no mercado de trabalho francês (1).

Mas o emprego doméstico não é o único responsável pela pequena diferenciação na estrutura da População Economicamente Ativa feminina no Brasil. Também nas atividades relacionadas à produção de bens e serviços para a comunidade as mulheres se concentram em quatro ou cinco ocupações em geral conexas com o trabalho dentro de casa. Se somarmos a participação da mulher como empregada nas profissões especificamente femininas como as Cerzideiras, Bordadeiras, alfaiates, Costureiras; Têxtil, exceto Rendeiras e Redeiros; Cozinheiros e Garçons, e com as "estabelecidas" por contra própria Cerzideiras, Bordadeiras, Alfaiates, Costureiras; Lavadeiras e Engomadeiras, teremos 13,5% da mão-de-obra feminina. Este percentual, somado aos 33,6% de empregadas domésticas e aos 9,1% de mulheres em ocupações de escritório,

(CONT)

mão-de-obra no Brasil referem-se a 116 núcleos urbanos, incluindo dez áreas metropolitanas, de mais de 50.000 habitantes. Ao total de nossa amostra, cuja constituição e agrupamento estão detalhados no Apêndice, no final deste trabalho, denominaremos Brasil Urbano, por estar bastante próximo deste conceito. A estrutura que aparece na Tabela III-1 e Gráfico nº 7 corresponde portanto a esse conjunto de municípios, sendo os dados extraídos da tabulação especial preparada pelo FIBGE para a Pesquisa sobre Mercado de Trabalho do IFCH, UNICAMP para o INPES-IPEA.

(1) A População Economicamente Ativa feminina na França em 1975 distribuía-se entre a indústria (26%), os serviços (27%), o comércio (18%), administração (pública) (22%), os 7% restantes dividindo-se entre os transportes e Telecomunicações, a energia e a Construção Civil e Obras Públicas.

atingem 56,2% da População Economicamente Ativa feminina.

Mais da metade das mulheres que trabalham pertence portanto a um desses seis tipos de ocupações tipicamente femininas. Para a População Economicamente Ativa masculina são necessários 15 tipos de ocupações (da mesma classificação) para chegar aos 50% do emprego, enquanto metade das mulheres empregadas distribuem-se em apenas 4 ocupações (V. Tabela III-1). O gráfico 7 permite que se visualize melhor a estrutura diferenciada do emprego por sexo no Brasil (1).

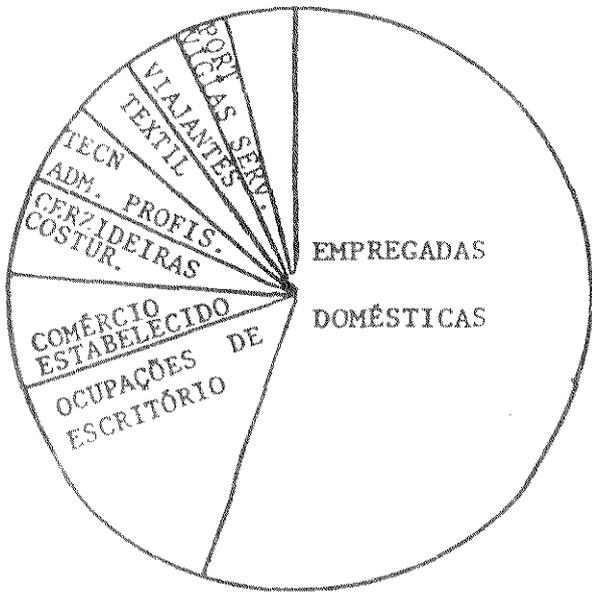
Outra observação interessante em relação às duas composições refere-se ao conteúdo qualitativo, por assim dizer, das ocupações em que a mão-de-obra feminina se especializa em contraposição com as profissões típicas do sexo masculino.

A análise da renda das ocupações irá certamente permitir estudo mais acurado dessas qualidades, mas a definição por ofício já permite uma primeira classificação. Esta é dada basicamente pela forma de organização da produção que prevalece em relação a uma ou outra atividade.

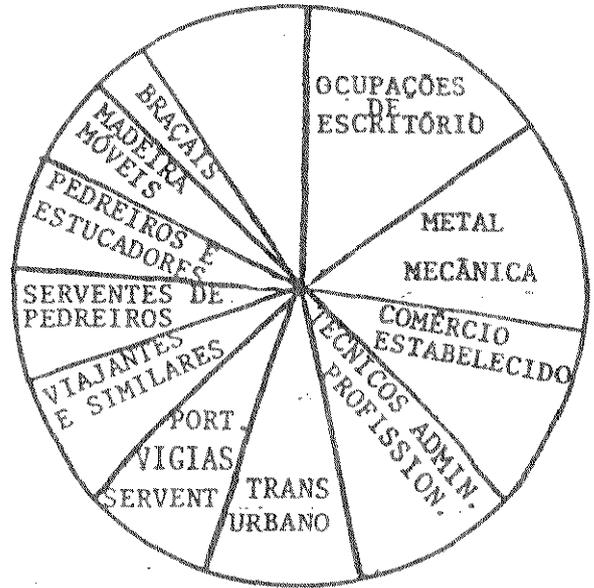
(1) A informação não inclui Atividades Sociais, Administração Pública e Outras Atividades, que juntas somam cerca de 25% do emprego (ESP) feminino e cerca de 20% do emprego masculino. O Total representa pouco mais de 60% do emprego masculino e de 50% do feminino.

GRÁFICO Nº 07

EMPREGO URBANO POR OCUPAÇÃO POR SEXO - EMPREGADOS - 1970

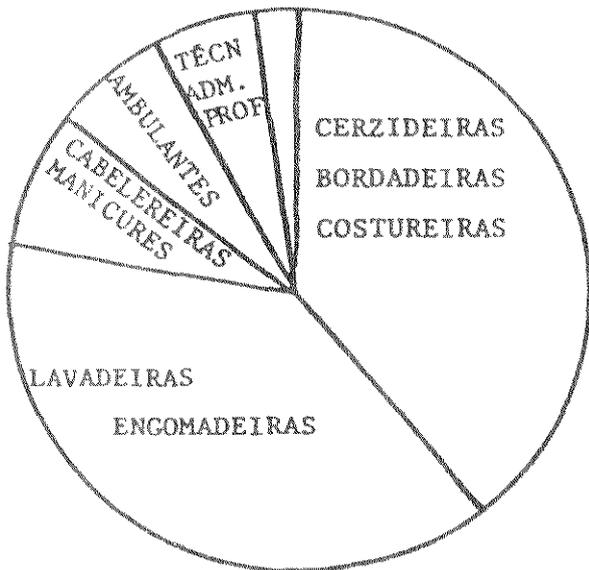


MULHERES



HOMENS

POR CONTA PRÓPRIA



MULHERES



HOMENS

Assim, utilizando a classificação adotada por SOUZA (1980) (1), estão ocupados em forma não tipicamente capitalistas de organização pela produção de 49,4% da mão-de-obra feminina (domésticas + cerzideiras, bordadeiras, alfaiates, costureiras + mulheres por conta própria), contra apenas 12,3% da População Economicamente Ativa masculina (estabelecida por conta própria). O que conduz à conclusão de que as mulheres que trabalham em ocupações que podem ser consideradas tipicamente capitalistas não alcançam mais que 15% do emprego global e concorrem com os homens na proporção de 1: 5 nesse tipo de atividades (ou seja, representam cerca de 20% do emprego mais caracteristicamente capitalista).

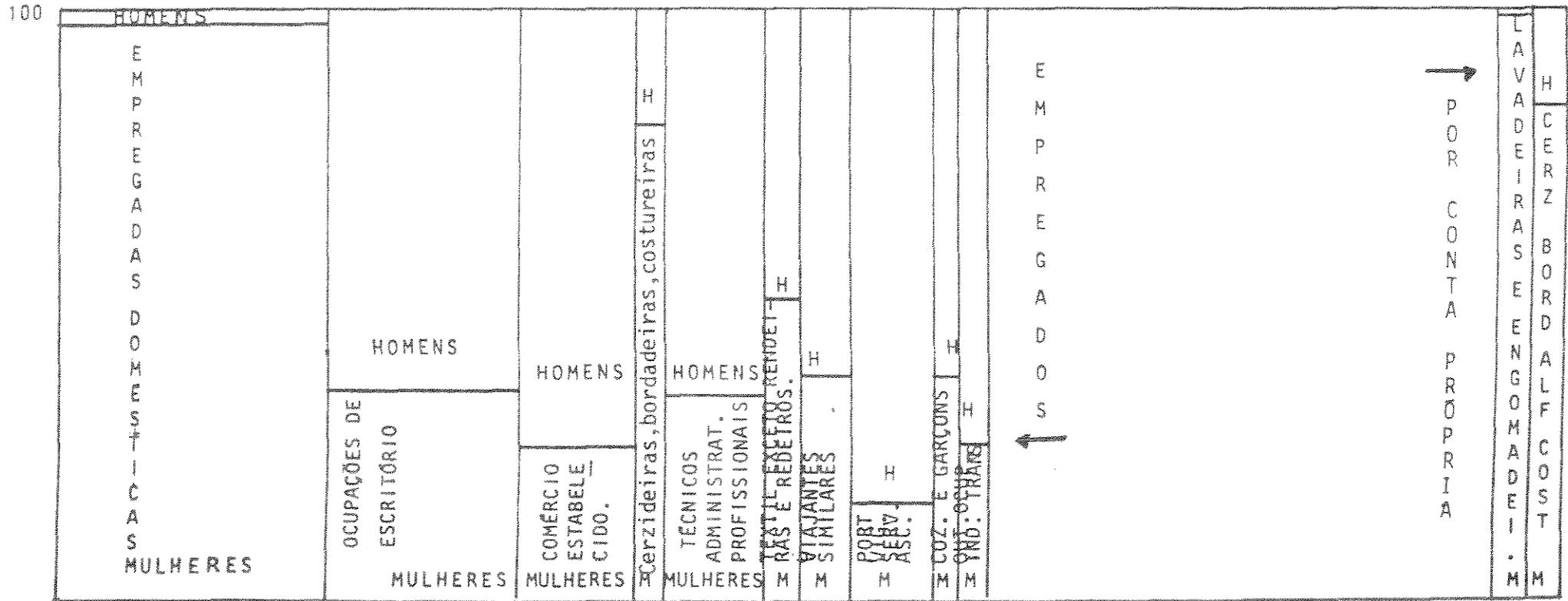
Na análise da renda veremos até que ponto essa estrutura diferenciada do emprego por sexo influi no rebaixamento da renda média feminina no conjunto das atividades econômicas.

Em três ou quatro ocupações, (empregadas domésticas; cerzideiras, bordadeiras, costureiras; têxtil, exclusive rendeiras e redeiros, e lavadeiras e engomadeiras, que concentram mão-de-obra feminina, as mulheres constituem grande maioria dos trabalhadores. Nas demais, sua presença está muito aquém da participação masculina (V. gráfico 8).

A análise da renda associada a cada uma dessas ocupações irá mostrar que aquelas de especialização feminina são também das mais baixas faixas de renda. Esta associação é principalmente verdadeira no caso das ocupações nas formas "mercantis" de organização e para os empregados sob essa forma de organização da produção. Assim, para toda a amostra

(1) SOUZA (1980), define os empregos nas formas não tipicamente capitalistas de organização como correspondente a todas as ocupações por conta própria de homens e mulheres, mais os empregados (homens e mulheres) das ocupações de engraxates, vendedores ambulantes e empregados domésticos e mais os empregados mulheres das ocupações de rendeiros e redeiros; cerzideiras, bordadeiras, alfaiates, costureiras e as lavadeiras e engomadeiras. Os demais empregados são classificados no segmento tipicamente capitalista da estrutura ocupacional.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS PRINCIPAIS OCUPAÇÕES EM QUE AS MULHERES ESTÃO EMPREGADAS OU TRABALHAM POR CONTA PRÓPRIA - 1970 - TOTAL BRASIL URBANO



coberta por esta análise, as rendas mais baixas são as das empregadas domésticas. Por outro lado, as cerzideiras, bordadeiras e costureiras (304) possuem renda média próxima dos porteiros, vigias, serventes e ascensoristas do sexo feminino (331), e apenas superior à das cozinheiras (328), todas elas profissionais que se enquadram entre as de mais baixo rendimento no conjunto das ocupações.

Em 1978, segundo os dados do PNAD, o leque de possibilidades de emprego feminino não parece ter evoluído muito no sentido da maior diversificação das oportunidades de trabalho para a mulher. Mas algumas diferenças qualitativas são dignas de nota, apesar das reservas com que se deve considerar a comparação de dados de duas fontes diferentes, além do fato dos dados da PNAD terem problemas de amostragem. Isto não é tão importante quando se analisa a composição (V. Tabela III-2 e III-11 mais adiante).

Talvez a diferença fundamental entre as estruturas reveladas pelo Censo para o emprego feminino e a do PNAD esteja na expressão do emprego doméstico. Este representa uma parcela bastante inferior do emprego feminino em 1978, de tal forma que se excluíssemos essa categoria do conjunto das trabalhadoras teríamos agora 25,4% de mulheres no emprego global (homens + mulheres), contra os 20,5% calculados para 1970. Isto sugere uma evolução interessante mas que deve ser tomada com cuidado devido ao problema da PNAD; só poderá ser confirmada com o Censo de 1980.

Por outro lado, as funções burocráticas e de escritório representam, na composição de 1978 do PNAD, a categoria ocupacional que mais emprega mulheres. Ainda que se leve em conta que a definição dessa categoria inclui parte das ocupações de Técnicos Administrativos e Profissionais (100), Ocupações de Escritório (201) Outras Ocupações não manuais especializadas (203) da Tabulação do Censo de 1970, há uma diferença ponderável entre os 33,8 % do emprego dessa categoria em 1978 e a soma do percentual relativo às três ocupações apontadas, que alcança 18,9%

Tabela III-2

COMPOSIÇÃO DO EMPREGO POR SEXO NO CONJUNTO DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS - 1978.

O C U P A Ç Õ E S	CHEFES	NÃO CHEFES	TOTAL
<u>EMPREGADOS-MULHERES</u>			
Funções Burocráticas e Escritório	26,8	35,0	33,8
Empregadas Domésticas	22,3	28,7	27,8
Ocup. Téc. e Cient. Nível Superior	8,5	6,1	6,5
Porteiros, Vigias e Serventes	10,3	4,8	5,6
Trab. Manuais Indústria Têxtil Vestuário	5,6	5,6	5,6
Comércio Estabelecido	5,1	5,4	5,4
Trab. Confecção de Roupas	5,5	4,8	4,9
Serviços de Higiene Pessoal	9,7	3,9	4,8
O C U P A Ç Õ E S	CHEFES	NÃO CHEFES	TOTAL
<u>EMPREGADOS -HOMENS</u>			
Funções Burocráticas e Escritório	12,2	21,2	15,4
Ocup. Téc. Cient. Nível Superior	15,3	5,9	12,0
Trab. Man. Ind. Rep. Metal Mecânica	10,8	11,0	10,9
Porteiros, Vigias, Serventes	7,8	9,4	8,4
Comércio Estabelecido	5,8	9,3	7,0
Trab. Man. Indústria Têxtil Vestuário	5,9	8,0	6,7
Motoristas e Trocadores	7,7	3,9	6,4
Pedreiros e Estucadores	6,4	3,3	5,3
Ocup. Defesa e Segurança Pública	5,6	3,9	5,0
Braçais sem especificação	3,0	3,9	3,3
Trab. Man. Ind. Madeira Móveis	3,5	2,9	3,3
Serventes de Pedreiros	2,3	4,8	3,2

CONTINUAÇÃO DA TABELA III-2

O C U P A Ç Õ E S	CHEFES	NÃO CHEFES	TOTAL
<u>POR CONTA PRÓPRIA - MULHERES</u>			
Trab. Confeccão de Roupas	31,4	37,7	36,1
Serviços de Higiene Pessoal	36,8	29,0	30,9
Empregadas Domésticas	15,7	12,8	13,5
Ocup. Técn. Cient. Nível Superior	8,7	11,2	10,6
Funções Burocráticas Escritório	2,4	5,1	4,4
<u>POR CONTA PRÓPRIA - HOMENS</u>			
Pedreiros e Estucadores	27,6	30,6	28,1
Ocup. Técn. Cient. Nível Superior	24,0	14,5	22,4
Motoristas e Trocadores	12,1	9,0	11,5
Trab. Man. Ind. Rep. Madeira	5,7	4,1	5,4
Trab. Man. Ind. Rep. Metal Mecânica	5,4	4,6	5,3
Porteiros, Vigias, Serventes	7,8	0,6	4,0
Outras Funções Técnicas	5,0	4,6	5,0
Trab. Man. Fab. Rep. Material Elétrico	4,0	4,8	4,1
Comércio Estabelecido	3,2	2,3	3,0

Número de Trabalhadores:	<u>EMPREGADOS</u>	<u>POR CONTA PRÓPRIA</u>	
Mulheres: (35,2%)	3.356.752	(35,0%) 558.192	
Homens : (64,8%)	6.178.550	(65,0%) 1.038.641	
	<u>CHEFES</u>	<u>NÃO CHEFES</u>	<u>TOTAL</u>
<u>EMPREGADOS</u>	Mulheres 14,6%	85,4%	100
	Homens 64,5%	35,5%	100
<u>POR CONTA PRÓPRIA</u>	Mulheres 25,2%	74,8%	100
	Homens 82,8%	17,2%	100

Nota: Os dados de 1978 referem-se ao emprego de 1) chefes de família; 2) não chefes (parentes + outros) e 3) Total, segundo a PNAD, do FIBGE. Os dados de 1970 são os do Censo de 1970 reagrupados de maneira a aproximar-se da classificação do PNAD em sua ordenação de acordo com o exposto no Apêndice 1.

Fonte: Tabulação especial do FIBGE de dados do PNAD 1978 para a pesquisa do BNH do DEPE, IFCH, UNICAMP.

em 1970 no conjunto das metrôpoles (note-se que as funções burocráticas e de escritório incluem apenas parte das três ocupações e não sua totalidade). Assim, é de presumir-se que tenha havido um acréscimo considerável do emprego feminino nessas funções.

Paralelamente cresceu a participação relativa das ocupações mais tipicamente capitalistas, tal como foram definidas anteriormente, no emprego feminino global.

Assim, a elevação da participação feminina no mercado de trabalho (35,2% contra 30,1% em 1970) encobre uma transformação relativamente profunda na qualidade da inserção da mulher nesse mercado. A composição do emprego feminino revelada pelo PNAD 1978 é menos concentrada que a verificada no Censo de 1970, embora esteja distante da estrutura mais diferenciada do emprego masculino (V. Gráfico 9)

A elevação do emprego feminino nas funções burocráticas e de escritório torna essa ocupação predominantemente feminina. Se em 1970 as mulheres representavam 36,5% dos empregados em ocupações de escritório, em 1978 o PNAD mostra que essa parcela elevou-se para 54,3% (V. gráfico 10). (Mesmo com a diversa definição das ocupações, a diferença é muito expressiva).

As ocupações técnicas, administrativas e profissionais acrescentam um pouco sua participação (22,4% contra 19,6%) em relação a 1970. As mulheres trabalhadoras como porteiros, vigias e serventes também crescem de participação em relação aos homens (de 13,8% para 26,7%). O mesmo ocorre no comércio estabelecido (29,3% contra 25,9% em 1970).

Já as trabalhadoras manuais na indústria têxtil e do vestuário (302 na nomenclatura do Censo) decrescem de participação de 51,9% em 1970 para 31,1% em 1978, seguindo uma tendência de masculinização do setor que se verifica há várias décadas. As empregadas domésticas continuam sendo em 1978 quase exclusivamente mulheres (V. Gráfico 10).

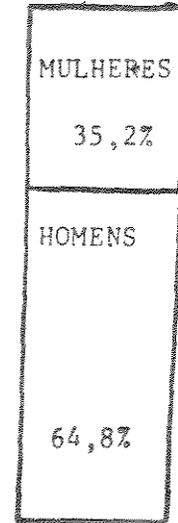
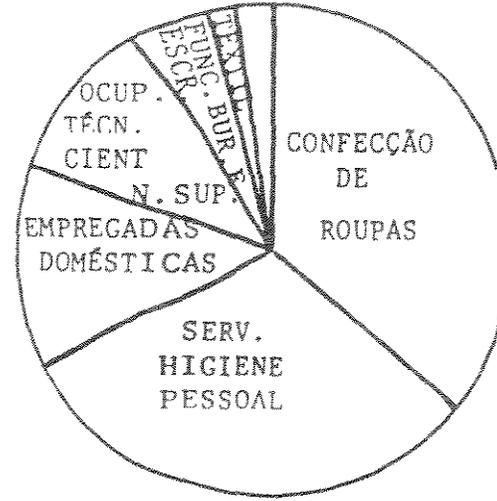
GRÁFICO Nº 09

COMPOSIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NO CONJUNTO DAS METRÓPOLES-1978

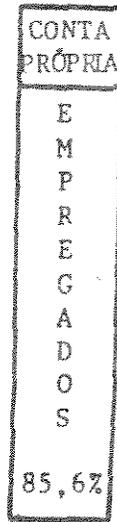
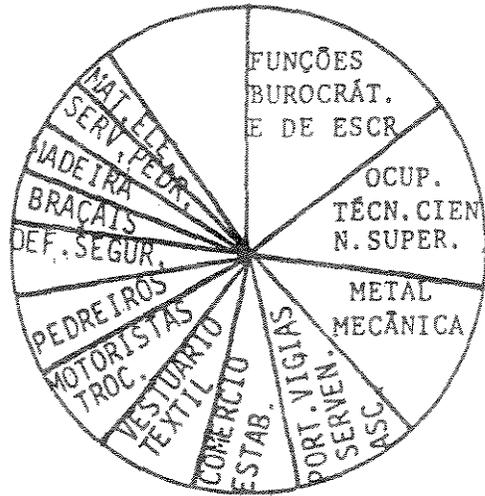
EMPREGADOS



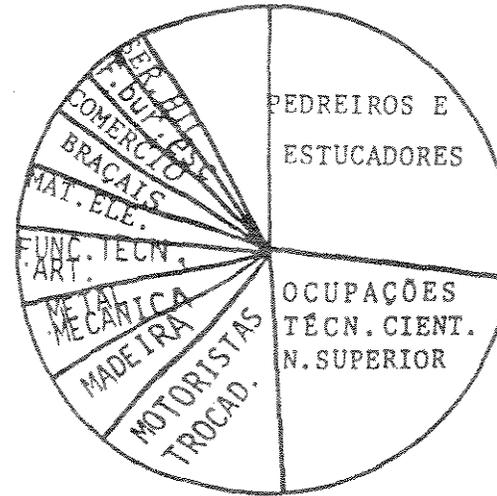
POR CONTA PRÓPRIA



MULHERES



MULHERES



TOTAL DE 11.115.036 PESSOAS

HOMENS

HOMENS

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO EMPREGO DAS OCUPAÇÕES EM QUE ESTÃO EMPREGADAS AS MULHERES - TOTAL DAS METRÓPOLES 1978.

EMPREGADOS

H O M E N S	H O M E N S			
	H O M E N S	H O M E N S	H O M E N S	H O M E N S
EMPREGADAS DOMÉSTICAS				
FUNÇÃO BUROCRÁTICA E DE ESCRITÓRIO (54,3% M)	H O M E N S	H O M E N S	TRAB. MANUAIS IND. TEXTIL E VESTUÁRIO	COM. ESTABELECIDO
			OCUPAÇÃO TÉCNICA E CIENT. N. SUP. (22,4%M)	PORT. VIGIAS SERV. (26,7%M)

TRAB. MANUAIS IND. TEXTIL E VESTUÁRIO (31,1%M)

PARTICIPAÇÃO NO EMPREGO 100

Eleva-se assim o grau de dispersão da mão-de-obra feminina pelas ocupações, aumentando sua presença nas atividades modernas da indústria, do comércio e dos serviços.

No trabalho por conta própria, a presença dominante das ocupações compatíveis com o trabalho doméstico, como o trabalho de confecção de roupas, feito muitas vezes a domicílio, e os serviços de higiene pessoal, normalmente estabelecidos nas dependências da moradia da proprietária, revelam mais uma vez o sentido do trabalho por conta própria para a mulher como uma forma de conciliar o trabalho doméstico com uma ocupação remunerada.

Cerca de 15% das mulheres que trabalham são chefes de família. É preciso ter claro, no entanto, que boa parte dos 85% restante é constituída por mães de família que dividem a responsabilidade financeira de manutenção do lar com o marido, apesar de eles figurarem como "chefes" sozinhos.

O espectro de possibilidades de emprego parece ser um pouco mais amplo para as mulheres chefes de família do que para as outras (V. Tabela III-2 e Gráfico 11*). O trabalho é mais diversificado também para os chefes de família que para os parentes homens. A grande diferença está em que 64,5% dos homens nas metrópoles são chefes de família. O resultado global é que mais de 60% do emprego feminino em 1978 está enquadrado nas funções burocráticas e de escritório ou no serviço doméstico. São necessárias cinco ocupações da mesma classificação para atingir esse percentual no caso do emprego masculino global.

Aproximadamente metade das empregadas domésticas residem no emprego, o que confere às suas relações de trabalho um cunho paternalista, sendo

(*) O Gráfico 11 mostra a situação da estrutura do emprego na Grande São Paulo, mas a situação no conjunto das metrópoles é semelhante.

Tabela III-3

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO EMPREGO POR POSIÇÃO NA FAMÍLIA -
METRÓPOLES - 1978.

O C U P A Ç Õ E S	CHEFES	NÃO CHEFES	TOTAL
<u>EMPREGADOS</u>			
Funções Burocráticas	21,3	68,3	54,5
Empregadas Domésticas	82,4	98,1	95,9
Ocup. Têcn. Cient. Nível Superior	6,4	57,7	22,8
Porteiros, Vigias, Serventes	14,0	40,0	89,0
Trab. Man. Ind. Têxtil e Vestuário	10,4	47,5	31,2
Comércio Estabelecido	9,7	43,4	29,4
Trab. Confeccão de Roupas	75,5	95,2	91,3
Serviços Higiene Pessoal	41,1	78,4	61,8
TOTAL	11,0	56,6	35,2

Nota: As informações referem-se às metrôpoles : São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém.

Fonte: PNAD 1978, FIBGE.

parte de seu salário pago em espécie - casa e comida (V. Gráfico 11). As empregadas domésticas residentes contribuem decisivamente para a elevação da média de horas de trabalho da categoria, a mais elevada de todas as ocupações tomadas, conforme veremos adiante.

Mas apesar do grosso das mulheres encontrar-se classificada como não chefes e da grande maioria dos homens fazer parte do grupo de chefes de família, a participação feminina não é dominante em algumas das profissões de maior peso no emprego feminino na categoria de parentes e, como veremos na análise da renda, isto não assegura à mulher maior rendimento relativo aos homens dependentes, como deveria ocorrer, pois inclui-se aí uma ampla gama de menores, aprendizes, do sexo masculino.

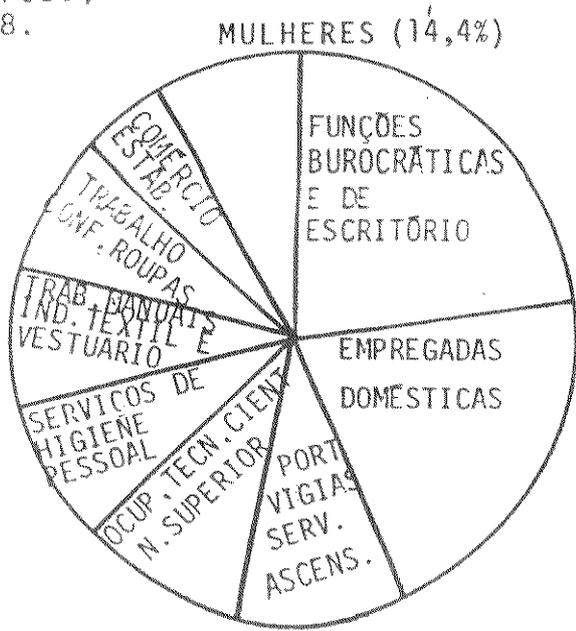
Das oito principais ocupações da mulher, cinco são predominantemente femininas (V. Tabela III-3).

Infelizmente a diferença de fontes e de classificação das informações e, quem sabe, até de delimitação da área geográfica das metrópoles, impossibilita que façamos uma análise evolutiva a partir dos dados do censo, por ocupação (1). Devemos ter sempre presente, no entanto, que se trata de uma comparação grosseira, simples superposição de imagens das estruturas, que visa apenas mostrar as grandes tendências da última década em relação ao emprego feminino.

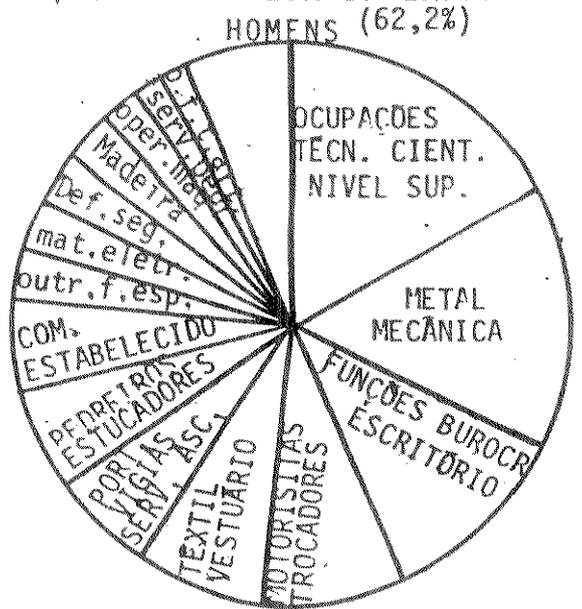
(1) As restrições que normalmente se fazem às estatísticas do PNAD e em especial à PNAD 1978 recomendam certa prudência na apreciação dessas informações. Por esse motivo limitamo-nos a tirar algumas conclusões mais gerais sobre a estrutura do emprego, sem entrar no mérito da validade dos dados absolutos. Fugimos também da análise evolutiva 1970/78 por serem dados de fontes diversas.

GRÁFICO Nº 11

COMPOSIÇÃO DO EMPREGO POR OCUPAÇÃO E POSIÇÃO NA FAMÍLIA-SP EMPREGADOS 1978.



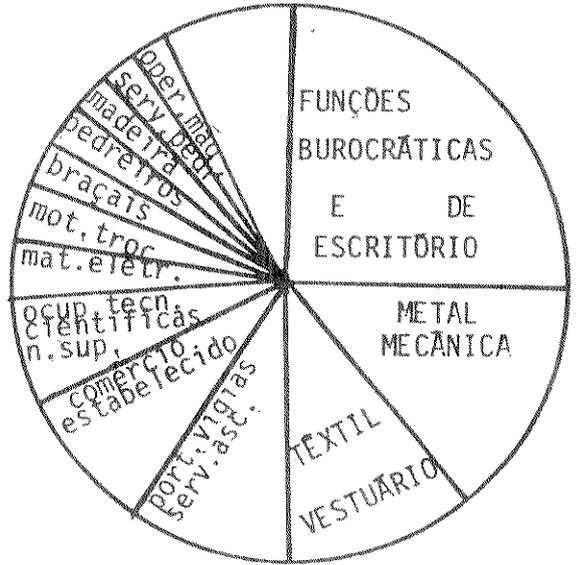
CHEFES DE FAMÍLIA (27,1%)



CHEFES DE FAMÍLIA (66,6%)



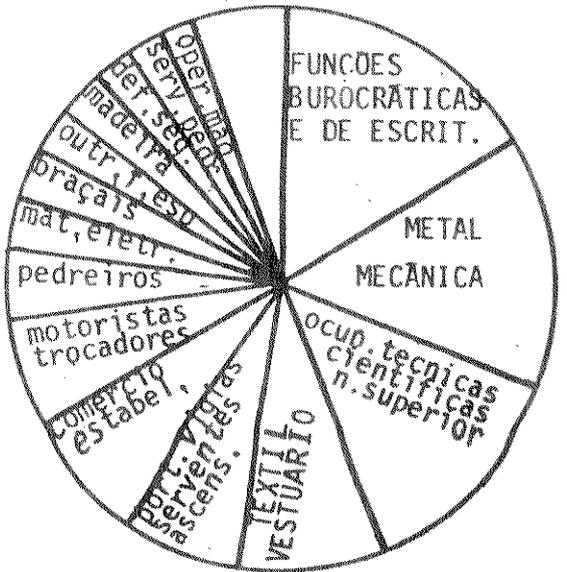
PARENTES (72,9%)



PARENTES (33,4%)



TOTAL MULHERES 1.288.565 (34,5%)



TOTAL HOMENS 2.450.104 (65,5%)

Acreditamos que a modernização da economia se faz acompanhar, nos anos setenta, de altas taxas de acumulação, de relativa abertura de espaço para o trabalho feminino, com aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e com maior diversificação das oportunidades de emprego, sobretudo no setor mais capitalizado do mercado. Se antes o trabalho feminino era em primeiro lugar como empregada doméstica e suas variações (lavadeira, cozinheira), hoje as secretárias dominam o mercado de trabalho para a mulher. Esta é sem dúvida uma mudança de qualidade.

B) O EMPREGO NAS ÁREAS METROPOLITANAS

A mesma diferenciação da composição do emprego por sexo repete-se nas metrôpoles das diferentes regiões econômicas do país.

O emprego doméstico está presente na composição do emprego feminino em 1970 com o mesmo peso decisivo nas grandes capitais, apesar de ser ainda mais importante nas metrôpoles nordestinas que nas do Centro-Sul (V. Tabela III-4). Em compensação, a presença feminina é maior nas ocupações de escritório nestas últimas, revelando certa diferença estrutural no mercado de trabalho por região.

A composição do emprego das metrôpoles em conjunto é que estabelece o perfil da estrutura do emprego urbano no país (compare-se os percentuais do total das Metrôpoles na Tabela III-4 com a estrutura da Tabela III-1), o que não deve surpreender, já que o emprego nas dez metrôpoles concentra mais de 70% do emprego urbano global do Brasil. Por outro lado, as Metrôpoles do Centro-Sul (Grande Rio de Janeiro, Grande São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) empregam mais de 75% das pessoas ocupadas no total das metrôpoles, representando mais de 55% do emprego urbano global do país, sendo sua portanto a composição do emprego que serve de molde à estrutura de emprego do conjunto das metrôpoles. As metrôpoles do Norte e Nordeste apresentam estrutura mais concentrada do emprego, maior percentual de empregadas domésticas e relativamente menos pessoas em ocupações de escritório e naquelas típicas da indústria. Sua presença relativa só é maior nas ocupações da indústria da construção e no comércio estabelecido, para os homens. Na indústria de madeira e mobiliário a percentagem é ligeiramente superior no Nordeste. Nota-se em geral uma participação bem mais elevada das ocupações formalmente organizadas no emprego própria em ocupações tipicamente femininas (como as lavadeiras e as bordadeiras) ou mesmo em algumas mais masculinas (como a de vendedores ambulantes) representam alto percentual da População Economicamente

Tabela III-4

OCUPAÇÃO DO EMPREGO MASCULINO E FEMININO NAS METRÓPOLES
BRASILEIRAS - 1970.

EMPREGADOS - MULHERES

CÓDIGO	O C U P A Ç Ã O	TOTAL DAS METRÓP.	METRÓP. CENTRO- SUL	METRÓP. DO NORTE NORDES- TE.
339	Empregadas Domésticas	34,1	33,2	36,6
201	Ocupações de Escritório	10,4	11,7	6,8
316	Comércio Estabelecido	3,9	4,1	3,1
304	Cerzideiras, Bordadeiras, Costureiras	3,6	4,3	1,8
100	Técnicos, Administr. Profissionais	2,9	3,0	2,8
302	Têxtil, exceto Rendeiras e Redeiros	2,1	2,5	1,0
202	Viajantes e Similares	2,0	2,2	1,7
331	Porteiros, Vigias, Serventes, Ascensoristas	1,6	1,8	1,0
311	Outras da Indústria de Transformação	1,2	1,5	0,6
328	Cozinheiros e Garçons	1,2	1,2	0,9
	T O T A L	63,0	65,5	56,3
201	Ocupações de Escritório	7,8	8,4	5,6
301	Metal-Mecânica	6,3	7,1	4,0
100	Técnicos, Administrativos, Profissionais	5,1	5,5	3,6
316	Comércio Estabelecido	4,8	4,8	5,2
320	Transporte Rodov. Urbano Motorizado	4,4	4,5	4,5
331	Porteiros, Vigias, Serventes, Ascensoristas	4,3	4,5	4,1
324	Serventes de Pedreiros	3,1	2,9	3,6
323	Pedreiros e Estucadores	2,9	2,6	3,9
306	Madeiras e Móveis	2,4	2,4	2,6
202	Viajantes e Similares	2,4	2,6	1,5
338	Braçais sem Especificação	1,5	1,5	1,7
327	Outras da Construção Civil	1,4	1,5	1,2
311	Outras da Indústria de Transformação	1,4	1,6	0,8
336	Eletricistas e Radiotécnicos	1,2	1,3	0,9

POR CONTA PRÓPRIA - MULHERES

CÓDIGO	O C U P A Ç Ã O	TOTAL DAS METRÔP.	METRÔP. CENTRO SUL	METRÔP. DO NORTE NORDESTE
	<u>POR CONTA PRÓPRIA - MULHERES</u>			
304	Cerzideiras, Bordadeiras, Costureiras, Alfaiates	3,2	2,9	4,8
335	Lavadeiras e Engomadeiras	2,6	1,4	7,0
321	Barbeiros, Cabelereiros, Manicures, Pedicuros	0,7	0,7	0,6
334	Vendedores Ambulantes Jornais Revistas	0,6	0,5	1,2
100	Técnicos, Administrativos e Profissionais	0,6	0,5	0,8
202	Viajantes e Similares	0,2	0,3	0,1
	<u>POR CONTA PRÓPRIA - HOMENS</u>			
334	Vendedores Ambulantes Jornais Revistas	1,9	1,5	4,2
320	Transporte Rodov. Urbano Motorizado	1,4	1,4	1,1
323	Pedreiros e Estucadores	1,1	1,2	1,1
327	Outras da Construção Civil	0,9	1,0	0,8
100	Técnicos, Administrativos e Profissionais	0,9	1,0	0,7
301	Metal-Mecânica	0,6	0,6	0,8
202	Viajantes e Similares	0,6	0,7	0,5
306	Madeiras e Móveis	0,5	0,5	1,0
336	Eletricistas e Radiotécnicos	0,4	0,4	0,4
338	Braçais Sem Especificação	0,3	0,3	0,4
304	Cerzideiras, Bordadeiras, Alfaiates, Costureiras	0,3	0,3	0,2
321	Barbeiros, Cabelereiros, Manicures, Pedicuros	0,3	0,3	0,3

Nota: O total das Metrôpoles inclui Grande São Paulo, Grande Rio de Janeiro, Grande Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília, Grande Recife, Salvador, Fortaleza e Belém. As Metrôpoles do Centro-Sul incluem as quatro primeiras do Total das Metrôpoles. As Metrôpoles do Norte-Nordeste incluem as quatro últimas citadas na composição do Total das Metrôpoles.

Fonte: Tabulação Especial do FIBGE para a Pesquisa Sobre Mercado de Trabalho do DEPE, IFCH, UNICAMP para o INPES-IPEA.

Nota: Excluídas as Atividades Sociais, e Outras Atividades, que representam cerca de 25 a 30% do emprego feminino e 20-25% do emprego masculino.

Ativa nordestina em oposição à sua situação nas metrópoles do Centro-Sul. Assim, os empregados nas ocupações principais aqui relacionadas representam 56,3% do total da População Economicamente Ativa no Nordeste, enquanto nas metrópoles do Centro-Sul somam 65,5% desse agregado. Inversamente, as metrópoles do Nordeste possuem 15% das mulheres e 12% dos homens ocupados estabelecidos por conta própria. Nas metrópoles do Centro-Sul trabalham por conta própria apenas 7% das mulheres e 9% dos homens. Se a este percentual de estabelecidos por conta própria adicionamos as empregadas domésticas e as cerzideiras, bordadeiras, teremos o emprego em ocupações em forma de organização mercantil (53,4% das mulheres na metrópoles nordestinas contra 44,5% das mulheres ocupadas das metrópoles do Centro-Sul; para os homens as cifras são respectivamente 11,9% e 9,2%). Esta situação corresponde, grosso modo, à debilidade de penetração da indústria, do capital em geral, na região Nordeste. Apenas 17% das mulheres ocupadas nas metrópoles nordestinas (contra 27% das do Centro-Sul) trabalham em ocupações mais tipicamente capitalistas, enquanto 40% dos homens das metrópoles do Nordeste e 51% daqueles ocupados nas metrópoles do Centro-Sul o fazem. As semelhanças e diferenças da estrutura regional do emprego certamente tem muito que ver com o diferencial de renda gerado nas distintas regiões geo-econômicas do país.

C) ESTRUTURA REGIONAL DO EMPREGO

Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro concentram quase 60% do emprego urbano do país. A região Sul, cuja estrutura de emprego situa-se numa posição intermediária entre o eixo Rio - São Paulo e o Nordeste, ocupa cerca de 12% da População Economicamente Ativa urbana total e esta última região, outros 16% aproximadamente. As Três regiões tomadas em conjunto representam portanto quase 90% do emprego urbano do Brasil.

É de se notar a semelhança da composição do emprego nas três grandes regiões tomadas, pese a grande diferença de nível de industrialização. Isto vale principalmente para o emprego feminino, mas também é verdadeiro em boa parte para o emprego masculino. Aqui também se pode observar menor participação dos empregados (emprego formal) no total de trabalhadores no Nordeste e Sul em relação ao polo dinâmico da industrialização representado pelo eixo São Paulo-Rio. Cerca de 42% dos trabalhadores homens do Nordeste e do Sul são empregados nas atividades de nossa classificação (1), contra 53,3% dos trabalhadores paulistas e cariocas. Para as mulheres o percentual vai de 52% no Nordeste, contra 60% no Sul e 65% nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Em compensação, os trabalhadores por conta própria participam mais decisivamente no conjunto do emprego nordestino, ocupando 15,8% das mulheres e 13,1% dos homens. No Sul os mesmos percentuais são 6,5% e 9,7%. Em São Paulo e Rio de Janeiro são de 6,8% e 9,5% respectivamente (V. Tabela III-5).

Assim, temos organizados em formas de produção mercantil 60% das mulheres trabalhadoras nordestinas, contra 46,4% das sulistas e 45,7% das paulistas e cariocas. Para o homens, os percentuais são de cerca de 16% no Sul e Nordeste contra pouco mais de 10% no eixo São Paulo-Rio.

(1) Excluem-se em 1970 as atividades sociais, e outras atividades.

Tabela III-5

COMPOSIÇÃO DO EMPREGO NOS MUNICÍPIOS DE MAIS DE 50.000 HABITANTES
NO CENTRO, SUL E NORDESTE DO BRASIL - EMPREGO URBANO - 1970.

EMPREGADOS - MULHERES

CÓDIGO	O C U P A Ç Ã O	ESTADOS DE S.P. E RIO	ESTADOS DO SUL	ESTADOS DO NOR- DESTE
339	Empregadas Domésticas	33,5	30,5	34,5
201	Ocupações de Escritório	11,1	8,0	5,5
304	Cerzadeiras, Bordadeiras, Alfaiaies, Costureiras	4,1	3,1	1,9
316	Comércio Estabelecido	4,0	6,8	3,1
302	Têxtil, exceto Rendeiras e Redeiros	3,1	1,1	1,0
100	Técnicos, Administrativos e Profissionais	2,8	2,3	2,3
202	Viajantes e Similares	2,1	2,2	1,5
331	Porteiros, Vigias, Serventes, Ascensoristas	1,6	3,6	0,9
311	Outras da Indústria de Transformação	1,5	0,9	0,5
328	Cozinheiros e Garçons	1,2	1,6	1,0
	T O T A L	65,0	60,1	52,2
	<u>EMPREGADOS - HOMENS</u>			
201	Ocupações de Escritório	8,5	7,5	4,7
301	MetaI-Mecânica	7,6	5,4	3,8
100	Técnicos, Administrativos e Profissionais	5,3	4,6	3,0
316	Comércio Estabelecido	5,1	4,6	5,3
320	Transporte Rodov. Urbano Motorizado	4,6	4,3	4,2
331	Porteiros, Vigias, Serventes, Ascensoristas	4,6	2,9	3,5
324	Serventes de Pedreiros	3,2	2,5	3,7
323	Pedreiros e Estucadores	2,9	2,5	4,2
202	Viajantes e Similares	2,6	2,4	1,2
306	Madeiras e Móveis	2,4	3,1	2,3
338	Braçais sem Especificação	1,8	2,1	1,7
311	Outras da Indústria de Transformação	1,7	1,5	0,7
327	Outras da Construção Civil	1,6	1,1	1,2
336	Eletricistas e Radiotécnicos	1,4	0,9	0,8
	T O T A L	53,3	41,8	41,9

CONTINUAÇÃO DA TABELA III-5

CÓDIGO	O C U P A Ç Ã O	ESTADOS DE S.P. E RIO	ESTADOS DO SUL	ESTADOS DO NORDESTE
	<u>POR CONTA PRÓPRIA - MULHERES</u>			
304	Cerzideiras, Bordadeiras, Alfaiates, Costureiras	2,9	3,2	5,3
335	Lavadeiras e Engomadeiras	2,0	1,7	7,2
321	Barbeiros, Cabelereiros, Manicures, Pedicuros	0,7	0,9	0,6
334	Vendedores Ambulantes Jornais Revistas	0,5	0,3	1,5
100	Técnicos, Administrativos e Profissionais	0,5	0,4	0,7
202	Viajantes e Similares	0,2	0,2	0,1
	<u>POR CONTA PRÓPRIA - HOMENS</u>			
334	Vendedores Ambulantes Jornais Revistas	1,6	1,2	4,0
320	Transporte Rodoviário Urbano Motorizado	1,5	1,7	1,3
323	Pedreiros e Estucadores	1,3	0,9	1,4
327	Outras da Construção Civil	1,0	0,8	0,8
100	Técnicos, Administrativos Profissionais	0,9	1,1	0,6
202	Viajantes e Similares	0,7	0,8	0,4
301	Metal Mecânica	0,7	0,9	0,9
306	Madeiras e Móveis	0,5	0,9	1,1
336	Eletricistas e Radiotécnicos	0,4	0,4	0,4
304	Cerzideiras, Bordadeiras, Alfaiates, Costureiras	0,3	0,3	0,3
338	Braçais sem Especificação	0,3	0,2	0,8
321	Barbeiros, Cabelereiros, Manicures e Pedicuros	0,3	0,4	0,5

Nota: O total dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro incluem, além das capitais dos dois Estados, 21 cidades grandes e 22 municípios de tamanho médio, todos com mais de 50.000 habitantes. O total dos Estados do Sul inclui 6 cidades grandes, 16 de tamanho médio e Curitiba e Porto Alegre. O total do Nordeste inclui 11 cidades grandes, 11 municípios de tamanho médio, além de Recife, Salvador e Fortaleza. O Apêndice I mostra a composição por municípios e os critérios utilizados em sua separação por tamanho.

Fonte: Tabulação especial da FIBGE para a Pesquisa sobre Mercado de trabalho do DEPE, IFCH, UNICAMP para o INPES-IPEA.

Nota: Excluídas as Atividades Sociais, e Outras Atividades, que representam cerca de 25 a 30% do emprego feminino e 20-25% do emprego masculino.

Nota-se, da mesma forma que nas metrópoles a queda sensível de participação no emprego das ocupações de escritório bem como aquelas relacionadas com o processo de industrialização, quando passamos de São Paulo e Rio de Janeiro para o Nordeste, sendo que a região Sul situa-se numa posição intermediária.

Estão empregadas em formas de organização mais tipicamente capitalista 27,4% das trabalhadoras de São Paulo e Rio de Janeiro, 26,5% das sulistas e 15,8 % das nordestinas.

Mas não é apenas entre as grandes regiões geo-econômicas que a estrutura do emprego varia. Dentro de uma mesma região, a estrutura é diferente, de acordo com o tamanho da cidade. (V. Tabela III-6)

O emprego doméstico cresce como percentual do emprego total à medida em que nos distanciamos da metrópole e penetramos nas cidades de menor tamanho, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, provavelmente devido à existência de maiores alternativas para o emprego feminino nas metrópoles, seja em ocupações de escritório, seja como costureiras, ou na indústria de modo geral.

Já no Nordeste, o percentual de empregadas decresce quando nos aproximamos das cidades de menor porte, possivelmente pela inexistência de maior demanda desses serviços nesses núcleos urbanos. A estratégia de sobrevivência das mulheres nordestinas nas cidades de menor porte transforma-se em lavadeiras ou costureira trabalhando por conta própria.

Já em relação à estrutura do emprego masculino nota-se pequena diferença por tamanho de município. Na Grande São Paulo 50,1% dos homens estão empregados em ocupações modernas, com formas de organização mais tipicamente capitalistas. Nas cidades grandes de São Paulo e Rio de Janeiro esse percentual é de 50,2% e nas cidades médias 48,5%.

Hã, sim, grande diferença entre essa estrutura e a composição do emprego masculino no Grande Recife, com 39,3% dos empregados nas ocupações mais modernas, caindo esse percentual para 36,2% e 35,4% respectivamente quando passamos de Recife para as cidades grandes e mēdias do Nordeste.

Com as trabalhadoras a situação ĩ diferente: Se na Grande Sã Paulo 31,4% do emprego ĩ nas ocupações modernas, nas cidades mēdias esse percentual cai para 23,4%. A maior percentagem das mulheres do interior como empregadas domēsticas nã chega a compensar a carēncia de oportunidades de emprego no setor formal. Tambē nesse caso a saída que encontram as mulheres ĩ a mesma: o trabalho como lavadeiras ou costureiras por conta prōpria, em seu prōprio domicílio.

A estrutura do emprego feminino nas cidades mēdias dos Estados de Sã Paulo e Rio de Janeiro aproxima-se bastante daquela que se verifica para as mulheres trabalhadoras do Grande Recife. Apenas, nesta metrōpole, o emprego domēstico ĩ um pouco mais importante no total do emprego feminino, e a situaçāo do emprego nas atividades modernas um pouco mais deteriorada para as mulheres, absorvendo 18,7% do emprego feminino. Nas cidades grandes do Nordeste esse tipo de emprego cai para 15% do total das mulheres trabalhadoras e nas cidades mēdias para 11,7%. Paralelamente cai o emprego domēstico no Nordeste quando passamos para municĩpios de menor porte.

Nã hã grandes variações na participaçāo feminina no emprego global por tamanho de cidade no eixo Sã Paulo - Rio de Janeiro, sendo de 28,9% na Grande Sã Paulo, 25% nas cidades grandes e 26,9% nas cidades de porte mēdio. No Nordeste os percentuais sã 31,7% para o Grande Recife, 32,1% para as cidades grandes e 31,8% para as cidades mēdias.

Mas o tamanho da cidade pode ser importante fator determinante da participaçāo da mulher no emprego global. Assim no Sul do paĩs, temos Porto Alegre com o maior ĩndice de participaçāo feminina no emprego: de 34,8% dos trabalhadores, contra 29,4% nas cidades grandes do Sul

ESTRUTURA DO EMPREGO DA METRÓPOLE: CIDADES GRANDES E MÉDIAS - 1970

CÓDIGO	O C U P A Ç Ã O	SÃO PAULO E RIO			N O R D E S T E		
		GDE. S.P.	CID. GDES.	CID. MÉD.	GDE. RECIFE	CID. GDES.	CID. MÉD.
	<u>EMPREGADOS - MULHERES</u>						
339	Empregadas Domésticas	30,2	32,5	35,4	38,8	32,6	27,2
201	Ocupações de Escritório	13,3	9,0	6,6	7,4	4,8	2,8
304	Cerzideiras, Bordadeiras, Alf. Costur.	5,7	3,3	2,9	1,9	2,0	2,1
302	Têxtil exc. Rendeiras e Redeiros	4,2	3,8	4,5	1,3	1,0	1,0
316	Comércio Estabelecido	3,8	4,9	4,5	2,8	3,4	3,1
100	Técnicos, Administrativos Profissionais	2,8	2,2	1,8	2,9	1,9	1,5
202	Viajantes e Similares	2,2	2,1	1,9	1,6	1,3	1,2
331	Porteiros, Vigias, Serv. Ascensoristas	1,8	1,8	1,5	0,9	1,0	0,8
311	Outras Indústrias de Transformação	2,1	1,5	1,5	0,7	0,4	0,4
328	Cozinheiros e Garçons	1,2	1,5	1,1	1,2	1,1	0,9
	T O T A L	67,3	62,6	61,7	59,4	49,6	41,0
	<u>EMPREGADOS - HOMENS</u>						
301	Metal-Mecânica	9,1	8,3	7,3	4,1	3,6	3,3
201	Ocupações de Escritório	9,0	6,6	6,0	5,1	3,7	2,9
100	Técnicos, Administrativos Profissionais	5,7	3,4	2,6	3,7	2,1	1,4
320	Transp. Rodoviário Urbano Motorizado	4,3	4,6	4,1	4,2	4,1	3,9
331	Porteiros, Vigias, Serv. Ascensoristas	4,1	4,0	3,7	4,5	3,0	2,2
316	Comércio Estabelecido	4,0	4,9	5,0	5,0	5,1	6,2
202	Viajantes e Similares	2,9	1,7	1,9	1,5	1,0	1,3
323	Pedreiros e Estucadores	2,5	3,3	3,6	3,5	4,7	4,8
324	Serventes de Pedreiros	2,4	3,7	3,5	2,7	3,4	4,9
306	Madeiras e Móveis	2,3	2,6	2,4	2,3	2,2	2,4
311	Outras Indústrias de Transformação	2,1	1,9	1,6	1,0	0,7	0,6
338	Braçais sem Especificação	1,7	2,0	2,3	1,7	1,5	2,7
	<u>POR CONTA PRÓPRIA - MULHERES</u>						
	Total de Trabalhadores	50,1	50,2	48,5	39,3	36,2	35,4
	Total de Trabalhadores	5,7	7,5	10,0	13,6	13,9	25,7
	<u>POR CONTA PRÓPRIA - HOMENS</u>						
	Total de Trabalhadores	9,2	8,2	8,3	11,7	12,0	15,4

Nota: As informações referem-se a 1) Grande São Paulo; 2) Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro (21 municípios); 3) Cidades Médias de São Paulo e Rio de Janeiro (22 municípios); 4) Grande Recife; 5) Cidades Grandes do Nordeste (11 municípios) e 6) Cidades Médias do Nordeste (11 municípios). Sua composição está descrita no Apêndice I.

Fonte: Tabulação especial da FIBGE para a Pesquisa sobre Mercado de Trabalho do DEPE, IFCH, UNICAMP para o INPES-IPEA.

4145-

e 27,9% nas cidades médias (V. Tabela III-7 com as evidências estatísticas por ocupações nessa capital).

No Sul, como já assinalamos, a influência da migração européia pode ser importante para explicar o maior percentual de participação feminina no emprego global em Porto Alegre. É importante notar que 24,7% do emprego feminino na Grande Porto Alegre está nas ocupações formalmente estabelecidas da atividade econômica, o que imprime ao maior percentual de mulheres nessa metrópole outra qualidade que o emprego feminino nordestino não tem. Assim, enquanto no Sul são fatores culturais que explicam o maior percentual de mulheres na atividade econômica, no Nordeste o mesmo fenômeno explica-se pela necessidade da população de lançar mão de novas estratégias de sobrevivência para remediar a baixa renda, face à reduzida atividade econômica na região.

São mesmo a diferença de estrutura é que explica as maiores variações na participação das mulheres na atividade econômica. Isto porque, por ocupação, a participação feminina é bastante estável nas diferentes regiões e mesmo nos núcleos urbanos de mais variados tamanhos (V. Tabela III-7). Esta observação será ainda mais importante quando quisermos comparar a renda masculina e feminina, cujo diferencial em boa medida se deve à diversa participação de homens e mulheres nas ocupações de remuneração mais elevada, participação essa em que a mulher sempre se encontra em posição inferior.

Porto Alegre apresenta maior percentual de participação feminina em quase todas as ocupações de empregadas à exceção de técnicos, administrativos e profissionais, em que o percentual é o menor de todos os apresentados, e em outras da indústria de transformação, em que a participação está equivalendo à média dos outros conjuntos de municípios tomados. Para as mulheres estabelecidas por conta própria nota-se também grande constância na participação sobretudo nas ocupações mais tipicamente femininas, que por sinal absorvem maior parcela das mulheres ocupadas, mas também nas restantes.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO EMPREGO POR OCUPAÇÕES - 1970

CÓDIGO	O C U P A Ç Ã O	TOTAL	TOTAL	TOTAL	GDE.	CID.	CID.
		BRASIL URBANO	METRÔ PÓLES	NORDES TE.	PORTO ALEGRE	GDE.:C ESTE	MED. MG/ES
	<u>EMPREGADAS</u>						
339	Empregadas Domésticas	97,8	97,8	96,8	99,2	99,2	98,8
201	Ocupações de Escritório	35,4	36,5	36,6	37,2	35,6	30,5
316	Comércio Estabelecido	26,1	25,9	22,2	39,2	24,1	21,9
304	Cerzideiras, Bordadeiras Costureiras	85,0	85,4	85,8	86,6	77,1	77,5
100	Técnicos, Administrativos Profissionais	21,6	19,6	28,0	18,2	25,8	23,0
302	Têxtil, exceto Rendeiras	50,7	51,9	42,8	63,3*	50,1	53,9
202	Viajantes e Similares	27,9	27,1	18,1	31,4	35,0	27,9
331	Porteiros, Serventes, Ascensoristas	16,4	13,8	11,3	30,9	16,8	15,7
328	Cozinheiros e Garçons	37,9	35,4	44,0	54,5	54,8	54,8
311	Outras da Indústria de Transformação	26,5	27,9	24,4	24,3	23,3	21,7
	<u>POR CONTA PRÓPRIA</u>						
304	Cerzideiras, Bordadeiras, Costureiras	83,4	82,1	90,3	87,9	90,1	84,7
335	Lavadeiras e Engomadeiras	98,8	98,4	99,8	98,3	99,2	98,5
321	Cabelereiros, Barbeiros, Manicures	48,2	51,1	37,3	60,1	46,4	46,0
334	Vendedores Ambulantes Jornais Revistas	12,6	12,1	15,3	9,4	8,3	17,0
100	Técnicos, Administrativos Profissionais	20,1	21,0	36,4	-8,5	14,7	34,7

(*) O percentual de participação da ocupação 302 no total de mulheres empregadas em Porto Alegre é reduzido (0,7%), o que recomenda certas reservas na apreciação do percentual elevado de mulheres sobre o total da ocupação.

Nota: As informações referem-se a 1) Total Brasil Urbano incluindo 116 municípios de mais de 50.000 habitantes de todo o país; 2) Total das metrópoles incluindo a Grande São Paulo, Grande Rio de Janeiro, Grande Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Grande Recife, Salvador, Fortaleza e Belém; 3) Total do Nordeste incluindo 25 municípios de mais de 50.000 habitantes; 4) Grande Porto Alegre; 5) Cidades Grandes do Norte-Centro-Oeste, incluindo 4 municípios grandes da região; 6) Cidades Médias de Minas Gerais e Espírito Santo, incluindo 21 municípios de tamanho médio (mais de 50.000 habitantes) dos dois Estados.

Fonte: Tabulação especial da FIBGE para a Pesquisa sobre o Mercado de Trabalho do DEPE, IFCH, UNICAMP para o INPES-IPEA.

Os dados mostram também que em apenas três ocupações há predomínio claro do sexo feminino: empregadas domésticas, cerzideiras e costureiras, e lavadeiras e engomadeiras. Em duas outras a participação feminina equivale à masculina: cabelereiras, barbeiros, manicures e pedicuros e na indústria têxtil. No caso de cozinheiros e garçons a mulher se aproxima da participação masculina em algumas regiões, em outras não. Nas demais há predomínio claro do sexo masculino (o complemento para 100, na Tabela III-7).

Em poucas palavras, pode-se dizer que a mulher, além de participar do mercado de trabalho em condições de inferioridade numérica, vê agravada sua situação devido à estrutura tremendamente concentrada do emprego feminino. Já foi assinalado que com quatro ocupações somente, alcançamos 50% do emprego feminino, enquanto precisamos de 15 ocupações diferentes para atingir 50% do emprego masculino (V. Tabela III-1). A essa concentração deverá agregar-se o fato de verificar-se justamente em ocupações onde a renda média é menor. Aumenta ainda a distância da renda média feminina em relação à masculina a especialização da mulher nessas ocupações de menor remuneração que se tornam femininas por excelência. A estrutura mais diversificada do emprego masculino e sua participação reduzida em ocupações de menor renda permite que sua renda média global seja mais elevada, conforme irá mostrar a análise da estrutura da renda.

De qualquer forma há um grande espaço a ser conquistado pela mulher no mercado de trabalho formal, que irá dar-lhe a possibilidade de melhora relativa de sua posição não só no que se refere à posição ocupacional como no tangente à renda média auferida.

Em 1978 a composição do emprego feminino nas metrópoles agrupadas por região econômica revela pouca diferença qualitativa quando passamos do eixo Rio de Janeiro - São Paulo para o Sul e para o Nordeste e Norte (V. Tabela III-8).

As estruturas do emprego feminino são bem próximas nas metrópoles das

Tabela III-8

COMPOSIÇÃO DO EMPREGO FEMININO NAS METRÓPOLES POR REGIÃO - 1978

O C U P A Ç Õ E S	SÃO PAULO E RIO	CURIT. PORTO ALEGRE	BELO HORI- ZONTE	SALV. RECIFE FORT.	BELEM	TOTAL DAS METRÓP.
Funções Burocráticas e Escritório	34,0	33,8	32,8	34,2	30,6	33,8
Empregadas Domésticas	26,4	21,9	32,4	35,1	37,1	27,8
Ocup. Técn. Cient. Nível Superior	6,4	7,3	6,4	6,1	7,4	6,5
Porteiros, Vigias, Serventes	5,3	8,4	5,9	4,5	6,1	5,6
Trab. Man. Ind. Têxtil Vestuário	6,4	4,4	3,7	3,5	4,6	5,6
Comércio Estabelecido	4,8	7,4	8,1	5,0	6,0	5,4
Trab. Confeccão de Roupas	5,7	3,2	2,9	4,3	1,7	4,9
Serviços de Higiene Pessoal	4,8	4,4	5,9	4,2	3,9	4,8

Fonte: PNAD 1978, FIBGE.

várias regiões, destacando-se apenas a maior presença do emprego doméstico no Norte e Nordeste (V. Tabela III-8). Em Recife o serviço doméstico ainda é a primeira ocupação para a mulher, ao contrário das demais metrôpoles (V. Gráfico 12). Ainda assim, a concentração do emprego feminino nas duas primeiras ocupações alcança 70% do total no Nordeste contra 60% no eixo São Paulo - Rio de Janeiro. Em São Paulo as duas ocupações somam 56% (V. Gráfico 12).

É claro que essa concentração do emprego, aliada à maior presença das empregadas domésticas, a categoria de mais baixa remuneração, terá como resultado o aumento do fosso de rendimento médio das mulheres no Nordeste e no Centro-Sul. A estrutura produtiva diferenciada entre as regiões tem muito que ver com a maior criação de empregos alternativos para a mulher nas metrôpoles do Centro-Sul que no Norte-Nordeste.

Belo Horizonte é a metrópole em que a participação feminina no emprego por ocupação supera a média do total das metrôpoles em todas as ocupações. É curioso notar também que tanto nas ocupações técnicas e científicas de nível superior como nas funções burocráticas e de escritório, a participação feminina é a mais baixa no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, trazendo para baixo a média do total das metrôpoles. As demais superam a média geral. A menor participação relativa das mulheres nas ocupações de Rio de Janeiro e São Paulo é, no entanto, uma resultante do maior nível de renda média dessas ocupações nessa região, segundo nossas suposições (1) (V. Tabela III-9)

Esta menor participação no emprego (2) é contrabalançada por uma maior participação relativa na renda, que além disso é maior no eixo São Paulo - Rio de Janeiro que nas restantes regiões do país, conforme veremos no item relativo à estrutura da renda por ocupações.

(1) Se não for resultado do erro de amostragem já apontado do PNAD.

(2) Cabe lembrar que o Censo de 1980 parece desmentir essa informação. Pelo contrário, o Estado de São Paulo apresenta maior participação relativa de mulheres no emprego que a média do país, segundo as Tabelas Avançadas do Censo Demográfico de 1980.

Tabela III-9

PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS OCUPAÇÕES EM QUE A MULHER SE EMPREGA
1978 - METRÓPOLES AGRUPADAS POR REGIÕES ECONÔMICAS.

O C U P A Ç Õ E S	SAÕ PAULO E RIO	CURIT. PORTO ALEGRE	BELO HORI- ZONTE	SALV. RECIFE FORT.	BELEM	TOTAL METRÔ POLES
Funções Burocráticas Escritório	53,1	57,4	54,9	58,6	56,1	54,5
Empregadas Domésticas	96,0	97,6	97,5	94,3	94,5	95,9
Ocup. Técn. Cient. Nível Superior	21,5	25,7	25,6	24,8	29,7	22,8
Porteiros, Vigias, Serventes	25,0	32,9	28,9	19,7	28,9	26,6
Trab. Man. Ind. Têxtil Vestuário	31,4	30,9	32,3	27,9	39,8	31,2
Comércio Estabelecido	29,3	26,6	39,2	38,3	27,7	33,1
Trab. Confeccão Roupas	90,9	92,6	97,3	91,5	86,4	91,3
Serviços Higiene Pessoal	59,7	69,9	74,0	60,8	54,0	61,8
TOTAL DAS OCUPAÇÕES	34,3	37,8	37,1	36,6	38,1	35,2

Fonte: PNAD 1978, FIBGE.

A ESTRUTURA DA RENDA



2ª Parte

OS DIFERENCIAIS DE RENDA POR SEXO NO PAÍS

Se tomarmos o conjunto das metrópoles brasileiras, que, como vimos, representavam em 1970 aproximadamente setenta por cento do emprego urbano no país, teremos no conjunto das ocupações de empregadas (1) um resultado realmente espantoso: a renda média feminina equivale a 43% da renda média masculina (V. Tabela III-10). Se a essa informação adicionarmos a diferença de participação no mercado de trabalho, portanto no acesso a atividades que permitem a auferição de rendimentos (nas metrópoles as mulheres representam 30,1% dos trabalhadores), chegamos à conclusão de que as mulheres não recebem mais do que 19% da renda gerada no país. Esse percentual vem a ser o limite máximo de participação feminina na renda, pois se tomássemos as rendas de outras fontes (aluguéis, dividendos, renda da terra, lucros distribuídos) a posição relativa da mulher seria ainda mais desvantajosa em relação à do homem (2).

(1) Deixaremos de lado a análise dos estabelecidos por conta própria, que é semelhante e conduz a resultados comparáveis, porque se trata aqui de comparar remunerações e não renda média.

(2) Entre as conclusões da Organização das Nações Unidas em sua "Década Mundial das Mulheres", iniciada em 1975 no México e seguida por uma reunião em 1980 em Copenhague, está a seguinte: "A situação das mulheres no mundo vem-se deteriorando, e, no ano de 1980, o quadro não é dos mais animadores: apesar de representarem metade da população do planeta e a terça parte da força de trabalho, elas são responsáveis por dois terços das horas dedicadas ao trabalho, recebendo, entretanto, apenas a décima parte da renda mundial e possuindo menos de 1% das propriedades. Além disso, em cada três analfabetos, dois são do sexo feminino e os salários das mulheres, 60% a 40% inferiores aos dos homens. "Cit. in "O Estado de São Paulo", de 13 de Julho de 1980 por Hebe Guimarães, no artigo "Piora situação feminina no mundo, diz a ONU".

Tabela III-10

RENDA MÉDIA DOS EMPREGADOS POR SEXO E POR OCUPAÇÃO -1970- METRÓPOLES

CÓDIGO	OCUPAÇÕES	% PARTIC. NO EMPREGO	RENDA MÉD. CRUZEIROS DE 1970	
<u>EMPREGADOS HOMENS</u>				
201	Ocupações de Escritório	7,8	573	
301	Metal Mecânica	6,3	406	
100	Técnicos, Administr. Profissionais	5,1	1.654	
316	Comércio Estabelecido	4,8	302	
320	Transporte Rodov. Urbano Motorizado	4,4	363	
331	Porteiros, Vigias, Serv. Ascensoristas	4,3	231	
324	Serventes de Pedreiros	3,1	180	
323	Pedreiros e Estucadores	2,9	259	
306	Madeiras e Móveis	2,4	305	
202	Viajantes e Similares	2,4	920	
338	Braçais sem Especificação	1,5	210	
327	Outras da Construção Civil	1,4	293	
311	Outras da Indústria de Transformação	1,4	344	
336	Eletricistas e Radiotécnicos	1,2	464	
	TOTAL DA OCUPAÇÕES	49,0	519	
CÓDIGO	EMPREGADOS - MULHERES	% PARTIC. NO EMPREGO	RENDA MÉDIA CRUZ. 1970	RENDA FEMIN. RENDA MASC CR\$ DE 1970
339	Empregadas Domésticas	34,1	108	70,6%
201	Ocupações de Escritório	10,4	400	69,8
316	Comércio Estabelecido	3,9	216	71,5
304	Cerz. Bordad. Alf. Costureiras	3,6	198	58,4
100	Técnicos, Administr. Profissionais	2,9	627	37,9
302	Têxtil, exceto Rendeiras	2,1	219	73,0
202	Viajantes e Similares	2,0	361	39,2
331	Porteiros, Vigias, Serv. Ascensoristas	1,6	180	77,9
311	Outras da Indústria Transformação	1,2	196	57,0
328	Cozinheiros e Garçons	1,2	188	61,2
	TOTAL DAS OCUPAÇÕES	63,0	209	40,3

Fonte: Tabulação especial do FIBGE para a Pesquisa sobre o Mercado de Trabalho do DEPE, IFCH, UNICAMP para o INPES-IPEA.

Se iniciamos nossa análise pela estrutura do emprego é porque pensamos que em grande medida essa diferença de nível de rendimento nas atividades econômicas deve-se à estrutura diferencial do emprego entre os sexos.

Uma maneira de medir o efeito dessa diferença de estrutura é proceder ao cálculo da renda média de cada sexo ponderando a renda média de cada ocupação pelo percentual que esta ocupação representa no total de trabalhadores (homens e mulheres). Dessa maneira elimina-se o efeito da diferença de composição sobre a diferença de renda (1)(V. Tabela III-11).

A metodologia proposta permite eliminar a influência da estrutura diferencial do emprego sobre as rendas masculinas e femininas, de tal forma que a renda média masculina, calculada com a ponderação da estrutura do total de trabalhadores, baixa para 454 e a feminina sobe para 257. A distância entre elas cai de 59,7% para 43,4% (100 - 40,3% e 100-56,6%); cai portanto 27,3%. Pode-se dizer, assim, que 27,3% de diferencial de salários entre homens e mulheres deve-se à estrutura diferencial do emprego por sexo. A hipótese subjacente ao cálculo efetuado na Tabela III-11 para corrigir a renda média por ocupações é a da participação equitativa dos dois sexos na composição do emprego em cada ocupação.

É claro que se pudessemos trabalhar com informações com maior número de dígitos de classificação das ocupações, teríamos uma maior parcela da diferença de salários por sexo devida à estrutura do emprego. Se essa metodologia pudesse, finalmente, ser aplicada aos cargos ocupados pelos trabalhadores de ambos os sexos na indústria, comércio e serviços,

(1) Essa metodologia foi utilizada por A. CHARRAUD e K. SAADA em "Les Écart de salaires entre hommes et femmes", in Économie et Statistique, nº 59, Setembro de 1974, para eliminar o efeito da diferença de estrutura sobre a renda média, e citada por Alain AZOUVI (1978).

Tabela III-11

ESTRUTURA DO EMPREGO DO TOTAL DE TRABALHADORES E RENDA MÉDIA -
1970 - TOTAL DAS METRÓPOLES.

CÓDIGO	O C U P A Ç Õ E S	% PARTIC. NO EMPREGO	RENDA MÉD.
339	Empregadas Domésticas	19,0	109
201	Ocupações de Escritório	15,6	510
316	Comércio Estabelecido	8,3	280
100	Técnicos, Administr. Profissionais	8,0	1.453
301	Metal Mecânica	8,2	401
331	Porteiros, Vigias, Serv. Ascensoristas	6,3	224
320	Transporte Rodv. Urbano Motorizado	5,6	362
202	Viajantes e Similares	4,1	769
324	Serventes de Pedreiros	4,0	176
323	Pedreiros e Estucadores	3,6	259
306	Madeiras e Móveis	3,1	304
311	Outras da Indústria de Transformação	2,4	303
304	Cerz. Bord. Alf. e Costureiras	2,3	219
302	Têxtil, Exceto Rendeirase Redeiros	2,2	258
338	Braçais sem Especificação	2,0	209
327	Outras da Construção Civil	1,8	293
328	Cozinheiros e Garçons	1,8	265
336	Eletricistas e Radiotécnicos	1,7	455
	TOTAL DAS OCUPAÇÕES	100,0	405
Renda Média Masculina ponderada pela Estrutura do Total:			<u>454</u>
Renda Média Feminina ponderada pela Estrutura do Total :			<u>257</u>
Renda Média Feminina corrigida/Renda Média Masculina corrigida=			<u>56,5%</u>

Fonte: Tabulação especial do FIBGE para o DEPE, IFCH, UNICAMP, para Pesquisa sobre Mercado de Trabalho para o INPES-IPEA.,

teríamos ainda maior parte do diferencial explicado pela diversa posição dentro das empresas.

Fazemos essas afirmativas baseadas na hipótese plausível de que o que explica a menor renda relativa das empregadas domésticas por exemplo em relação aos homens na mesma classificação é muito mais a diferença de função - no caso dos empregados domésticos, normalmente trata-se de mordomos ou choferes - do que a diferença de salário na mesma função. O mesmo aplica-se às demais ocupações. De qualquer maneira, é bom lembrar, é sintomático que as funções mais desprezíveis e de menor remuneração em cada ocupação sejam desempenhadas sempre por mulheres.

Note-se que às rendas mais elevadas equivale quase sempre baixa participação feminina no emprego total da ocupação e renda média mais distante da equivalente masculina para a mesma ocupação (V. Tabela III-12). Mas mesmo nas ocupações pior remuneradas a situação da renda feminina não é assim tão equivalente à masculina, como seria de se esperar devido à igualação do piso por força da lei do salário mínimo que não permite a discriminação nesse nível no emprego formal. A renda média feminina chega no máximo a três quartos da equivalente masculina na mesma ocupação no caso dos empregados na indústria têxtil. Nas demais ocupações a percentagem ainda é inferior (V. Tabela III-12).

A renda média se distancia mais da equivalente masculina nas ocupações melhor remuneradas (Veja-se a terceira coluna da Tabela III-12 e o Gráfico 13).

Tabela III-12

RENDA MÉDIA, PARTICIPAÇÃO NO EMPREGO E NA RENDA DAS PRINCIPAIS OCUPAÇÕES FEMININAS NO EMPREGO URBANO NO BRASIL - 1970 - TOTAL BRASIL URBANO.

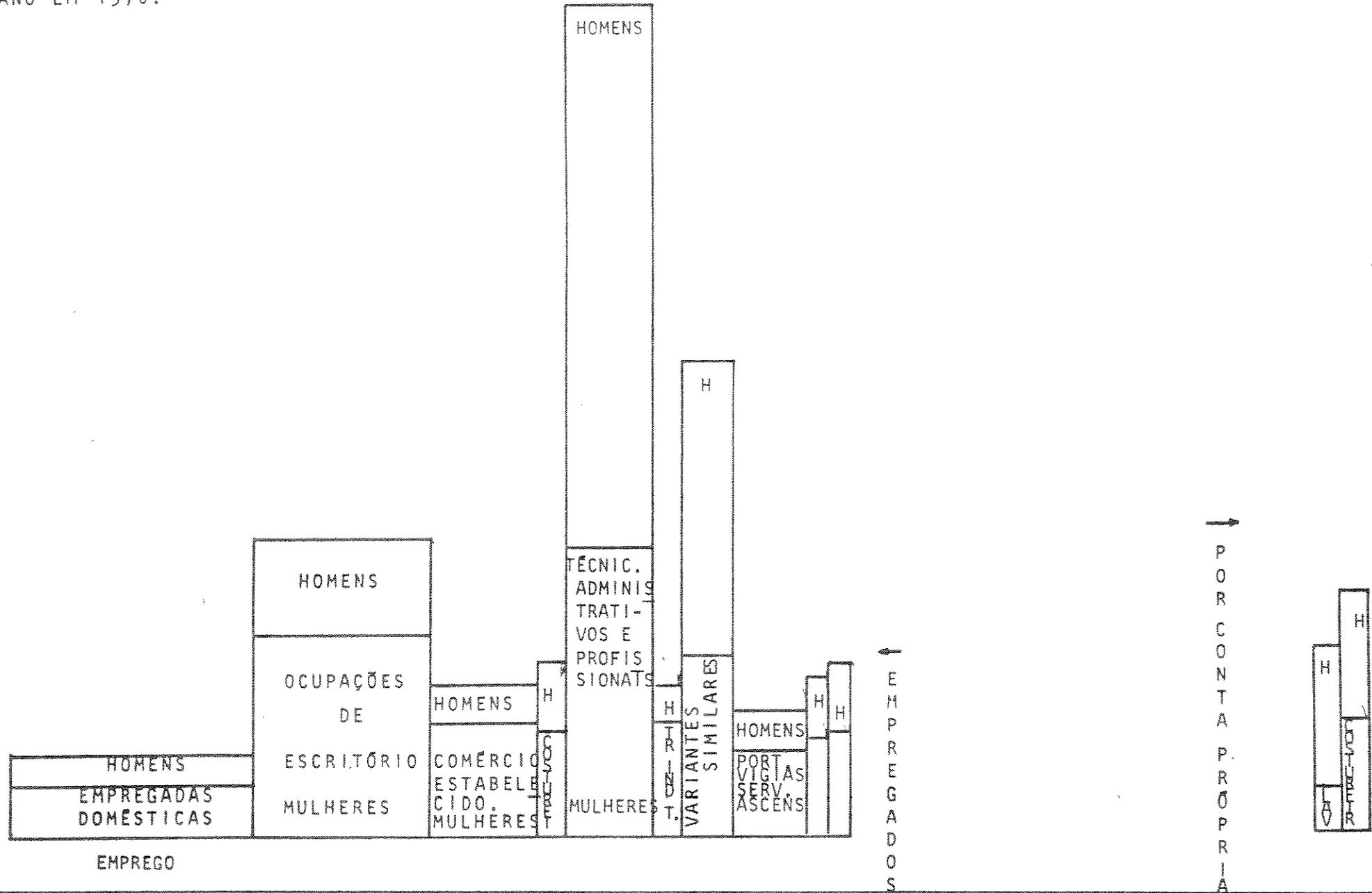
CÓDIGO	O C U P A Ç Õ E S	RENDA MÉDIA	F/TOTAL % PARTIC. NO EMPR. DA OCUP.	% RENDA FEM RENDAMASC
	<u>EMPREGADOS MULHERES</u>			
100	Técnicos, Administrativos e Profissionais	525	21,6	34,5
201	Ocupações de Escritório	373	35,4	68,1
202	Viajantes e Similares	324	27,9	37,4
302	Têxtil, exceto Rendeiras	205	50,7	75,4
316	Comércio Estabelecido	199	26,1	72,6
304	Cerz. Bordad. Alfaiates e Costureiras	188	85,0	59,9
311	Outras da Indústria de Transformação	186	26,5	58,1
328	Cozinheiras e Garçons	169	37,9	59,1
331	Porteiros, Vigias, Serventes e Ascensoristas	152	16,4	67,6
339	Empregadas Domésticas	95	97,8	66,4
	<u>POR CONTA PRÓPRIA - MULHERES</u>			
100	Técnicos, Administrativos e Profissionais	594	20,1	30,4
202	Viajantes e Similares	431	12,1	40,7
321	Arbeiros, Cabelereiros, Manicures e Pedicuros	316	48,2	88,8
304	Cerzideiras, Bordadeiras, Alfaiates, Costureiras	203	83,4	46,6
334	Vendedoras Ambulantes Jornais e Revistas	193	12,6	66,8
335	Lavadeiras e Engomadeiras	85	98,8	25,0

Fonte: Tabulação Especial do FIBGE para a Pesquisa sobre o Mercado de Trabalho do DEPE, IFCH, UNICAMP para o INPES-IPEA.

GRÁFICO Nº 13

RENDA MÉDIA POR SEXO NAS OCUPAÇÕES PRINCIPAIS DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA FEMININA - TOTAL BRASIL URBANO EM 1970.

RENDA MÉDIA



B) RENDA DAS METRÓPOLES E A RENDA REGIONAL

Observa-se relativa constância no afastamento entre a renda média masculina e feminina para todos os conjuntos de municípios tomados, dentro de cada ocupação. Comparando essa distância de renda entre os sexos nas cinco metrópoles representativas das cinco regiões geoeconômicas do país, verifica-se que a Grande São Paulo é a metrópole onde as rendas femininas estão mais próximas das masculinas nas ocupações de renda média mais elevada. (V. Tabela III-13).

A ocupação que apresenta maior variação na remuneração relativa (feminina relativa à masculina) é a de Outras Indústrias de Transformação, por incluir indústrias bem diferentes e as funções mais dessemelhantes de acordo com a região e a metrópole respectiva.

O fato da renda média em São Paulo ser mais elevada para algumas ocupações melhor remuneradas tem muito significado, pois na Grande São Paulo encontram-se os níveis de renda mais elevados do país. De fato, é nessa metrópole que a renda média feminina por ocupação é a mais elevada (V. Gráfico 14).

Há, no entanto, sensível diferença entre as remunerações na Grande São Paulo e nas cidades grandes e médias dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Estas últimas se assemelham à renda percebida pelas mulheres na Grande Porto Alegre e em Belo Horizonte.

O diferencial de remuneração entre metrópoles e cidades grandes e médias é acentuado em todas as regiões, sendo menor no Norte e Centro-Oeste, e maior nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Nas cidades médias e, em menor medida, nas cidades grandes do Nordeste, verificam-se os menores níveis de rendimento da mão-de-obra feminina de toda a população urbana do país (V. Gráfico 14).

Tabela III-13

RELAÇÃO ENTRE RENDA MÉDIA FEMININA E MASCULINA NAS METRÓPOLES-1970

CÓDIGO	O C U P A Ç Õ E S	GDE. SÃO PAULO	GDE. PORTO ALEGRE	BELO HORI- ZONTE	GDE. RECIFE	BELEM
100	Técnicos, Administrativos e Profissionais	42,2	39,4	33,8	28,2	34,1
201	Ocupações de Escritório	71,4	62,7	63,4	63,0	63,3
202	Viajantes e Similares	41,8	36,4	37,1	29,4	42,2
316	Comércio Estabelecido	68,3	69,0	72,0	72,4	78,7
302	Têxtil, exceto Rendeiras	68,3	74,3	82,2	83,2	84,3
328	Cozinheiros e Garçons	62,6	60,4	53,6	53,1	52,8
304	Cerzideiras, Bordadeiras Alf. Costureiras	54,5	60,1	67,2	54,0	63,6
311	Outras Indústria de Transformação	51,5	74,7	66,7	80,2	57,7
331	Porteiros, Vigias, Serventes e Ascensor.	77,3	76,5	78,5	75,0	68,2
339	Empregadas Domésticas	65,0	56,0	64,0	68,9	53,3

Fonte: Tabulação Especial do FIBGE para a Pesquisa sobre o Mercado - de Trabalho do DEPE, IFCH, UNICAMP para o INPES-IPEA.

A relativa permanência dos percentuais de renda feminina em relação à masculina por ocupação, para as cidades de distintos tamanhos, nas diversas regiões do país, sugere que devemos ter um perfil semelhante para a renda média das ocupações mais importantes da mão-de-obra masculina (V. Quadro III-13).

Isso explica a concentração populacional nas grandes aglomerações urbanas no país, mesmo nos Estados onde o grau de industrialização deveria conduzir a uma certa descentralização da atividade econômica. Pois é justamente aí - nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, conforme apontam as estatísticas - que os diferenciais de renda são mais pronunciados, quando se passa da metrópole para as cidades grandes e médias (V. Gráfico 14).

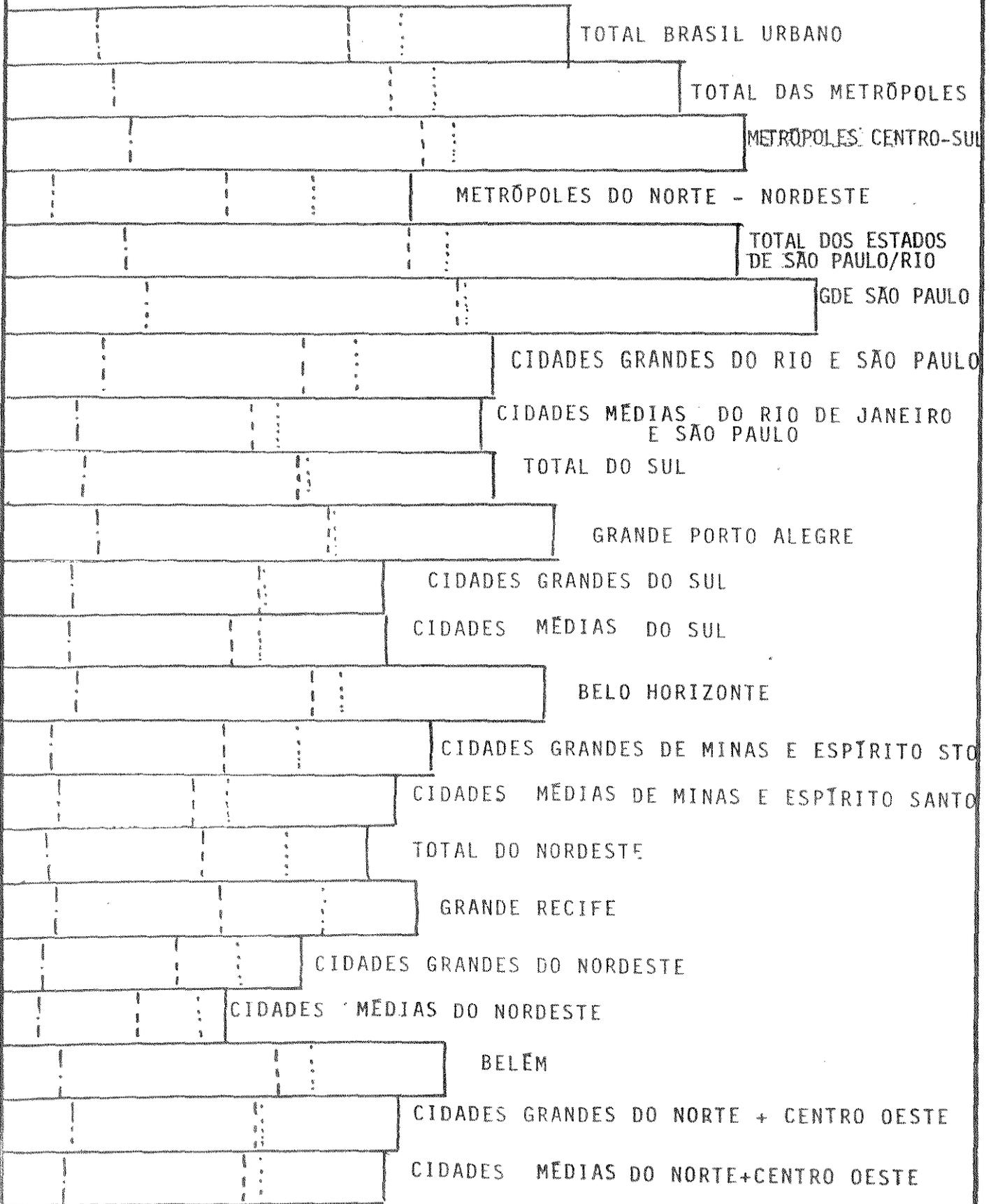
As pequenas diferenças para menos nos percentuais da renda feminina sobre a masculina entre as metrópoles e as cidades grandes e médias indicam que a renda média masculina deve ser relativamente menos distante entre as metrópoles e as cidades grandes e médias. Em outras palavras, que quando saímos das grandes capitais, as mulheres não apenas tem menor leque de possibilidades de trabalho (V. análise do emprego no item anterior) como vêem sua renda média cair mais em relação ao equivalente masculino na mesma ocupação.

Da mesma forma, ainda que não haja um comportamento totalmente uniforme segundo a região econômica, podemos dizer que, grosso modo, a renda média feminina está mais distante da equivalente masculina na mesma ocupação nas regiões menos industrializadas que nos polos de crescimento econômico mais acelerado (compare-se os percentuais das diferentes regiões tanto nas metrópoles como nas cidades grandes e médias na Tabela III-14).

Conclui-se assim, que pelo desenvolvimento polar do capitalismo no país o emprego feminino, além de ser concentrado em poucas ocupações, é localizado de maneira ainda mais polarizada que o masculino, sendo

GRÁFICO Nº 14

RENDA MÉDIA NAS OCUPAÇÕES MAIS IMPORTANTES DA MÃO-DE-OBRA FEMININA 1970.



——— Técnicos, Administradores e Profissionais
 Ocupações de Escritório
 - - - Viajantes e Similares
 - . . . Empregadas Domésticas



Tabela III-14

RELAÇÃO ENTRE RENDA MÉDIA FEMININA E MASCULINA POR OCUPAÇÃO - 1970.

CÓDIGO	O C U P A Ç Õ E S	METRÔ- POLES CENTRO SUL	CID. GDES. DO SUL	CID. MÉDS. SP-RIO	METRÔ- POLES NORTE NORD.	CID. GDES. MG-ES	CID. MÉDIAS NORDES TE.
100	Técnicos, Administr. Profissionais	40,2	37,4	39,9	28,5	36,2	26,8
201	Ocupações de Escritório	71,1	56,1	58,1	61,4	58,1	43,7
202	Viajantes e Similares	40,7	34,9	35,6	31,4	31,1	25,6
339	Empregadas Domésticas	67,2	53,6	51,7	62,7	63,6	76,6

Fonte: Tabulação especial do FIBGE para a Pesquisa sobre Mercado de Trabalho do DEPE, IFCH, UNICAMP para o INPES-IPEA.

sua remuneração não sō defasada em relação ã masculina - na mesma ocupação, como sofrendo distanciamento crescente, ã medida que nos afastamos dos grandes centros urbano-industriais, para outras regiōes menos industrializadas e tambēm para centros urbanos menores na prōpria ãrea beneficiada pelo crescimento econōmico. Em 1978 os nīveis de renda mēdia femininos comparados aos masculinos são consideravelmente mais elevados que em 1970 (dados do PNAD 1978 e do Censo de 1970 respectivamente).

Certamente foi decisivo para a melhoria relativa do nīvel de renda feminino comparado ao masculino (51,8% em 1978 contra 40,3% em 1970) a mudança de estrutura apontada no ĩtem anterior. A reduçãõ do emprego domēstico, categoria de menor remuneraçãõ, aliada ao vigoroso aumento do emprego em funçōes burocrãticas e de escritōrio (compare-se a Tabela III-15 com a Tabela III-10), que ocupa o segundo lugar em renda entre as ocupaçōes, teve um peso decisivo na elevaçãõ da renda mēdia feminina no conjunto das ocupaçōes. O aumento do percentual das Ocupaçōes Tēcnicas e Científicas de Nīvel Superior, ainda que este nãõ seja expressivo no emprego feminino, tambēm contribuiu bastante, pois a renda mēdia dessas ocupaçōes ē duas vezes e meia maior que a que lhe segue na escala de rendimentos por ocupaçãõ (funçōes burocrãticas e de escritōrio : 10,313 contra 4.306). Uma pequena elevaçãõ em sua participaçãõ aumenta sensivelmente a renda mēdia.

No entanto, a situaçãõ por ocupaçãõ tambēm se apresenta melhor em 1978. As duas primeiras ocupaçōes revelaram acrēscimo substancial de posiçãõ em relaçãõ ã remuneraçãõ masculina. As demais se compensaram: algumas subiram de participaçãõ, outras caĩram. A diferente denominaçãõ das ocupaçōes e o diverso agrupamento impede uma comparaçãõ rigorosa por ocupaçãõ entre as duas datas.

A comparaçãõ do emprego masculino nas duas datas tambēm mostra uma melhora relativa na composiçãõ do emprego masculino em favor das ocupaçōes de melhor remuneraçãõ. Isto ē significativo, pois indica

RENDA MÉDIA DOS EMPREGADOS POR SEXO E POR OCUPAÇÃO - 1978-METRÓPOLES

O C U P A Ç Õ E S	% PARTIC NO EMPR.	RENDA MED.	RENDA FEM.	
			RENDA MASC.	
<u>EMPREGADOS - MULHERES</u>				
Ocup. Técn. Cient. Nível Superior	6,5	10.313	54,2	
Funções Burocráticas e Escritório	33,8	4.306	70,8	
Comércio Estabelecido	5,4	2.618	48,7	
Serviços Higiene Pessoal	4,8	2.263	58,8	
Trab. Man. Ind. Têxtil e Vestuário	5,6	2.181	59,6	
Trab. Confecção de Roupas	4,9	2.100	71,1	
Porteiros, Vigias e Serventes	5,6	1.762	73,5	
Empregados Domésticos	27,8	1.344	79,4	
TOTAL	100	3.248	51,8	
<u>EMPREGADOS - HOMENS</u>				
	% PART NO EMPR.	RENDA ME DIA	R. FEM. R. MASC	EMPR. FEM TOTAL
Ocupações Técn. Cient. Nível Superior	12,0	19.022	54,2	22,8
Ocup. de Defesa e Segurança	5,0	6.135	108,7	0,6
Funções Burocráticas e Escritório	15,4	6.079	70,8	54,5
Comércio Estabelecido	7,1	5.378	48,7	29,4
Trab. Man. Ind. Rep. Metal Mecânica	10,9	4.807	48,3	3,5
Motoristas e Trocadores	6,4	4.206	24,3	2,5
Trab. Man. Ind. Têxtil Vestuário	6,7	3.660	59,6	31,2
Pedreiros, Estucadores	5,3	3.478	59,6	0,6
Trab. Man. Ind. Rep. Madeira	3,3	3.151	53,8	1,6
Porteiros, Vigias, Serventes	8,4	2.398	73,5	26,6
Braçais sem Especificação	3,3	1.861	75,0	0,2
Serventes de Pedreiros	3,2	1.861	63,5	0,2
TOTAL	100	6.271	51,8	35,2

Nota: Os dados referem-se ao conjunto de nove metrôpoles: Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza e Belém. A diferença com relação ao conjunto de dez metrôpoles tomado em 1970 é que aquele agrega do incluía Brasília. Algumas diferenças pouco significativas de delimitação do espaço físico das metrôpoles também existentes.

Fonte: PNAD 1978, FIBGE, Tabulação especial para a Pesquisa do BNH do DEPE, IFCH, UNICAMP.

que o maior percentual de renda média feminina relativa está sendo aplicado sobre uma renda média masculina que reflete uma estrutura do emprego melhor situada. Quer dizer, que a renda média feminina foi ainda mais favorecida que a masculina no período, encurtando um pouco a distância entre ambas.

No entanto, a estrutura do emprego masculino permanece privilegiada em relação ao feminino. Assim, se aplicamos a estrutura do total do emprego a cada um dos sexos, ponderando pela renda média de cada ocupação, obtemos como resultado uma menor distância entre as duas rendas (V. Tabela III-16).

A diferença entre a renda feminina e masculina reduz-se de 48,2% (100% - 51,8%) para 37,8% (100% - 62,2%). A distância entre as rendas médias dos dois sexos reduz-se portanto em 21,6%. Analogamente, podemos afirmar que em 1978 21,6% do diferencial de renda, substancialmente reduzido em relação a 1970, deve-se à diferença da composição do emprego entre os sexos. Este percentual é menor que os 27,3% da diferença em 1970 devida ao mesmo fator.

A relação entre a renda média dos não chefes (parentes + empregadas domésticas residentes + outros) e os chefes de família revelam que efetivamente há uma diferença na qualidade da inserção no mercado de trabalho tanto dos homens como das mulheres segundo sua posição na ocupação. Revelam mais: que essa diferença é substancialmente maior no caso dos homens, não apenas pela maior presença relativa de menores homens, como pelo fato das mulheres classificadas como não chefes muitas vezes dividirem a chefia da família com o marido, o que imprime um caráter de quase homogeneidade entre os grupos de chefes e não chefes mulheres.

As duas primeiras colunas da Tabela III-17 deitam por terra qualquer teoria explicativa do diferencial de remuneração entre os sexos a partir da responsabilidade pela manutenção da família. Pelo menos deixam claro

Tabela III-16

ESTRUTURA DO EMPREGO DO TOTAL DE TRABALHADORES E RENDA MÉDIA 1978.

O C U P A Ç Õ E S	% PARTIC. NO EMPREGO	RENDA MÉDIA
Funções Burocráticas e Escritório	21,9	5.113
Empregadas Domésticas	10,2	1.358
Ocup. Técn. Cient. Nível Superior	10,0	17.038
Porteiros, Vigias e Serventes	7,4	2.229
Trab. Man. Ind. Rep. Metal-Mecânica	7,3	4.721
Comércio Estabelecido	6,5	4.568
Trab. Man. Ind. Têxtil e Vestuário	6,3	3.199
Motoristas e Trocadores	4,2	4.160
Pedreiros e Estucadores	3,5	3.470
Ocup. de Defesa e Segurança	3,3	6.138
Serviços de Higiene Pessoal	2,7	2.870
Braçais sem Especificação	2,2	2.241
Trab. Man. Ind. Rep. Madeira	2,1	3.127
Serventes de Pedreiro	2,1	1.860
Trab. Confecção de Roupas	1,9	2.174
T O T A L	100	5.206

Renda Média Feminina ponderada pela Estrutura do Total: 3.622

Renda Média Masculina ponderada pela Estrutura do Total: 5.822

Renda Feminina Corrigida/Renda Masculina Corrigida = 62,2%

que a sociedade não concede às mulheres chefes de família as mesmas oportunidades de emprego que aos homens chefes de família. A remuneração média das mulheres chefes de família é a metade da correspondente aos homens chefes de família. Entre os não chefes de família a situação é menos desfavorável para as mulheres. Isto, no entanto, não significa que as mulheres não chefes sejam melhor remuneradas que as mulheres chefes de família. Ao contrário, a terceira coluna revela que, salvo em duas ocupações (daquelas em que o emprego feminino é importante) (porteiros, vigias e serventes e serviços de higiene pessoal), as mulheres chefes de família são relativamente melhor remuneradas que as outras. Isto provavelmente reflete a maior presença de menores entre as não chefes, além de aprendizes e pessoal de menor experiência. Além disso, a diferença de renda, para o total das ocupações, entre não chefes e chefes, revela também uma estrutura mais favorável do emprego das mulheres chefes de família, com menor presença do emprego doméstico e profissões pior remuneradas e maior presença de ocupações técnicas e científicas de nível superior e outras melhor remuneradas em relação às não chefes (V. Tabela III-18).

Entretanto, a maior parcela da diferença deve-se à menor remuneração em cada ocupação das não chefes em relação às chefes (V. Tabela III-18).

Finalmente, verifica-se que a remuneração dos homens chefes de família é mais do dobro da renda média dos homens não chefes (V. quarta coluna da Tabela III-17). Isto, como já dissemos, reflete uma verdadeira diferença de posição na família com repercussões sobre a média da idade, escolaridade e a experiência dos dois conjuntos de trabalhadores. No caso das mulheres essa diferença não é tão nítida.

Apesar das mulheres não chefes serem em muitos casos co-responsáveis pela manutenção do lar, elas em média recebem remuneração inferior aos homens não chefes (dependentes, em sua totalidade). Mas a distância maior se verifica entre as remunerações dos chefes de família homens e mulheres (V. Gráfico 15).

RENDA MÉDIA COMPARADA SEGUNDO A POSIÇÃO NA FAMÍLIA E POR SEXO-1978

O C U P A Ç Õ E S	R. MÉDIA FEM. = % R. MÉDIA MASC.		R. MÉD. NÃO CHEF. = % R. MÉD. CHEFES	
	CHEFES	NÃO CHEFES	MULHERES	HOMENS
Funções Burocráticas e Escritório	65,9	104,1	78,5	49,7
Empregadas Domésticas	69,4	116,9	92,6	54,9 *
Ocup. Técn. Cient. Nível Superior	62,5	85,2	75,2	55,2
Porteiros, Vigias e Serventes	65,9	92,6	123,4	72,2
Trab. Man. Ind. Rep. Metal Mecânica	43,2 *	70,1	94,3	58,2
Comércio Estabelecido	48,9	82,5	67,1	39,7
Trab. Man. Ind. Têxtil e Vestuário	63,6	82,4	71,8	55,4
Motoristas e Trocadores	55,2 *	72,3	93,4	71,3
Pedreiros e Estucadores	42,2 *	76,7	137,3	75,4
Ocupações Defesa e Segurança	118,0 *	171,2	62,7	43,2
Serviços Higiene Pessoal	50,7	83,3	103,6	63,1 *
Braçais sem Especificação	57,8 *	87,4	121,9	80,7
Trab. Man. Ind. Rep. Madeira	41,8 *	70,7	119,7	70,7
Serventes de Pedreiros	52,1 *	89,6	150,0	87,2
Trab. Confecção de Roupas	63,3	82,4	79,1	36,9 *
T O T A L	51,2	87,9	78,4	45,7

Nota: As cifras assinaladas na primeira coluna referem-se a ocupações em que a presença feminina não é importante. Na última coluna os asteriscos indicam que a presença masculina não é importante nessas ocupações.

Fonte: PNAD 1978, FIBGE, Tabulação Especial para a Pesquisa do IFCH, DEPE, UNICAMP para o BNH.

Também entre as regiões econômicas do país há algumas diferenças importantes na remuneração relativa dos dois sexos (V. Gráfico 16). Se tomamos cinco metrópoles representativas da situação do emprego nas cinco regiões econômicas em que dividimos o país, verificamos que é em São Paulo, centro da industrialização, que a situação da renda relativa da mulher em comparação com a masculina apresenta-se mais favorável na média. Por ocupação, São Paulo lidera as regiões em renda relativa em três das ocupações. Na primeira delas por nível de renda, ocupações técnicas e científicas de nível superior, São Paulo perde apenas para Belém do Pará, mas supera essa capital em cinco das sete restantes listadas. Na segunda por nível de renda, as funções burocráticas e de escritório, São Paulo é também a metrópole que remunera melhor as mulheres em relação aos homens da mesma ocupação. Isto, vale a pena recordar, é muito importante por ser aí onde os níveis salariais masculinos são os mais elevados do país (V. Tabela III-19).

Esta situação abre um fosso maior entre as remunerações das mulheres por região econômica do que a que se verifica entre os homens. De fato, a renda média feminina de São Paulo equivale a 158,4% da renda média feminina de Salvador, enquanto a renda média masculina daquela metrópole corresponde a 135,8% da equivalente na capital baiana (1).

Portanto, também em 1978, segundo os dados do PNAD, a situação relativa da mulher se deteriora à medida em que nos afastamos dos centros mais industrializados em direção às regiões do menor índice de crescimento no interior do país.

Esta é sem dúvida uma constatação importante para a mulher, pois se considerarmos que também a abertura do leque das possibilidades de trabalho se dá nesses centros mais industrializados, chegamos à

(1) Segundo dados da Tabulação especial dos dados do PNAD 1978 para a pesquisa do DEPE, UNICAMP para o BNH.

Tabela III-18

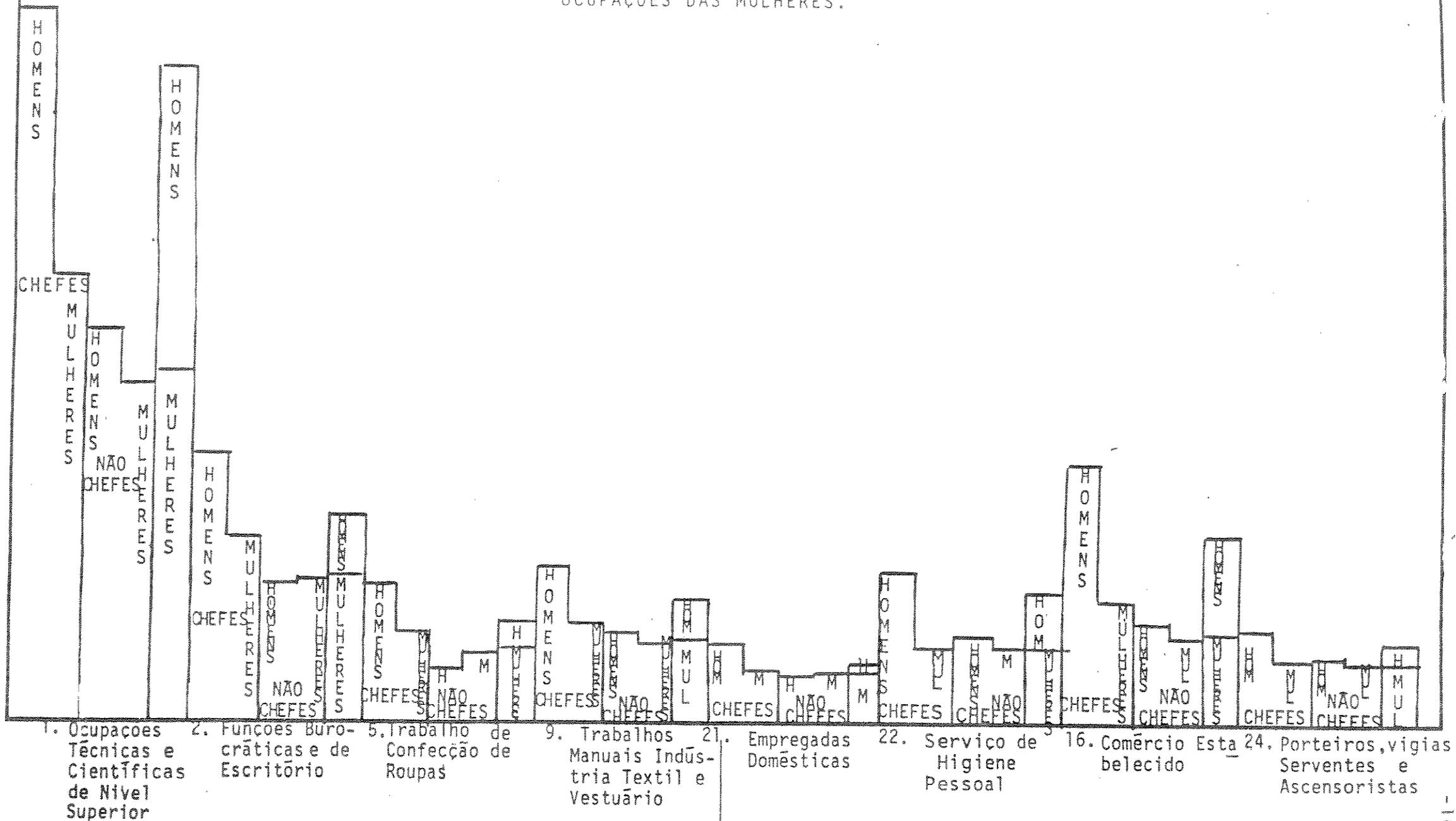
PARTICIPAÇÃO NO EMPREGO E RENDA MÉDIA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO -1978

O C U P A Ç Õ E S	CHEFES DE FAMÍLIA		NÃO CHEFES	
	PART. NO EMPR.	RENDA MÉDIA	PART. NO EMPR.	RENDA MÉDIA
<u>MULHERES</u>				
Ocup. Cient. Técn. Nível Superior	8,5	12.902	6,1	9.699
Funções Burocráticas e Escritório	26,8	5.315	35,0	4.174
Comércio Estabelecido	5,1	3.656	5,4	2.452
Trab. Man. Ind. Têxtil e Vestuário	5,6	2.874	5,6	2.062
Trab. Confeccão de Roupas	5,5	2.546	4,8	2.013
Serviços de Higiene Pessoal	9,7	2.207	3,9	2.286
Porteiros, Vigias, Serventes	10,3	1.802	4,8	1.747
Empregadas domésticas	22,3	1.439	28,7	1.332
T O T A L	100	3.980	100	3.122
<p>Renda Média Feminina das Chefes ponderada pelo total: 3.947 Renda Média Feminina das Não Chefes com igual ponderação: 3.142 Relação entre renda das chefes corrigida pela ponderação total (chefes + não chefes) e renda das não chefes ponderada pelo total:</p> $\frac{\text{Renda Média Não Chefes corrigida}}{\text{Renda Média das Chefes corrigida}} = 79,6\%$				

Nota: As informações referem-se ao conjunto de nove metrôpoles tomado para análise nesta seção, para 1978.

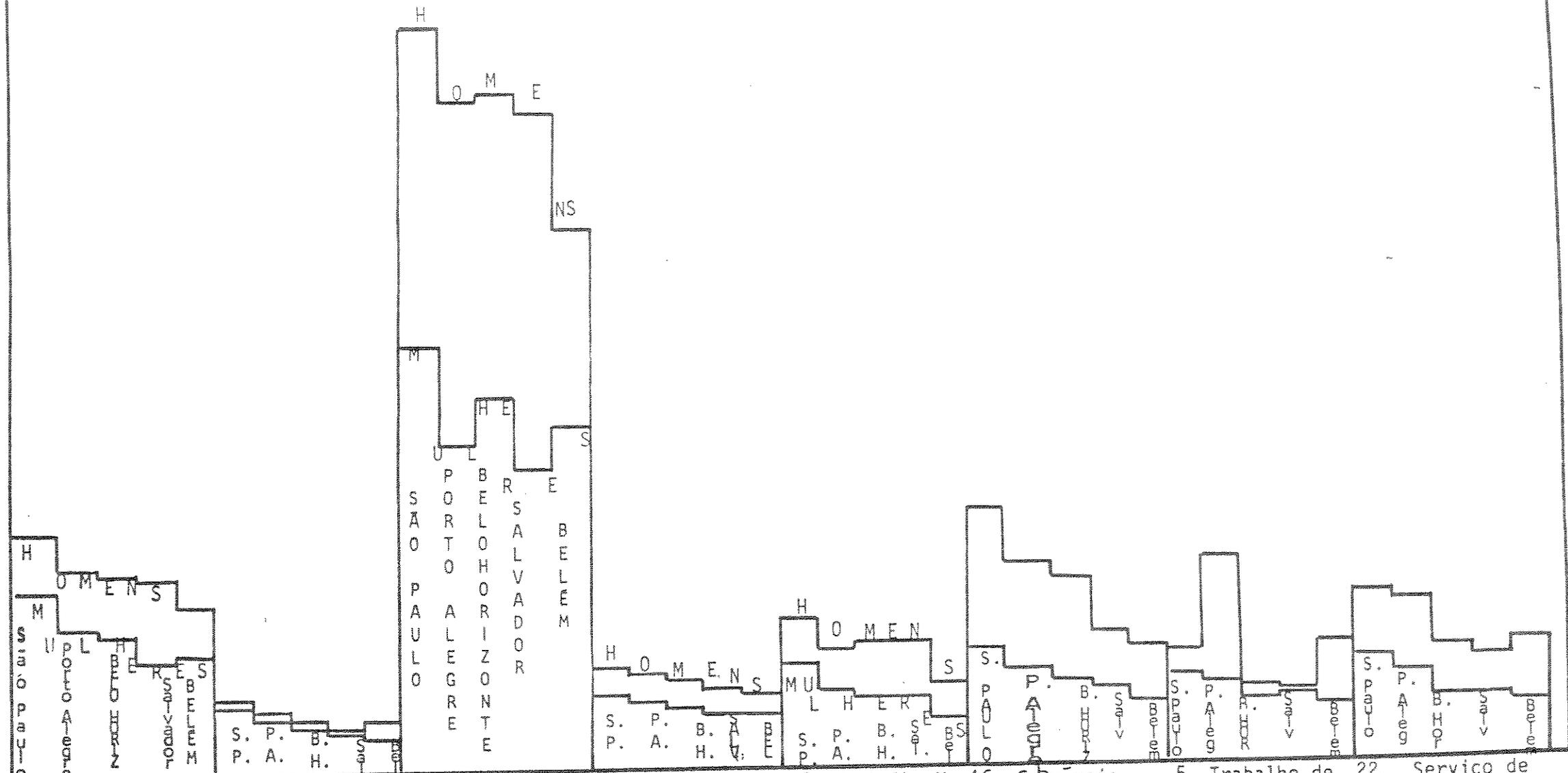
Fonte: PNAD 1978, FIBGE, Tabulação Especial para a Pesquisa do DEPE, IFCH, UNICAMP, para o BNH.

RENDA MÉDIA DAS METRÓPOLES POR SEXO E POR TIPO DE OCUPAÇÃO POR POSIÇÃO NA FAMÍLIA - 1978
 OCUPAÇÕES DAS MULHERES.



Fonte: Tabela especial do PNAD 1978 para pesquisa R.N.H.

RENDA MÉDIA POR REGIÕES NAS METRÓPOLES, POR SEXO E POR TIPO DE OCUPAÇÕES-1978-OCUPAÇÕES FEMININAS EMPREGADOS



2. Funções Burocráticas e de escritório	21. Empregadas Domésticas	1. Ocupações Técnicas e Científicas de Nível Superior	24. Porteiros, vigias, Serventes e ascensoristas.	9. Trabalho Manuais Indústria Textil Vestuário	16. Comércio Estabelecido	5. Trabalho de Confeccção de Roupas	22. Serviço de Higiene Pessoal
33,8% emprego feminino.	27,8% emprego	6,5% emprego	5,6% emprego	5,6% emprego	5,4% emprego	4,9% emprego	4,8% emprego

Tabela III-19

RELAÇÃO ENTRE RENDA MÉDIA FEMININA E MASCULINA POR REGIÕES-1978

O C U P A Ç Õ E S	PART. NO EM PREGO % MULHER	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	BELO HORI ZONTE	SAL- VADOR	BELEM
Ocup. Técn. Cient. Nível Superior	6,5	58,2	49,2	54,9	46,4	63,9
Funções Burocráticas e Escritório	33,8	73,9	70,4	70,4	59,1	72,5
Comércio Estabelecido	5,4	43,1	47,9	44,3	58,2	53,9
Serviços Higiene Pessoal	4,8	59,9	40,2	58,1	65,1	50,4
Trab. Man. Ind. Têxtil e Vestuário	5,6	57,0	64,4	53,2	53,7	60,3
Trab. Confeccão de Roupas	4,9	78,1	38,6	92,8	97,1	47,4
Porteiros, Vigias e Serventes	5,6	74,0	69,4	65,3	69,0	71,3
Empregados Domésticos	27,8	87,6	87,1	83,6	84,3	55,5
T O T A L	100	52,7	51,5	50,5	45,2	51,2

Fonte: Tabulação especial dos dados do PNAD 1978, FIBGE, para a Pesquisa do DEPE, UNICAMP para o BNH.

conclusão de que o processo de industrialização tende a ter efeitos benéficos sobre a remuneração feminina relativamente à masculina, pelo menos como tendência histórica no Brasil. Este parece ser o resultado a que nos induzem os dados. É claro que não são definitivos, nem generalizáveis.

De fato, como consequência do processo de unificação do mercado de trabalho que se segue à expansão territorial da industrialização, ocorre uma redução nos diferenciais entre a renda rural e urbana e também nas distâncias entre a renda masculina e feminina.

De qualquer maneira, ainda que o prognóstico fosse de um futuro negro para os trabalhadores em geral, parece ser que a mulher tenderia a partilhar esse futuro em condições mais igualitárias com os homens.

3a Parte - OUTRAS CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES E DO EMPREGO) VARIAÇÕES NA JORNADA DE TRABALHO

Se ao longo da história do capitalismo a jornada de trabalho sofreu grandes variações, o mesmo ocorre numa época determinada entre um e outro país e até num mesmo país em regiões diferentes ou entre espaços de tempo relativamente curtos.

Assim, é sabido que no início dos anos de crescimento acelerado verificada na última década no Brasil, o "milagre" foi acompanhado por um acréscimo relativo do número médio de horas de trabalho diário, pois cada trabalhador era "convidado" a fazer cerca de duas horas extras por dia. Isto foi aceito sem grande resistência pelos trabalhadores por ter-se constituído numa maneira de compensar a queda de salário real verificada a partir da política de arrocho salarial (1). Por outro lado, as horas extras, ainda que remuneradas com acréscimo de 20% sobre as normais, como é de lei, representavam uma economia para os empresários em relação à alternativa de contratar novos trabalhadores para a elevação do índice de utilização da capacidade instalada. O custo de supervisão, do treinamento, seleção, e outros inerentes à contratação de novos operários era maior do que aquele adicional.

Entre as ocupações há grandes variações no número médio de horas de trabalho semanal dos trabalhadores. As diferenças são muito mais notórias quando saímos do âmbito da indústria manufatureira. Apesar desse número não variar substancialmente entre uma e outra ocupação, aquelas em que o trabalho se prolonga por mais horas não são as mais bem remuneradas. A tendência é justamente o contrário (V. Tabela III-20). A ocupação de menor remuneração, a de empregados domésticos, é ao mesmo tempo a que apresenta o maior número de horas de trabalho

(1) Sobre o arrocho salarial ver MELLO & BELLUZZO (1982), SERRA (1973) e TAVARES (1980).

Tabela III-20

MÉDIA DE HORAS DE TRABALHO SEMANAL POR SEXO NAS OCUPAÇÕES DAS MULHERES - 1970 - CONJUNTO DAS METRÓPOLES.

O C U P A Ç Õ E S	SEXO	SEMANAL MÉDIA(*) PONDER.	MENOS DE 15 HS	DE 15 A 39 HS	DE 40 A 49 HS	MAIS DE 50 HS	RENDA MÉDIA
100-Téc. Admin. Profis	H	44,7	1,0%	8,4%	68,9%	20,6%	1.654
	M	37,1	5,1	37,2	48,3	8,4	627
201-Ocup. de Escritório	H	43,7	0,5	9,3	76,4	12,2	573
	M	42,9	0,6	12,4	76,7	8,8	400
202-Viajantes e Simil.	H	45,1	0,7	7,1	71,3	19,8	920
	M	42,7	1,6	15,4	65,1	16,3	361
302-Têxtil, exc. Rend.	H	44,5	0,6	2,4	75,8	17,5	300
	M	44,4	0,5	2,2	83,6	11,1	219
316-Comércio Estabel.	H	45,4	0,6	4,3	67,5	25,1	302
	M	44,7	0,8	5,3	74,5	17,4	216
304-Cerz.Bord. Cost.	H	45,3	0,9	3,3	73,2	20,5	339
	M	44,0	0,8	6,6	76,7	13,9	198
311-Outras Ind. Transf.	H	45,0	0,4	2,2	77,1	17,7	344
	M	44,6	0,3	2,8	81,6	13,0	196
328-Coz. e Garçons	H	46,0	0,6	4,9	58,7	33,2	307
	M	44,9	0,9	7,3	63,4	25,9	188
331-Port.Vig.Serv.Asc.	H	45,1	0,6	6,3	66,6	24,2	231
	M	43,1	1,8	12,7	68,3	16,0	180
339-Empr. Domésticos	H	46,1	1,4	8,1	52,6	36,5	153
	M	46,6	1,0	8,4	50,6	39,0	108
T O T A L	H	44,1	0,7	5,7	70,0	20,0	491
	M	44,5	1,2	11,2	62,9	22,8	213

(*) A ponderação se fez pelo ponto médio entre os intervalos e somando + ou - 5 horas nos intervalos abertos. Os pesos foram: 10 hs; 27,5 hs, 45 hs, e 55 hs, respectivamente.

Fonte: FIBGE, Censo de 1970, Tabulação especial para a Pesquisa do DEPE, UNICAMP, para o INPES-IPEA.

semanais no conjunto das metrôpoles brasileiras em 1970 (V. Tabela III-20). No polo oposto, os técnicos, administrativos e profissionais, de maior renda média no conjunto das ocupações, são também os que menos horas trabalham por semana. Seguem-se as ocupações de escritório, com um pouco mais de horas médias de trabalho e rendimento um tanto inferior.

A comparação do número médio de horas de trabalho entre os sexos contradiz a idéia de que a remuneração seja diferenciada pela menor dedicação em número de horas de trabalho. Na média das ocupações no conjunto das metrôpoles brasileiras, pode-se dizer que, segundo nossa ponderação, os homens empregados trabalham 0,4 horas, ou seja, cerca de 24 minutos a menos por semana que as mulheres.

Por outro lado, entre as ocupações, a relação entre horas de trabalho e remuneração para o mesmo sexo parece guardar uma correlação negativa. (V. Tabela III-20).

Observa-se entre as ocupações uma tendência generalizada de ser mais elevada a percentagem de mulheres trabalhando entre 15 e 39 horas semanais que a de homens. Esse diferencial é mais acentuado em quatro ocupações: Técnicos, administrativos e profissionais, com a alta percentagem de 37,2% das mulheres nessa faixa, viajantes e similares, com 15,4% das mulheres, porteiros, vigias, serventes e ascensoristas com 12,7% e ocupações de escritório, com 12,4%. Nas demais, o percentual de mulheres é maior que o de homens, mas não é significativo, inversamente, constata-se que em geral os homens que trabalham mais de 50 horas semanais são mais numerosos que as mulheres. Neste caso há uma exceção importante, pelo volume de emprego que representa, constituído pelas empregadas domésticas. Esta ocupação é também a que apresenta maior percentual relativo de pessoas trabalhando mais de 50 horas semanais sendo ao mesmo tempo a mais mal remunerada delas. Quase 40% das mulheres domésticas trabalham mais de 50 horas semanais, sendo sua remuneração equivalente à metade da renda média feminina total (incluindo todas as ocupações), e 70% da masculina na mesma

função (que por sua vez representa 30% da renda média masculina total) (V. Tabela III-15 e III-20).

A única ocupação em que há uma diferença significativa no número médio de horas de trabalho semanal (1ª coluna da Tabela III-20) é a de técnicos, administrativos e profissionais. De fato, neste caso, uma parcela expressiva do diferencial de renda média entre os sexos pode dever-se ao número de horas de trabalho por semana na ocupação.

Nas demais, a diferença não é expressiva, sendo que no caso das empregadas domésticas, as mulheres trabalham meia hora a mais por semana que os homens, em média. Essa diferença não é expressiva, mas os homens empregados domésticos são uma parcela ínfima do total. O que sim é importante é que o número médio de horas de trabalho das empregadas domésticas excede em duas horas e meia a média de horas semanais de trabalho do conjunto das ocupações para ambos os sexos.

Quando se calcula a renda média dos dois sexos por igual jornada de trabalho (tomada como equivalente a 44 horas semanais), reduz-se sensivelmente a diferença de renda entre os sexos, dos técnicos, administrativos e profissionais. O diferencial de renda entre os sexos nesta ocupação passa a segundo lugar, depois dos viajantes e similares. Nos demais a redução não é muito significativa (V. Tabela III-21).

A menor duração do trabalho semanal é muito mais uma possibilidade dada por certas funções do que uma opção das mulheres. De fato, a maior diferença de número de horas de trabalho entre os sexos na ocupação de técnicos, administrativos e profissionais reflete principalmente a presença de professores de ensino de 1º e 2º grau, ensino médio, superior e não especificado dentro dessa ocupação. Ora, esta é sabidamente uma profissão feminina por excelência - a de professores primários principalmente mas também a de docentes do ensino secundário, que se feminilizou concomitantemente com a deterioração dos salários dos professores. Os professores, devido à estrutura do ensino, e

Tabela III-21

DIFERENCIAL DE RENDA MÉDIA ENTRE OS SEXOS POR IGUAL JORNADA DE TRABALHO - TOTAL DAS METRÓPOLES - 1970 - RENDA MÉDIA COMPARADA CORRIGIDA PELA MÉDIA DE HORAS SEMANAIS.

RENDA MÉDIA FEMININA
RENDA MÉDIA MASCULINA

CÓDIGO	O C U P A Ç Õ E S	SEM PONDE RAÇÃO.	PONDERADAS PELAS HS.
	<u>EMPREGADOS</u>		
100	Téc. Admin. Profissionais	37,9%	45,7%
201	Ocupações de Escritório	69,8	71,1
202	Viajantes e Similares	39,2	41,4
302	Têxtil, Exceto Rendeiras	73,0	73,2
316	Comércio Estabelecido	71,5	72,6
304	Cerz. Bord. Costureiras	58,4	60,1
311	Outras Indústrias de Transformação	57,0	57,5
328	Cozinheiros e Garçons	61,2	62,7
331	Port. Vigias e Serventes	77,9	81,5
339	Empregados Domésticos	70,6	69,8
	T O T A L	43,4	43,5

Nota: A ponderação iguala as jornadas de Trabalho com 44 hs semanais.

Fonte: Tabulação especial dos dados do Censo de 1970, FIBGE, para a Pesquisa sobre o Mercado de Trabalho do DEPE, UNICAMP, - para o INPES-IPEA.

também devido à natureza de suas funções, que exigem a preparação de aulas e outras atividades além das horas de trabalho efetivamente computadas, "aparecem" trabalhando menos horas que os outros profissionais. Sendo este um reduto do trabalho feminino, a diferença se reflete no número de horas de trabalho por sexo, bastante menor para as mulheres. Mas, nem sempre esta diferença é real, pois encobre o trabalho feito fora das horas de aula. Portanto, essa correção do salário pelas horas de trabalho é bastante questionável nesse caso. Nos demais, a diferença não é grande e na média ela é inexistente.

Resumindo: o conjunto da mão-de-obra feminina trabalha por semana o mesmo número de horas em média que os homens. A presença massiva da mulher em certas profissões cujos horários de trabalho formal são menores, seja pelo fato de exigirem trabalho complementar em casa - como a preparação de aulas pelas professoras - ou por serem extenuantes, faz com que haja diferença significativa no número médio de horas semanais de trabalho na ocupação de técnicos, administrativos e profissionais, que inclui os professores (V. Tabela III-21).

Nota-se na maioria das ocupações maior parcela de mulheres na faixa de horário de 15 a 39 horas semanais, o que possivelmente reflete uma procura da mulher por jornadas de trabalho que lhe permitam conciliar o emprego remunerado com o trabalho da casa. No entanto, o mercado de trabalho mostra-se pouco flexível no horário, a não ser nos casos de técnicos, administrativos e profissionais, dos viajantes e similares, dos porteiros, vigias, serventes e ascensoristas e das ocupações de escritório. Também tende a ser reduzido o número de mulheres que trabalham mais de 50 horas semanais, salvo no caso das empregadas domésticas, que, de todas as ocupações, tem o maior percentual de trabalhadoras nessa faixa de horário.

Certamente a importância do emprego doméstico entre as mulheres é responsável pela equiparação do número de horas semanais de trabalho

entre os sexos no conjunto das ocupações.

Em poucas palavras: não se pode dizer que a mulher ganha menos porque trabalhe menos horas. A jornada de trabalho é praticamente igual para o conjunto do emprego feminino e masculino, sendo maior para as mulheres no caso das empregadas domésticas, e menor no caso dos profissionais, especialmente das professoras. Nas demais ocupações, a diferença de horas semanais de trabalho equivale no máximo a 16% do fosso existente entre as remunerações masculinas e femininas. Isso quer dizer que no mínimo 84% da diferença são explicados por outras variáveis em todas as ocupações, à exceção dos técnicos, administrativos e profissionais. A redução da jornada de trabalho constitui um anseio da mulher trabalhadora, como evidenciam os dados relativos a horas semanais de trabalho dos autônomos para os dois sexos. Aí, quando a mulher tem maior controle sobre o número de horas de sua jornada de trabalho, esta costuma ser bem mais reduzida em relação à masculina, o peso do trabalho por conta própria reverte a diferença do número total de horas semanais de trabalho em favor dos homens: de 18 minutos por semana (V. Tabela III-22). É bastante expressivo o percentual de mulheres trabalhando por conta própria de 15 a 39 horas: de 25% a 40% delas, segundo a ocupação.

Na média, 30% das mulheres trabalham nessa faixa de horas semanais por conta própria. Reduzem-se, concomitantemente, os percentuais de mulheres trabalhando de 40 a 49 horas e mais de 50 horas semanais (V. Tabela III-22).

Neste caso também a distância entre o número de horas de trabalho semanal feminino em relação ao masculino certamente tem um peso relevante no diferencial de renda entre os sexos (V. Tabela III-23).

É preciso lembrar que no caso dos trabalhadores estabelecidos por conta própria a diferença de jornada de trabalho também pode dever-se a fatores alheios à vontade do trabalhador, como a demanda de seus serviços. Neste caso, a aplicação da ponderação para igualar as jornadas de

Tabela III-22

MÉDIA DE HORAS DE TRABALHO SEMANAL POR SEXO: TOTAL DAS METRÓPOLES
OCUPAÇÕES DAS MULHERES 1970.

POR CONTA PRÓPRIA

CÓDI GO.	O C U P A Ç Õ E S	SEXO	MÉD. SEM. POND	MENOS DE 15 HS	DE 15 A 39 HS	DE 40 A 49 HS	MAIS DE 50 HS	RENDAM. FEM. MASC.	RENDAM. MÉDIA FEM.
100	Téc. Admin. Profissionais	H	44,2	2,5	15,5	53,4	28,5	31,4	-
		M	34,1	13,2	40,9	35,6	10,1	-	645
202	Viajantes e Similares	H	45,3	1,4	10,1	61,6	26,6	37,7	-
		M	37,4	8,5	31,7	46,9	12,3	-	460
321	Cabelereiros Manicures	H	46,5	1,6	7,3	55,1	35,6	81,4	-
		M	39,9	6,6	26,1	49,7	17,5	-	338
304	Cercadeiras e Costureiras	H	46,1	1,4	7,7	58,5	31,9	47,3	-
		M	39,7	5,0	29,5	47,9	17,4	-	229
334	Vendedores Ambulantes	H	44,1	1,5	16,2	54,9	26,9	69,8	-
		M	40,5	4,2	27,6	48,6	19,3	-	222
335	Lavadeiras e Passadeiras	H	45,3	0,9	9,3	59,8	28,6	21,8	-
		M	39,5	5,4	30,0	45,3	18,7	-	84
	T O T A L	H	45,4	1,3	9,8	58,3	29,7	72,8	-
		M	39,3	5,9	30,0	46,2	17,6	-	450
	TOTAL EMPREGADOS + CONTA PRÓPRIA	H	44,3	0,8	6,3	68,3	21,4	46,8	-
		M	44,0	1,7	13,2	61,1	22,3	-	238

Fonte: Tabulação especial do Censo de 1970, FIBGE, para a Pesquisa do DEPE, UNICAMP. sobre Mercado de Trabalho, para o INPES - IPEA.

Tabela III-23

DIFERENCIAL DE RENDA ENTRE OS SEXOS PARA IGUAL NÚMERO DE HORAS DE TRABALHO SEMANAL - 1970.

DIFERENCIAL DE RENDA
ENTRE OS SEXOS.

CÓDIGO	TOTAL DA METRÓPOLES TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA.	SEM PON- DERAÇÃO	PONDERADO POR 44 HS SEMANAIS
100	Técnicos, Administr. Profissionais	68,6%	59,3
202	Viajante e Similares	62,3	54,3
321	Cabel. Manic. Pedic. Barbeiros	18,6	5,1
304	Cerz. Bordad. Alfaiates e Costureiras	52,7	45,1
334	Vendedores Ambulantes	30,2	24,0
335	Lavadeiras e Passadeiras	78,2	75,0
	TOTAL	27,2	15,9
T O T A L EMPREGADOS + CONTA PRÓPRIA		53,2%	52,9

Fonte: Tabulação Especial do FIBGE do Censo Demográfico de 1970 para a Pesquisa sobre Mercado de Trabalho do DEPE, UNICAMP para o INPES-IPEA.

trabalho entre os sexos nem sempre é adequada, pois normalmente as ocupações aqui definidas constituem agrupamentos de ofícios e funções de serviços de especialização masculina ou feminina, para os quais nem sempre a demanda é homogênea (1).

Há muito pequenas variações na jornada de trabalho por regiões econômicas e/ou por tamanho de cidade. Isto indica que efetivamente as diferenças maiores referem-se às ocupações, conforme havíamos apontado. Não cabe aqui analisar em detalhe esse tipo de diferença. Basta assinalar que o mesmo quadro geral se repete nas diversas regiões e nos vários tipos de cidade (V. Tabela III-24).

(1) O procedimento aqui adotado, de eliminar o efeito da jornada de trabalho sobre o diferencial de renda, pretende apenas indicar que esta variável não tem maior importância na explicação dos diferenciais de renda. No total, não conseguimos reduzir mais que em 0,4% a distância entre as rendas femininas masculinas, que ultrapassam 50% na média das ocupações, no total do emprego, incluindo empregados e trabalhadores por conta própria. Reconhecemos que o artifício é falho. A própria ponderação adotada pode ser questionada. Mas acreditamos que serve bem aos nossos propósitos.

MÉDIA DE HORAS DE TRABALHO SEMANAL POR SEXO NAS OCUPAÇÕES DAS MULHERES-1970-POR TAMANHO DE CIDADE E POR REGIÃO ECONÔMICA EMPREGADOS.

100 - TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS E PROFISSIONAIS							
OCUPAÇÕES/METRÓPOLES	SEXO	MÉDIA SEMANAL PONDER.	MENOS DE 15 HORAS	DE 15 A 39 HORAS	DE 40 A 49 HORAS	MAIS DE 50 HORAS	RENDA MÉDIA
GRANDE SÃO PAULO	H	45,0	0,8	5,6	74,7	17,8	1.786
	M	38,3	4,3	30,6	56,3	7,6	753
CIDADES GDES SP/RJ	H	44,7	1,1	6,5	70,3	20,4	1.318
	M	35,6	6,3	43,6	41,8	7,6	456
CIDADES MÉDIAS SP/RJ	H	43,3	1,4	7,1	64,2	22,3	1.112
	M	35,9	7,1	38,0	46,9	6,6	444
GRANDE PORTO ALEGRE	H	44,9	1,3	9,7	64,8	23,4	1.296
	M	36,9	6,5	37,3	45,5	10,0	511
CIDADES GRANDES SUL	H	44,2	1,7	8,0	63,1	24,4	949
	M	36,3	9,2	36,7	43,4	10,5	355
CIDADES MÉDIAS SUL	H	45,0	0,6	6,5	67,6	23,2	1.043
	M	37,8	6,0	34,8	49,8	9,5	354
GRANDE RECIFE	H	44,1	1,4	10,0	64,9	21,8	1.367
	M	34,8	5,6	46,2	40,3	6,3	386
CIDADES GDES. NORDESTE	H	43,1	2,8	12,2	58,0	24,3	982
	M	35,3	6,6	45,9	37,1	9,6	278
CIDADES MÉDIAS NORDESTE	H	36,5	3,6	13,0	48,8	19,4	773
	M	36,0	4,6	48,5	36,0	10,9	207
201 - OCUPAÇÕES DE ESCRITÓRIO							
GRANDE SÃO PAULO	H	43,9	0,4	6,3	81,8	9,8	601
	M	43,1	0,5	9,5	81,9	6,5	429
CIDADES GRANDES SP/RJ	H	44,2	0,6	7,3	77,5	13,1	519
	M	43,5	0,6	9,5	79,1	9,5	328
CIDADES MÉDIAS SP/RJ	H	44,5	0,4	7,6	76,1	14,8	442
	M	43,6	0,7	9,5	77,4	11,1	257
GRANDE PORTO ALEGRE	H	43,3	0,3	12,0	74,5	11,8	493
	M	42,3	0,6	15,3	75,0	7,9	309
CIDADES GRANDES SUL	H	44,3	0,4	9,4	73,6	15,5	428
	M	43,6	0,6	9,6	78,6	10,0	240
CIDADES MÉDIAS SUL	H	44,8	0,4	7,6	76,2	15,2	433
	M	44,0	0,4	9,9	78,2	11,0	243
GRANDE RECIFE	H	42,6	1,2	11,1	70,7	13,8	470
	M	42,2	1,7	13,7	71,0	11,4	296
CIDADES GDES. NORDESTE	H	43,2	1,5	13,1	66,2	17,5	428
	M	42,5	1,7	17,1	65,0	15,2	221
CIDADES MÉDIAS NORDESTE	H	43,6	0,9	12,3	70,0	15,8	419
	M	43,5	0,7	11,9	74,8	11,9	183

202 - VIAJANTES E SIMILARES

OCUPAÇÕES/METRÓPOLES	SEXO	MÉDIA MENSAL PONDER.	MENOS DE 15 HORAS	DE 15 A 39 HORAS	DE 40 A 49 HORAS	MAIS DE 50 HORAS	RENDA MÉDIA
GRANDE SÃO PAULO	H	45,1	0,6	4,9	75,9	17,4	1.010
	M	43,1	1,6	11,6	71,3	13,9	422
CIDADES GDES SP/RJ	H	45,3	0,6	6,1	70,6	21,5	747
	M	43,5	1,5	11,9	70,5	15,1	281
CIDADES MÉDIAS SP/RJ	H	45,6	0,7	7,1	65,4	25,6	665
	M	44,3	0,9	10,2	68,8	19,0	237
GRANDE PORTO ALEGRE	H	45,2	0,8	8,5	67,2	22,8	841
	M	43,2	1,3	15,8	63,9	18,2	306
CIDADES GRANDES SUL	H	46,4	0,4	6,4	61,4	30,9	697
	M	45,2	1,0	9,9	62,7	25,7	243
CIDADES MÉDIAS SUL	H	46,7	0,2	5,7	63,7	29,9	686
	M	46,6	1,1	4,6	64,4	29,5	217
GRANDE RECIFE	H	43,7	1,4	8,3	66,9	20,4	701
	M	40,6	4,2	17,7	53,9	20,1	206
CIDADES GDES. NORDESTE	H	44,5	1,8	10,2	60,3	26,1	569
	M	42,6	1,6	20,5	56,7	20,4	163
CIDADES MÉDIAS NORDESTE	H	44,4	2,4	6,7	68,7	20,7	496
	M	43,1	1,9	19,8	55,8	22,5	127

302 - TRABALHADORES DA INDÚSTRIA TÊXTIL, EXCETO RENDEIRAS E REDEIROS

GRANDE SÃO PAULO	H	44,7	0,5	1,8	78,6	16,0	338
	M	44,7	0,4	1,7	85,8	10,1	231
CIDADES GRANDES SP/RJ	H	44,6	0,5	1,6	78,6	15,9	288
	M	44,7	0,6	1,4	85,2	11,0	208
CIDADES MÉDIAS SP/RJ	H	45,7	0,4	1,1	77,1	19,3	242
	M	45,8	0,4	1,3	81,4	15,9	194
GRANDE PORTO ALEGRE	H	46,4	-	0,8	74,3	23,3	280
	M	45,7	0,5	2,6	83,7	13,2	208
CIDADES GRANDES SUL	H	45,9	-	0,5	80,8	17,0	215
	M	45,6	0,4	1,5	86,9	10,9	176
CIDADES MÉDIAS SUL	H	46,0	-	0,1	86,5	12,8	238
	M	45,7	0,2	1,0	89,0	9,7	172
GRANDE RECIFE	H	41,7	1,6	6,7	70,2	14,9	173
	M	41,6	1,4	6,3	73,1	12,5	144
CIDADES GDES. NORDESTE	H	43,7	0,6	3,3	70,0	20,4	140
	M	45,4	0,4	4,1	75,3	18,7	113
CIDADES MÉDIAS NORDESTE	H	42,3	1,9	6,9	77,6	9,6	160
	M	43,6	1,9	5,6	83,3	8,1	123

CONTINUAÇÃO DA TABELA III-24

316 - COMÉRCIO ESTABELECIDO							
OCUPAÇÕES/METRÓPOLES	SEXO	MÉDIA MENSAL PONDER.	MENOS DE 15 HORAS	DE 15 A 39 HORAS	DE 40 A 49 HORAS	MAIS DE 50 HORAS	RENDA MÉDIA
GRANDE SÃO PAULO	H	45,4	0,5	3,4	72,9	21,1	347.
	M	44,3	0,8	4,7	80,4	12,3	237
CIDADES GDES SP/RJ	H	45,5	0,6	3,7	68,0	25,2	261
	M	45,1	0,8	4,2	75,3	18,1	195
CIDADES MÉDIAS SP/RJ	H	45,4	0,7	4,4	66,5	25,8	221
	M	45,2	0,7	5,8	72,5	19,7	166
GRANDE PORTO ALEGRE	H	45,6	0,4	3,8	71,5	22,5	319
	M	44,5	0,5	5,6	76,4	15,6	220
CIDADES GRANDES SUL	H	45,2	0,3	4,0	68,0	24,4	243
	M	44,6	0,6	4,5	76,9	15,9	179
CIDADES MÉDIAS SUL	H	45,8	0,4	4,7	69,0	24,4	231
	M	45,2	0,5	4,8	77,5	16,2	176
GRANDE RECIFE	H	43,6	1,2	5,8	64,7	23,1	221
	M	43,3	1,0	6,2	70,6	17,8	160
CIDADES GDES. NORDESTE	H	43,8	1,3	9,4	62,6	23,5	176
	M	44,1	1,4	8,0	69,9	18,7	130
CIDADES MÉDIAS NORDESTE	H	44,6	1,1	7,3	70,5	19,5	155
	M	44,6	1,3	6,5	75,5	15,9	121
304 - CERZIDEIRAS, BORDADEIRAS, ALFAIATES E COSTUREIRAS							
GRANDE SÃO PAULO	H	45,1	0,8	2,1	76,8	18,0	380
	M	44,3	0,5	4,7	82,1	11,0	207
CIDADES GRANDES SP/RJ	H	44,6	1,1	5,1	69,7	21,2	321
	M	44,0	1,1	5,9	78,0	12,9	191
CIDADES MÉDIAS SP/RJ	H	44,6	0,6	2,5	79,4	14,8	256
	M	43,7	1,6	9,3	74,1	13,7	158
GRANDE PORTO ALEGRE	H	45,8	-	4,0	77,0	18,4	318
	M	44,1	0,9	7,9	75,9	14,1	191
CIDADES GRANDES SUL	H	45,7	1,8	-	78,8	18,4	276
	M	45,0	0,5	4,7	79,5	14,3	177
CIDADES MÉDIAS SUL	H	45,4	1,4	2,8	70,1	23,5	206
	M	45,4	0,4	3,1	87,0	9,2	165
GRANDE RECIFE	H	45,2	2,5	4,4	61,1	29,5	235
	M	41,2	2,4	15,5	61,0	16,8	127
CIDADES GDES. NORDESTE	H	43,4	2,1	9,1	60,9	24,1	188
	M	41,7	2,7	16,0	58,6	19,4	111
CIDADES MÉDIAS NORDESTE	H	44,0	1,4	14,1	65,3	19,2	144
	M	40,8	2,6	23,3	63,5	10,1	82

Fonte: Tabulação especial do DEPE, UNICAMP, para a Pesquisa sobre Mercado de Trabalho para o INPES/IPEA.

B) A ESCOLARIDADE POR OCUPAÇÃO

A teoria marginalista do capital humano enfatizou a associação da da escolaridade exigida para uma função, entendida como o número de anos que a pessoa deve dedicar ao estudo formal, com a remuneração respectiva. Supõe-se que esse diferencial de salários corresponde a uma efetiva diferença da produtividade do trabalho que entre outras coisas seria determinada pela grande escolaridade dos trabalhadores, pois é a produtividade o determinante dos níveis de salários.

Grande parte da crítica aos neoclassicos sublinha a existência de salários diferenciados segundo: a) o tamanho da planta b) a densidade de capital c) a concentração industrial, todos estes (e outros) fatores alteram a produtividade do trabalho, independentemente das características pessoais que este possa ter (1).

(1) VIEIRA DA CUNHA & BONELLI (1978) chegaram a resultados interessantes pela construção de um modelo de determinação dos salários calculando o efeito das características pessoais (variáveis representando a idade, a educação e o sexo) comparadas às variáveis que refletem a estrutura industrial (proporção de trabalhadores ligados à produção, tamanho médio do estabelecimento, margem bruta por trabalhador, que reflete a concentração, e capital por trabalhador). Os resultados deixam "patente tanto a contribuição das variáveis estruturais na formação dos níveis médios de salários, como a importância dos efeitos complementares entre a distribuição de qualificações e a estrutura de produção típicas de cada setor". As regressões apresentaram os seguintes resultados: para o Brasil, as variáveis estruturais respondem por cerca de 72% da variância do salário médio e as variáveis pessoais por 60% da variância do salário médio industrial em 1970. Para as regiões Norte-Nordeste esses percentuais são respectivamente 63% contra 48% das variáveis pessoais. Na região Sul-Sudeste as variáveis estruturais explicaram 66% da variância dos salários contra 56% das variáveis pessoais.

Tabela III-25

NIVEL EDUCACIONAL DOS TRABALHADORES NAS METRÓPOLES NAS OCUPAÇÕES PRINCIPAIS DAS MULHERES - POR SEXO - 1970 - P/EMPREGADOS.

O C U P A Ç Õ E S	SEXO	SEM EDUCA- ÇÃO	1ºGRAU INCOM- PLETO	1ºGRAU COMPLE- TO.	2º GRAU	ESCOLA SUPER.	Nº ME- DIO DE ANOS
100-Técn.Admin. Profis.	H	1,1	26,6	18,2	25,2	28,0	10
	M	0,6	17,7	14,4	46,6	20,2	11
201-Ocupações Escitório	H	1,1	43,2	27,4	24,7	2,1	8
	M	0,5	36,9	33,5	26,8	1,3	8
202-Viajantes e Similares	H	2,2	46,2	25,7	21,3	2,9	7
	M	2,4	63,6	18,4	9,2	3,2	6
302-Têxtil, exceto Rend.	H	13,3	79,5	2,1	0,3	-	3
	M	9,7	85,2	1,3	0,1	-	3
316-Comércio Estabelecido	H	8,0	71,8	10,4	3,5	0,2	4
	M	3,8	76,9	12,1	2,8	0,1	5
304-Cerz.Bord.Alf.Cost.	H	6,9	82,5	4,8	1,1	-	4
	M	7,3	83,8	3,1	0,6	-	3
311-Outras Ind. Transf.	H	13,3	76,4	4,1	1,3	0,1	3
	M	5,5	86,0	3,4	0,5	-	4
328-Cozinheiros e Garçons	H	15,2	73,9	3,5	0,5	-	3
	M	26,5	66,0	1,8	0,3	-	2
331-Port.Vigia,Serv.Asc.	H	21,7	68,5	3,5	0,5	-	3
	M	18,7	72,7	2,5	0,5	-	3
339-Empregados Domésticos	H	35,9	57,2	1,4	0,3	-	2
	M	32,8	61,0	0,8	0,1	-	2
T O T A L	H	13,0	62,7	9,6	7,4	2,8	5
	M	18,4	60,1	8,3	7,5	1,6	4

Fonte: Tabulação especial do FIBGE dos dados do Censo de 1970 para a Pesquisa sobre Mercado de Trabalho do DEPE, UNICAMP para o INPES-IPEA.

Entre as variáveis do lado da "oferta", ou seja entre as características pessoais dos trabalhadores, sem dúvida o nível educacional é o fator mais importante associado a variações salariais (1).

A grosso modo, dentro das ocupações, os trabalhadores distribuem-se por nível educacional seguindo uma correlação direta com o nível de renda (V. Tabela III-25) (2). Isto não permite entretanto supor qualquer relação de causalidade entre uma e outra característica.

Apesar de ser um fato conhecido, causa espanto comprovar que 80% das mulheres trabalhadoras nas metrópoles brasileiras e 75% dos homens empregados não têm sequer o primeiro grau completo. No outro extremo, menos de 3% dos homens e pouco mais que 1,5% das mulheres empregadas nas metrópoles conseguiram terminar um curso superior, em 1970 (V. Tabela III-25).

A conclusão do primeiro grau é efetuada com algum índice significativo apenas em quatro das ocupações listadas: Comércio estabelecido, viajantes e similares, ocupações de escritório e técnicos, administrativos e profissionais. Com o segundo grau completo só têm índice significativo as ocupações de escritório e os técnicos, administrativos e profissionais. Finalmente, só tem curso superior em percentagem expressiva os técnicos, administrativos e profissionais (V. Tabela III-25).

A diferença entre os sexos não é muito expressiva, sendo que as mulheres, de modo geral, têm um nível educacional um pouco mais baixo que os homens (refletido no total).

(1) Mais adiante tentaremos testar esta hipótese em uma análise de regressão incluindo variáveis pessoais e estruturais.

(2) As ocupações estão ordenadas por nível de renda. Isto será verificado na análise de regressão a ser apresentada no final deste capítulo.

A presença de professores do primeiro e segundo grau do sexo feminino é expressa pelo alto percentual de mulheres nas ocupações técnicas, administrativas e profissionais com 2º grau completo (escola normal ou cursos profissionalizantes que permitem a docência no 2º grau. A presença das professoras é tão massiva que chega a compensar a diferença em favor dos homens no nível superior, dando à mulher um número médio de anos de estudo maior que o dos homens. A maior presença masculina no nível superior, no entanto, é sem dúvida um dos fatores determinantes do diferencial de renda, tão pronunciado nas ocupações técnicas, administrativas e profissionais. (V. Tabela III-25).

Nas demais ocupações, não se pode dizer que há diferença expressiva no nível educacional entre os sexos. Nota-se uma grande homogeneidade no baixo nível educacional nas ocupações, à exceção das quatro apontadas. Elas representam cerca de 62% do emprego feminino (1).

Nota-se, além disso, que a partir da ocupação de cerzideiras, bordadeiras, alfaiates, costureiras, eleva-se o percentual dos trabalhadores sem educação, com o decréscimo do nível de renda, e reduz-se o dos que têm algum nível de educação, indicando que até o curso primário constitui-se em privilégio para boa parte dos trabalhadores, homens e mulheres.

Mas o que efetivamente os dados parecem indicar é uma certa independência do nível de salários com respeito ao nível educacional abaixo de determinado nível de renda. Pois não será um ou dois anos de diferença numa média de 4 anos de estudo que irá explicar a diverso nível de renda de dois grupos de ocupações.

Certamente isto tem algo a ver com o processo de simplificação do trabalho involucrado no desenvolvimento do capitalismo (conforme analisa Cláudio SALM (1980), página 72).

(1) As ocupações foram selecionadas de acordo com a sua representatividade no emprego feminino, razão pela qual não cabe aqui fazer a mesma relação para o emprego masculino.

"Na medida em que crescem os níveis de mecanização, a execução do processo vai utilizar operadores e auxiliares, dos quais se exige cada vez menos em termos de quaisquer atributos que se possa associar à qualificação, com exceção talvez da capacidade de ler ordens escritas ou desenhadas e de um comportamento que não coloque em risco a segurança de um equipamento caro e sofisticado". (cf. SALM (1980), página 73).

A educação formal é substituída pelo treinamento na própria indústria: "a adequação da mão-de-obra é basicamente um produto natural do próprio processo de trabalho, que é ao mesmo tempo, portanto, - processo de formação do trabalhador." (cf. SALM (1980), página 91).

Se alguma correlação ainda existe entre nível educacional e renda, esta se deve, em muitos casos, à prática consagrada de remunerar - esses títulos, sem que, na maioria das vezes, sua posse venha a representar uma diferença real de produtividade do trabalho por parte do seu possuidor. (cf. SALM (1980), páginas 49 e 50).

De qualquer forma, o pequeno diferencial - quando existente - entre os níveis educacionais por ocupação de homens e mulheres não justifica absolutamente o fato dos salários femininos serem consideravelmente mais baixos que os masculinos na mesma função. Se fosse verdade que tal diferença se devesse à menor educação formal da mulher, deveríamos ter salários mais elevados das mulheres nas ocupações em que seu nível educacional é mais alto, e o salário das mulheres nas ocupações em que ela apresenta maior nível de escolaridade deveria ser superior ao dos homens (e das mulheres) em outras ocupações cujo nível de educação seja inferior. Assim, por exemplo, as mulheres em ocupações de escritório deveriam ter salário médio pelo menos igual, senão superior ao dos homens na mesma função. Por outro lado, as mulheres que trabalham no comércio esta belelecido deveriam ter nível de renda mais elevado que os homens - trabalhadores na indústria têxtil, na ocupação de cerzideiras, bordadeiras, alfaiates e costureiras, em outras ocupações da indústria de transformação, que os cozinheiros e garçons, além dos porteiros,

vigias, serventes e ascensoristas homens, por ter maior nível educacional(V.Tabela III-25). Mas isto não ocorre(V.Tabela III-26 e III-20).

A variação do nível educacional entre as metrópoles das distintas regiões econômicas do país não justifica o grande desnível estabelecido entre os salários vigentes nessas cidades. (V. Tabela III - 26).

Na profissão de técnicos, administrativos e profissionais, engrossa o percentual de mulheres com nível de estudo de 2º grau e reduz-se a quantidade das mulheres com nível superior à medida que - passamos do Centro-Sul para o Norte-Nordeste. Isto reflete possivelmente a maior presença relativa de professoras primárias no Nordeste e a menor absorção de mulheres profissionais de nível superior, seja na docência do 2º grau, seja em atividades alternativas, devido ao menor nível de atividade econômica nessa região em relação ao Centro-Sul. (V. Tabela III-26).

É curioso observar que nas ocupações de escritório o nível de escolaridade formal aumenta à medida que passamos do Centro-Sul para o Nordeste, ao contrário do que ocorre com os salários. Isto indica possivelmente maior concorrência por essas funções nas empresas, - mas basicamente vem apoiar o ponto de vista já expresso, da ausência de relação causa - efeito imediata entre salários e escolaridade, apesar desta última ter influência na diferenciação salarial - dentro de uma função determinada, mas sem que isto reflita maior produtividade do trabalho mais qualificado do ponto de vista da educação formal. (V. Tabela III-26).

A diferença que se observa entre as metrópoles regionais, existe - de forma mais acentuada entre os níveis educacionais por ocupação para os três tamanhos de cidade que definimos: metrópoles, cidades grandes e médias.

Para os técnicos, administrativos e profissionais, cai o percentual de mulheres (e de homens) com nível superior, quando passamos das metrópoles para as cidades grandes e médias no eixo São Paulo e Rio e no Sul do País. No Nordeste caem as duas percentagens, do nível

Tabela III-26

NÍVEL DE ESCOLARIDADE POR SEXO NAS PRINCIPAIS METRÓPOLES POR REGIÕES - 1970 - PRINCIPAIS OCUPAÇÕES DAS MULHERES - ORDEM DECRESCENTE DA RENDA MÉDIA.

100 - TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS E PROFISSIONAIS							
OCUPAÇÕES/METRÓPOLES	SEXO	SEM EDUCAÇÃO	1º GRAU INCOMPLETO	1º GRAU COMPLETO	2º GRAU	ESCOLA SUPER.	ANOS ESTUDO
GRANDE SÃO PAULO	H	1,3	30,8	17,5	23,9	26,3	10
	M	0,6	22,1	13,0	44,6	19,8	10
GRANDE PORTO ALEGRE	H	0,5	26,6	22,7	26,4	21,7	10
	M	0,6	23,5	17,1	35,5	22,5	10
BELO HORIZONTE	H	0,5	24,3	17,0	27,6	30,6	11
	M	0,8	15,3	14,2	48,9	21,0	11
GRANDE RECIFE	H	1,3	24,2	19,3	28,0	24,8	10
	M	0,8	13,2	11,6	55,0	18,3	11
BELÉM	H	1,8	26,9	18,1	28,6	22,1	10
	M	0,8	19,0	14,2	46,9	17,7	11
201 - OCUPAÇÕES DE ESCRITÓRIO							
GRANDE SÃO PAULO	H	1,4	50,1	24,9	21,7	1,7	7
	M	0,6	42,5	32,6	23,3	0,9	8
GRANDE PORTO ALEGRE	H	0,4	35,2	32,4	27,5	2,1	9
	M	0,4	32,1	39,9	24,6	1,0	8
BELO HORIZONTE	H	0,4	41,0	28,3	28,8	1,5	8
	M	0,1	35,5	29,6	33,8	1,0	9
GRANDE RECIFE	H	2,0	38,0	26,8	27,8	2,0	8
	M	0,7	30,0	26,8	37,9	2,1	9
BELÉM	H	0,8	39,4	27,3	26,7	1,7	8
	M	0,4	30,6	27,5	37,5	0,8	9
202 - VIAJANTES E SIMILARES							
GRANDE SÃO PAULO	H	2,7	49,4	23,5	21,1	2,9	7
	M	2,9	66,9	17,0	9,8	3,0	6
GRANDE PORTO ALEGRE	H	0,8	41,6	31,7	20,5	3,0	8
	M	0,9	60,1	23,3	8,4	3,1	7
BELO HORIZONTE	H	1,1	51,2	25,8	20,1	1,7	7
	M	1,5	64,7	20,3	10,0	3,1	6
GRANDE RECIFE	H	3,5	41,1	27,9	22,2	1,7	7
	M	4,4	65,4	11,8	8,2	2,9	6
BELÉM	H	1,8	52,6	23,9	15,4	1,2	7
	M	1,8	65,5	20,6	4,1	2,8	6

CONTINUAÇÃO DA TABELA III-26

302 - TÊXTIL, EXCETO RENDEIRAS E REDEIROS							
OCUPAÇÕES/METRÓPOLES	SEXO	SEM EDUCA- ÇÃO	1º GRAU INCOM- PLETO	1º GRAU COMPLE- TO.	2º GRAU	ESCOLA SUPER.	ANOS ESTUDO
GRANDE SÃO PAULO	H	12,8	83,7	2,1	0,4	-	3
	M	8,6	88,9	1,2	0,1	-	3
GRANDE PORTO ALEGRE	H	6,1	76,9	1,6	0,8	-	4
	M	3,4	81,3	4,9	1,0	-	4
BELO HORIZONTE	H	6,5	90,4	1,5	0,6	-	3
	M	2,3	94,0	3,7	-	-	3
GRANDE RECIFE	H	25,5	62,5	1,2	0,1	-	2
	M	24,8	60,8	1,1	0,5	-	2
BELEM	H	1,7	72,0	2,3	-	-	4
	M	6,3	77,4	0,9	-	-	3
GRANDE SÃO PAULO	H	8,2	78,3	8,8	3,5	0,2	4
	M	3,7	84,9	8,3	2,3	0,2	4
GRANDE PORTO ALEGRE	H	3,5	65,0	18,0	4,6	0,1	5
	M	2,7	69,0	20,1	2,6	0,2	6
BELO HORIZONTE	H	3,5	81,6	11,2	3,2	0,2	5
	M	3,0	84,2	10,0	2,4	-	5
GRANDE RECIFE	H	17,1	59,6	10,7	3,7	0,1	4
	M	7,4	67,4	12,6	4,6	0,1	5
BELEM	H	5,9	66,6	10,6	3,9	-	5
	M	2,7	63,9	20,1	4,1	-	6
GRANDE SÃO PAULO	H	7,5	85,9	4,4	1,3	-	4
	M	7,5	88,0	2,6	0,5	0,1	3
GRANDE PORTO ALEGRE	H	4,6	76,0	8,9	1,3	-	4
	M	6,3	76,8	3,8	0,8	-	4
BELO HORIZONTE	H	4,7	88,7	4,7	1,9	-	4
	M	4,4	89,9	5,0	0,9	-	4
GRANDE RECIFE	H	10,8	75,7	2,8	-	-	3
	M	13,6	68,3	3,5	0,3	-	3
BELEM	H	6,7	67,2	6,1	-	-	4
	M	6,2	78,9	2,5	1,3	-	4

Fonte: Tabulação especial do FIBGE dos dados do Censo de 1970 para a Pesquisa sobre Mercado de Trabalho do DEPE, UNICAMP para o INPES-IPEA.

superior e do 2º grau completo, indicando ser a conclusão do primeiro grau suficiente para o acesso a vários cargos administrativos e similares para cerca da metade do pessoal nessa ocupação. (V. Tabela III-27).

Em Pôrto Alegre e nas cidades grandes do Sul o maior nível educacional das mulheres nessas funções é incontestável, pois sua parcela de pessoal de nível superior é maior que a dos homens. (V. Tabela III-27).

Nas ocupações de escritório as mulheres são mais bem preparadas (pela educação formal) que os homens nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro e Nordeste, independente do tamanho da cidade. Em geral, nas várias ocupações, o nível educacional cai, para ambos os sexos, quando passamos da metrópole para as cidades de menor porte. Essa diferença é maior no Nordeste que no eixo São Paulo-Rio de Janeiro.

Por último, é interessante notar que o pessoal ocupado no comércio estabelecido tem maior nível educacional que aquele empregado na indústria têxtil, sendo que as mulheres comerciárias auferiam renda menor que as operárias dessa indústria, em 1970. Os comerciários recebem salários apenas superiores aos operários têxteis e inferiores aos homens trabalhando no grupo de ocupações sob a denominação de cerzideiras, bordadeiras, alfaiates e costureiras, sendo, no entanto muito mais preparados do ponto de vista da educação formal, que estes artesãos. (V. Tabela III-27 e Tabela III-20, última coluna, dados de renda média por sexo por ocupação).

Trata-se de mais um exemplo da não equivalência entre nível de educação e salários pagos, cuja determinação escapa do controle dos trabalhadores, conforme já dissemos (1).

(1) Sobre a determinação dos salários v. SOUZA (1980).

Tabela III-27

NÍVEL DE ESCOLARIDADE POR SEXO POR TAMANHO DE CIDADE E POR REGIÃO-1970

100 - TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS E PROFISSIONAIS							
OCUPAÇÕES/METRÓPOLES	SEXO	SEM EDUCAÇÃO	1º GRAU INCOMPLETO	1º GRAU	2º GRAU	E.S.	ANOS
GRANDE SÃO PAULO	H	1,3	30,8	17,5	23,9	26,3	10
	M	0,6	22,1	13,0	44,6	19,8	10
CIDADES GDES SP/RJ	H	1,5	37,5	16,9	22,5	20,4	9
	M	0,7	17,6	13,8	55,3	11,8	10
CIDADES MÉDIAS SP/RJ	H	2,3	42,5	15,6	22,6	18,4	8
	M	-	20,2	12,3	56,2	11,2	10
GRANDE PORTO ALEGRE	H	0,5	26,6	22,7	26,4	21,7	10
	M	0,6	23,5	17,1	35,5	22,5	10
CIDADES GRANDES SUL	H	2,1	39,6	17,6	22,8	15,3	9
	M	1,5	21,5	16,5	40,6	18,8	10
CIDADES MÉDIAS SUL	H	1,4	41,5	20,2	19,6	15,0	8
	M	-	27,5	19,1	43,4	9,0	10
GRANDE RECIFE	H	1,3	24,2	19,3	28,0	24,8	10
	M	0,8	13,2	11,6	55,0	18,3	11
CIDADES GDES. NORDESTE	H	2,7	31,8	18,7	24,4	19,6	9
	M	0,9	18,7	16,2	50,5	13,1	10
CIDADES MÉDIAS NORDESTE	H	9,6	40,7	12,2	20,7	12,1	7
	M	2,2	24,4	17,5	44,5	8,3	9
201 - OCUPAÇÕES DE ESCRITÓRIO							
GRANDE SÃO PAULO	H	1,4	50,1	24,9	21,7	1,7	7
	M	0,6	42,5	32,6	23,3	0,9	8
CIDADES GRANDES SP/RJ	H	1,2	48,4	25,2	22,3	1,3	7
	M	0,5	43,1	31,6	23,2	0,6	8
CIDADES MÉDIAS SP/RJ	H	1,1	46,1	25,9	25,0	1,0	8
	M	0,1	41,4	31,3	25,7	0,4	8
GRANDE PORTO ALEGRE	H	0,4	35,2	32,4	27,5	2,1	9
	M	0,4	32,1	39,9	24,6	1,0	8
CIDADES GRANDES SUL	H	0,9	37,8	30,4	26,2	2,5	8
	M	0,6	38,6	35,4	23,3	0,7	8
CIDADES MÉDIAS SUL	H	0,9	41,9	31,0	23,1	1,7	8
	M	0,9	43,7	35,0	18,4	0,8	8
GRANDE RECIFE	H	2,0	38,0	26,8	27,8	2,0	8
	M	0,7	30,0	26,8	37,9	2,1	9
CIDADES GDES. NORDESTE	H	2,1	37,0	27,5	29,1	1,8	8
	M	0,8	36,9	28,5	30,3	1,2	8
CIDADES MÉDIAS NORDESTE	H	3,0	38,1	27,0	26,3	1,8	8
	M	1,6	36,4	29,9	27,5	0,2	8

CONTINUAÇÃO DA TABELA III-27

202 - VIAJANTES E SIMILARES							
OCUPAÇÕES/METRÓPOLES	SEXO	SEM EDUCAÇÃO	1º GRAU INCOMPLETO	1º GRAU	2º GRAU	E.S.	ANOS
GRANDE SÃO PAULO	H	2,7	49,4	23,5	21,1	2,9	7
	M	2,9	66,9	17,0	9,8	3,0	6
CIDADES GDES SP/RJ	H	2,6	54,7	21,1	17,8	1,5	7
	M	3,2	73,7	13,7	5,0	1,4	5
CIDADES MÉDIAS SP/RJ	H	3,4	64,6	18,0	12,0	1,0	6
	M	2,8	78,0	12,8	5,0	0,5	5
GRANDE PORTO ALEGRE	H	0,8	41,6	31,7	20,5	3,0	8
	M	0,9	60,1	23,3	8,4	3,1	7
CIDADES GRANDES SUL	H	3,0	55,3	24,4	13,5	1,6	7
	M	4,7	62,3	19,6	5,2	4,1	6
CIDADES MÉDIAS SUL	H	1,6	61,0	23,1	10,2	1,2	6
	M	2,9	72,6	16,7	3,7	1,5	5
GRANDE RECIFE	H	3,5	41,1	27,9	22,2	1,7	7
	M	4,4	65,4	11,8	8,2	2,9	6
CIDADES GDES. NORDESTE	H	6,8	47,5	24,9	15,6	1,3	7
	M	5,8	67,3	15,7	4,1	1,2	5
CIDADES MÉDIAS NORDESTE	H	13,5	58,0	13,6	8,2	-	5
	M	6,3	72,7	9,9	2,5	-	4
302 - TÊXTIL, EXCETO RENDEIRAS E REDEIROS							
GRANDE SÃO PAULO	H	12,8	83,7	2,1	0,4	-	3
	M	8,6	88,9	1,2	0,1	-	3
CIDADES GRANDES SP/RJ	H	9,6	83,7	1,6	0,3	-	3
	M	6,7	88,3	1,2	0,1	-	3
CIDADES MÉDIAS SP/RJ	H	6,8	87,4	2,2	0,2	-	3
	M	3,8	90,2	2,1	0,4	-	3
GRANDE PORTO ALEGRE	H	6,1	76,9	1,6	0,8	-	4
	M	3,4	81,3	4,9	1,0	-	4
CIDADES GRANDES SUL	H	9,1	76,9	2,2	0,5	-	4
	M	4,0	81,0	3,4	-	-	4
CIDADES MÉDIAS SUL	H	4,3	91,6	2,5	0,2	-	3
	M	3,6	93,4	1,5	0,2	-	3
GRANDE RECIFE	H	25,5	62,5	1,2	0,1	-	2
	M	24,8	60,8	1,1	0,5	-	2
CIDADES GDES. NORDESTE	H	34,5	57,9	1,7	-	-	2
	M	32,7	61,7	0,9	-	-	2
CIDADES MÉDIAS NORDESTE	H	32,8	57,8	-	-	-	2
	M	35,6	54,1	-	-	-	2

CONTINUAÇÃO DA TABELA III-27

316 - COMÉRCIO ESTABELECIDO							
OCUPAÇÕES/METRÓPOLES	SEXO	SEM EDUCAÇÃO	1º GRAU INCOMPLETO	1º GRAU	2º GRAU	E.S.	ANOS
GRANDE SÃO PAULO	H	8,2	78,3	8,8	3,5	0,2	4
	M	3,7	84,9	8,3	2,3	0,2	4
CIDADES GDES SP/RJ	H	7,0	76,6	7,1	1,9	0,1	4
	M	3,2	80,5	9,7	2,3	0,1	5
CIDADES MÉDIAS SP/RJ	H	5,8	80,7	7,4	2,3	0,1	4
	M	2,3	77,4	14,0	3,7	-	5
GRANDE PORTO ALEGRE	H	3,5	65,0	18,0	4,6	0,1	5
	M	2,7	69,0	20,1	2,6	0,2	6
CIDADES GRANDES SUL	H	7,4	69,5	13,2	3,0	0,2	5
	M	2,6	69,2	19,3	3,4	0,1	6
CIDADES MÉDIAS SUL	H	5,3	75,4	11,0	2,6	0,1	4
	M	3,0	75,6	14,7	2,0	0,1	5
GRANDE RECIFE	H	17,1	59,6	10,7	3,7	0,1	4
	M	7,4	67,4	12,6	4,6	0,1	5
CIDADES GDES. NORDESTE	H	17,4	61,3	10,7	3,1	0,1	4
	M	9,6	65,7	14,7	3,4	0,1	5
CIDADES MÉDIAS NORDESTE	H	22,3	59,3	8,3	1,8	-	3
	M	12,0	60,4	15,8	3,9	-	5
304 - CERZIDEIRAS, BORDADEIRAS, ALFAIATES E COSTUREIRAS							
GRANDE SÃO PAULO	H	7,5	85,9	4,4	1,3	-	4
	M	7,5	88,0	2,6	0,5	0,1	3
CIDADES GRANDES SP/RJ	H	5,8	85,8	2,9	0,8	-	4
	M	6,5	84,0	3,0	0,3	-	4
CIDADES MÉDIAS SP/RJ	H	3,1	89,2	2,7	1,1	-	4
	M	5,3	85,5	4,5	0,9	-	4
GRANDE PORTO ALEGRE	H	4,6	76,0	8,9	1,3	-	4
	M	6,3	76,8	3,8	0,8	-	4
CIDADES GRANDES SUL	H	8,3	79,1	4,9	1,8	-	4
	M	7,3	76,6	4,4	0,3	-	4
CIDADES MÉDIAS SUL	H	6,2	85,7	4,0	-	-	4
	M	3,0	91,4	2,7	-	-	4
GRANDE RECIFE	H	10,8	75,7	2,8	-	-	
	M	13,6	68,3	3,5	0,3	-	3
CIDADES GDES. NORDESTE	H	10,4	75,4	4,4	1,3	-	3
	M	16,4	66,4	2,5	0,8	-	3
CIDADES MÉDIAS NORDESTE	H	30,9	60,1	2,8	-	-	2
	M	28,9	56,3	3,2	-	-	2

Fonte: Tabulação Especial do FIBGE para a Pesquisa de Trabalho do DE PE, UNICAMP para o INPES-IPEA, com dados do Censo de 1970.

c) A IDADE DOS TRABALHADORES

Há uma diferença grande entre o comportamento das curvas de idade da mão-de-obra masculina e feminina. Isto reflete basicamente a diferente forma de inserção das trabalhadoras no mercado de trabalho. A média da idade das mulheres é quase sempre inferior à masculina nas várias ocupações mais importantes da mão-de-obra feminina. Não se notam diferenças significativas na média das idades por ocupação entre as metrópoles regionais ou mesmo entre os três tamanhos de cidade. (V. Tabela III -28).

Mais importante que a média das idades é a distribuição dos trabalhadores por faixa etária, para o estudo da mão-de-obra feminina. Isto porque os estudos para os países desenvolvidos sustentam em geral que a mulher tem dois ciclos vitais em relação ao mercado de trabalho. Primeiro, ela entra ainda solteira, geralmente com idade inferior àquela em que os homens começam a trabalhar. Quando a mulher se casa, usualmente abandona o trabalho para cuidar dos filhos e dedicar-se a tarefas domésticas. Esta é uma atitude mais ou menos generalizada nas trabalhadoras. É comum elas voltarem a trabalhar quando os filhos já cresceram um pouco de tal forma que os maiores possam cuidar dos menores e inclusive auxiliar nos trabalhos domésticos. Entre nós isso ocorre normalmente na ocupação de empregadas domésticas: "A grande maioria das meninas de 10-14 anos que estão na População Economicamente Ativa trabalham como empregadas domésticas. Em cinco das nove Regiões Metropolitanas (não está incluída Brasília), mais de 80% dessas adolescentes estão em serviços domésticos; a proporção atinge pelo menos 70% em outras três Regiões Metropolitanas e em São Paulo, 52%. Estas percentagem tendem a diminuir rapidamente no grupo de 15-19 anos e novamente no de 20-29 anos" MARTINE & PELIANO (1978). Já no intervalo de 30-39 anos de idade a redução da participação do emprego doméstico na População Economicamente Ativa feminina" é bem mais lenta, tendendo a se estabilizar. A tendência se inverte a partir do grupo seguinte de 40-64 anos, quando a proporção de domésticas aumenta

MÉDIA DA IDADE DOS TRABALHADORES EMPREGADOS, POR SEXO, NAS METRÓPOLES E NAS CIDADES GRANDES E MÉDIAS POR REGIÃO - 1970.

CÓDIGO	O C U P A Ç Õ E S		GRANDE SÃO PAULO	GRANDE PORTO ALEGRE	BELO HORIZON TE.	CIDADE RECIFE	BELEM	TOTAL METRÓPO LES.	CIDADE GRANDES RJ - SP	CIDADE MÉDIA RJ - SP	CIDADE GRANDES SUL	CIDADE MÉDIA SUL	CIDADE GRANDES NORDESTE	CIDADE MÉDIA NORD.
100	Técnicos, Admin. Profis.	H	36	36	35	36	35	36	35	36	35	36	34	37
		M	31	32	31	30	32	31	29	30	31	31	30	31
201	Ocupações de Escrit.	H	27	28	27	30	30	28	28	27	27	27	29	28
		M	24	27	26	27	27	26	24	23	24	25	6	25
202	Viajantes e Similares	H	35	34	34	34	32	35	34	34	35	34	33	34
		M	31	31	31	30	31	32	30	29	29	29	28	27
302	Têxtil, Exc. Rend. Red.	H	29	32	28	30	25	30	30	27	30	28	29	30
		M	26	28	27	30	27	27	25	24	28	25	32	27
316	Comércio Estabelecido	H	28	28	26	28	29	28	27	26	28	28	27	27
		M	24	26	23	25	25	25	23	22	24	25	25	25
304	Cerz. Bord. Cost. Alf.	H	33	35	32	40	34	35	35	33	33	31	34	30
		M	26	33	28	29	30	27	26	25	29	25	30	29
311	Outras Ind. Transf.	H	30	30	27	29	31	30	30	30	30	31	28	27
		M	22	28	22	25	30	23	22	21	28	26	23	23
328	Cozinheiros e Garçons	H	32	32	29	32	32	32	32	31	30	28	30	28
		M	34	34	31	30	30	34	32	32	32	31	29	28
331	Port. Vig. Serv.	H	33	33	31	33	34	33	34	34	33	34	33	32
		M	33	34	33	32	32	33	32	31	33	30	31	30
339	Empregados Domésticos	H	35	33	28	25	29	30	34	34	28	28	24	23
		M	28	28	31	26	24	27	26	24	25	25	24	24

Fonte: Tabulação Especial do FIBGE dos dados do Censo de 1970 para a Pesquisa sobre Mercado de Trabalho do DEPE, UNICAMP para o INPES - IPEA.

em quase todos os grupos populacionais. Das mulheres que se mantêm na População Economicamente Ativa, depois dos 65 anos (estas constituem apenas cerca de 1% da População Economicamente Ativa feminina em cada Região Metropolitana), a proporção de empregadas domésticas volta a níveis perto de 50% na maioria das cidades" (MARTINE & PELIANO (1978), página 44) (V. Tabela III-29).

"Com relação à idade, é interessante notar que a participação relativa feminina nos serviços domésticos se assemelha a uma curva tipo "J" invertido. Ou seja, a proporção é maior entre os adolescentes, diminui rapidamente nos grupos etários intermediários e volta a subir nas idades mais avançadas" (V. MARTINE & PELIANO (1978), página 43).

Esta tendência, no entanto, não se verifica para as demais ocupações, a diferença sobretudo do verificado nos Estados Unidos, onde havia uma situação de escassez de mão-de-obra. Por esse motivo, a curva da taxa de atividade feminina não mostra esses dois ciclos, e se diferencia da curva masculina pelo fato de a maior taxa verificar-se no intervalo de 20 a 29 anos, quando para os homens o pico está entre os 30 e 39 anos de idade (V. Tabela III-30). Dada essa situação de oferta abundante de mão-de-obra, o sistema econômico não precisa utilizar o estoque acumulado de trabalhadores, bastando-lhe utilizar o fluxo de novos trabalhadores (cf. SOUZA (1980)).

Duas podem ser as explicações desse tipo de comportamento. A primeira é que naturalmente nas faixas de renda familiar mais elevadas reduz-se consideravelmente o percentual de mulheres que procuram voltar ao mercado de trabalho mesmo após os filhos terem crescido e mesmo que contem com ajuda de empregadas domésticas que as liberariam desse tipo de trabalho para exercerem outras atividades. Certamente encontram opções mais agradáveis e mais flexíveis ao ócio quando a atividade remunerada da mulher não faz falta no orçamento familiar. Além do fato do cuidado com os filhos prolongar-se por maior tempo e exigir outra qualidade que não pode ser transferida para as empregadas

Tabela III-29

PARTICIPAÇÃO (%) DO EMPREGO DOMÉSTICO NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA.
FEMININA TOTAL POR IDADE-REGIÕES METROPOLITANAS - 1970.

GRUPOS DE IDADE

REGIÕES METROPOLITANAS	10-14	15-19	20-29	30-39	40-64	65e+	TOTAL
São Paulo	52	35	27	30	32	44	31
Rio de Janeiro	82	61	37	33	37	50	41
Belo Horizonte	82	67	40	33	38	50	45
Porto Alegre	70	51	28	24	27	45	32
Curitiba	73	52	30	23	23	34	33
Recife	88	68	40	39	42	57	47
Salvador	88	77	44	34	36	48	46
Fortaleza	73	59	33	26	32	49	37
Belém	92	75	37	28	34	54	42

Fontes: FIBGE, Tabulações Especiais, e MINTER, Programa de Migrações.

Extraído de: MARTINE & PELIANO (1978).

TAXAS DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO E GRUPOS DE IDADE - 1970.

GRUPOS DE IDADE	TAXA ATIVID. FEMININA (%)	TAXA ATIVID. MASCULINO (%)
10 a 19 anos	14,8	38,8
20 a 29 anos	26,1	90,8
30 a 39 anos	20,9	96,2
40 a 49 anos	19,8	93,9
50 a 59 anos	15,4	85,3
60 a 69 anos	10,1	68,1
70 anos e mais	4,7	40,4
T O T A L	18,5	71,8

Fonte: Censo Demográfico 1970, DEISO, FIBGE, in "Indicadores Sociais - Tabelas Seleccionadas 1979 - página 29 - FIBGE.

domésticas, como por exemplo a ajuda da mãe para aumentar o rendimento escolar dos filhos. Mas existe outro fator. Certamente é difícil à mulher com alguma especialização, que deixou de trabalhar depois do casamento, voltar a ocupar um posto semelhante. Por um lado perdeu o contato com o mercado de trabalho e perdeu também em currículo, frente às novas levas de trabalhadores que não interromperam sua carreira profissional.

E ainda não tocamos nos aspectos de juízo subjetivo dos empregadores, que levam à discriminação da mulher no mercado de trabalho. Essa discriminação não é apenas relativa aos salários pagos às trabalhadoras, inferior ao dos homens. Mas é principalmente na exclusão da possibilidade da mulher casada participar do mercado de trabalho. e mesmo de sua dispensa quando decide casar-se.

Todos esses fatores, conhecidos e já discutidos aqui, refletem-se numa estrutura etária das mulheres trabalhadoras mais jovem que a dos homens.

Esta maior juventude das trabalhadoras em relação a seus parceiros reflete também o tipo de função que a mulher é chamada a ocupar no mercado de trabalho. O grande peso das ocupações de escritório na População Economicamente Ativa feminina certamente tem algo que ver com a faixa etária em que ocorre o pico da atividade feminina. Nas funções de secretaria a juventude, além de outras características estritamente pessoais, são credenciais importante para o acesso ao mercado de trabalho, não ocorrendo o mesmo com os homens.

A idade está positivamente correlacionada com a experiência profissional e por esse motivo é incluída como variável explicativa do desnível de renda (1).

(1) Paulo VIEIRA DA CUNHA e Regis BONELLI afirmam que "as variáveis de idade são incluídas por sua importância como indicadores de experiência e qualificação profissional não-formal, como por refletirem os aspectos relacionados ao ciclo de vida dos trabalhadores". (V. VIEIRA DA CUNHA & BONELLI(1978), pags 142 e 143).

No entanto, no caso das mulheres, ainda que possa existir essa relação, os demais fatores aqui apontados fazem com que essa correlação seja às vezes negativa a partir dos 30 anos aproximadamente. (V. Tabela III-31). Esta diferença de comportamento é um produto da situação do mercado de trabalho principalmente, no caso da mulher. É a forma de inserção da mulher nesse mercado, dada pela demanda - condicionada por fatores estruturais, ideológicos, sociais, que determina sua limitação a poucas ocupações de menor nível de rendimento e que determina também que ela se retire mais cedo da atividade - produtiva, muitas vezes contra sua vontade.

POSICIONAMENTO RELATIVO (RANKING) DE RENDA DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA FEMININA POR IDADE E LUGAR DE PROCEDÊNCIA DOS MIGRANTES NAS RM DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO - 1970.^a

SÃO PAULO

FAIXAS DE IDADE	ESTADO DE SP	RESTO DO SU-DESTE	SUL	NORTE	NORDESTE.	CENTRO-OESTE	NATURAIS
10 a 19 anos	3	6	3	2	6	5	1
20 a 29 anos	4	6	5	3	7	2	1
30 a 39 anos	4	6	5	2	7	1	3
40 anos e mais	4	6	5	2	7	1	3
T O T A L	3	6	5	2	7	1	3

RIO DE JANEIRO

FAIXAS DE IDADE	ESTADO DO RJ	RESTO DO SU-DESTE	SUL	NORTE	NORDESTE.	CENTRO-OESTE	NATURAIS
10 a 19 anos	5	5	2	1	4	5	4
20 a 29 anos	5	5	3	2	5	1	4
30 a 39 anos	7	6	3	2	5	1	4
40 anos e mais	6	6	3	2	5	1	3
T O T A L	6	6	3	2	5	1	4

Fonte: FIBGE, Tabulações Especiais, e MINTER, Programa de Migrações.

a) A Tabela exclui estrangeiros e brasileiros naturalizados, assim como a população com renda ou origem não declarada.

Extraído de: "Migrantes no Mercado de Trabalho Metropolitano", IPEA, 1978, Brasília, de MARTINE & PELIAND, página 78.

Nota: O trabalho versa sobre migração, o que faz com que a Tabela se refira mais ao aspecto migração que à idade. Para nossos objetivos, no entanto, ajuda a evidenciar a correlação negativa com a renda por parte dos naturais de São Paulo e dos migrantes provenientes do Estado de São Paulo e do Sul. No Rio de Janeiro a correlação da idade com a renda são é positiva no caso das naturais e das migrantes do Centro-Oeste.

b) A INFLUENCIA DAS MIGRAÇÕES

Uma característica fundamental do processo de industrialização é a de uma urbanização crescente. No entanto, este fenômeno não se dá de maneira uniforme, senão que tende a concentrar-se nas grandes aglomerações urbanas (1). Isto ocorre principalmente nos processos de crescimento acelerado da indústria e decorre de certas vantagens que a industrialização incipiente auferir com a localização das plantas num espaço físico limitado, podendo assim estar próxima das fábricas provedoras ou consumidoras e do mercado consumidor de bens finais.

A isto é que se convencionou chamar crescimento polarizado da economia, que tem como consequência imediata a nível demográfico o fato de provocar migrações internas das populações localizadas em regiões não favorecidas pela industrialização. Concordamos, assim, com MARTINE & PELIANO, em que "Os movimentos migratórios são estruturalmente moldados pelas transformações econômicas da sociedade, produzidas pelo processo de acumulação do capital que penetra e se reproduz em espaços diferenciados de forma desigual". (MARTINE & PELIANO (1978), página 6).

Como resultado desse movimento migratório, em 1970 os migrantes constituíam a maior parte (61,7%) da População Economicamente Ativa das nove Regiões Metropolitanas do País. Por outro lado, essas nove metrôpoles concentravam mais da metade (51,6%) da População Economicamente Ativa urbana do País na mesma data (2).

Acresce-se que a taxa de atividade dos migrantes é consideravelmente mais elevada que a dos naturais, nas metrôpoles, segundo os estudos de MARTINE & PELIANO, por incluir maior percentagem de jovens e pelo fato

(1) Os dados censitários indicam maiores taxas de crescimento nas cidades de maior porte que nas menores.

(2) MARTINE & PELIANO, (1978), página 10, Tabela I-1 e Censo Demográfico de 1970.

dos jovens migrantes frequentarem escola em menor número que os naturais, conforme argumentam esses autores (cf. MARTINE & PELIANO (1978), páginas 11 a 19).

Em relação à diferença de inserção no mercado de trabalho entre migrantes e naturais no conjunto das regiões metropolitanas, os autores revelam que: "Por um lado os naturais predominam em atividades de escritório, enquanto os migrantes estão desproporcionalmente representados, em ordem decrescente, na construção civil, nos serviços não qualificados e entre proprietários de nível médio (especialmente comerciantes). Por outro lado, a representação dos migrantes tende a variar positivamente com o tempo de residência entre proprietários de nível médio e nas atividades do setor de transportes e comunicações, principalmente motoristas; ao inverso, diminui progressivamente com o tempo de residência na construção civil, especialmente entre serventes de pedreiro. Vale ressaltar que esta última ocupação desempenha um papel importante na absorção de migrantes recentes em todos os grupos etários". (cf. MARTINE & PELIANO (1978), página 49. Grifo no original).

Este é um padrão válido para os migrantes homens. A população feminina migrante é marcada principalmente pela grande predominância do emprego doméstico como ocupação. Isto faz com que as empregadas domésticas representem 38% da População Economicamente Ativa feminina, migrante em Salvador, quando a População Economicamente Ativa das naturais nessas metrópoles contém respectivamente 18%, 27% e 37% de empregadas domésticas (V. Tabela III-32). A porta de entrada das mulheres nas cidades é o emprego doméstico.

Sendo portanto uma característica que desempenha um papel importante na participação na estrutura ocupacional das metrópoles, tal como vimos, a migração não deixa de ter, nessa mesma medida, uma certa influência sobre o nível de renda. Em outras palavras, essa série de componentes estruturais que a mão-de-obra migrante carrega consigo, como o nível educacional, a capacidade e experiência profissional, a estrutura etária

Tabela III-32

PARTICIPAÇÃO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
FEMININA TOTAL POR STATUS MIGRATÓRIO: REGIÕES METROPOLITANAS-1970

MIGRANTES POR TEMPO DE RESIDÊNCIA.

REGIÕES METROPOLITANAS	0-2 ANOS	3-5 ANOS	6-10 ANOS	11 e + ANOS	TOTAL	NÃO MIGR.
SÃO PAULO	54	46	37	28	38	18
RIO DE JANEIRO	68	61	52	41	50	27
BELO HORIZONTE	65	57	48	37	48	36
PORTO ALEGRA	51	40	31	26	34	28
CURITIBA	56	48	34	26	38	26
RECIFE	69	58	50	42	53	40
SALVADOR	75	68	55	41	56	37
FORTALEZA	64	47	36	29	41	33
BELEM	74	63	45	40	52	37

Fonte: FIBGE, Tabulações Especiais, e MINTER, Programa de Migrações.

Estratido de: MARTINE & PELIANO (1978)

mais jovem, e outras não mensuráveis, pode ser involucrada numa variável a que chamamos "migração".

No item seguinte trataremos de medir, entre outras, a influência do número de migrantes como percentagem da População Economicamente Ativa de uma ocupação sobre o nível de renda média da mesma.

Nas ocupações de escritório, ensino primário e balconistas, no grupo dos profissionais, técnicos auxiliares e comerciantes de nível médio e nas ocupações nas indústrias têxtil, couro e vestuário, que constituem os três agrupamentos que se seguem às empregadas domésticas na absorção de mão-de-obra feminina (na classificação de MARTINE & PELIANO), o percentual dessas ocupações na População Economicamente Ativa migrante é crescente com o tempo de residência nas metrópoles, sendo inferior ao percentual de cada ocupação na População Economicamente Ativa das naturais. (cf. MARTINE & PELIANO (1978), - página 81.

É interessante notar, que quando se observa a influência do fator "migração" na diferenciação da renda, ela não tem o mesmo peso para os dois sexos. Possivelmente devido à importância do emprego doméstico entre as mulheres migrantes, esse fator tende a afastar muito mais a renda dos migrantes e não migrantes mulheres do que ocorre com os homens (V. Tabela III-33).

Certamente essa diferença é tanto maior quanto mais recentes os migrantes são. Isto porque, no caso das mulheres, a População Economicamente Ativa das migrantes com até dois anos de residência continha 54% de empregadas domésticas em São Paulo, 68% no Rio de Janeiro e 75% em Salvador em 1970. (V. Tabela III-32). Estas cifras caem com o tempo de residência.

Portanto, este é mais um fator que concorre para o maior afastamento entre as rendas por sexo. Poder-se-ia afirmar, portanto, que a maior presença de migrantes numa ocupação ou em um município, é um fator que agrava os diferenciais de renda entre os sexos. Na verdade, este resultado é o produto da combinação das diferenças estruturais do mercado de trabalho (que circunscrevem as oportunidades de trabalho das mulheres a umas poucas ocupações mal remuneradas)

RENDA (%) DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA MASCULINA E FEMININA POR CONDIÇÃO MIGRATÓRIA : REGIÕES METROPO-
LITANAS - 1970 - EMPREGADOS.

RENDIMENTOS MENSAIS E CONDIÇÃO MIGRATÓRIA	SAO PAULO		RIO DE JANEIRO		BELO HO- RIZONTE		PORTO ALEGRE		CURITIBA		RECIFE		SALVADOR		FORTALEZA		BELEM	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1 A 100 - MIGRANTES	3,1	20,6	2,8	27,4	6,1	49,6	3,0	29,7	4,6	33,4	10,3	59,7	6,1	59,7	17,9	57,7	6,1	58,2
1 A 100 - NÃO MIGRANTES	6,1	16,7	4,6	20,4	11,1	39,8	6,4	26,5	9,8	27,7	13,4	46,3	7,7	38,8	33,8	55,5	6,7	38,6
101 A 200 - MIGRANTES	25,5	41,8	31,4	39,8	38,5	25,1	33,7	38,9	29,0	35,1	42,9	20,0	43,0	19,7	45,3	27,7	43,3	23,4
101 A 200 - NÃO MIGRANTES	22,5	33,1	28,4	28,2	40,4	31,8	37,8	37,5	35,2	37,5	48,3	30,3	44,5	31,3	39,5	28,7	47,2	38,0
201 A 500 - MIGRANTES	45,6	28,1	41,9	23,2	37,4	19,7	41,9	24,7	44,3	24,6	30,0	15,0	30,7	14,0	23,6	10,8	32,3	10,1
201 A 500 - NÃO MIGRANTES	38,0	35,4	39,4	36,0	33,5	22,7	35,4	28,5	38,1	28,5	27,4	18,3	31,1	21,7	17,6	12,0	32,5	17,3
501 A 1000 - MIGRANTES	17,2	7,7	14,3	6,9	10,0	4,3	13,0	5,5	12,7	5,5	8,6	4,0	10,6	4,8	7,5	2,7	10,0	2,6
501 A 1000-NÃO MIGRANTES	20,4	11,7	16,4	11,5	9,0	4,7	12,5	6,1	10,6	4,8	6,5	3,9	10,5	6,3	5,3	2,9	8,9	4,8
1000 E MAIS - MIGRANTES	8,0	2,4	9,6	2,8	7,9	1,4	8,4	1,3	9,3	1,5	8,1	1,3	9,7	1,8	5,7	1,1	8,3	0,7
1000 E MAIS-NÃO MIGRANTES	12,1	3,1	11,2	4,0	5,9	1,0	8,0	1,3	6,3	1,5	4,4	1,2	6,3	2,0	3,8	0,9	4,7	1,3

Fonte: FIBGE, Tabulações Especiais, e MINTER, Programa de Migrações. Extraído de MARTINE & PELIANO "Migrantes no Mercado de Trabalho Metropolitano", IPEA, Brasília, 1978, página 99 e 104, Tabelas V.3 e V.5.

por sexo que se superpõe a uma mão-de-obra cujas características pessoais (composição etária, qualificação, escolaridade, etc) se veem deterioradas pela maior presença de migrantes. Pelo menos em relação às menores rendas, isto parece verdadeiro (V. Tabela III-33). O acesso às rendas mais elevadas, já tão difícil para o sexo feminino, não parece sofrer muita influência da migração.

Além das mulheres migrantes serem renda mais distanciada (para menos) das naturais nas áreas metropolitanas em relação aos homens, elas são mais numerosas em relação à População Economicamente Ativa, em relação aos homens migrantes da População Economicamente Ativa masculina, fazendo da migração um aspecto duplamente negativo para a renda feminina (V. Tabela III-33 e 34).

O percentual de migrantes recentes (até cinco anos de migração) sobre o total de trabalhadores é maior para as mulheres que para os homens em todos os grupos de cidades da Tabela III-34, à exceção das cidades grandes do eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Este é mais um agravante, pois, como vimos, quanto mais recentes os migrantes, mais baixa é sua renda média.

Por outro lado, os migrantes são mais numerosos em relação ao total de trabalhadores (homens e mulheres) nas metrópoles do Centro-Sul, na Grande São Paulo e nas cidades grandes e médias de São Paulo e Rio de Janeiro. Isto revela que o fluxo migratório não se dirige apenas às metrópoles, mas ele se processa principalmente com um destino bem definido: os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, centros geográficos da industrialização no país.

Por ocupação, a de empregados domésticos é, de longe, a que mais contém migrantes em todas as regiões e nas cidades de diversos portes.

Depois de empregadas domésticos, a ocupação que mais contém migrantes recentes em relação a naturais é a de cozinheiros e garçons.

Isto entre as ocupações da mão-de-obra feminina, é claro. Para os homens a ocupação de entrada dos migrantes no mercado de trabalho é a de serventes de pedreiro (V. Tabela III-34 e V. Também de MARTINE & PELIANO (1978)).

É digna de nota a maior presença relativa dos migrantes (homens e mulheres) nas ocupações de maior rendimento como as de técnicos, administrativos e profissionais, as ocupações de escritório e entre os viajantes e similares nas cidades grandes e médias dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro em relação aos mesmos percentuais na Grande São Paulo e no conjunto das metrópoles do Centro-Sul ou mesmo nas Metrópoles do Nordeste (V. Tabela III-34).

Este pode ser um dos fatores explicativos do maior diferencial de renda média entre as metrópoles e as cidades grandes e médias do que o verificado entre metrópoles de diferentes regiões econômicas (cf. mostra o Gráfico 14 para a renda média feminina). Trata-se também de um dado revelador da seletividade na retenção de migrantes desses núcleos urbanos de menor porte nesses Estados.

No ítem seguinte trataremos de "medir" aproximadamente o impacto da migração sobre a renda em cada ocupação, de acordo com o tamanho da cidade, e a região econômica.

A migração pode ser um conceito útil para entender transformações estruturais na composição da força de trabalho, na medida em que involucra outra série de variáveis sócio-culturais que os migrantes trazem consigo. No entanto, ela pode também ser utilizada para resumir esse processo de integração do território pelo seu lado mais dramático. Para nós, a migração constitui mais uma fonte de divergência de renda média entre os sexos, e suas raízes prendem-se às características próprias do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A migração e as variáveis idade, escolaridade e sexo serão as

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS MIGRANTES COM ATÉ CINCO ANOS DE RESIDÊNCIA NO TOTAL DE TRABALHADORES - 1970.

CÓDIGO	O C U P A Ç Õ E S	SEXO	METRÓPO- LES CENTRO SUL	METÓPO- LES NORTE NORD.	GRANDE SÃO PAULO	CIDS. GRANDES SP E RJ	CIDS. MÉDIAS SP E RJ	GRANDE PORTO ALEGRE	CIDS. GRANDES SUL	CIDS. MÉDIAS SUL	GRANDE RECIFE	CIDS. GRANDES NORDES- TE.	CIDS. MÉDIAS NORDES- TE.
100	TÉCNICOS ADMIN. PROFISSIONAIS	H	13,8	17,1	14,3	24,6	24,6	18,4	21,4	19,8	18,7	24,4	19,7
		M	11,2	10,3	11,5	15,1	17,7	13,8	18,8	15,0	12,8	14,2	10,2
201	OCUPAÇÕES ESCRITÓRIO	H	14,7	13,4	15,6	20,9	17,5	18,3	17,4	12,8	17,2	19,9	15,1
		M	12,6	12,9	12,7	17,0	15,7	15,5	15,1	12,1	15,6	18,5	10,0
202	VIAJANTES E SIMILARES	H	13,1	14,3	12,6	25,2	21,8	15,9	21,8	20,1	16,2	24,3	16,3
		M	15,4	13,2	17,6	21,1	19,7	23,7	23,5	24,0	15,5	16,2	14,3
302	TÊXTIL, EXCETO RENDEIRAS	H	21,4	11,2	22,9	23,2	19,6	21,7	15,4	12,5	9,9	15,0	10,2
		M	13,7	9,2	14,2	14,9	15,2	20,0	15,3	8,2	6,4	11,0	5,5
316	COMÉRCIO ESTABELECIDO	H	21,5	16,3	23,4	25,1	20,4	17,0	17,4	13,8	18,2	19,2	12,5
		M	17,5	13,7	16,7	19,9	18,8	20,0	13,3	10,0	17,0	18,3	10,6
304	CERZ.BORD.ALF. COSTUREIRAS	H	19,9	11,7	22,4	28,3	19,7	14,9	16,0	11,1	13,5	18,1	7,6
		M	17,8	16,4	19,0	24,4	23,1	15,4	17,0	14,4	14,3	21,2	11,4
311	OUTRAS INDÚSTRIA TRANSFORMAÇÃO	H	23,3	14,3	25,3	26,6	28,5	23,1	21,9	17,3	16,4	18,5	20,8
		M	17,9	12,4	20,3	23,8	18,3	15,7	11,9	10,8	9,8	15,9	17,8
328	COZINHEIROS E GARÇONS	H	29,3	17,6	32,5	32,9	28,9	19,1	16,8	18,6	20,1	24,5	15,6
		M	20,5	14,0	20,7	27,3	22,8	22,4	21,3	24,4	17,1	23,5	20,7
331	PORTEIROS,VIGIAS, SERVENTES	H	25,5	17,7	27,7	28,3	26,8	22,4	20,9	17,4	18,8	21,8	14,4
		M	16,9	10,7	19,1	20,1	20,1	14,3	18,0	11,1	9,7	13,9	14,8
339	EMPREGADOS DOMÉSTICOS	H	33,2	34,3	34,8	23,9	21,3	27,2	21,7	10,1	32,6	27,0	22,4
		M	34,9	34,2	38,1	30,8	27,5	32,4	28,2	23,4	34,2	36,2	23,6
	T O T A L	H	21,4	15,7	22,9	26,1	23,9	18,8	19,7	15,8	17,0	19,5	13,5
		M	24,1	25,5	24,6	24,9	23,2	23,7	22,4	17,8	26,2	28,3	18,9

Fonte: Tabulações Especiais do Censo de 1970 pelo FIBGE para a Pesquisa do DEPE, UNICAMP para o INPES-IPEA.

características pessoais da mão-de-obra cujo efeito deveremos medir sobre a renda por ocupação, por região econômica e por tamanho de cidade, todas estas últimas (além de outras que não serão aqui incluídas) variáveis estruturais, que, pelo lado da demanda de trabalho, irão também influir sobre os rendimentos pagos aos trabalhadores.

E) AS DIFERENÇAS SALARIAIS POR SEXO

Na tradição da economia não-clássica os trabalhos sobre determinação e diferenciação salarial procuram examinar a contribuição de cada elemento de qualificação ou situação da mão-de-obra na explicação das disparidades de rendimentos. É comum agruparem-se as diferenças em fatores "estruturais" e "pessoais" e grande parte das controvérsias giram em torno da averiguação de qual dos dois conjuntos é o mais importante. Como fruto deste debate, a economia ortodoxa sofisticou extremamente os instrumentos de medição empírica dessas contribuições, perdendo-se muitas vezes a perspectiva do modelo teórico subjacente nas análises realizadas.

A utilização indiscriminada e acrítica dos modelos econométricos conduziu a economia não-clássica à subordinação da análise teórica aos resultados práticos obtidos a partir de estatísticas criadas pelo desenvolvimento das técnicas econométricas.

Neste ítem, sem assumir as relações de determinação não-clássicas, vamos nos utilizar do instrumental estatístico que relaciona níveis salariais com diversas características da força de trabalho, a fim de ilustrar mais precisamente os aspectos que viemos discutindo ao longo desta tese.

A adoção das técnicas de regressão para a estimativa da contribuição de cada elemento para "explicar" as variações da variável dependente não implica em que se tome os efeitos pelas causas.

A correlação que se estabelece entre as variáveis representa pura e simplesmente uma medida estatística da correspondência do comportamento de uma variável em relação a outra, ou outras. O sentido que essa correlação assume em cada caso escapa ao controle das técnicas econométricas e pertence ao domínio da ciência econômica.

Assim, a correlação que se manifesta entre uma de duas variáveis em relação a uma terceira pode ser espúria e simplesmente dever-se a uma correlação entre as duas primeiras.

Como examinamos no primeiro capítulo, adotamos a concepção teórica que define o processo de determinação dos salários em geral a partir de um processo de negociações explícita e implícita que se dá nos marcos de uma estrutura concreta. Não obstante, é claro que a partir desta determinação maior, vários elementos contribuem para a manifestação concreta dos salários diferenciados por região, segundo a atividade econômica, a idade, o sexo, etc.

A análise de regressão nos permite tratar dos diferenciais de emprego e de salários por sexo, variável que se presta muito a este tipo de tratamento estatístico, por ser de certa maneira "independente" de outras variáveis que qualificam a mão-de-obra; sua influência assim pode ser facilmente deduzida da contribuição das demais.

Este não é o caso de outros fatores correlacionados com os níveis de salários, como por exemplo a escolaridade. A alta correlação entre os anos de estudo ou os níveis de escolaridade e os rendimentos esconde diferenças significativas de classe, situação social, posição na produção, ocupação, dificilmente traduzíveis em termos econométricos para que possam ser "deduzidas" da primeira correlação. Dessa maneira, fica muito difícil medir a "influência pura" da variável educação, despida de sua relação com as outras variáveis. Mais do que constituir-se em fator de determinação das faixas salariais, os níveis de educação parecem ser utilizados na diferenciação artificial dos trabalhadores como mecanismo de "administração de recursos humanos".

Ora, a diferença de renda entre os sexos, se destituída da influência de outras variáveis que contribuem para as diferenciações de salários dentro de uma mesma ocupação, como a educação (incluindo suas correlacionadas), a idade, etc., constitui-se em uma medida aceitável daquilo que só pode ser atribuído à discriminação no mercado de trabalho. É importante ter presente que essa discriminação não se limita ao pagamento de salários inferiores para trabalhos iguais mas estende-se também à discriminação no emprego, pela redução das possibilidades de acesso a funções mais valorizadas não justificada por diferenças de qualidade pessoal da mão-de-obra.

No conjunto dos municípios que compõe as metrópoles da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, a regressão da média dos salários dos empregados em dez das atividades principais da mão-de-obra feminina em função do sexo, anos de estudo, idade, condição migratória e ocupação, revelou que a variável sexo é responsável por 9,22% da variação do salário, depois da educação (24,11%) na média das regressões (V. Anexo Estatístico). Mostrou também um diferencial de renda entre os sexos de 42,39%, ou seja, revelou que os salários médios femininos equivalem a 57,61% dos salários masculinos no conjunto dessas ocupações, abstraído o efeito das outras variáveis mencionadas (V. Anexo Estatístico para a análise dos resultados desta e das demais regressões aqui discutidas).

A maior concentração urbana parece ter efeitos benéficos sobre os salários femininos relativos aos masculinos, pois quando a mesma regressão é feita com as cidades grandes dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo o diferencial de renda entre os sexos também se eleva, para 48,14%, revelando serem os salários das mulheres um pouco mais da metade (51,86%) daquele dos homens.

Deve-se ter presente que o afastamento entre os salários médios das metrópoles e das cidades grandes, não é significativo para o conjunto de atividades tomadas: 2,52% menor nestas últimas.

A discriminação de salários por sexo nesse conjunto de atividades parece acentuar-se nas regiões menos industrializadas. No conjunto das metrópoles nordestinas o afastamento entre as médias de salários masculino e feminino é de 62,36%, revelando um salário feminino equivalente a 37,64% do salário médio masculino nas dez atividades que empregam mais mulheres. Assim, a mulher nordestina se vê duplamente prejudicada, por ter maior distância entre seu salário e o dos homens e pela distância entre os salários médios das metrópoles do Nordeste em relação às do Centro-Sul do país, de cerca de 11,6% (V. Anexo Estatístico).

Sempre é bom lembrar que essa diferença salarial entre os sexos é residual e está descontada daquela devida à possível vantagem que os

homens levam por sua maior escolaridade média em alguns casos pela ocupação ou pela idade média mais elevada, considerada como sinônimo de maior experiência e responsabilidade.

Quando se baixa a análise ao nível das várias atividades verifica-se que a que apresenta maior diferencial de salários médios entre os sexos é a dos técnicos, administrativos e profissionais, mesmo abstraindo as disparidades de escolaridade, idade e migração (V. Apêndice para definição desta e das demais atividades mencionadas neste item). A diferença de nível de renda entre os sexos nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro é de 49,7%, subindo para 55,25% nas cidades grandes desses estados. No Nordeste os diferenciais são de 65% nas metrópoles e 69,2% nas cidades grandes, que acrescentam o fato da renda média ser 18,1% menor que nas metrópoles. Assim, os salários femininos representam a metade dos masculinos nas metrópoles do Centro-Sul, 44,8% nas cidades grandes de São Paulo e Rio, caindo para 35% nas metrópoles nordestinas e 30,8% nas cidades grandes dessa última região.

A segunda atividade na escala de salários é constituída pelas ocupações de escritório. Nestas o diferencial de salários por sexo é um pouco mais reduzido que na anterior, mas os diferenciais de discriminação por região e por tamanho de cidade persistem. O salário médio feminino nas ocupações de escritório equivale a cerca de 70% do masculino na Grande São Paulo e Grande Rio, caindo para 54% nas cidades grandes dos respectivos estados, para 52% nas metrópoles do Nordeste e 45% nas cidades grandes desta região.

O poder explicativo da variável sexo aumenta consideravelmente nas duas atividades em relação à média das dez tomadas anteriormente, passando para cerca de 12,5% em média na atividade dos técnicos, administrativos e profissionais e 21,5% para as ocupações de escritório, ainda que mantendo o segundo lugar entre as variáveis explicativas.

A situação se inverte no entanto para a atividade do comércio estabelecido.

Nesta, a educação não aparece como tendo significância na explicação da variação dos salários nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e tem pouco significado no Nordeste (V. Anexo Estatístico).

O poder explicativo da variável sexo isoladamente sobre a variação da média dos salários é de 40% em média nas regressões estimadas.

As distâncias entre as médias de salários entre os sexos reduz-se consideravelmente, principalmente nas regiões mais industrializadas: 16,9% nas metrópoles e 18,53% nas cidades grandes de São Paulo e Rio de Janeiro, contra 45,8% nas metrópoles e 25,7% nas cidades grandes do Nordeste. Em compensação a renda média dessas ocupações corresponde a cerca de um quarto dos salários pagos aos técnicos administrativos e profissionais e à metade da média de salários das ocupações de escritório. Além disso, o salário médio das cidades grandes do Nordeste é 14% menor que o das metrópoles dessa região, enquanto este último é 31,4% menor que o vigente nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. Nas atividades do comércio estabelecido também a diferença de salário entre as metrópoles e os centros urbanos menores dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro é mais expressiva que no caso do primeiro grupo de atividades: é 15% menor nas cidades grandes que nas metrópoles.

O mesmo ocorre nas ocupações de escritório (14% menor) (V. Anexo Estatístico).

O último grupo de ocupações estudado foi o mais desqualificado, o de porteiros, vigias, serventes e ascensoristas. Neste caso também o diferencial de renda entre os sexos é menor que nos salários das duas ocupações mais valorizadas, mas é maior que no comércio estabelecido, apesar da média de salários ser inferior à desta atividade: 33% nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, 20,6% nas cidades grandes desses estados, 29,2% nas metrópoles do Nordeste e 34,7% nas cidades grandes desta região. Novamente aparece a variável sexo como a mais importante em termos de poder explicativo das variações de salário.

Assim, a variação do coeficiente de correlação múltipla devido sã a influência da variável sexo foi de 44,8% em média, nas regressões estimadas.

Também nesse grupo de atividades nota-se grande distância entre a renda média das metrópoles e das cidades grandes, tanto em São Paulo e Rio de Janeiro (10,7% de diferença) como no Nordeste (18,5%). Das metrópoles do Centro-Sul para aquelas do Nordeste o diferencial de salários é de 35,6%. Este efeito acumulado do salário menor por efeito da região, do tamanho da cidade e do sexo faz com as mulheres nesse grupo de atividades tenham salários equivalentes a 34,2% dos salários pagos aos homens (e 51,1% dos pagos às mulheres) das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro na mesma ocupação (V. Anexo Estatístico)..

Percebe-se assim que a variável sexo sozinha pode ser responsabilizada por boa parte da variação da renda média entre os indivíduos. No caso dos porteiros, vigias, serventes e ascensoristas, em que os demais diferenciais que poderiam qualificar a mão-de-obra são insignificantes, a variável sexo aparece como a maior fonte de diferença de renda, concedendo 57% de poder explicativo à regressão das metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo e 64,3% de explicação à regressão feita para os salários das metrópoles nordestinas (V. Anexo Estatístico).

Neste caso temos uma medida razoável do grau de discriminação entre os sexos, sendo ela agravada nas regiões menos industrializadas bem como nos centros urbanos menores.

As regressões permitem concluir que os diferenciais de renda por sexo não são "explicados" quer pelas variáveis representantes das demais características pessoais da mão-de-obra, como a educação ou a idade (cuja explicação aparece à parte nas equações dos salários), assim como não podem ser totalmente atribuídos à diferente inserção estrutural no mercado de trabalho, em diferentes ocupações (vimos diferenças por sexo na mesma ocupação), em distintas regiões (as distâncias entre os salários

por sexo não sã não se confundem com aquelas existentes entre os salários por região econômica, como se agravam quando passamos para as regiões menos industrializadas), ou a menor ou maior concentração urbana (cujas diferenças salariais se acrescentam às disparidades de salário por sexo além de ampliá-las). Como vimos, todos eles agregam importância ao diferencial de renda por sexo, sem que este último se dilua neles. Assim, ainda que abstraída a contribuição dos demais elementos em correlação com os salários, resta a ser explicada importante fonte geradora de diversidade de salários e de situação no mercado de trabalho, que torna o atributo "sexo" numa linha divisória para o emprego e o rendimento dos trabalhadores.

Para as mulheres, pertencer ao sexo feminino representa um handicap que não se confunde com suas já desvantajosas qualidades pessoais (por razões histórico-sociais) para o exercício de uma atividade profissional. Identificamos portanto uma discriminação que muitas vezes está camuflada pela divergência, às vezes real, de qualificação para o trabalho, entre os sexos.

A identificação desta situação pode ser um ponto de partida para a investigação das condições que tornaram possíveis a subordinação de um sexo por outro. Certamente ela põe a nu o caráter "não neutro" da transformação das relações entre os sexos pelo capitalismo. Fica claro que os condicionantes históricos tem importante papel a cumprir na determinação das formas pelas quais o processo de acumulação capitalista vai subordinando e transformando outras formas de dominação.

No caso da discriminação da mulher no mercado de trabalho a racionalidade puramente econômica não aconselharia nenhuma distinção entre os sexos. No entanto, não é como indivíduos iguais que os homens e as mulheres comparecem ao mercado de trabalho. Eles já carregam consigo o estigma da diferenciação histórica dos papéis sexuais e encontram ante si capitalistas não despidos desses condicionamentos, portanto com comportamento não totalmente racional. Mais do que isso. A racionalidade não é exatamente a marca do sistema capitalista, cujas características anárquicas são bem conhecidas.

CONCLUSÕES GERAIS E NOVOS DESAFIOS

A tomada de consciência de existência de uma problemática especificamente feminista, que não se resolve na contradição entre capital e trabalho, mas que tem uma dinâmica própria, é relativamente recente. Não que a teoria marxista fosse totalmente cega quanto às relações de opressão criadas a partir da primeira divisão social do trabalho, a divisão por sexo. Mas sim por tomar o materialismo dialético como postulado fundamental as necessidades fisiológicas, de acordo com a análise de Mary O' BRIEN (1981)) deixando em um segundo plano a análise das demais necessidades. Assim, é em torno das necessidades biológicas que Marx elabora todo seu esquema teórico de enorme utilidade e capacidade explanatória. Ao colocar o acento de sua análise na produção, Marx deixa de elaborar uma "teoria da reprodução", que dê conta das relações sociais entre os sexos.

Quem vai-se ocupar do tema com maior profundidade é Freud, conforme aponta O' BRIEN. O ato sexual foi transformado pelo gênio de Freud na base de um sistema no qual a libido modela nossa consciência e nosso mundo (Mary O' BRIEN (1981), páginas 22 e 20). No entanto, Freud relacionava a sexualidade com a reprodução apenas por suas formas regressivas (p. ex. no complexo de Édipo), sendo a oposição homem x mulher vista por ele como um produto do antagonismo sexual entre homens, mais do que dependente das relações de reprodução. No lugar da real diferenciação por gênero da atividade reprodutiva Freud erigiu o mito da passividade da mulher versus o homem ativo, precisamente por separar a sexualidade da reprodução (Mary O'OBRIEN (1981), páginas 40 e 41).

O' BRIEN destaca também que a primeira transformação histórica de

importância no processo reprodutivo não se deveu a nenhuma espécie de mutação biológica, mas sim a uma transformação na consciência do homem, pela descoberta histórica da paternidade fisiológica (O' BRIEN (1981), página 21). E está muito relacionada com a origem do patriarcalismo.

A segunda é muito mais recente e deve-se à evolução tecnológica. A descoberta dos anticoncepcionais, mais do que qualquer efeito que possa ter sobre as variáveis demográficas e econômicas, irá conceder à mulher, pela primeira vez na história, "a liberdade de escolha da concepção" (O' BRIEN (1981), páginas 21 e 22). Mais do que isso, o controle da atividade reprodutiva vai permitir que a mulher passe a reivindicar o direito ao exercício da liberdade sexual, ainda em grande parte um privilégio masculino.

Ambas as descobertas provocam profundas transformações na consciência dos homens sobre suas relações com o mundo natural. A primeira onda do movimento de liberação feminino deu grande ênfase à liberdade sexual. Logo se descobriu, no entanto, que essa tônica do movimento incrementou a sensação pessoal da sexualidade como uma mercadoria, da mulher como objeto sexual, pouco fazendo para a criação de uma consciência feminista ou mesmo uma verdadeira sociabilidade feminista (O' BRIEN (1981), página 190).

No entanto, esta última transformação histórica cria as bases para o surgimento de idéias que esclareçam os mecanismos das relações de reprodução. Tudo se passa como se estivéssemos no estágio do "feminismo utópico", onde são produzidos importantes trabalhos de denúncia em que se dá publicidade aos processos discriminatórios e se identificam os problemas teóricos (O' BRIEN (1981), página 23).

A teoria científica das relações entre os sexos ainda está por ser escrita. Antes da reflexão teórica, os movimentos sociais das mulheres reivindicando a igualdade entre os sexos nos mais variados campos da atividade humana tem mostrado a procedência de uma certa

"consciência social" sobre as idéias que possam vir a ser construídas em torno dessas questões (1).

Assim é que a discussão da participação feminina nas diversas esferas das sociedades industriais está sendo reeditada com muita força.

O número relativamente pequeno de vitórias obtidas no campo da igualdade entre os sexos nos países socialistas revelou às mulheres engajadas na luta por uma sociedade mais igualitária que sua batalha era específica e requeria um esforço dirigido para a transformação das relações entre os sexos se quizessem garantir sua participação nas conquistas sociais. Por outro lado, os tantos lavrados pelas mulheres organizadas nas sociedades industriais do Ocidente revelaram que boa parte do terreno das reivindicações feministas pode ser atendido ainda dentro do marco do sistema capitalista. De qualquer forma, ainda que a eliminação da opressão das mulheres não seja possível dentro dos limites de um sistema baseado na exploração de uma classe por outra, ficou claro que as mulheres proletárias não podem simplesmente esperar que chegue sua vez e sua hora, sob a falsa justificativa de uma prioridade para a luta contra um inimigo comum, o capitalismo. Não há precedência de uma luta sobre a outra e muito menos prejuízo de uma com a outra. Pelo contrário, a batalha das feministas transcende as possibilidades do modo capitalista de produção e coloca as questões num plano totalmente novo, abrindo novos horizontes para o movimento popular de classe. Certamente existe uma forma feminina de conduzir a luta de classes e sua revelação pode ser o agente mobilizador, como o que aparece de maneira nebulosa nos movimentos sociais de nosso século, passando pelos hippies, maio de 1968, movimento negro, de minorias, até outros menos explícitos, de resistência, como a moda "punk" ou o

(1) A curiosa coincidência histórica dos acontecimentos de maio de 1968 na França com sua "teorização" por Marcuse parece mostrar um fenômeno semelhante.

movimento ecológico.

Neste trabalho partimos da observação concreta do papel econômico desempenhado pela mulher nos países capitalistas atrasados, tomando o caso específico do Brasil como amostra privilegiada. Tratamos de seguir de perto a evolução histórica da participação da mulher brasileira na atividade produtiva. Interessa-nos essa questão basicamente porque acreditamos, com Simone de Beauvoir, que a primeira liberdade é sem dúvida a liberdade econômica, ainda que as demais liberdades não a sigam automaticamente.

Pareceu-nos necessário um mapeamento da situação discriminatória da mulher no país, uma identificação do problema entre nós, como primeiro passo no sentido da formulação de uma estratégia própria do movimento feminista, que não é objetivo deste trabalho.

Para analisar o papel da mulher nas sociedades capitalistas atrasadas tivemos que discutir duas ordens de questões.

Primeiramente analisamos a candente problemática do papel que caberia à mulher na reprodução da mercadoria força de trabalho no sistema capitalista.

Em segundo lugar, tratamos de verificar como se processa a incorporação da mulher ao mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas e como se verifica entre nós o fenômeno da discriminação da mulher no acesso ao emprego remunerado e no nível dos salários.

O primeiro ponto, de fato, só pode ser analisado do ponto de vista teórico. Trata-se de retomar alguns argumentos que foram levantados pelas primeiras feministas e que procuravam, por assim dizer "encaixar" o problema feminino na teoria do modo de produção capitalista.

Entre essas tentativas, a primeira é talvez a mais importante e a

que procura ver o trabalho doméstico como elemento fundamental na reprodução da força de trabalho.

Nessa discussão, nossa posição foi a de separar o que é reprodução física dos trabalhadores, para o qual o trabalho doméstico concorre efetivamente, da reprodução da força de trabalho como resultado do movimento do capital.

A idéia que está por trás dessa separação é a de que o capitalismo reproduz a força de trabalho na medida de suas necessidades, através da destruição de esferas não subordinadas diretamente ao capital da liberação de mão-de-obra pela incorporação do progresso técnico e pela mobilização de inativos (especialmente donas-de-casa).

As mulheres, pelo seu trabalho gratuito no interior da família, limitam-se a produzir a matéria prima de onde o capitalismo extrai a força de trabalho. Está historicamente ultrapassada a época em que o capital dependia das instâncias de reprodução vegetativa da classe operária para alimentar o processo produtivo. Na era da produção em série, a integração dos vários mercados onde a força de trabalho é transacionada, provê de mão-de-obra o movimento capitalista de acumulação.

A argumentação das primeira feministas não vai ao fundo da teoria do valor e elas tratam de defender uma idéia inaceitável, tal como foi formulada: o caráter produtivo do trabalho doméstico.

O que as feministas buscavam no fundo era um reconhecimento por parte do marxismo de que as mulheres seriam duplamente exploradas, quando assalariadas. Por esse motivo, embarcaram na teoria da exploração em relação ao trabalho doméstico (cf. HAKIKI-TALAHITE (1982)). Buscavam uma teoria da exploração aplicada ao processo de trabalho doméstico justapondo uma forma de dominação à outra. Surgem assim os conceitos de modo de produção doméstico, (proposto por Claude MEILLASSEUX (1975)), entre outros., face à ausência de uma

teoria global do estatuto das mulheres no materialismo histórico (HAKIKI-TALAHITE (1982), páginas 7 e 8).

A base da assimilação do processo de trabalho doméstico ao processo de trabalho do capital se apoiava no fato de que os dois processos de trabalho "produzem" mercadorias, a força de trabalho, no primeiro caso e as mercadorias capitalistas no segundo (HAKIKI (1982)). No entanto, a força de trabalho não é uma mercadoria como as outras, não apenas por seu valor de uso - de criar valor - mas também do ponto de vista de sua produção, que inclui, além da reprodução da classe trabalhadora, todos os processos através dos quais são "retirados" trabalhadores de outras formas não capitalistas, via destruição da pequena produção.

De fato, a produção da mercadoria força de trabalho também sofre as consequências das transformações históricas do capitalismo. Na sua fase concorrencial é possível que a produção da mercadoria força de trabalho fosse um processo em boa medida dependente da estrutura familiar, com custos componentes de certa rigidez, compostos principalmente pelos elementos capazes de satisfazer as necessidades de sobrevivência física dos trabalhadores. O capitalismo monopolista da era da maquinária não poderia expandir-se atrelado a limitações dessa espécie em relação ao estoque de força de trabalho. Assim, ao destruir as formas pré-capitalistas de organização da produção, o capital ao mesmo tempo criava uma força de trabalho à sua disposição, despojada dos meios de subsistência e "livre" para o assalariamento.

A transformação histórica do processo de produção da mercadorias força de trabalho não elimina a importância da família como instituição onde se processa não apenas a reprodução física dos indivíduos componentes - atual e futura geração de trabalhadores - como a reprodução ideológica. Neste âmbito, o papel da mulher segue atrelado à reprodução imediata da força de trabalho, ou seja, recuperação das energias despendidas na produção pelos membros da família integrados na esfera da produção capitalista.

Não se inclui nele, no entanto, as formas de criação da força de trabalho pelo capital a cada passo de seu avanço sobre as formas não capitalistas, ao mesmo tempo que ocupando seu espaço econômico (ao colocar suas mercadorias no mercado antes dependente da pequena produção), através da ocupação física de seus meios de produção sua espoliação e transformação dos trabalhadores em assalariados, em outras palavras, através da criação da mercadoria força de trabalho.

Ora, a parcela de responsabilidade feminina na reprodução dessa mercadoria via trabalho doméstico não se reflete em nenhuma "valorização" da mesma. A contradição entre os sexos não é redutível a uma relação - direta ou indireta - de exploração, na qual o homem seria mero instrumento do capital para exploração do trabalho doméstico feminino (cf. HAKIKI-TALAHITE (1982), página 13). A relação entre os sexos é uma relação social histórica e não se constitui em mera instrumentalização da família ou do Estado pelo capital para realizar a reprodução da força de trabalho a custos mais reduzidos.

Certamente a família desempenha um papel na reprodução social do sistema que no entanto não deve ser confundido com o da produção da força de trabalho. Essa mercadoria especial não retira seu valor do trabalho doméstico gratuito, não mercantil, necessário para manter e reproduzir a família. Julgar que a mercadoria que é a origem do valor tenha seu valor dado por um sistema de produção não mercantil, embutido no esquema de reprodução familiar, é pelo menos uma contradição em termos. A idéia da existência de um "modo de produção doméstico", articulado com o modo de produção capitalista, que se encarregaria da produção dessa mercadoria especial, corresponde a uma corrente de pensamento que dilui na multiplicidade dos "modos de produção" as especificidades que se que delimitar quando se conceitua um modo de produção determinado ou quando se identifica um modo de produção em uma formação social dada.

Da mesma forma, se deixamos de considerar o caráter mercantil das

relações capitalistas como essenciais às formas de produção de valor, perdemos de vista parte de sua especificidade. Sem dúvida uma discussão interessante é proposta por HAKIKI-TAKAHITE e LE DOARE, no sentido de que a espoliação que se abate sobre a mulher no sistema capitalista não pode ser analisada com as categorias que explicam a origem do valor (v. LE DOARE (1982) e HAKIKI-TALAHITE (1982), e também...

HAKIKI-TALAHITE propõe o estudo do processo pelo qual a mulher se transformou, mais que no símbolo, na encarnação do "avesso" da socialização mercantil - o dentro em oposição ao de fora, o não-valor, o não-trabalho, a atividade gratuita num mundo dominado por relações mercantis. Isto pode ser visto como verdadeira fetichização também às avessas (o trabalho que não aparece, que não valoriza), por analogia com o processo que Marx descreve em relação ao dinheiro que, de simples suporte do valor, se fetichiza e se torna o valor por excelência. (v. HAKIKI-TALAHITE (1982)).

Submetido ao capital, o trabalho se separa das demais atividades humanas no tempo - a jornada de trabalho - e no espaço - a fábrica, tornando-se totalmente subordinada à troca. É nesse momento que nasce o processo de trabalho doméstico propriamente dito, tal como o conhecemos hoje.

No entanto, se os homens estão afastados da atividade reprodutiva, as mulheres não estão excluídas das relações de assalariamento (1). (cf. CHABAUD (1982)).

Assim, o aumento da taxa de participação nas sociedades em que tradicionalmente a mulher não exercia atividades remuneradas constitui-se

(1) HAKIKI-TALAHITE supõe que o salaríato vai significar para as mulheres ligar seu destino ao processo de trabalho doméstico, antes que seu próprio assalariamento. Este prognóstico está vinculado ao fato da auto ra viver na Argélia, num contexto de baixa participação de mulheres na força de trabalho, e que certamente influencia sua visão. André KARTCHEVSKI conclui o oposto ao analisar a sociedade francesa KARTCHEVSKI (1982)).

em mais uma forma de mobilização da força de trabalho de que o capital lança mão toda vez que o ritmo de acumulação cresce a ritmos que comprometem o estoque de mão-de-obra masculina disponível.

KARTCHEVSKY (1982) ressalta, no entanto, que a mobilização feminina deve ser vista não só do ponto de vista do capital, mas sobretudo do ponto de vista das lutas, das reivindicações que fazem com que as mulheres se lancem na atividade produtiva e nela se fixem. Certamente há boa dose de ambiguidade no reconhecimento do direito ao trabalho da mulher. No entanto, a mulher entra na atividade contribuindo para a transformação das relações sociais. Produz uma irreversibilidade no assalariamento feminino, ao contrário do ocorrido meio século sua revelia no período de guerra. A mulher recusa-se a constituir a válvula de segurança do mercado de trabalho depois de ter adquirido a certeza de sua capacidade de ganhar a vida (KARTCHEVSKY (1982)).

Através desse processo histórico estabelece-se uma relação salarial marcada pela participação massiva das mulheres.

CHABAUD (1982) destaca que trabalhar ou não profissionalmente fora da família não é uma escolha entre atividades autônomas: a questão fundamental é tornar compatível o exercício de uma atividade profissional com o trabalho doméstico.

Percebe-se assim que a situação da mulher no trabalho é uma relação social e não um "estado" como parece transparecer pela ótica da teoria da segmentação do mercado de trabalho (KARTCHEVSKY (1982)).

Na década de setenta aumenta o percentual de mulheres casadas e mães na mão-de-obra nos países europeus e também no Brasil. Em 1975 a taxa de incorporação de mulheres (84,1%) na França ultrapassa a de homens (81,8%). No Brasil a população ativa feminina cresce à inédita taxa de 10,8% ao ano nos anos setenta, ainda que este processo entre nós não tenha o caráter massivo apontado para alguns países europeus e nem se estenda, portanto, de forma importante para esposas e mães de família.

Sempre que isto ocorre, fala-se em aumentar as utilizadas domésticas, racionalizar essa atividade e estender sua parcela mercantilizada. Trata-se então de fazê-lo integrar o espaço do valor, trazê-la para o campo de intervenção direta do capital (v. a respeito HAKIKI-TALAHITE (1982)).

1. A POSIÇÃO DA MULHER NO EMPREGO NO BRASIL

No estudo específico da evolução do mercado para as mulheres no Brasil, nosso campo de trabalho foi delimitado pela análise da super-exploração do trabalho feminino no capitalismo.

Pensamos ter mostrado como a divisão do trabalho por sexo condicionou a formação de dois mercados de estrutura totalmente diferenciada por sexo. O confinamento das mulheres a umas poucas funções mal remuneradas configura a discriminação por sexo no acesso ao mercado de trabalho. Por outro lado, a remuneração diferenciada por sexo na mesma ocupação, para cumprir as mesmas funções, com a mesma qualificação e dedicação, resulta da discriminação por sexo no nível de renda.

As cifras referentes à década de setenta mostram uma evolução positiva da incorporação da mulher no mercado de trabalho, tanto no que se refere à abertura do leque de possibilidades de emprego, como no tocante à melhoria relativa de sua remuneração em relação à equivalente masculina na mesma função.

Em todo o período anterior da análise, entretanto, num intervalo de tempo que marca profundas mudanças de qualidade na estrutura industrial brasileira e que vai de 1940 a 1970 há nítida diferença de comportamento do emprego quando analisado por sexo. A mulher a sociedade parece haver reservado as sobras do emprego capitalista, localizando-a na soleira da porta da empresa moderna ou diretamente no terciário tradicional. Nesse primeiro período o mercado de trabalho para os homens se amplia principalmente na atividade industrial, sendo as mulheres preferidas nesse mercado. O setor secundário tende a masculinizar-se nessas três décadas, de acordo com as estatísticas dos Censos Demográficos.

Processo inverso ocorre no setor terciário, que tende a incrementar a participação relativa de mulheres no total do emprego. Este setor

viabilizou o grande crescimento do emprego feminino, tanto em termos absolutos como relativo aos trabalhadores homens, pois apesar de absorver mão-de-obra a ritmos inferiores aos apresentados pelo setor secundário, sua participação no emprego global é mais de duas vezes maior que aquele. Isto significou um crescimento em números absolutos muito superior ao propiciado pelo aumento do emprego na indústria. Como consequência cresceu mais a população ativa feminina que a masculina entre 1940 e 1970.

Só nos anos setenta é que as mulheres vão ingressar na atividade industrial de maneira expressiva. Os condicionantes dessa inversão de tendência pela dinâmica do emprego no setor secundário são ainda objeto de conjeturas pelos analistas do movimento do mercado de trabalho.

John HUMPHREY aponta algumas características da importante entrada de mulheres no mercado de trabalho industrial nos anos setenta.

Primeiramente destaca que a "terciarização da indústria", ou seja, a criação de empregos no setor administrativo das indústrias não explica a dinâmica de incorporação de mulheres nesse setor. (HUMPHREY (1982), página 6).

De fato, os dados do Censo Industrial de 1975 revelam importante crescimento na mão-de-obra feminina empregada na produção em relação a 1970.

Por outro lado, as estatísticas levantadas pela RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 1976 mostram que, ainda que a indústria tradicional continue a absorver importante parcela do emprego industrial feminino (65% na indústria têxtil, de confecção, do calçado e alimentícia em 1970 contra 60% em 1975), a nova mão-de-obra feminina foi engajada principalmente na indústria dinâmica, na metalúrgica e eletro-eletrônica (HUMPHREY (1982), páginas 6 e 7).

Um estudo do SENAI dos estabelecimentos do município de São Paulo confirmou as cifras do RAIS, mostrando que os setores tradicionais da indústria são menos importantes na Grande São Paulo e outras regiões metropolitanas do país em relação a seus Estados. E que nos Estados mais industrializados as taxas de crescimento do emprego feminino da indústria metalúrgica foram superiores às daquelas da indústria tradicional.

O incremento da atividade industrial nas metrópoles do Centro-Sul e principalmente nos setores modernos traz em seu bojo o aumento da taxa de participação da população feminina na década de setenta.

Ainda assim, a diferente qualificação e disponibilidade de trabalho da mulher, condicionadas por seu papel na estrutura familiar, continuam a ser argumentos utilizados para barrar a entrada da mulher na indústria ou circunscrevê-la a um número limitado de funções de menor responsabilidade. Naquelas ocupações que se originaram do desdobramento das funções do capitalista, ou seja, na função capitalista parcelar, a prática da triagem por sexo é ainda mais generalizada. Nos cargos de confiança a mulher é sistematicamente excluída.

Verifica-se assim a formação de dois mercados de trabalho diferenciados por sexo. O mercado feminino compõe-se principalmente de serviços e tarefas que se consideram "adequadas ao sexo feminino", por exigirem menor qualificação, paciência, destreza e habilidade manual terem caráter repetitivo e monótono, tal qual o trabalho doméstico. Isto se aplica tanto às tarefas produtivas das linhas de montagem mecânica e eletro-eletrônica quanto aos serviços de secretária (internos e externos à indústria), bem como à enorme massa de funções administrativas, privadas ou estatais, que se constituem em uma forma de desemprego disfarçado que se segue à escola nos países atrasados e que atraiem principalmente as mulheres, na ausência de alternativas mais interessantes.

No setor terciário, que é o destino de boa parte do fluxo de trabalhadoras, as oportunidades de trabalho são maiores e melhores nos centros mais

industrializados, pois ao contrário do que se pensou durante muito tempo, o desenvolvimento do terciário também responde à dinâmica industrial e portanto cresce mais nos estados industrializados que nas regiões de menor crescimento econômico.

Conseqüentemente, a diferenciação do mercado de trabalho se acentua fora das metrópoles industrializadas, e nas regiões de menor desenvolvimento industrial.

Se quiséssemos comparar o emprego urbano feminino no Brasil com os padrões estabelecidos pelas sociedades européias, ou norte-americana, não seria suficiente tomar os dados globais de participação das mulheres no mercado de trabalho. Isto poderia nos conduzir a resultados não muito distanciados, pois os dados brutos não são capazes de dar conta da diferença na qualidade de inserção da mulher no mercado de trabalho. A pequena diferença na participação a nível dos dados globais poderiam induzir à conclusão de que as condições da mulher no trabalho nas sociedades industriais avançadas não permitem supor que esta encontra-se mais integrada à esfera pública de atividades que as que vivem nos países do capitalismo periférico. No entanto, quando se desce a análise a nível das diferentes atividades, verifica-se uma profunda diferença na composição do emprego feminino por ocupações entre o Brasil e as sociedades européias.

Entre nós, a presença dominante das empregadas domésticas no trabalho feminino remunerado imprime uma marca de diferenciação fundamental na qualidade da inserção da mulher no mercado de trabalho, aqui e lá.

Sem dúvida a pequena diferenciação do emprego feminino, concentrado em poucas ocupações mal remuneradas e que exigem baixa qualificação é mais responsável pela diferença de rendimentos auferidos pelos dois sexos que a discriminação de salários dentro das mesmas funções. As ocupações femininas típicas, onde o emprego é predominantemente de mulheres, são também as de mais baixa remuneração.

A análise do emprego urbano por ocupação revela, no entanto, uma evolução favorável às mulheres na década de setenta, com um crescimento considerável das ocupações de escritório e uma redução concomitante do percentual de empregadas domésticas no pessoal ocupado feminino urbano (1).

O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho na década de setenta é acompanhado por uma transformação na forma de inserção da mulher, que dá origem a uma estrutura do emprego feminino menos concentrada, ainda que sem atingir a diferenciação do emprego masculino. As funções burocráticas e de escritório passam a ser profissões femininas no decorrer da década, passando as mulheres a constituir mais da metade do emprego na ocupação em 1978.

Aparentemente as maiores taxas de acumulação dos anos setenta permitiram maior abertura de espaço para o trabalho feminino e maior diversificação nas oportunidades de emprego. Isto é verdadeiro principalmente no caso do trabalho industrial, antes impermeável ao emprego de mulheres.

Assim mesmo, a situação a que se chega em 1978 não é muito favorável. Das mulheres ocupadas nessa data, apenas 15% são chefes de família e boa parte das restantes divide a responsabilidade de manutenção da família com o marido. Dos homens, 65% são chefes e os restantes são efetivamente dependentes. Apesar disso, os homens dependentes são maioria entre os não chefes em tres das oito ocupações em que a mulher está empregada em maior proporção.

(1) No interior da indústria também se verificam transformações importantes na composição da força de trabalho feminina nos anos setenta: "As mulheres, anteriormente concentradas nos setores considerados "femininos" por tradição - têxtil, confecção, calçados, etc - passam a trabalhar nos demais setores concentrando-se especialmente em segmentos da indústria metalúrgica, nas indústrias elétrica e eletrônica e na indústria química e farmacêutica". (GITAHY, LOGO & MOISÉS (1981), página 03).

A situação ainda assim é melhor nos estados do Centro-Sul que no Nordeste. Apesar do perfil da composição do emprego ser semelhante nas várias regiões, o percentual de mulheres em ocupações de escritório é maior no Centro-Sul e menor no Norte-Nordeste, ocorrendo o inverso com o serviço doméstico.

Se o trabalho por conta própria para a mulher tem o sentido de permitir conciliar as tarefas domésticas com uma ocupação remunerada, ele assume características distintas nas regiões mais industrializadas vis-a-vis as de menor índice de crescimento econômico. Muitas vezes o trabalho por conta própria encobre um índice de participação da mão-de-obra como profissional liberal, ou uma especialização por ofícios, que a torna melhor remunerada em média que os empregados (1).

Isto ocorre principalmente no Centro-Sul. No Nordeste, o trabalho por conta própria reveste mais as características de refúgio de mão-de-obra frente à carência de oportunidade de emprego, tanto para os homens quanto para as mulheres.

As trabalhadoras paulistas e cariocas tinham maior proporção de seu pessoal em empregos modernos, organizados em moldes capitalistas, quando comparadas às sulistas e nordestinas. A parcela de pessoal ocupado masculino em formas tradicionais de organização de produção é bastante inferior à das trabalhadoras, sendo menor também em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A participação feminina, tanto em 1970 como em 1978 em cada ocupação é bastante semelhante tanto entre as regiões como entre as regiões como entre cidades de tamanho diverso. Parece ser que o que explica as maiores variações da participação da mulher na atividade econômica é a diferença na composição do mercado de trabalho, seja da estrutura industrial, seja na participação do comércio e serviços.

O tamanho da cidade é um índice que diferencia mais a composição do

(1) Helêne LE DOARE constata maiores diferenças entre as mulheres do que entre os homens quando compara as remunerações no setor formal e informal para cada um dos sexos na França. Sua conclusão é que no setor informal as mulheres teriam maiores condições de mostrar suas qualificados pessoais (cf. LE DOARE: (1982)).

emprego feminino que a região econômica. Mas a própria variação estrutural por tamanho de cidade é diferente no Nordeste e no Centro-Sul. Por exemplo, o percentual do serviço doméstico varia em 1970 inversamente com o tamanho da cidade no eixo Rio de Janeiro - São Paulo e diretamente no Nordeste. No entanto, as ocupações de escritório perdem importância no emprego feminino com a redução do tamanho da cidade em todas as regiões.

Para o pessoal ocupado masculino, as diferenças por região econômica eram em 1970 mais importantes que as que se verificam por tamanho de cidade. Isto significa que a composição do emprego feminino era ainda menos favorável quando comparada à referente ao emprego masculino nas cidades de menor porte que nas metrópoles. Nas regiões menos industrializadas, a esse efeito adverso se somava, nas cidades menores, uma estrutura de emprego já defasadas por força do desequilíbrio regional.

Em 1978 a parcela do serviço doméstico no pessoal ocupado feminino supera as funções burocráticas e de escritório apenas nas metrópoles nordestinas e em Belém do Pará. Este fato, aliado à maior concentração do emprego feminino em poucas ocupações no Nordeste, aumenta o fosso existente entre as rendas femininas daquela região e os salários das trabalhadoras do Centro-Sul do país.

A situação discriminatória que a mulher enfrenta no mercado de trabalho brasileiro já se evidencia no acesso à atividade remunerada, restringindo suas possibilidades a uma pequena gama de funções pouco diferenciadas. Este afunilamento das trabalhadoras irá refletir-se na grande distância entre os salários médios por sexo no país.

2. DIFERENÇAS DE SALÁRIOS POR SEXO

As estatísticas de níveis salariais parecem indicar que as diferenças de rendimento entre os sexos refletem principalmente a disparidade de oportunidade no mercado de trabalho.

Assim mesmo, uma comparação superficial entre dois momentos da história recente da industrialização brasileira mostra uma evolução positiva da incorporação da mulher ao mercado de trabalho tanto na composição de emprego, como nos níveis de salários relativos aos masculinos.

Em 1970 a participação feminina no emprego era menor nas ocupações de renda média mais elevada e maior a distância entre os sexos no tocante à renda. Nota-se ainda que o diferencial de renda por sexo era bastante uniforme para as diversas ocupações nas regiões, sendo apenas um pouco menor no Centro-Sul que no Nordeste.

A grande diferença entre as rendas médias das metrópoles e demais cidades na grande maioria das ocupações nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro vem justificar em boa medida a concentração populacional nas metrópoles, principalmente nos estados de maior crescimento econômico relativo, sendo nesses estados que se verificavam os maiores diferenciais de renda por tamanho de cidade para os dois sexos em 1970.

Em 1978, a redução da importância do serviço doméstico e a elevação das funções de escritório como percentual do pessoal ocupado feminino tiveram peso decisivo para reduzir o fosso existente entre os rendimentos dos dois sexos. A renda média masculina em 1978 reflete uma estrutura de emprego mais bem situada também para esse sexo em relação à existente em 1970. Assim, a renda média feminina foi duplamente favorecida no período. O emprego feminino sofreu transformação estrutural mais profunda que o masculino ou reduziu-se também a discriminação na mesma função, pois verificou-se um encurtamento da distância que separava a renda feminina da masculina em 1970. Ainda assim, temos boa parte do diferencial de renda entre os sexos sendo explicado pela composição do

emprego.

Nota-se uma diferença apreciável da qualidade da inserção no mercado de trabalho por sexo segundo a posição individual na família. Como seria de se esperar, a incidência deste fator é maior para os homens, pois grande parte das mulheres que não são chefes de família são corresponsáveis pelo seu sustento, enquanto os homens não chefes são todos dependentes. As estatísticas não permitem distinguir as mulheres casadas, das solteiras, do que resulta certa homogeneidade entre as chefes e não chefes de família.

No entanto, as mulheres chefes de família têm uma composição do emprego mais diferenciada que as não chefes e seu nível de salários é também um pouco superior. Assim mesmo, as mulheres não chefes, que incluem as esposas e mães que trabalham, não conseguem fazer-se remunerar sequer à altura dos homens não chefes, todos eles dependentes. Estes últimos não recebem em média nem a metade dos salários dos chefes de família que, por sua vez, recebem cerca do dobro dos salários pagos em média às mulheres chefes.

Este fato mostra aos que querem ver a origem da discriminação por sexo na responsabilidade pela manutenção da família, que o mercado de trabalho não é sensível a esse tipo de divisão social.

A situação relativa da mulher em relação à renda deteriora-se quando nos afastamos dos centros mais industrializados em direção às regiões mais empobrecidas. São Paulo apresenta a melhor posição da renda média relativa feminina em relação à masculina, nas várias ocupações. O diferencial de renda entre as regiões é muito mais acentuado do que fariam supor as diferenças legais de salários mínimos regionais. Uma estrutura do emprego mais diferenciado no Centro-Sul gera melhores possibilidades de trabalho para as mulheres nesses estados que no Nordeste.

Percebe-se portanto que a maior abertura do leque de possibilidades de

trabalho reúne-se um melhor posicionamento relativo da mulher na renda média no Centro-Sul do país. O processo de industrialização parece ter provocado, nos últimos anos, efeitos benéficos sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho.

As cifras relativas a 1978 para as demais regiões mostra sinais evidentes de unificação do mercado de trabalho e portanto de maior igualdade nas oportunidades de trabalho por sexo em todo o país.

A) DIFERENÇAS DE REMUNERAÇÃO E DEDICAÇÃO EM HORAS DE TRABALHO

O número médio de horas de trabalho semanal tampouco pode ser responsabilizado pela diferença de remuneração entre os sexos, pois a diferença de dedicação em horas de trabalho entre os sexos não chega a um por cento, se somamos empregados e autônomos. Por outro lado, as ocupações mais mal remuneradas são as que aparecem com maior dedicação em média de horas semanais de trabalho, indicando correlação negativa entre jornada e salários.

As mulheres que trabalhavam em relação de dependência no conjunto das metrópoles brasileiras em 1970 dedicavam 24 minutos a mais por semana às atividades remuneradas que os homens empregados.

Essa diferença em favor das mulheres reflete o grande peso do trabalho doméstico em 1970 aliado ao fato dessas profissionais trabalharem duas horas e meia a mais por semana que a média de horas semanais do trabalho masculino.

Apenas no caso dos técnicos, administrativos e profissionais, que incluem os professores, enfermeiros nota-se maior diferença de dedicação em horas de trabalho entre os sexos, o que indica que o mercado de trabalho não é flexível no horário, dificultando a escolha de meia jornada pelas mulheres que devem cumprir também com as obrigações domésticas.

Que a mulher prefere dedicar menos horas ao trabalho remunerado comprovam-no as estatísticas referentes ao trabalho dos autônomos, onde o controle sobre as horas de dedicação está mais nas mãos dos trabalhadores. Entre esses trabalhadores por conta própria é significativa a diferença em horas de trabalho entre os sexos: os homens trabalhavam cerca de seis horas a mais por semana que as mulheres em 1970. Apesar de ser grande, ela é apenas suficiente para reverter a diferença de dedicação de horas de trabalho no conjunto da mão-de-obra (empregados + autônomos) em favor dos homens: um excesso de cerca de 18 minutos semanais em média sobre as mulheres.

A ESCOLARIDADE COMO FONTE DA DIFERENÇA DE SALÁRIOS ENTRE OS SEXOS

Apesar de ser um fato conhecido, não deixa de ser estarrecedor constatar-se que até o término do curso primário constituía um privilégio inacessível a 80% dos trabalhadores e 85% das trabalhadoras brasileiras em 1970. Há um nivelamento por baixo na escolaridade da maioria das ocupações para os dois sexos, sendo a média de anos de estudo formal das mulheres um pouco inferior à dos homens.

As estatísticas do Censo Demográfico de 1970 mostram certa independência do nível de renda médio das ocupações em relação ao nível educacional abaixo de determinada faixa de salários. Isto seguramente tem a ver com a tendência à simplificação do processo de trabalho, além da inadequação da educação formal à exigência da estrutura produtiva.

Esses dois fatores concorrem para a substituição da escola pelo treinamento no próprio trabalho. As escolas profissionalizantes, como o SENAI, são insuficientes para a qualificação da mão-de-obra para certo tipo de indústria que ainda depende da existência de trabalhadores especializados, que constitui importante fator de decisão na localização da unidade fabril, como é o caso da indústria têxtil.

Se há correlação positiva entre nível educacional e salários, ela se deve mais à vinculação da hierarquia ao nível educacional por parte da

direção das empresas, utilizando o critério disponível para diferenciar trabalhadores de igual capacidade. Esta atitude reflete muito mais a projeção, para os demais trabalhadores, de critérios efetivamente válidos para seleção de pessoal de nível médio e superior, que uma diferença real de produtividade que mais anos de escola possam conceder a um operário (v. a respeito SALM (1980).

A diferença do nível educacional absolutamente não justificam e nem explicam o diferencial de renda entre os sexos. Por um lado, as ocupações femininas com o mesmo nível educacional que as masculinas, recebem invariavelmente salários mais baixos. Além disso, a remuneração da mulher não é maior que a do homem quando sua escolaridade é maior que a dos homens na mesma ocupação. Não é sequer igual: é inferior!

Nas funções de escritório a educação formal das mulheres supera a dos homens em São Paulo e Rio de Janeiro e no Nordeste. No entanto, tanto numa como na outra região as mulheres recebem em média remunerações inferiores às pagas ao sexo masculino na mesma ocupação.

Uma pesquisa do DIEESE realizada com dados do Ministério do Trabalho sobre "trabalhadores metalúrgicos no Estado de São Paulo em 1970 e 1975 mostra que no mesmo nível salarial as exigências educacionais são maiores para as mulheres" (GITAHY, HUMPHREY, LOBO & MOISES (1982), página 9). Tudo isto mostra que mais uma vez estamos diante de um fator que, se bem tenha seu grau de responsabilidade na remuneração diferenciada da força de trabalho, não pode dar conta da explicação de porque essa diferenciação prejudica mais as trabalhadoras do sexo feminino.

C) DIFERENÇAS DE IDADE POR SEXO

Estudos levados a efeito em países industrializados concluem pela existência de dois ciclos de "vida útil" da mulher, condicionadas por seu papel de esposa e mãe, na família. O primeiro inicia-se quando a mulher solteira ingressa no mercado de trabalho. Quando ela se casa e principalmente quando tem filhos, abandona o trabalho remunerado para dedicar-se ao cuidado da casa e das crianças. O segundo ciclo se inicia quando as crianças crescem o suficiente para não depender mais

do cuidado materno e a mulher volta a integrar o mercado de trabalho para completar o orçamento familiar (1).

Entre nós, as estatísticas disponíveis permitem visualizar os dois ciclos apenas no caso das empregadas domésticas. Nas demais ocupações a "taxa de retorno" à atividade econômica é bem reduzida, não chegando a afetar a curva da taxa de atividade feminina para diferenciá-la da masculina. O que sim se verifica é que, enquanto essa taxa para os homens só começa a cair após os 40 anos de idade, para a mulher seu declínio se inicia após os 30 anos.

Possivelmente nas sociedades de industrialização retardatária a marginalização de setores sociais e mesmo regiões geográficas impede uma utilização mais intensa de suas forças produtivas, que pudesse refletir-se na utilização dos dois ciclos produtivos da mulher, ficando apenas com o primeiro.

O regresso da mulher às ocupações remuneradas quando os filhos crescem topa com dois obstáculos principais no caso do Brasil. O primeiro deles relaciona-se com a situação do mercado de trabalho que, frente à abundância relativa da oferta de novos trabalhadores não tem interesse no reaproveitamento dos segmentos que se distanciaram da atividade profissional. Esse afastamento temporário cria uma defasagem entre a qualificação profissional da mulher mais madura em relação às novas levadas de trabalhadoras. Além disso, há certa resistência por parte dos empresários em conceder às mulheres casadas postos de responsabilidade (onde elas poderiam levar vantagem sobre as mais jovens), pela possível interferência da vida doméstica na tarefa profissional.

(1) Um estudo de François CRIBIER ressalta que a descontinuidade no tempo de vida das operárias como assalariadas se associa uma descontinuidade a nível de qualificação. Ao mesmo tempo em que a percentagem de operárias entre o começo e final de carreira divide-se por dois (41% e 22%), enquanto seus colegas homens mostram maior estabilidade (51% para 43%), o pessoal de serviços se multiplica por dois (de 11% para 22%). (In KERGOAT (1978), página 108).

Outros fatores, mais de cunho ideológico, também têm seu peso na diferença de comportamento da mulher em relação ao mercado de trabalho entre os países capitalistas avançados e atrasados. Faz parte da ideologia dominante nos últimos países a associação entre casamento e abandono de tarefas remuneradas pela mulher. A assimilação dessa ideologia por parte das camadas mais empobrecidas da população faz com que muitas vezes o homem se oponha ao trabalho remunerado de sua compnheira, ainda que isto signifique para ele e a família um sério agravamento das dificuldades financeiras. Isto faz do trabalho remunerado das mulheres casadas no Brasil uma exceção. Se acreditamos nos dados do Censo Demográfico de 1970: apenas 11% delas exerciam atividades extra-domésticas (1).

O caso das domésticas explica-se pela baixa faixa de renda a que correspondem suas famílias, o que faz de seu trabalho uma necessidade de sobrevivência. A presença importante das domésticas no mercado brasileiro se deve, também em certa medida, a não verificação dos dois ciclos em algumas ocupações melhor remuneradas. Nestas a substituição da trabalhadora pelo serviço doméstico da empregada permite que a mulher permaneça trabalhando, ainda que tenha filhos, sempre que motivos de ordem ideológica ou a patronal não a obriguem ao abandono das atividades produtivas. Nos países capitalistas centrais o custo proibitivo do serviço doméstico pessoal, além da inexistência de uma rede de relações pessoais na vizinhança que permitam soluções precárias para a socialização das crianças não chega a ser totalmente compensado pela existência de creches em tempo integral e nem mesmo pela simplificação das tarefas domésticas.

Assim, a existência de uma correlação negativa entre a idade e o nível de salários a partir dos trinta anos deve ser em parte devida a essa

(1) Paul SINGER acredita haver subestimação da magnitude do emprego feminino pelo Censo, pois é possível que não considere boa parte das trabalhadoras não registradas do trabalho familiar não remunerado e em regime de "Putting-Out System" (SINGER, SBPC, Campinas, 1982).

inestabilidade da mulher no mercado de trabalho.

Por outro lado, é a situação do mercado, que circunscreve a mulher a um número limitado de funções e se alimenta apenas do fluxo de novas trabalhadoras, que condiciona a "juventude" de suas participantes.

A juventude é, ademais, uma atributo necessário para os seres do sexo feminino a nível ideológico: uma mulher velha não é mais considerada uma "mulher" na sociedade, havendo um desdobramento dos processos sociais de exclusão que se exercem também ao nível do trabalho, não mais se limitando ao nível da sexualidade e do psico-afetivo (KERGOAT (1980), página 81). Para uma operária, envelhecer é ver crescer suas possibilidades de tornar-se ainda mais desqualificada e superexplorada (V. KERGOAT (1980)).

D) AS TRABALHADORAS MIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO URBANO

Os movimentos da população respondem às necessidades da acumulação de reproduzir-se em espaços diferenciados de maneira desigual. Este processo se dá de maneira mais acentuada nos países de industrialização recente, pois a debilidade dessa implantação industrial dificulta sua irradiação por amplos espaços geográficos.

Pode-se dizer que a migração provoca a introdução de padrões culturais do migrante no ambiente dos naturais e conduz, a longo prazo, a uma certa uniformização na composição da mão-de-obra entre as várias regiões do país.

A migração afasta mais a renda média entre os sexos. Sua presença deteriora a qualidade da População Economicamente Ativa de forma diferenciada. A maior presença relativa de migrantes na População Economicamente Ativa feminina que na masculina aumenta ainda mais o desnível de renda entre os sexos nas regiões receptoras do fluxo migratório.

A migração pode não ser um conceito útil para entender transformações estruturais na composição da força de trabalho, na medida em que involucra outra série de variáveis sócio-culturais que os migrantes trazem consigo. No entanto, ela pode também ser utilizada para resumir esse processo de integração do território. Para nós, ela indica mais uma fonte de divergência da renda média entre os sexos, cujas raízes prendem-se às características próprias do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Para fazer um balanço do efeito dessas variáveis, algumas regressões foram estimadas do nível de salários em função do sexo, de educação, idade migração e ocupações, revelando que a contribuição geral do fator sexo para as variações dos níveis de salários é de 9,22% em média.

A análise estatística mostrou também que o diferencial de renda por sexo se acentua nas regiões menos industrializadas, bem como nos centros urbanos de menor porte, quando comparados com Grande São Paulo e Grande Rio de Janeiro.

Outro resultado interessante foi a verificação de que o sexo é praticamente a única variável que explica as variações de salário médio entre os empregados nas ocupações menos qualificadas no mercado de trabalho.

Ao contrário do que ocorre nas funções mais valorizadas, onde os níveis educacionais jogam um papel na diferenciação salarial, nos grupos de renda mais baixa, o único fator que tem relevância na variação dos salários entre os indivíduos é o fato de pertencer a determinado sexo.

3. O PAPEL DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

As inusitadas taxas de crescimento do emprego industrial feminino na década de setenta no país ainda estão sendo objetivo de interpretações e busca de explicações plausíveis.

Uma das explicações é de que se trata da reação da classe operária à queda do salário mínimo real devida à política de arrocho salarial, através do aumento do número de membros da família no trabalho remunerado.

Esta hipótese, ainda que plausível, não é capaz de explicar todo o processo, pois é sabido que a conformação do emprego industrial, ao contrário do que ocorre nos demais setores econômicos, é dada muito mais pelas condições ditadas pela demanda de trabalhadores e apenas secundariamente sofre os efeitos de transformações na oferta.

Outra idéia muito difundida é que a nova orientação da demanda reflete uma transformação da tecnologia da indústria dinâmica de forma a utilizar a mão-de-obra feminina. Essa idéia está relacionada com a ligação entre as tarefas monótonas e repetitivas das linhas de montagem da indústria eletro-eletrônica e mecânica e o trabalho doméstico.

Entretanto, se é verdadeira essa relação, tampouco é a principal causa, já que a aptidão cultivada na mulher desde o berço para o trabalho doméstico não assegura um melhor desempenho das tarefas repetitivas das linhas de produção, conforme constatou LE DOARE (1982) ao comparar a produtividade entre os sexos na indústria do Haiti: Os homens tem maior produtividade física, mas são protelados em favor da mão-de-obra feminina devido ao patamar de salários das mulheres ser mais baixo (V. LE DOARE (1982)).

A diferença de salários efetivamente tem um papel importante na composição por sexo do emprego na indústria de regiões fronteiriças

de determinados países, onde a estratégia espacial das empresas de pequeno capital fixo, que vivem em função da mão-de-obra barata e flexível, se aproveita de alguns incentivos como a franqueia aduaneira, a isenção de imposto sobre a renda por determinado tempo e o baixo controle sobre o investimento e as transferências de capitais.

O caso mais típico é certamente Taiwan, que inunda o mercado mundial com seus produtos de baixo preço, mas também se repete no Haiti, na fronteira mexicana com os Estados Unidos (V. LE DOARE (1982)).

Também entre nós as baixas taxas de salários pagos à mão-de-obra feminina constituem para algumas indústrias um forte motivo para a utilização de mulheres na produção.

No entanto, a maior razão impulsora da elevação da taxa de participação da população feminina parece ter sido o crescimento vertiginoso da demanda de mão-de-obra industrial, que, em face da escassez relativa de mão-de-obra masculina, se volta para as mulheres (cf. John HUMPHREY (1982), páginas 9 a 12).

É claro que não há escassez absoluta de trabalhadores homens num país de abundância relativa de mão-de-obra como o Brasil. No entanto, conforme argumenta HUMPHREY, se a oferta de trabalhadores de qualificação adequada torna-se relativamente escassa em conjunturas de demanda excepcional, os empresários podem ver-se em dificuldades face a uma mão-de-obra cuja militância no meio sindical se acresce, e podem tender a aceitar uma elevação no emprego de operárias mulheres (V. HUMPHREY (1982), páginas 11 e seguintes; cf. também SOUZA (1980), que fala no "paradoxo da abundância com escassez").

O estudo de GITAHY et alli revela que "as formas de controle da mão-de-obra feminina (...) são mais violentas que as utilizadas com a mão-de-obra masculina". Portanto, o que aparece como "menor agressividade "natural" das mulheres, na verdade é devida à "política de gestão da mão-de-obra feminina" (GITAHY, HUMPHREY, LOBO E MOISÉS

Assim, o aumento no emprego feminino industrial seria determinado por um conjunto de fatores, sendo o mais importante deles a alta taxa de crescimento do emprego total no conjunto da indústria (HUMPHREY (1982), página 12).

No entanto, uma vez incorporada essa mão-de-obra feminina, a experiência geral parece ser no sentido de que o processo é irreversível, conforme mostra Andrée KARTCHEVŠKY (1982).

Restaria assim ser discutido o porque da situação econômica inferiorizada com que a mulher ingressa no mercado de trabalho. Por que motivo a mulher entra com salários mais baixos, seu nível educacional, não conta para promoção ou determinação de seus salários, enquanto constituem fatores que efetivamente melhoram a posição econômica de seus colegas homens.

Esta questão parece estar relacionada com a importância do trabalho feminino na reprodução familiar.

Ainda que possa parecer, a família não é uma instituição milenar que permaneceu imutável no capitalismo. Ao contrário, se suas bases não foram totalmente destruídas, isto se deve à grande flexibilidade que ela demonstrou, em cada formação social, para adequar-se às formas capitalistas de exploração (1).

Helena HIRATA mostra o interessante processo de simbiose através do qual a indústria se adequou aos costumes milenares da sociedade

(1) Uma analogia com essa transformação da família pode ser feita com a pequena produção agrícola na Europa: SERVOLIN faz notar que a exploração agrícola familiar não é uma sobrevivência de outras formas de produção, senão a forma sócio-econômica por meio da qual o capital industrial e mercantil absorve e dominação da exploração agrícola. A sub-contratação é frequente entre os produtores, transformando-os em "quase assalariados" da indústria (V. CHAUBAUD (1982), página 10 e também a respeito da família no capitalismo Danièle COMBES (1982).

tradicional, ao mesmo tempo em que os transformou quando se fez necessário para o acelerado movimento de acumulação da industrialização japonesa (V. HIRATA (1982)). Sua análise ressalta a reedição do sistema de alojamento das operárias, vigente nas fábricas têxteis na França do século passado e que, tendo sido transferida essa forma de gestão da força de trabalho para o Japão na época, persiste ainda nos dias que ocorrem, quase sem sofrer transformações.

As baixas taxas de salários são assim assegurada pela preservação de padrões patriarcais em que o império do capital sobre o tempo "fora do trabalho" das operárias têxteis, se desaparecido na França, continua a dominar não apenas as têxteis, mas as operárias dos setores dinâmicos como a eletro-eletrônica no Japão (HIRATA (1982)).

A escassez relativa de mão-de-obra no Japão, visível pela baixa taxa de desocupação (2,25% contra 8,5% na França), é enfrentada pelo aumento da taxa de participação, (Cf. HIRATA (1982)).

As esposas dos trabalhadores no Japão se encarregam da totalidade das tarefas domésticas e da educação das crianças, sendo frequentes as atividades voluntárias após o horário normal de trabalho e nos fins de semana, além de deslocamentos prolongados da mão-de-obra masculina e dos entretenimentos organizados pelas empresas só para os empregados, excluindo suas famílias (HIRATA (1982)).

Assim, numa situação de escassez relativa de trabalhadores e num sistema que intensifica a dependência da mulher em relação às tarefas domésticas, a mobilização produtiva das mulheres casadas é incentivada pela criação de empregos de meio período. Estes, em 1955, absorviam 8,9% das trabalhadoras e em 1980 sua expressão numérica é quase quintuplicada (de 570 mil passam a 2.560 mil) e chegam a representar 19,3% das mulheres ativas japonesas (HIRATA (1982)).

Enquanto isso, o contingente feminino no mercado de trabalho apenas dobra.

Já entre nós, o trabalho em meia jornada é praticamente inexpressivo.

Percebe-se assim que a multiplicidade de formas que adota a mobilização feminina para o mercado de trabalho capitalista depende em grande medida das condições históricas da formação social em que essas relações de produção passam a ser dominantes.

De qualquer forma, ainda que se possa abstrair o efeito das características pessoais da mão-de-obra feminina e estruturais do mercado de trabalho para a mulher no Brasil, a diferença do nível de salários (e no acesso ao emprego) entre os sexos permanece, em boa parte, aparentemente inexplicada.

A constatação dessa situação discriminatória condicionada por fatores estruturais, pela demanda de força de trabalho, por características pessoais e principalmente histórico-sociais, não nos informa sobre os motivos últimos de sua existência.

Para examinar esta questão, temos que transcender a esfera produtiva e examinar os condicionantes históricos que constituem ainda hoje forças atuantes dando sentido e explicando a situação. Estes então, sem dúvida, presos ao papel da mulher na reprodução social.

O capitalismo, pelo desenvolvimento tecnológico, conduz à possibilidade histórica de liberação da mulher. Por outro lado, a discriminação de minorias como o negro, a mulher no mercado de trabalho e o operário migrante, são também o resultado do movimento do capital através do qual este sobordina e transforma outras formas de dominação.

Sem deixar de ter claro que esta super-exploração de segmentos discriminados da força de trabalho não se constitui em parte integrante da lógica do capital e nem explica o processo de formação do lucro no capitalismo, não se pode deixar de considerar esse fenômeno, que ocorre em parcelas de certa significação da indústria dinâmica.

Assim, a implantação de linhas de montagem em série na indústria mecânica e eletro-eletrônica faz com que a competitividade dessas indústrias seja exercida também em relação aos custos da mão-de-obra, avultados como proporção do custo total do produto.

Este processo, quando o crescimento do emprego industrial pressionou o mercado de trabalho na década de setenta, levou à substituição de mão-de-obra masculina por feminina, de custo mais baixo e menos combativa.

KERGOAT destaca que "o trabalho feminino típico na fábrica exige uma mão-de-obra jovem, com capacidade para executar tarefas minuciosas, com muita precisão visual e tolerando ritmos elevados de trabalho". "A divisão técnica do trabalho se justapõe muito estreitamente à divisão sexual do trabalho. O bloqueio à qualificação e à promoção é acompanhado por uma argumentação ideológica destinada a manter a divisão sexual do trabalho (KERGOAT (1980), páginas 85 e 92).

Deve-se ter em vista que a mulher colabora para a manutenção dessa discriminação na medida em que ela também incorpora a ideologia que a oprime. Arakcy MARTINS RODRIGUES destaca que "os homens se sentem muito mais donos de seu próprio destino do que as mulheres, qualquer que seja sua posição social" (MARTINS RODRIGUES (1978), página 67). E mais adiante: "As mulheres, ao contrário, sentem-se "periféricas" em relação ao mundo; não participaram de sua feitura e não se responsabilizam pelos resultados. A mulher vê sua história acontecer fora dela, geralmente construída por alguém" (MARTINS RODRIGUES (1978), página 68).

Já os homens "sentem-se, frequentemente cúmplices dos outros agentes autores do mundo e da sociedade. As reticências ao falar do chefe, do local de trabalho, etc., eram muitas vezes devidas mais à cumplicidade do que à desconfiança". (MARTINS RODRIGUES (1978), página 67).

Constitui uma particularidade do trabalho feminino o fato das mulheres se definirem como tendo que assumir prioritariamente seu papel familiar.

Em consequência, as trabalhadoras colocam-se perante o trabalho remunerado com uma postura inteiramente diversa da incorporada pelo homem: não têm a menor ilusão de realização através do trabalho assalariado.

Também por força de seu papel na família, sua vinculação com a vida privada é muito mais intensa, quando a identificação com o trabalho para o homem é muitas vezes total e incondicional (cf. KERGOAT (1980), página 93).

A mulher vive, muito mais que o homem, em tensão entre a vontade de trabalhar e de manter certa distância em relação ao trabalho, devido às condições adversas que enfrenta na esfera produtiva e a responsabilidade pela atividade doméstica a que está condicionada socialmente (KERGOAT (1980), página 93).

Assim, sugere KERGOAT, através da integração da mulher à luta operária, hoje masculina, seria recolocado em questão o estatuto do trabalho produtivo na vida de um ser humano, e "o sentido corrente da palavra trabalho tal como nos foi imposto pela sociedade industrial" (KERGOAT (1980), página 93).

A liberação da mulher aparece, portanto, não apenas como forma de superação das limitações impostas à população feminina pela dominação "patriarcal", senão como a incorporação de nova maneira de ver a relação do homem com o trabalho.

Na medida em que os homens começarem a participar de forma mais integrada na esfera privada, deverão cair concomitantemente seu envolvimento com o trabalho produtivo. Num sistema capitalista de produção, isto pode significar a redução de seu grau de alienação (V. a respeito KERGOAT (1980)).

A incorporação das mulheres à luta operária irá produzir, assim, uma transformação radical dessa luta.

Para as mulheres, a luta pela igualdade nas condições de trabalho, ainda que injusta pelo fato da mulher arcar com a segunda jornada é o único caminho. Reivindicar um tratamento preferencial significa justificar a discriminação. Por outro lado, quando o trabalho feminino for massivo e a combatividade feminina encontrar formas adequadas de expressão, o reflexo das lutas operárias não tardará a se fazer sentir no campo da vida privada, revolucionando as relações interpessoais no seio da família.

A luta das mulheres significa um golpe ao mito do trabalho como forma de realização do indivíduo, mito que permite a exploração e alienação dos homens. Nesse sentido, ela não dissocia as condições de trabalho organizado por relações de exploração, das condições de vida organizadas pela relação de dominação (cf. KERGOAT (1978), página 143).

A mobilização de mulheres para a luta operária exige e ao mesmo tempo provoca uma transformação nas relações familiares, transcendendo os marcos das reivindicações fabris. Dessa maneira elas lançam a base de uma consciência de classe não centrada exclusivamente nos aspectos da produção, mas levando em conta a totalidade das formas sociais que assumem as relações de classe. Para a mulher, a separação entre reivindicações "específicas" e "gerais" carece de sentido (KERGOAT (1978), páginas 143, 144).

No entanto, os limites desta luta certamente ultrapassam os do sistema: "Na desmistificação do homem, cujo poder se apóia sobre o ganho, que é amealhado por mérito humano, a mulher expressa ao mesmo tempo a falsidade do casamento, no qual, por outro lado, ela busca toda a sua verdade. Nenhuma emancipação é possível sem a emancipação da sociedade" (ADORNO (1981), páginas 277).

Portanto, a luta da mulher pela igualdade em relação ao homem e por encontrar seu próprio espaço, será paralela àquela que ela terá que travar, junto ao homem por melhores condições de trabalho e por níveis

de rendimento que permitem sua sobrevivência dentro do sistema.

Homens e mulheres, ademais, deverão empenhar-se por criar novas condições de luta que permitam a participação de todos os segmentos do proletariado. Estas deverão aprofundar transformações nas relações entre os sexos que irão permitir que a mulher tenha um papel ativo na luta para que a classe operária funde um nova organização social, mais igualitária, o que passa necessariamente pela destruição do capitalismo como modo de produção.

A N E X O E S T A T Í S T I C O

Como primeiro passo procedemos ao cálculo de uma regressão colocando a renda média dos trabalhadores em função das variáveis pessoais disponíveis nos dados da tabulação especial do Censo de 1970, que foram por nós utilizados nas análises do Capítulo III.

As primeiras regressões feitas com o nível médio dos salários em função do sexo, da média de idade dos trabalhadores, da média de anos de estudo e das dez atividades principais que incorporam mão-de-obra feminina, revelou que o sexo é a segunda variável em importância na determinação dos níveis de salários, depois da escolaridade.

Foram feitas quatro regressões iniciais, sendo duas para a região de São Paulo e Rio de Janeiro e duas para o Nordeste.

A primeira regressão incorporou 1.657 informações (N=1.657) referentes aos municípios que compõe as áreas metropolitanas da Grande São Paulo e Grande Rio de Janeiro. A segunda relacionou a média dos salários com as variáveis sexo, idade, escolaridade e tipo de atividade para as metrópoles do Nordeste (Grande Recife, Salvador e Fortaleza).

As duas regressões seguintes tomaram respectivamente as cidades grandes (tal como definidas no Capítulo III) da região São Paulo-Rio de Janeiro e região Nordeste.

As regressões estimadas foram:

(1) METRÓPOLES SP-RJ

$$\begin{aligned}
RM = & - 671,765 + 259,294 SX + 12,790 MI + 106,855 ME \\
& \qquad \qquad (17,543) \qquad \qquad (1,465) \qquad \qquad (2,849) \\
& - 156,559 AT201 - 46,540 AT202 \qquad \qquad \qquad R^2 = 69,28\% \\
& \qquad (27,117) \qquad \qquad (25,713)
\end{aligned}$$

(2) CIDADES GRANDES SP-RJ

$$\begin{aligned}
 \text{RM} = & - 1.005,681 + 287,070 \text{ SX} + 17,614 \text{ MI} + 112,031 \text{ ME} \\
 & \qquad \qquad \qquad (30,473) \qquad \qquad (2,283) \qquad \qquad (4,900) \\
 & + 0,111 \text{ NMIG} - 204,428 \text{ AT201} \\
 & \qquad \qquad \qquad (0,067) \qquad \qquad (46,452)
 \end{aligned}
 \qquad R^2 = 65,96\%$$

(3) METRÓPOLES NE

$$\begin{aligned}
 \text{RM} = & - 1.278,503 + 337,234 \text{ SX} + 23,309 \text{ MI} + 107,826 \text{ ME} \\
 & \qquad \qquad \qquad (32,025) \qquad \qquad (2,753) \qquad \qquad (5,383) \\
 & - 127,476 \text{ AT 201} \\
 & \qquad \qquad \qquad (51,562)
 \end{aligned}
 \qquad R^2 = 67,15\%$$

(4) CIDADES GRANDES NE

$$\begin{aligned}
 \text{RM} = & - 1.083,311 + 276,517 \text{ SX} + 18,785 \text{ MI} + 97,906 \text{ ME} \\
 & \qquad \qquad \qquad (31,804) \qquad \qquad (2,493) \qquad \qquad (5,111) \\
 & - 135,290 \text{ AT 201} \\
 & \qquad \qquad \qquad (47,228)
 \end{aligned}
 \qquad R^2 = 60,25\%$$

onde:

RM = Renda média em cruzeiros de 1970.

SX = Sexo, correspondente a uma variável "dummy" de tal forma que quando SX = 1 temos o sexo masculino e se SX = 0 a equação fornece a renda média para o sexo feminino.

MI = Média das idades dos trabalhadores, medida em anos.

ME = Média de anos de estudo dos trabalhadores.

NMIG = Número de migrantes

AT201 = Atividade correspondente às ocupações de escritório (V. Apêndice para sua definição).

AT202 = Viajantes e similares (inclui enfermeiros, massagistas, parteiros, etc.) (V. Apêndice)

R^2 = Coeficiente de correlação múltipla da regressão, fornecendo o grau de "explicação" da variação da renda pelas variáveis independentes incorporadas no modelo.

(s²) = Os números que aparecem entre parênteses abaixo de cada coeficiente representa o desvio padrão (s²) do parâmetro estimado.

Nota: As atividades são também variáveis "dummy" porque de tipo qualitativo, e são medidas em relação à AT100, de técnicos, administrativos e profissionais, que tem a maior renda média entre todas as ocupações. Daí aparecerem com coeficiente negativo. Quando as AT diversas=zero temos a renda média da AT100. Se temos a AT201 esta será medida em relação à média da renda da AT100. Seu coeficiente indica a diferença entre a renda da AT100 e a renda dessa atividade específica.

As equações das retas de regressão indicam maior inclinação da variável sexo em relação à renda média nas metrópoles do Nordeste (0,26 na origem) e menor inclinação nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro (0,22 na origem), donde poderíamos deduzir maior afastamento relativo da renda entre os sexos nas capitais dos estados nordestinos. O mesmo ocorre quando comparamos as cidades grandes (0,23 no Nordeste e 0,21 em São Paulo e Rio de Janeiro).

Além disso, a renda média das cidades grandes de São Paulo e Rio de Janeiro era muito mais elevada que a correspondente àquelas cidades do Nordeste:

MÉDIA DAS VARIÁVEIS	METRÓPOLES DE SP-RJ	CIDADES GRANDES DE SP - RJ	METRÓPOLES DO NORDESTE	CIDADES GRANDES DO NORDESTE
RM	611,74	596,37	540,75	464,21
MI	31,38	30,94	31,69	31,37
ME	6,98	7,56	7,70	7,42
NMIG	261,24	46,90	131,01	65,08

As atividades que não aparecem na equação não se mostraram significantes, o mesmo acontecendo com o número de migrantes em quase todas as regressões.

A excessiva dispersão da amostra incluindo dez atividades e o número elevado de variáveis reduz o poder explicativo e significância dos parâmetros estimados.

O coeficiente de correlação simples entre a renda média e as variáveis explicativas de suas variações revelou forte influência da escolaridade seguida pela variável idade e pela variável sexo:

COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO PARCIAL (R)

R entre:	SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO		N O R D E S T E	
	METRÓPOLES	CIDADES GRANDES	METRÓPOLES	CIDADES GRANDES
RM e ME	0,7655	0,7250	0,7126	0,6826
RM e MI	0,3861	0,4331	0,4200	0,3466
RM e SX	0,3068	0,3135	0,2962	0,2977
RM e NMIG	-0,0442	-0,0755	-0,0716	-0,0778
RM e AT100	0,5253	0,5248	0,5170	0,4765
SX e MI	0,3683	0,3517	0,2024	0,1913
SX e ME	0,0430	0,0560	0,0126	0,0606
NMIG e AT339	0,2703	0,4798	0,5250	0,5101
AT100 e ME	0,5922	0,6278	0,6223	0,6025

A correlação negativa entre a renda média e o número de migrantes é insignificante em todos os casos. A correlação entre o nível da renda média e a atividade 100 é também elevado, mas observa-se um problema de multicolinearidade entre esta última variável e a escolaridade, verificável pela alta correlação entre as duas.

Já a correlação entre o sexo e a média de idade é relativamente pequena e entre o sexo e a escolaridade praticamente nula.

A ausência de correlação entre o sexo e a escolaridade é um indicador de

certa equivalência entre a média de anos de estudos dos dois sexos.

Nota-se também de interessante uma correlação positiva expressiva entre o número de migrantes e a Atividade 339, das empregadas domésticas, o que revela a importância do serviço doméstico como escoadouro da mão-de-obra migrante.

Por último, a análise da variância mostra que o sexo é a segunda variável mais importante na explicação das variações da renda, abstraída a influência das demais variáveis:

Variação do poder explicativo da regressão:

DEVIDO À VARIÁVEL	SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO		N O R D E S T E	
	METRÓPOLES	CIDADES GDES	METRÓPOLES	CIDADES GDES
ME	26,30%	23,03%	23,46%	23,64%
SX	9,41%	9,83%	8,78%	8,86%
MI	3,25%	4,54%	5,81%	3,63%

A média de idade dos trabalhadores aparece com pequena expressão devido certamente à multicolinearidade com ME e outras variáveis conforme já dissemos.

Assim mesmo, a excessiva dispersão da amostra, incluindo atividades tão diferenciadas, impede uma análise mais detalhada.

Por esse motivo decidimos realizar regressões para algumas atividades mais importantes dentre as ocupações da População Economicamente Ativa feminina.

Foram assim efetuados os cálculos de quatro regressões para a Atividade 100, de técnicos, administrativos e profissionais, sendo uma para as metrôpoles e outra para as cidades grandes da região Rio de Janeiro - São Paulo e outras duas com a mesma definição para a região Nordeste.

As equações estimadas foram:

AT100

Metrôpoles de São Paulo e Rio de Janeiro:

$$\begin{aligned}
 RM = & - 1.156,209 + 529,948 SX + 120,296 ME + 17,010 MI + \\
 & \quad (46,169) \quad (4,947) \quad (3,307) \\
 & + 0,292 NMIG \quad R^2 = 63,05\% \\
 & \quad (0,078)
 \end{aligned}$$

Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro:

$$\begin{aligned}
 RM = & - 1.550,576 + 605,996 SX + 129,118 ME + 20,243 MI + \\
 & \quad (81,435) \quad (8,747) \quad (5,168) \\
 & + 2,092 NMIG \quad R^2 = 58,16\% \\
 & \quad (0,847)
 \end{aligned}$$

Metrôpoles do Nordeste:

$$\begin{aligned}
 RM = & - 2.229,616 + 640,568 SX + 121,833 ME + 40,282 MI + \\
 & \quad (77,560) \quad (8,696) \quad (6,076) \\
 & + 0,676 NMIG \quad R^2 = 64,52\% \\
 & \quad (0,436)
 \end{aligned}$$

Cidades Grandes do Nordeste:

$$\begin{aligned}
 RM = & - 1.474,695 + 559,179 SX + 115,330 ME + 17,369 MI + \\
 & \quad (82,591) \quad (8,635) \quad (5,181) \\
 & + 4,196 NMIG \quad R^2 = 54,94\% \\
 & \quad (2,236)
 \end{aligned}$$

Também entre os técnicos, administrativos e profissionais o diferencial de renda entre os sexos mostra-se mais acentuado nas metrôpoles do Nordeste (0,367 é a inclinação de beta para as metrôpoles nordestinas), seguidas pelas cidades grandes do Nordeste (0,326), metrôpoles de São Paulo e Rio de Janeiro (0,325) e cidades grandes dessa última região (0,317). A renda média dos estados do Centro-Sul nessas atividades

também é mais elevada que as verificadas no Nordeste:

MÉDIAS DAS VARIÁVEIS	RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO		N O R D E S T E	
	METRÓPOLES	CIDADES GDES	METRÓPOLES	CIDADES GDES
RM	1.067,44	1.096,91	985,48	807,62
MI	33,73	33,84	33,75	33,24
ME	10,60	11,60	11,65	11,05
NMIG	59,48	15,09	25,55	9,26

Nessa ocupação a variável cuja pendente é mais elevada em relação à renda média é ainda a média de anos de estudo (beta igual a 0,667 para as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro; a 0,627 para as cidades grandes desses dois estados; a 0,607 para as metrópoles nordestinas e 0,634 para as cidades grandes desta última região). É claro que nesse tipo de ocupação deve-se esperar alta correlação entre a escolaridade dos trabalhadores e sua renda média, pois incluem-se aí os profissionais de grau médio e superior.

A matriz de correlação mostra que ainda é com a média de anos de estudo que a renda mantém maior coeficiente de correlação simples:

COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO PARCIAL (R):

ENTRE AS VARIÁVEIS	SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO		N O R D E S T E	
	METRÓPOLES	CIDADES GDES	METRÓPOLES	CIDADES GDES
RM e ME	0,6782	0,6444	0,6040	0,6229
RM e SX	0,3530	0,3407	0,3857	0,3323
RM e MI	0,3252	0,3305	0,4442	0,2378
RM e NMIG	0,0828	0,1360	0,1021	0,0920
SX e MI	0,2686	0,1555	0,2245	0,1278
SX e ME	-0,0299	-0,0244	-0,0891	-0,0418

A correlação negativa, ainda que pouco significativa, entre a escolaridade e o sexo deve-se ao maior número médio de anos de estudos das mulheres nesse grupo de atividades, conforme já foi assinalado em item anterior neste capítulo. Nem esta variável, portanto, nem a média de idade (cuja correlação com o sexo é pouco expressiva) podem ser responsabilizadas pela correlação positiva entre o sexo masculino e a renda média dos trabalhadores.

A análise da variância mostra na atividade 100 um acréscimo do poder explicativo da variação da renda média pela influência da variável sexo quando comparamos com a renda média do conjunto das dez atividades antes tomada:

VARIAÇÃO DO PODER EXPLICATIVO DA REGRESSÃO:

DEVIDO À VARIÁVEL	SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO		N O R D E S T E	
	METRÓPOLES	CIDADES GDES	METRÓPOLES	CIDADES GDES
ME	43,62%	37,99%	35,90%	39,80%
SX	12,46%	11,61%	14,88%	11,04%
MI	5,48%	7,66%	13,38%	3,89%

Na atividade 201, ocupações de escritório, as quatro regressões efetuadas resultaram nas seguintes equações:

AT201:

Metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro:

$$RM = - 889,801 + 172,732 SX + 79,448 ME + 24,970 MI$$

(32,759) (6,219) (3,309)

beta da variável SX na origem: 0,221

$R^2 = 68,12\%$

Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro:

$$RM = - 807,246 + 229,875 SX + 68,320 ME + 19,110 MI$$

(36,607) (6,244) (3,418)

beta da variável SX na origem: 0,368

$R^2 = 74,97\%$

Metrôpoles do Nordeste:

$$RM = - 1.230,454 + 237,155 SX + 77,026 ME + 29,435 MI$$

$$(47,995) \quad (9,800) \quad (5,795)$$

$$\text{beta da variável SX na origem: } 0,328 \quad R^2 = 71,76\%$$

Cidades Grandes do Nordeste:

$$RM = - 814,748 + 220,519 SX + 63,580 ME + 17,146 MI$$

$$(37,791) \quad (9,314) \quad (5,702)$$

$$\text{beta da variável SX na origem: } 0,409 \quad R^2 = 60,98\%$$

O maior coeficiente da variável sexo nas cidades grandes do Nordeste indica maior diferencial de renda por sexo nesses municípios. Acresce-se novamente a distância entre a renda médias das metrôpoles e a das cidades grandes, além daquela que separa a renda de São Paulo e Rio da região Nordeste. Assim, temos:

MÉDIA DAS VARIÁVEIS	SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO		N O R D E S T E	
	METRÔPOLES	CIDADES GDES	METRÔPOLES	CIDADES GDES
RM	574,59	495,58	494,50	404,11
MI	28,12	27,87	29,81	28,62
ME	8,44	9,29	9,45	9,48
NMIG	273,57	47,06	108,19	28,66

É interessante notar que a média de idade dos trabalhadores nas ocupações de escritório é de cinco a seis anos menor que as atividades técnicas, administrativas e profissionais. Isto reflete em parte a menor escolaridade do primeiro grupo de ocupações, mas deve sobretudo ser devida à grande presença de mulheres nessas atividades.

A matriz de correlação revela uma significativa correlação entre a variável sexo e a média de idade dos trabalhadores, indicando serem os homens (presença do fator sexo, pois sexo masculino = 1) em geral mais

velhos que as mulheres nessas ocupações. Isto se reflete também indiretamente na alta correlação da renda média com a variável idade:

Coefficiente de Correlação Simples

ENTRE AS VARIÁVEIS	RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO		N O R D E S T E	
	METRÓPOLES	CIDADES GDES	METRÓPOLES	CIDADES GDES
RM e ME	0,6895	0,6169	0,6605	0,5800
RM e MI	0,6496	0,6409	0,6225	0,6031
RM e SX	0,4295	0,5175	0,4150	0,4833
RM e NMIG	-0,369	-0,0572	-0,1307	-0,1221
SX e MI	0,4329	0,5121	0,2514	0,3800
SX e ME	0,1160	-0,0382	0,0057	-0,0286

Não por serem mais velhos os homens têm maior número médio de anos de estudo que as mulheres, conforme revela a baixa correlação positiva entre sexo e escolaridade nas metrópoles do Centro-Sul e a correlação nula nas demais regressões.

A análise de regressão no caso da atividade 201 revela um poder explicativo da variável sexo sobre as variações da renda média bastante superior ao da atividade 100 ou ao conjunto das atividades:

Varição do poder explicativo da regressão:

DEVIDO À VARIÁVEL	RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO		N O R D E S T E	
	METRÓPOLES	CIDADES GDES	METRÓPOLES	CIDADES GDES
ME	23,12%	28,82%	24,92%	18,37%
SX	18,45%	26,78%	17,23%	23,36%
MI	26,17%	18,23%	26,71%	18,66%

As tres variáveis significantes do modelo praticamente dividem entre si as responsabilidades na explicação da variação da renda nas ocupações de escritório.

O valor de beta, coeficiente da variável sexo na equação reduzida. equivalente à inclinação da reta de regressão entre sexo e renda média. eleva-se sensivelmente quando passamos para ocupações menos valorizadas no mercado de trabalho. Assim, para as atividades do comércio estabelecido (AT316) beta é 0,356 nas metrôpoles de São Paulo e Rio de Janeiro, 0,495 nas cidades grandes desses dois estados, 0,959 nas metrôpoles nordestinas e 0,597 nas cidades grandes do Nordeste.

Estas cifras indicam crescente disparidade dos salários por sexo no comércio estabelecido quando nos afastamos das metrôpoles do Centro-Sul para o Nordeste, e para cidades de menor porte.

As regressões estimadas para essa ocupação foram:

AT316:

Metrôpoles do Rio de Janeiro e São Paulo:

$$\begin{array}{rccccccc}
 \text{RM} = & 14,61603 & + & 43,162 \text{ SX} & + & 6,710 \text{ MI} & + & 0,00477 \text{ NMIG} \\
 & & & (14,396) & & (1,540) & & (0,00271) \\
 & & & & & & & R^2 = 57,60
 \end{array}$$

Cidades Grandes do Rio de Janeiro e São Paulo:

$$\begin{array}{rccccccc}
 \text{RM} = & 109,322 & + & 40,172 \text{ SX} & + & 2,708 \text{ MI} & + & 0,069 \text{ NMIG} \\
 & & & (16,859) & & (2,448) & & (0,022) \\
 & & & & & & & R^2 = 67,82\%
 \end{array}$$

Metrôpoles do Nordeste:

$$\begin{array}{rccccccc}
 \text{RM} = & -80,742 & + & 80,093 \text{ SX} & + & 24,177 \text{ ME} & + & 3,957 \text{ MI} \\
 & & & (18,562) & & (9,831) & & (2,871) \\
 & & & & & & & R^2 = 69,55\%
 \end{array}$$

Cidades Grandes do Nordeste:

$$\begin{array}{rccccccc}
 \text{RM} = & -56,486 & + & 38,692 \text{ SX} & + & 12,296 \text{ ME} & + & 4,568 \text{ MI} \\
 & & & (16,647) & & (4,879) & & (1,407) \\
 & & & & & & & R^2 = 59,50\%
 \end{array}$$

Observa-se no comércio estabelecido nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro que a média de anos de estudo não revelou nenhuma significância na explicação das variações da renda média.

Conforme veremos mais adiante, a correlação entre renda média e escolaridade nesses estados é negativa. Mesmo no Nordeste, onde o coeficiente da variável anos de estudo é significativa, a correlação entre renda média e escolaridade é positiva mas muito pouco expressiva. Conclui-se, portanto, que no comércio estabelecido a educação formal não garante melhores níveis de salários.

Nesse grupo de ocupações também é baixa a média de idade dos trabalhadores e aí também encontramos alta percentagem de mulheres, conforme já vimos.

MÉDIA DAS VARIÁVEIS	SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO		N O R D E S T E	
	METRÓPOLES	CIDADES GDES	METRÓPOLES	CIDADES GDES
RM	254,91	216,78	174,87	150,43
MI	27,18	26,41	28,20	28,63
ME	4,22	4,61	3,92	3,95
NMIG	832,41	152,48	386,58	137,19

A disparidade dos níveis de renda no comércio estabelecido entre o Centro Sul e o Nordeste é muito mais pronunciado que nas ocupações anteriormente analisadas, inclusive na média das ocupações selecionadas.

A presença de migrantes também parece ser mais importante nessas atividades.

Os homens também são mais velhos em média que as mulheres no comércio estabelecido, verificando-se correlação positiva entre sexo e média de idades:

Coefficiente de Correlação Simples (R):

ENTRE AS VARIÁVEIS	SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO		N O R D E S T E	
	METRÓPOLES	CIDADES GDES	METRÓPOLES	CIDADES GDES
RM e SX	0,6137	0,7245	0,6292	0,5513
RM e MI	0,6664	0,5634	0,0405	0,4838
RM e ME	-0,2586	-0,4755	0,1458	-0,1093
RM e NMIG	0,2886	0,4214	0,5297	0,2196
SX e MI	0,5511	0,7464	0,2932	0,5392
SX e ME	-0,4733	-0,7276	-0,4706	-0,6042

No caso do comércio estabelecido a variável sexo é a que apresenta maior correlação com a renda no conjunto das equações estimadas.

Mesmo a correlação entre a renda e a média de idade pode ser espúria em certa medida, uma vez que a alta correlação entre sexo e a idade pode ser responsável pela identificação de maiores níveis de renda com idades mais avançadas, quando o que ocorre é que os homens, que recebem renda média mais elevada, são também os elementos mais velhos na força de trabalho.

Esta hipótese é comprovada pela análise da variância, que mostra em todos os casos o sexo como sendo de longe a variável que melhor explica as variações da renda média:

Composição do poder explicativo da regressão:

DEVIDO À VARIÁVEL	SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO		N O R D E S T E	
	METRÓPOLES	CIDADES GDES	METRÓPOLES	CIDADES GDES
SX	37,66%	52,49%	39,59%	30,39%
MI	15,48%	2,55%	2,72%	15,55%
ME	não significativa	n/significante	13,16%	11,69%
NMIG	4,02%	12,78%	14,08%	1,86%

Assim, esvaziada a média de idade do efeito indireto que sofre da variável sexo, seu poder explicativo sobre as variações da renda média aparece em sua devida dimensão. E o sexo aparece como a variável de maior poder explicativo do modelo. É claro que parte dessa influência deve-se a características específicas das funções que assume cada sexo no comércio estabelecido. Mas o que queremos fazer ressaltar é que a limitação da mulher a essas tarefas mais desvalorizadas não se deve a características pessoais suas, de menor escolaridade (ao contrário, a correlação entre sexo e escolaridade é negativa, indicando maior número médio de anos de estudos das mulheres no comércio), de idade (pois sua influência está medida à parte) ou pelo maior número de migrantes entre as mulheres trabalhadoras que entre os homens.

O caso do comércio estabelecido não é único entre as funções desvalorizadas do mercado de trabalho. O estudo das características da Atividade 331, de porteiros, vigias, serventes e ascensoristas revela características semelhantes. Esta é, pode-se dizer, das funções mais desqualificadas do mercado de trabalho, e incorpore tanto homens como mulheres em quantidade expressiva.

As equações de regressão estimadas foram:

AT 331:

Metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro:

$$RM = 20,254 + 77,553 SX + 22,874 ME + 2,802 MI - 0,002 NMI$$

$$(12,415) \quad (9,033) \quad (1,285) \quad (0,0019)$$

$$SX: \text{beta na origem: } 0,672$$

$$R^2 = 64,85\%$$

Cidades Grandes de São Paulo e Rio de Janeiro:

$$RM = -235,951 + 43,142 SX + 79,531 ME + 4,203 MI$$

$$(11,644) \quad (7,646) \quad (1,331)$$

$$\text{beta na origem para SX: } 0,311$$

$$R^2 = 88,13\%$$

Metrópoles do Nordeste:

$$RM = 55,449 + 44,152 SX + 13,960 ME$$

$$(8,682) \qquad \qquad \qquad (8,670)$$

beta na origem para SX \div 0,839 $R^2 = 71,10\%$ Cidades Grandes do Nordeste:

$$RM = 35,232 + 42,809 SX + 1,715 MI$$

$$(13,466) \qquad \qquad \qquad (1,288)$$

beta na origem para SX : 0,622

 $R^2 = 49,71\%$

As altas expressões do coeficiente da variável sexo em quase todos os casos são um indicador de que neste conjunto de ocupações é grande a disparidade de renda média entre os sexos, certamente maior no Nordeste que no Centro-Sul do país.

Apesar da renda média dessas atividades ser a menor, entre todas as ocupações estudadas nestas regressões, o diferencial entre os estados de São Paulo e Rio e Nordeste é ainda mais pronunciado que no caso do comércio estabelecido:

MÉDIAS DAS VARIÁVEIS	SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO		N O R D E S T E	
	METRÓPOLES	CIDADES GDES	METRÓPOLES	CIDADES GDE
RM	234,82	209,65	151,27	123,23
MI	34,05	33,07	31,69	30,95
ME	3,23	3,39	2,94	2,85
NMIG	894,88	105,42	307,94	71,08

A média da idade dos trabalhadores nessa ocupação é bastante mais elevada que a das demais. O número de migrantes é novamente importante nas metrópoles, mais no Centro-Sul que no Nordeste.

Na Grande São Paulo e no Grande Rio os homens são mais velhos que as mulheres nesse grupo de ocupações. Nas demais cidades a correlação entre o sexo e a idade é inexpressiva, sendo inclusive negativa nas cidades grandes do Nordeste. Aparentemente esse tipo de funções constitui fim de carreira para os trabalhadores das regiões industrializadas. Já para as mulheres, sendo mais escassas as oportunidades de trabalho, constitui uma alternativa para maior faixa etária. Nas demais regiões e cidades de menor porte as alternativas de trabalho são difíceis também para os homens.

Coefficiente de Correlação Simples (R):

ENTRE AS VARIÁVEIS	SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO		N O R D E S T E	
	METRÓPOLES	CIDADES GDES	METRÓPOLES	CIDADES GDES
RM e SX	0,7551	0,4272	0,8017	0,6287
RM e ME	0,0751	0,7626	-0,0122	0 03930
RM e NMIG	0,0359	0,1703	0,3578	0,4545
RM e MI	0,5134	-0,0736	0,0968	0,1026
SX e ME	-0,1089	+0,0059	-0,2850	0,1036
SX e MI	0,5289	0,1365	0,0129	-0,2713

De fato, não por serem mais velhos os homens são melhor remunerados que as mulheres nas metrópoles do Centro-Sul. A análise da variância mostra que a variável sexo é que explica os desníveis de renda, e a média das idades, retirado o efeito que sobre ela tem a variável sexo, adiciona muito pouco à explicação da variação da renda média. Só no caso das cidades grandes do Rio de Janeiro e São Paulo a variável escolaridade tem peso expressivo na determinação dos salários (possivelmente por influência de um problema de amostragem não controlado, que pode ter incluído um indivíduo com maior renda média e maior escolaridade, o que determinou a maior explicação por parte dessa variável). Nos demais casos, o sexo aparece como o determinante da renda média com maior poder explicativo sobre suas variações:

Poder Explicativo da regressão:

DEVIDO À VARIÁVEL	SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO		N O R D E S T E	
	METRÓPOLES	CIDADES GDES	METRÓPOLES	CIDADES GDES
SX	57,01%	18,25%	64,27%	39,53%
ME	4,90%	67,59%	5,76%	0,47%
MI	1,32%	2,10%	0,63%	4,43%

Mesmo no caso das cidades grandes de São Paulo e Rio de Janeiro, o poder explicativo residual da variável sexo, descontando o efeito da escolaridade, é elevado.

APÊNDICE

Dada a impossibilidade de se trabalhar com a classificação de ocupações do FIBGE, por demasiado extensa, foi procedido a um agrupamento destas para a realização da Pesquisa sobre o Mercado de Trabalho para o INPES/IPEA e que foi por nós utilizada na análise das informações ao Censo de 1970.

A nova classificação corresponde aos seguintes grupos de ocupações:

NOVO CÓDIGO	NOME DA NOVA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES QUE CONTEM	CÓDIGO IBGE
100	<u>TÉCNICOS , ADMINISTRATIVOS E PROFISSIONAIS</u>	
	- Membros do Poder Legislativo	021
	- Ministros de Estado, Governadores, Prefeitos e Administradores de empresas estatais, paraestatais e de economia mista.	021
	- Membros do Corpo Diplomático.	021
	- Administradores e Diretores de empresas agropecuárias, florestais, extrativas vegetais e pesqueiras.	023
	- Administradores e Diretores de empresas de extração mineral.	024
	- Administradores e Diretores de empresas da indústria de transformação.	024
	- Administradores e Diretores de empresas de construção.	024
	- Administradores e Diretores de empresas de comércio de valores e Cias de Seguros	022
	- Administradores e Diretores de empresas de comércio.	024

APENDICE

Dada a impossibilidade de se trabalhar com a classificação de ocupações do FIBGE, por demasiado extensa, foi procedido a um agrupamento destas para a realização da Pesquisa sobre o Mercado de Trabalho para o INPES/IPEA e que foi por nós utilizada na análise das informações ao Censo de 1970.

A nova classificação corresponde aos seguintes grupos de ocupações:

NOVO CÓDIGO	NOME DA NOVA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES QUE CONTEM	CÓDIGO IBGE
100	<u>TÉCNICOS , ADMINISTRATIVOS E PROFISSIONAIS</u>	
	- Membros do Poder Legislativo	021
	- Ministros de Estado, Governadores, Prefeitos e Administradores de empresas estatais, paraestatais e de economia mista.	021
	- Membros do Corpo Diplomático.	021
	- Administradores e Diretores de empresas agropecuárias, florestais, extrativas vegetais e pesqueiras.	023
	- Administradores e Diretores de empresas de extração mineral.	024
	- Administradores e Diretores de empresas da indústria de transformação.	024
	- Administradores e Diretores de empresas de construção.	024
	- Administradores e Diretores de empresas de comércio de valores e Cias de Seguros	022
	- Administradores e Diretores de empresas de comércio.	024

NOVO CÓDIGO	NOME DA NOVA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES QUE CONTEM.	CÓDIGO DO IBGE.
	<ul style="list-style-type: none"> - Advogados e defensores públicos - Tabeliães e oficiais de registro - Assistentes sociais - Agentes sociais - Escritores e jornalistas - Escultores e pintores - Músicos e compositores - Decoradores e cenógrafos - Cinegrafistas - Fotógrafos - Operadores de rádio e televisão - Aviadores civis - Oficiais da marinha mercante 	<ul style="list-style-type: none"> 163 164 172 173 181 191 192 195 196 197 198 711 721
201	<p><u>OCUPAÇÕES NÃO MANUAIS ESPECIALIZADAS</u></p> <p><u>OCUPAÇÕES DE ESCRITÓRIO</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Tesoureiros e caixas - Ocupações auxiliares de estatística, matemática e análise de sistema, economia, ciências contábeis e administração, técnicos de contabilidade. - Almojarifes e armazenistas - Datilógrafos - Taquígrafos - Operadores de apuração mecânica - Auxiliares de escritório e de administr. geral - Contadores - Escrivães de escritório 	<ul style="list-style-type: none"> 033 036 037 038 039 044 045 144 165
202	<p><u>VIAJANTES E SIMILARES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Parteiros diplomados 	<ul style="list-style-type: none"> 132

NOVO CÓDIGO	NOME DA NOVA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES QUE CONTEM.	CÓDIGO DO IBGE.
	<ul style="list-style-type: none"> - Massagistas - Enfermeiros diplomados - Enfermeiros não diplomados - Protéticos - Operadores de raios "X" e ortopedistas - Farmacêuticos práticos - Laboratoristas - Pracistas e viajantes comerciais - Representantes comerciais - Propagandistas - Corretores de seguros - Corretores de imóveis - Corretores de títulos e valores - Outros agentes corretores - Compradores 	<ul style="list-style-type: none"> 133 134 135 136 137 138 139 621 621 623 631 632 633 634 635
203	<p><u>TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Agentes de estrada de ferro - Comissários de bordo - Inspetores e despachantes nos transportes - Agentes postais e telegráficos - Telegrafistas e radiotelegrafistas - Telefonistas - Vendedores de selos - Guarda-fios 	<ul style="list-style-type: none"> 741 712 761 771 773 774 776 777
204	<p><u>OUTRAS OCUPAÇÕES NÃO MANUAIS ESPECIALIZADAS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Redatores - Intérpretes e tradutores - Bailarinos e coreógrafos - Locutores e comentaristas de rádio e televisão 	<ul style="list-style-type: none"> 040 041 193 194

NOVO CÓDIGO	NOME DA NOVA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES QUE CONTEM.	CÓDIGO DO IBGE.
	<ul style="list-style-type: none"> - Atletas profissionais - Atletas - Juizes de esportes - Técnicos de esportes - Capatazes - Apontadores - Inspetores - Fiscais - Operadores cinematográficos 	<ul style="list-style-type: none"> 831 832 833 834 913 914 915 918 919
	<p>OCUPAÇÕES NÃO MANUAIS NÃO ESPECIALIZADAS E OCUPAÇÕES MANUAIS.</p> <hr/> <p>301 <u>TRABALHADORES DA INDÚSTRIA METAL-MECÂNICA</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Moldadores e macheiros - Fundidores de metais em moldes - Trefilados e estiradores de metais e operadores - Afiadores e amoladores - Estampadores mecânicos - Frezadores e furadores - Torneiros mecânicos - Mecânicos de veículos e motor - Mecânicos sem especialização - Galvanizadores, recobridores e decapadores de metais. - Soldadores - Chapeadores e caldeireiros - Ferreiros, serralheiros e forjadores - Lanterneiros de veículos - Rebitadores de metais - Funileiros de metais - Furadores 	<ul style="list-style-type: none"> 411 412 413 414 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433

NOVO CÓDIGO	NOME DA NOVA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES QUE CONTÉM.	CÓDIGO DO IBGE.
	- Operários de reparo e construção naval	582
302	<u>TRABALHADORES DA INDÚSTRIA TÊXTIL EXCETO RENDEIRAS E REDEIROS.</u>	
	-Preparadores de fibras (cardadores e penteadores)	441
	- Fiandeiros	442
	- Bobinadores	443
	- Urdidores remetedores	445
	- Cordoeiros	446
	- Tecelões	447
	- Tapeceiros	448
	- Branqueadores, tintureiros e trabalhadores de acabamento de produtos têxteis.	450
	- Estampadores têxteis	451
	- Acabadores de pano	452
303	<u>RENDEIROS E REDEIROS</u>	
	- Rendeiros	444
	- Redeiros	449
304	<u>BORDADEIRAS, CERZIDEIRAS, ALFAIATES E COSTUREIROS</u>	
	- Bordadeiras e cerzideiras	472
	-Alfaiates e costureiros	471
305	<u>CHAPELEIROS</u>	
	-Chapeleiros de palha	473
	-Chapeleiros exclusi ve de palha	474
306	<u>TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE MADEIRA E DE MÓVEIS</u>	
	- Marceneiros	481

NOVO CÓDIGO.	NOME DA NOVA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES QUE CONTEM.	CÓDIGO DO IBGE.
	<ul style="list-style-type: none"> - Carpinteiros - Tanoeiros - Serradores - Estofadores e capoteiros - Colchoeiros - Lustradores 	<ul style="list-style-type: none"> 482 483 484 485 486 487
307	<p><u>TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO.</u></p> <ul style="list-style-type: none"> -Linguiceiros e salsicheiros - Charqueadores - Magarefes - Trabalhadores do tratamento de leite e alaboração de laticínios. - Padeiros - Confeifeiros - Macarroneiros e pasteleiros - Farinheiros e moleiros - Trabalhadores da fabricação e refinação do açúcar - Cervejeiros e trabalhadores da fabricação de vinhos e outras bebidas. - Trabalhadores da preparação de café, chá e cacau - Trabalhadores da industrialização do pescado - Charuteiros e cigarreiros 	<ul style="list-style-type: none"> 531 532 533 534 535 537 536 538 539 540 541 542 579
308	<p><u>TRABALHADORES DA INDÚSTRIA GRÁFICA</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Compositores tipográficos - Linotipistas - Clicheristas e gravadores - Impressores tipográficos 	<ul style="list-style-type: none"> 551 552 553 554

NOVO CÓDIGO	NOME DA NOVA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES QUE CONTEM.	CÓDIGO DO IBGE.
	<ul style="list-style-type: none"> - Revisores da indústria gráfica - Encadernadores e cartonadores - Outras ocupações da indústria gráfica 	<p style="text-align: right;">555</p> <p style="text-align: right;">556</p> <p style="text-align: right;">557</p>
309	<u>TRABALHADORES DA INDÚSTRIA CERÂMICA E DE VIDRO</u> <ul style="list-style-type: none"> - Vidreiros e ampoleiros - Ceramistas e louceiros - Pintores e decoradores de vidro e cerâmica - Oleiros - Marmoristas 	<p style="text-align: right;">561</p> <p style="text-align: right;">562</p> <p style="text-align: right;">563</p> <p style="text-align: right;">564</p> <p style="text-align: right;">578</p>
310	<u>CESTEIROS E VASSOUREIROS</u> <ul style="list-style-type: none"> - Cesteiros e esteiros - Vassoureiros 	<p style="text-align: right;">576</p> <p style="text-align: right;">577</p>
311	<u>OUTRAS OCUPAÇÕES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO</u> <ul style="list-style-type: none"> - Polidores e esmerilhadores - Pintores a pistola - - Foguistas (exclusive de embarcações e trens) - Embaladores e expedidores - Outras ocupações da indústria de transformação 	<p style="text-align: right;">580</p> <p style="text-align: right;">581</p> <p style="text-align: right;">583</p> <p style="text-align: right;">584</p> <p style="text-align: right;">585</p> <p style="text-align: right;">586</p>
312	<u>APRENDIZES</u> <ul style="list-style-type: none"> - Aprendizes 	<p style="text-align: right;">912</p>
313	<u>LUBRIFICADORES</u> <ul style="list-style-type: none"> - Lubrificadores 	<p style="text-align: right;">917</p>

NOVO CÓDIGO	NOME DA NOVA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES QUE CONTEM.	CÓDIGO DO IBGE.
314	<u>OPERADORES DE MÁQUINAS EXCETO DA CONSTRUÇÃO CIVIL</u> - Operadores de máquinas exceto da construção civil	920
315	<u>TRABALHADORES TÉCNICOS E SEMI-TÉCNICOS DA PRODUÇÃO E AFINS.</u> - Mestres e contramestres (exclusive de obras) 571 - Ourives 572 - Esquadreiros 573 - Trabalhadores da fabricação e vulcanização de pneus. 574 - Fogueteiros 575	
316	<u>TRABALHADORES DO COMÉRCIO ESTABELECIDO</u> - Açougueiros 611 - Balconistas e vendedores 613	
317	<u>TRABALHADORES DOS TRANSPORTES MARÍTIMO, FLUVIAL E LACUSTRE.</u> - Mestres de embarcação 722 - Maquinistas de embarcação 723 - Foguistas de embarcação 724 - Marinheiros civis 725 - Taifeiros nos transportes marítimos 726 - Barqueiros e canoeiros 727	
318	<u>TRABALHADORES DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS</u> - Guindasteiros 731 - Estivadores 732	
319	<u>TRABALHADORES DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO</u> - Condutores e chefes de trem 742 - Maquinistas de trem 743 - Foguistas de trem 744	

NOVO CÓDIGO	NOME DA NOVA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES QUE CONTÉM.	CÓDIGO DO IBGE.
	- Manobreiros e sinaleiros	746
320	<u>TRABALHADORES DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO E URBANO MOTORIZADO.</u> - Motoristas - Trocadores	751 752
321	<u>TRABALHADORES DOS SERVIÇOS DE HIGIENE PESSOAL</u> - Barbeiros e cabelereiros - Manicures e pedicuros	821 822
322	<u>MESTRES DE OBRAS</u> - Mestres de obras	511
323	<u>PEDREIROS E ESTUCADORES</u> - Pedreiros - Estucadores	513 516
324	<u>SERVENTES DE PEDREIROS</u> - Serventes de pedreiros	514
325	<u>TRABALHADORES DA CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS.</u> - Trabalhadores da conservação de rodovias - Trabalhadores de conservação de ferrovias	762 763
326	<u>OPERADORES DE MÁQUINAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL</u> - Operadores de máquinas da construção civil	522

NOVO CÓDIGO	NOME DA NOVA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES QUE CONTÉM.	CÓDIGO DO IBGE.
327	<u>OUTRAS OCUPAÇÕES DA CONSTRUÇÃO CIVIL</u> - Armadores de concreto - Pintores e caiadores - Ladrilheiros e taqueiros - Encanadores - Vidraceiros - Calceteiros e asfaltadores - Calafates	512 515 517 518 519 520 521
328	<u>COZINHEIROS E GARÇONS</u> - Cozinheiros - Garçons	811 812
329	<u>ENGRAXATES</u> - Engraxates	824
330	<u>LIXEIROS</u> - Lixeiros	916
331	<u>PORTEIROS, VIGIAS, SERVENTES E ASCENSORISTAS</u> - Porteiros, vigias e serventes, guardas vigias de organizações particulares. - Ascensoristas	911 921
332	<u>TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO COURO</u> - Correeiros e seleiros - Curtidores	461 462
333	<u>TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS E CINTOS</u> - Sapateiros, montadores e acabadores de sapatos - Bolseiros e cinteiros	475 476

NOVO CÓDIGO	NOME DA NOVA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES QUE CONTEM.	CÓDIGO DO IBGE.
334	<u>VENDEDORES AMBULANTES</u> - Vendedores ambulantes - Vendedores de jornais e revistas	612 614
335	<u>LAVADEIRAS E ENGOMADEIRAS</u> - Lavadeiras e passadeiras	823
336	<u>ELETRICISTAS E RADIOTÉCNICOS</u> - Eletricistas - Reparadores de receptores de rádio e televisão	491 492
337	<u>TRABALHADORES DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO E URBANO NÃO MOTORIZADO.</u> - Carroceiros e tropeiros	753
338	<u>TRABALHADORES BRAÇAIS SEM ESPECIFICAÇÃO</u> - Trabalhadores braçais sem especificação	922
329	<u>EMPREGADOS DOMÉSTICOS</u> - Empregados domésticos	813
340	<u>OUTRAS OCUPAÇÕES MAL DEFINIDAS</u> - Outras ocupações ou ocupações mal definidas	923
341	<u>TRABALHADORES SEM DECLARAÇÃO DE OCUPAÇÃO</u> Sem declaração de ocupação	925

A análise dos dados do Censo Demográfico de 1970 foi feita para um conjunto de 116 municípios de mais de 50.000 habitantes. Os municípios foram agrupados por tamanho e por região econômica, - constituindo os seguintes grupos:

01. TOTAL DAS METRÓPOLES, INCLUINDO:			
CÓDIGO	MUNICÍPIOS	CÓDIGO	MUNICÍPIOS
63.800	Grande São Paulo	52.100	Grande Rio Janeiro
42.601	Belo Horizonte	23.100	Grande Recife
32.007	Salvador	85.110	Grande P. Alegre
14.403	Fortaleza	05.402	Bélem
70.109	Curitiba	94.101	Brasília
02. METRÓPOLES DO CENTRO-SUL, INCLUINDO:			
-	Grande São Paulo	-	Gde. Rio Janeiro
-	Grande Porto Alegre	-	Curitiba
03. METRÓPOLES DO NORTE-NORDESTE, INCLUINDO:			
-	Grande Recife	-	Salvador
-	Fortaleza	-	Bélem
04. CIDADES GRANDES DO RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO, INCLUINDO:			
52.109	Nova Iguaçu	61.308	Ribeirão Preto
52.101	Duque de Caxias	63.833	São Bernardo Campo
52.111	São Gonçalo	51.802	Petrópolis
63.832	Santo André	63.212	Sorocaba
62.404	Campinas	63.305	Jundiaí
64.209	Santos	63.005	Piracicaba
52.108	Niterói	63.834	São Caetano do Sul

CÓDIGO	MUNICÍPIOS	CÓDIGO	MUNICÍPIOS
51.301	Campos	68.519	São José dos Campos
52.112	São João do Meriti	63.823	Mogi das Cruzes
63.824	Osasco	61.705	Bauru
63.815	Guarulhos		
05. CIDADES MÉDIAS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, INCLUINDO:			
52.107	Nilópolis	60.602	Franca
51.706	Volta Redonda	62.411	Limeira
61.014	São José do Rio Preto	51.801	Nova Friburgo
64.210	São Vicente	61.816	São Carlos
63.520	Taubaté	63.808	Diadema
60.702	Araçatuba	62.307	Rio Claro
62.618	Presidente Prudente	51.803	Teresópolis
63.822	Mauá	63.506	Guaratinguetã
51.702	Barra Mansa	62.401	Americana
61.802	Araraquara	60.401	Barretos
62.109	Marília	63.806	Carapicuíba
06. TOTAL DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, INCLUINDO:			
63.835	São Paulo	53.100	Rio de Janeiro
Cidades Grandes e Cidades Médias de São Paulo e Rio de Janeiro.			
07. CIDADES GRANDES DO SUL, INCLUINDO :			
71.417	Londrina	85.105	Canoas
86.005	Pelotas	85.404	Caxias do Sul
85.905	Santa Maria	80.602	Florianópolis
08. CIDADES MÉDIAS DO SUL, INCLUINDO:			
81.203	Lages	86.402	Bagé
70.603	Ponta Grossa	85.110	Novo Hamburgo
80.107	Joinville	80.903	Criciúma

CÓDIGO	MUNICÍPIOS	CÓDIGO	MUNICÍPIOS
71.510	Maringã	86.412	Uruguaina
86.102	Rio Grande	80.916	Tubarão
80.303	Blumenau	85.113	São Leopoldo
85.803	Cachoeira do Sul	80.204	Itajáí
87.105	Passo Fundo	70.206	Paranaguã
09. TOTAL DOS ESTADOS DO SUL			
85.112	Porto Alegre	70.109	Curitiba
Cidades Grandes e Cidades Médias do Sul			
10. CIDADES GRANDES DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO, INCLUINDO:			
44.411	Juiz de Fora	50.505	Vitória
41.905	Governador Valadares	41.207	Teófilo Otoni
11. CIDADES MÉDIAS DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO			
41.412	Uberlândia	43.002	Divinópolis
42.205	Uberaba	43.902	Barbacena
40.615	Montes Claros	42.517	Sete Lagoas
50.705	Cachoeira do Itapemirim	44.108	Poços de Caldas
12. TOTAL DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO:			
42.601	Belo Horizonte		
Cidades Grandes e Cidades Médias de Minas Gerais e Espírito Santo			
13. CIDADES GRANDES DO NORDESTE, INCLUINDO:			
10.304	São Luiz	23.104	Olinda
17.610	Natal	20.902	Campina Grande
24.802	Maceió	31.307	Feira de Santana
20.510	João Pessoa	26.701	Aracaju
12.307	Teresina	22.807	Caruaru
23.102	Jaboatão		

CÓDIGO	MUNICÍPIOS	CÓDIGO	MUNICÍPIOS
14. CIDADES MÉDIAS DO NORDESTE, INCLUINDO:			
31.512	Vitória da Conquista	16.304	Juazeiro do Norte
32.416	Itabuna	12.108	Parnaíba
32.414	Ilhéus	31.802	Alagoinhas
14.813	Sobral	22.914	Garanhuns
31.410	Jequiê	23.105	Paulista
17.107	Mossorô		
15. TOTAL DOS ESTADOS DO NORDESTE:			
23.106	Recife	32.007	Salvador
134.403	Fortaleza		
Cidades Grandes e Cidades Médias do Nordeste			
16. CIDADES GRANDES DO NORTE E CENTRO-OESTE, INCLUINDO:			
93.020	Goiânia	91.102	Campo Grande
02.707	Manaus	04.107	Santarém
17. CIDADES MÉDIAS DO NORTE E CENTRO-OESTE, INCLUINDO:			
93.002	Anápolis	06.101	Macapá
90.403	Cuiabá		
18. TOTAL DOS ESTADOS DO NORTE E DO CENTRO-OESTE:			
05.402	Bélem	94.101	Brasília
Cidades Grandes e Médias dos Norte e Centro-oeste.			
19. TOTAL BRASIL URBANO , INCLUINDO TODA A AMOSTRA:			
-Total dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro			
-Total dos Estados do Sul			
-Total dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo			
-Total dos Estados do Nordeste			
-Total dos Estados do Norte e do Centro-Oeste.			

No estudo das informações do PNAD 1978, os dados referentes às ocupações foram reagrupados de maneira semelhante ao agrupamento feito para 1970, mas com algumas modificações. Estas deveram-se à diferença de definição das ocupações entre o Censo de 1970 e o PNAD 1978 e também à tentativa de conformação de grupos de ocupações mais homogêneas. Este reagrupamento das ocupações do PNAD foi realizado por tabulação especial do DEPE, UNICAMP, para a pesquisa do BNH. Os grupos ficaram assim constituídos:

NOVO CÓDIGO	NOME DAS NOVAS OCUPAÇÕES E RELAÇÕES DAS QUE A COMPÕEM
01	<p data-bbox="351 867 1367 976">OCUPAÇÕES TÉCNICAS E CIENTÍFICAS DE NÍVEL SUPERIOR, PROPRIETÁRIOS E ALTA ADMINISTRAÇÃO, INCLUINDO:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="351 1041 612 1076">- Engenheiros <li data-bbox="351 1106 850 1141">- Arquitetos e urbanistas <li data-bbox="351 1171 535 1206">- Médicos <li data-bbox="351 1236 572 1270">- Dentistas <li data-bbox="351 1300 634 1335">- Veterinários <li data-bbox="351 1365 659 1400">- Farmacêuticos <li data-bbox="351 1430 788 1465">- Parteiros Diplomados <li data-bbox="351 1470 834 1505">- Enfermeiros Diplomados <li data-bbox="351 1535 612 1569">- Massagistas <li data-bbox="351 1574 1074 1609">- Procuradores e promotores públicos <li data-bbox="351 1639 1013 1674">- Advogados e defensores públicos <li data-bbox="351 1704 997 1739">- Professores de ensino superior <li data-bbox="351 1769 1034 1804">- Professores de ensino de 2º grau <li data-bbox="351 1834 557 1869">- Químicos <li data-bbox="351 1898 535 1933">- Físicos <li data-bbox="351 1963 1367 2063">- Outros especialistas em ciências físico-químicas, não especificadas. <li data-bbox="351 2093 557 2128">- Geólogos <li data-bbox="351 2158 582 2192">- Agrônomos <li data-bbox="351 2222 634 2257">- Estatísticos <li data-bbox="351 2287 797 2322">Matemáticos e atuários

NOVO CÓDIGO	NOME DAS NOVAS OCUPAÇÕES E RELAÇÃO DAS QUE A COMPÕEM.
	<ul style="list-style-type: none"> - Analistas de Sistemas - Economistas - Contadores - Técnicos de Administração - Assistentes Sociais - Sociólogos - Bibliotecários e Museólogos - Agricultores e pecuaristas - Avicultores e criadores de pequenos animais - Industriais - Comerciantes - Hoteleiros e donos de pensão - Empresários nos transportes - Outros empresários - Membro do Poder Legislativo - Ministros de Estado, governadores, prefeitos e administradores de empresas estatais, paraestatais e de economia mista - Membros do Corpo Diplomático - Diretores e Chefes do Serviço Público - Administradores e Diretores de empresas agropecuárias, florestais, extrativas vegetais e pesqueiras - Administradores e diretores de empresas de extração mineral - Administradores e diretores de empresas de indústria de transformação - Administradores e diretores de empresas de construção - Administradores e diretores de empresas de comércio de valores e de companhias de seguros - Administradores e diretores de empresa de comércio - Administradores e diretores de empresas de transportes e comunicações

NOVO CÓDIGO	NOME DAS NOVAS OCUPAÇÕES E RELAÇÃO DAS QUE A COMPÕEM.
	<ul style="list-style-type: none"> - Guardas sanitários - Inspetores fiscais - Agrimensores e topógrafos - Desenhistas e cartógrafos - Outras ocupações auxiliares da engenharia - Outros especialistas em medicina não especificados - Enfermeiros não diplomados - Ortopedistas - Optometristas - Massagistas - Protéticos - Operadores de Raios X - Farmacêuticos práticos - Laboratoristas - Visitadores sanitários - Farmacologistas - Biologistas - Outras ocupações auxiliares da agronomia, biologia e farmacologia - Outras ocupações científicas não discriminadas - Professores de ensino de 1º grau - Professores de ensino não especificados
03	<p><u>OUTRAS FUNÇÕES TÉCNICAS, ARTÍSTICAS, DE CORRETAGEM ETC.</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Escritores e jornalistas - Publicitários - Escultores e pintores - Decoradores e cenógrafos - Fotógrafos - Músicos e compositores

NOVO CÓDIGO	NOME DAS NOVAS OCUPAÇÕES E RELAÇÃO DAS QUE A COMPÕEM.
	<ul style="list-style-type: none"> - Administradores e diretores de serviços de hospedagem - Outros administradores e diretores de empresas privadas - Chefes de seção e encarregados da administração de empresas privadas - Chefes de seção encarregados da contabilidade e finanças de empresas privadas - Chefes de seção e encarregados dos serviços de compra e venda de empresas privadas - Chefe de seção e encarregados dos serviços de produção e manutenção de empresas privadas - Outros chefes de seção e encarregados de serviços de empresas privadas
02	<p data-bbox="302 1108 1383 1221">FUNÇÕES BUROCRÁTICAS E DE ESCRITÓRIO AUXILIARES-TÉCNICOS E PROFESSORES DO 1º GRAU E ENSINO NÃO ESPECIFICADO.</p> <hr/> <ul style="list-style-type: none"> - Tabeliães e oficiais de registro - Escrivães de cartório - Oficiais de justiça - Outras ocupações da justiça - Ocupações auxiliares da estatística, matemática, análise de sistemas, economia, ciências contábeis e administração - Agentes fiscais de tributos e controladores de arrecadação no Serviço Público - Inspetores de trabalho e fiscais de previdência - Assistentes administrativos - Tesoureiros e caixas - Almojarifes e armazenistas - Datilógrafos e taquígrafos - Auxiliares de escritório e de administração em geral

NOVO CÓDIGO	NOME DAS NOVAS OCUPAÇÕES E RELAÇÃO DAS QUE A COMPÕEM.
	<ul style="list-style-type: none"> - Atores e cantores - Bailarinos e coreógrafos - Locutores e comentaristas de rádio e televisão - Produtores e diretores de espetáculos - Operadores técnicos de cinema, rádio e televisão - Religiosos - Corretores de seguros - Corretores de imóveis - Corretores de títulos e valores - Outros agentes corretores - Oficiais da marinha mercante - Aviadores civis - Atletas profissionais - Técnicos e juizes de esportes
04	<p>TRABALHADORES MANUAIS NA INDÚSTRIA E REPARAÇÕES: MADEIRA E MOVÉIS</p> <hr/> <ul style="list-style-type: none"> - Marceneiros - Carpinteiros e tanoeiros - Serradores - Lustradores - Estofadores e capoteiros - Colchoeiros
05	<p>TRABALHADORES NA CONFECÇÃO DE ROUPAS, CHAPÉUS, REDES E RENDAS</p> <hr/> <ul style="list-style-type: none"> - Rendeiros - Redeiros

NOVO CÓDIGO	NOME DAS NOVAS OCUPAÇÕES E RELAÇÃO DAS QUE A COMPDEM.
	<ul style="list-style-type: none"> - Alfaiates e costureiros - Bordadeiros e cerzideiros - Chapeleiros de palha - Chapeleiro, exclusive de palha
06	<p><u>SAPATEIROS, BOLSEIROS E CINTEIROS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Sapateiros, montadores e acabadores de sapatos - Bolseiros e cinteiros
07	<p><u>TRABALHADORES MANUAIS NA FABRICAÇÃO E REPARAÇÃO DE MA- MATERIAIS ELÉTRICOS; ELETRÔNICOS E DE COMUNICAÇÕES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ajustadores de componentes elétricos e eletrônicos - Montadores de equipamentos elétricos e eletrônicos - Reparadores de receptores de rádio e televisão - Eletricistas - Instaladores de telefones e telégrafos - Instaladores de linhas elétricas e de telecomunicações
08	<p><u>TRABALHADORES MANUAIS NA INDÚSTRIA E REPARAÇÕES METAL- MECÂNICA</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Trabalhadores de fornos metalúrgicos - Operadores de trens de laminação - Operadores de fornos de segunda fusão e reaquecimento - Fundidores de metais em moldes - Moldadores e Mácheiros

NOVO CÓDIGO	NOME DAS NOVAS OCUPAÇÕES E RELAÇÃO DAS QUE A COMPÕEM.
	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhadores de tratamento térmico de metais - Trefiladores e estiladores de metais - Galvanizadores, recobridores e decapadores de metais - Ferreiros, serralheiros e forjadores - Ferramenteiros, ajustadores especializados em ferramentas matrizes, traçadores em metais e trabalhadores assemelhados - Operadores de máquinas e ferramentas - Polidores de metais e afiadores de ferramentas - Ajustadores, montadores e instaladores de maquinaria - Mecânicos de veículos de motor - Mecânicos de motores e sistemas hidráulicos de aviões - Soldadores - Chapeadores e caldeireiros - Lanterneiros de veículos - Rebitadores de metais - Funileiros de metais
09	<p>TRABALHADORES MANUAIS NA INDÚSTRIA - TEXTIL E VESTUÁRIO, ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS E FUMOS, VIDRO, CERÂMICA E OLARIAS, GRÁFICA E DIVERSAS</p> <hr/> <ul style="list-style-type: none"> - Preparadores de fibras - Fiandeiros e bobinadores - Ajustadores de teares e preparadores de cartões para tecidos - Tecelões - Tapeceiros - Branqueadores, tintureiros e trabalhadores de acabamento de produtos têxteis

NOVO CÓDIGO	NOME DAS NOVAS OCUPAÇÕES E RELAÇÃO DAS QUE A COMPÕEM.
	<ul style="list-style-type: none"> - Peleteiros e trabalhadores assemelhados - Padronizadores e cortadores - Padeiros e confeitheiros - Moleiros e trabalhadores assemelhados - Trabalhadores da fabricação e refinação do açúcar - Charqueadores e magarefes - Trabalhadores na conserva de alimentos - Trabalhadores do tratamento do leite e elaboração de laticínios - Trabalhadores da preparação do café, chá e cacau - Cervejeiros e trabalhadores da fabricação de vinhos e de outras bebidas - Trabalhadores na industrialização do pescado - Preparadores de fumo - Charuteiros e cigarreiros - Veidreiros e ampoleiros - Ceramistas e louceiros - Gravadores de vidro - Pintores e decoradores de vidro e cerâmica - Oleiros - Compositores tipográficos e linotipistas - Impressores tipográficos - Estereotipistas e eletrotipistas - Clicheristas e gravadores - Fotogravadores - Encadernadores e carronadores - Outras ocupações da indústria gráfica - Preparadores de pasta para papel - Curtidores - Correeiros e seleiros - Trabalhadores da fabricação de produtos de borracha

NOVO CÓDIGO	NOME DAS NOVAS OCUPAÇÕES E RELAÇÃO DAS QUE A COMPÕEM.
	<p>e plástico</p> <ul style="list-style-type: none"> - Borracheiros - Trabalhadores da fabricação e vulcanização de pneumáticos - Confeccionadores de produtos de papel e papelão - Cesteiros e esteireiros - Fogueteiros - Vassoureiros - Marmoristas - Foguistas (exclusive de embarcações e trens) - Embaladores e expedidores - Outras ocupações das indústrias de transformação
10	<p><u>OUTRAS FUNÇÕES ESPECIALIZADAS NA INDÚSTRIA E REPARAÇÃO</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Relojoeiros e mecânicos de instrumentos de precisão - Mestres e contramestres (exclusive mestres-de-obra) - Confeccionadores e afinadores de instrumentos musicais - Ourives - Lapidadores - Polidores e esmerilhadores - Pintores à pistola - Capatazes
11	<p><u>APRENDIZES NA INDÚSTRIA</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprendizes

NOVO CÓDIGO	NOME DAS NOVAS OCUPAÇÕES E RELAÇÃO DAS QUE A COMPÕEM.
12	<u>OPERADORES DE MÁQUINAS (EXCLUSIVAMENTE MECÂNICA E CONSTRUÇÃO CIVIL)</u>
13	<u>MESTRES DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL</u> - Mestres-de-obra
14	<u>PEDREIROS, ESTUCADORES E TRABALHADORES ESPECIALIZADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL</u> - Pedreiros - Estucadores - Armadores de concreto - Pintores e caiadores - Ladrilheiros e taqueiros - Encanadores - Vidraceiros - Calceteiros e asfaltadores - Galafates - Montadores de estrutura metálica - Operadores de máquinas de construção civil
15	<u>SERVENTES DE PEDREIRO NA CONSTRUÇÃO CIVIL</u> - Serventes de pedreiro
16	<u>AÇOUGUEIROS, VENDEDORES E OUTRAS OCUPAÇÕES DE COMÉRCIO ESTABELECIDO</u>

NOVO CÓDIGO	NOME DAS NOVAS OCUPAÇÕES E RELAÇÃO DAS QUE A COMPÕEM.
	<ul style="list-style-type: none"> - Açougueiros - Balconistas e vendedores - Pracistas e viajantes comerciais - Representantes comerciais - Propagandistas - Agentes e vendedores de passagens rodoviárias
17	<p><u>VENDEDORES AMBULANTES E VENDEDORES DE JORNAIS E REVISTAS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Vendedores de jornais e revistas
18	<p><u>MOTORISTAS E TROCADORES DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E URBANOS MOTORIZADOS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Motoristas - Trocadores
19	<p><u>TRABALHADORES NÃO MANUAIS DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Mestres de embarcação - Agentes de Estradas de ferro - Condutores e chefes de trem - Agentes postais e telegráficos - Telegrafistas e radiotelegrafistas - Telefonistas - C-missários de bordo - Recepcionistas nos transportes - Inspetores e despachantes nos transportes

NOVO CÓDIGO	NOME DAS NOVAS OCUPAÇÕES E RELAÇÃO DAS QUE A COMPÕEM.
20	<p><u>TRABALHADORES MANUAIS DOS TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E CONSERVAÇÃO DE FERROVIAS E RODOVIAS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Maquinistas de embarcação - Foguistas de embarcação - Marinheiros civis - Taifeiros nos transportes marítimos - Barqueiros e canoeiros - Guindasteiros - Estivadores - Maquinistas de trem - Foguistas de trem - Guarda-freios - Manobreiros e sinaleiros - Carroceiros e tropeiros - Postalistas - Carteiros - Guarda-freios - Trabalhadores de conservação de rodovias - Trabalhadores de conservação de ferrovias
21	<p><u>EMPREGADOS DOMÉSTICOS</u></p>
22	<p><u>SERVIÇOS DE HIGIENE PESSOAL, COZINHEIROS E GARÇONS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Barbeiros e cabelereiros - Manicures e pedicuros - Lavadeiras e passadeiras - Engraxates

NOVO CÓDIGO	NOME DAS NOVAS OCUPAÇÕES E RELAÇÃO DAS QUE A COMPÕEM.
	<ul style="list-style-type: none"> - Cozinheiros - Garçons
23	<p><u>OCUPAÇÕES DE DEFESA E SEGURANÇA PÚBLICA</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Oficiais e praças das Forças Armadas - Oficiais e praça do Corpo de Bombeiros - Delegados e comissários de polícia - Investigadores de polícia - Escrivães de polícia - Guardas civis e inspetores de tráfego - Carcereiros e guardas de presídio - Datiloscopistas - Guardas-vigias de organizações particulares
24	<p><u>PORTEIROS, VIGIAS, SERVENTES, ASCENSORISTAS E GUARDADORES DE AUTOMÓVEIS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Porteiros, vigias e serventes - Ascensoristas - Guardadores de automóveis
25	<p><u>BRAÇAIS SEM ESPECIFICAÇÃO, LIXEIROS E BISCATEIROS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Lixeiros - Trabalhadores braçais, sem especificação - Biscateiros

B I B L I O G R A F I A

- ADORNO (1981), Theodor W. Adorno, texto extraído de "Mínima Moralia" e publicado em "Dialética da Família", organizado por Máximo CANEVACCI, Editora Brasiliense, São Paulo, Capital-1981.
- ADORNO & HORKHEIMER (1981), Theodor W. Adorno e M. Horkheimer, "Sociologia da família", texto extraído de "Lezioni di Sociologia" publicado em "Dialética da Família", organizado por Máximo CANEVACCI, Editora Brasiliense, São Paulo, Capital -1981.
- AGLIETTA (1979), Michel Aglietta, "Regulación Y Crisis del Capitalismo. La Experiência de los Estados Unidos", Siglo Veintiuno Editores, México, DF.
- AGUIAR (1980), Neuma Aguiar, "A Mulher na Força de Trabalho: Um Balanço de Perspectivas". Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, RJ, 1981, mimeo.
- AZOUVI (1978), Alain Azouvi, "Le Salarariat Féminin: Points de Repère", in Critiques de L'Economie Politique, Nova Série, nº 5, de Outubro-Dezembro de 1978.
- BALTAR (1977), Paulo Eduardo de Andrade Baltar, "Diferenças de salário e Produtividade na Estrutura Industrial Brasileira (1970)", dissertação de mestrado apresentada no Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, Campinas. SP- 1977, mimeo.
- BAKER (1966), Elizabeth Faulkner Baker, "Technology and Women's Work", Columbia University Press, Nova Iorque e Londres, 2a. Edição. Nova Iorque, EUA, 1966.

- BARROSO (1977), Carmem Barroso, "A Situação da Mulher Trabalhadora no Brasil", depoimento apresentado à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Situação da Mulher, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, Capital, 1977, mimeo.
- BARBOSA DE OLIVEIRA (1978), Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, "Considerações sobre a Formação do Capitalismo", tese de Mestrado, IFCH, UNICAMP, mimeo, Campinas, SP, 1978.
- BARRETT (1980), Miclêle Barrett, "Women's Oppression Today - Problems in Marxist Feminist Analysis", Verso Editions and N L B, Londres, Inglaterra, 1980.
- BELLUZZO (1980), Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, "Valor e Capitalismo - Um Ensaio sobre a Economia Política", Editora Brasiliense S/A., São Paulo, Capital - 1980.
- BOSERUP (1970), Ester Bosserup, "Woman's Role in Economic Development", Griffin Books, Nova Iorque, EUA, 1970.
- BRAVERMANN (1977), Harry Braverman, "Trabalho e Capital Monopolista - A Degradação do Trabalho no Século XX", Zahar Editores, Rio de Janeiro, RJ, 1977.
- BRISOLLA (1977), Sandra Negraes Brisolla, "Relações Pré-Capitalistas na Agricultura Brasileira: Um Estudo da Cultura do Algodão Arbóreo no Ceará", dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP, 1977 - mimeo.
- BRUSCHINI (1979), Cristina Bruschini, "A Sexualização das Ocupações", Fundação Carlos Chagas, 1979.
- BLAY (1978), Eva Alterman Blay, "Trabalho Doméstico: A Mulher na Indústria Paulista", Editora Ática, São Paulo, Cap., 1978.

- CANO (1982), Wilson Cano, "Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil - 1930 a 1970", tese de Livre Docência, IFCH, UNICAMP, mimeo, Campinas, SP, 1982.
- CARDOSO (1980), Iredé Cardoso, "Mulher e Trabalho: discriminações e barreiras no mercado de trabalho", Cortez Editora, São Paulo, Capital - 1980.
- CARDOSO DE MELLO (1975), João Manoel Cardoso de Mello, "O Capitalismo Tardio", tese de Doutorado, IFCH, UNICAMP, mimeo, Campinas, SP, 1975.
- CHABAUD (1982), Danielle Chabaud, Dominique Fougeyrollas Schwebe e Françoise Sonthonnax, "A Propos de L'Autonomie Relative de La Production et de la Reproduction", trabalho apresentado pelo grupo ad hoc "Articulation systême productif et structures familiales: méthologie des approches comparatives hommes-femmes" no X Congresso Mundial de Sociologia realizado entre 16 e 22 de Agosto de 1982 na cidade do México, DF.
- COMBES (1982), Danièle Combes e Monique Haicault, "Production et Reproduction, Rapports Sociaux de Sexes et de Classes", comunicação apresentada pelo grupo ad hoc "Articulation systême productif et structures familiales; méthologie des approches comparatives hommes-femmes" no X Congresso Mundial de Sociologia realizado entre 16 e 22 de Agosto de 1982 na cidade do México-DF.
- DOERINGER & PIORE (1971), P. Doeringer e M. Piore, "Internal Labour Market and Manpower analysis", Lexington, Mass. D.C. Heath and Co., EUA - 1971.
- EDWARDS, REICH & GORDON (1975), R. Edwards, M. Reich e D. Gordon, "Labour Market Segmentation", Lexington, Mass., D.C. Heath and Co., EUA, 1975.

- ENGELS (1977), Frederick Engels, "The Condition of the Working Class in England", Londres, Inglaterra, 1977.
- (1979), Frederick Engels, "A Origem de Família, da Propriedade Privada e do Estado", Civilização Brasileira, São Paulo, 1979.
- GARCIA CASTRO (1980), Mary Garcia Castro, "A Questão da Mulher na Reprodução da Força de Trabalho", in Coleção Encontros com a Civilização Brasileira, nº 26, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, RJ - 1980.
- GITAHY (1981), Leda Gitahy, Helena Hirata, Elizabeth Lobo e Rosa Moysês, "Trabalho Assalariado, Sindicalização e Reivindicações das Operárias (1970 - 1980)", apresentado no 1º Congresso da ASESP, mimeo, São Paulo - Cap. 1981.
- GRAZIANO DA SILVA (1981), José Francisco Graziano da Silva, "Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura", Editora Hucitec São Paulo, Cap., 1981.
- GUILBERT (1966), Madeleine Guilbert, "Les Fonctions des Femmes dans L'Industrie", The Hague, Mouton, França, 1966.
- HAKIKI-TALAHITE (1982), Fatiha Hakiki-Talahite, "Pour une Problematique du Procès de Travail Domestique", trabalho apresentado pelo grupo ad hoc "Articulations système productif et structures familiales: methodologie des approches comparatives hommes-femmes" no X Congresso Mundial de Sociologia realizado entre 16 a 22 de Agosto de 1982 na cidade do México, DF.
- HIRATA (1982), Helena Hirata, "Vie Reproductive et Production: Famille et Entreprise au Japon", comunicação apresentada pelo grupo ad hoc "Articulation système productif et structures familiales: methodologie des approches comparatives hommes-femmes" no X Congresso Mundial de Sociologia realizado entre 16 a 22 de Agosto de 1982 na cidade do México, DF.

- HIRATA (1980), Helena Hirata, "Femme, si je pouvais ne pas être secrétaire", in Critiques de L'Economie Politique, Nova Série, nº 12, Julho-Setembro - 1980. Editions François Maspero Paris, França, 1980.
- HUMPHREY (1981), John Humphrey, "Women's Employment in the Modern Manufacturing Sector in Brazil", apresentado na conferência sobre "Crise, Nova Tecnologia e Processo de Trabalho" na UNAM, México, D.F. em Junho de 1981.
- (1982), John Humphrey, "Fazendo o "Milagre": Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira", Editora Vozes, Petrópolis, RJ - 1982.
- JUNHO PENA (1980), Maria Valéria Junho Pena, "Mulheres e Trabalhadoras- Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril", tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, FFCL, USP, mimeo, São Paulo, Cap., 1980.
- KARTCHEVSKY (1982), Andrée Kartchevsky-Bulport, "Crise Économique et Travail de Femmes: Quelques Réflexions sur Leur Eventuels Rapports Conceptuels", trabalho apresentado pelo grupo ad hoc "Articulations système productif et structures familiales: Méthodologie del approches comparatives hommes-femmes" no X Congresso Mundial de Sociologia realizado entre 16 e 22 de Agosto de 1982 na cidade do México-D.F.
- KERGOAT (1980), Danièle Kergoat, "Procès de Travail et Mobilisation Ouvrière: Procès de Travail, Sexe et Classe Sociale", apresentado na "Conferência sobre la internacionalización del Capital y el Proceso de Trabajo", UNAM, México, D.F. 1980.
- (1978), Danièle Kergoat, "Ouvriers = Ouvrières?", in Critiques de L'Economie Politique, Nova Série, nº 5, Outubro-Dezembro, 1978 Editions François Maspero, Paris, França, 1978.

- LE DOARE (1982), Helène Le Doare, "Division Sexuelle et Division Internationale du Travail - Réflexions à partir des usines d'assemblage (México -Haiti)", apresentado no X Congresso Mundial de Sociologia realizado entre 16 e 22 de Agosto de 1982 na cidade do México, D.F.
- LEWIS (1963), W.A. Lewis, "El Desarrollo Económico con Oferta Ilimitada de Trabajo", in "La Economía del Subdesarrollo", editada por A. N. Agarwala e S.P. Singh, Editora Tecnos, Madrid, Espanha, 1963
- LIPIETZ (1980), Alain Lipietz, "Le Tertiaire, Arborescense de L'Accumulation Capitaliste: Prolifération et Polarisation", in Critiques de L'Économie Politique, Nova Série, nº 12, Julho-Setembro 1980, Éditions François Maspero, Paris, França, 1980.
- MADEIRA & BRUSCHINI (1981), Felícia Reicher Madeira e Maria Cristina A. Bruschini, "A Família, Estrutura Social e as Formas de Participação na Produção Social", apresentado no 1º Congresso da ASESP, USP, mimeo, São Paulo, Cap., 1981.
- MALUF (1977), Renato Sérgio J. Maluf, "A expansão do Capitalismo no Campo: O Arroz no Maranhão", dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP, 1977, mimeo.
- MARX (1975), Carlos Marx, "El Capital", Editora Fondo de Cultura Económica, México, D.F. 1975.
- MARX, ENGELS & LENIN (1979), Karl Marx, Frederick Engels e Vladimir I. Lenin, "Sobre a Mulher", coletânea de textos por Clara Zetkin, Global Editora e Distribuidora Ltda, São Paulo, Cap., 1979.
- MARTINS RODRIGUES (1978), Arakcy Martins Rodrigues, "Operário, Operária: estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São

Paulo", Edições Símbolo, São Paulo, Cap., 1978.

MARTINE & PELIANO (1978), George Martine e José Carlos P. Peliano, "Migrantes no Mercado de Trabalho Metropolitano", IPEA/IPLAN, Série Estudos para o Planejamento nº 19, Brasília, 1978.

MATURANA (1977), Sérgio Maturana, e Otávio Franco, "A Política do Governo e a População Rural de Baixa Renda no Nordeste"; Projeto de Planejamento de Recursos Humanos, Relatório Técnico nº 36, Brasília, 1977, mimeo.

MEILLASSOUX (1975), Claude Meillassoux, "Femmes, Greniers et Capitaux", Éditions Maspero, Paris, França, 1975.

MELLO & BELLUZZO, João Manoel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, "Reflexões sobre a Crise Atual", in Desenvolvimento Capitalista no Brasil", Editora Brasiliense, 1982, São Paulo, Cap.

MELLO (1982), João Manoel Cardoso de Mello, "O Capitalismo Tardio", Editora Brasiliense, São Paulo, Cap. - 1982.

O'BRIEN (1981), Mary O'Brien, "The Politics of Reproduction", Editora Rotledge & Kegan Paulo Ltd, Londres, Inglaterra, 1981.

OLIVEIRA (1972), Francisco de Oliveira, "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", in Estudos CEBRAP nº 2, de Outubro de 1972, Editora Brasileira de Ciências Ltda., São Paulo, Cap., 1972.

PEREIRA (1979), Vera Maria Cândido Pereira, "O Coração da Fábrica: estudo de caso entre operários têxteis", Editora Campus, Rio de Janeiro, RJ - 1979.

SAFFIOTI (1978), Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, "Emprego Doméstico e Capitalismo", Editora Vozes Ltda., Petrópolis, RJ - 1978.

- SAFFIOTI (1979), Heleieth I.B. Saffioti, "A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade", Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2a. edição, 1979.
- SALAMA (1981), Piêrre Salama, "Nova Modalidade de Gerência da Força de Trabalho", in Revista Economia e Desenvolvimento, Ano I, nº 1, Maio de 1981, Cortez Editora, São Paulo, Cap.
- SALM (1980), Cláudio L. Salm, "Escola e Trabalho", Livraria Brasiliense Editora S/A., São Paulo - Cap., 1980.
- SERRA (1973), José Serra, "A Concentração da Renda: Crítica e Algumas Interpretações", in Estudos CEBRAP nº 5, Julho-Agosto de 1973, Gráfica e Editora EDIGRAF S/A, São Paulo, Cap.
- (1982), José Serra, "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra", in Desenvolvimento Capitalista no Brasil", Editora Brasiliense, São Paulo, Cap, 1982.
- SERVOLIN (1971), Claude Servolin, "Aspects économiques de l'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste", INRA Paris, França, 1971.
- SINGER & MADEIRA (1975), Paul Singer e Felícia Madeira, "Estrutura do Trabalho Feminino no Brasil, 1920-1970", Cadernos CEBRAP nº 13, São Paulo, 1975.
- SOUZA (1980), Paulo Renato Souza, "A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas", tese de Doutorado. IFCH, UNICAMP, mimeo, Campinas, SP - 1980.
- (1980), Paulo Renato de Souza, "Emprego, Salários e Pobreza", Editora HUCITEC, São Paulo, 1980.
- (1981), Paulo Renato Costa Souza, "O Qué São Empregos e Salários", Editora Brasiliense, São Paulo, Cap. 1981.

- SOUZA (1980a), Paulo Renato Costa de Souza, "Salário e Mão-de-Obra Excedente", in Estudos CEBRAP nº 25, Editora Vozes, Petrópolis, RJ - 1980.
- SPINDEL (1981), Cheywa R. Spindel, "A Mulher na Indústria do Vestuário", Fundação Carlos Chagas, São Paulo - 1981 - mimeo.
- STOLCKE (1980), Verena Stolcke, "Mulheres e Trabalho" in Estudos CEBRAP nº 26, Editora Vozes, Petrópolis, RJ - 1980.
- TAVARES & SOUZA (1981), Maria da Conceição Tavares e Paulo Renato Costa Souza, "Empregos e Salários na Indústria", in Revista de Economia Política, Vol. I, nº 1, Janeiro-Março 1981, Livraria Brasiliense Editora S/A, São Paulo, Cap. 1981.
- TAVARES (1980), Maria da Conceição Tavares, "O Movimento Geral do Capital: um contraponto à visão da auto-regulação da produção capitalista", in Estudos CEBRAP nº 25, Editora Vozes, Petrópolis, RJ -1980.
- (1978), Maria da Conceição Tavares, "Ciclo e Crise - O Movimento Recente da Industrialização Brasileira", Tese de Titular pela FEA-UFRJ, 1978 , mimeo.
- TEIXEIRA, RIBEIRO & CHINELLI (1980), Amélia Rosa Sã Barretto Teixeira, Ana Clara Torres Riberio e Filippina Chinelli, "Casa e Fábrica: A Organização Política da Classe Trabalhadora", apresentado no IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, UERJ, mimeo, Rio de Janeiro - RJ, 1980.
- THURLOW (1975), Lester C. Thoruw, "Generating Inequality - Mechanisms of Distribution in the U.S. Economy", Basic Books, Inc. Publishers, Nova Iorque, EUA, 1975.

VIEIRA DA CUNHA & BONELLI (1978), "Estrutura de Salários Industriais no Brasil: um estudo sobre a distribuição de salários médios em 1970", in revista Pesquisas e Planejamento Econômico. Vol. 8, nº 1, Abril 1978.

FONTES DE DADOS ESTATÍSTICOS

FIBGE (1979) - Indicadores Sociais - Relatório 1979 - FIBGE - Rio de Janeiro, RJ, 1979.

TABELAS AVANÇADAS do Censo Demográfico de 1980, Resultados Preliminares, FIBGE; Rio de Janeiro, RJ - 1981.

Censo Demográfico de 1940, 1950, 1960 e 1970.

PNAD 1978 - Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar, FIBGE 1978.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, São Paulo, Cap.

FIBGE, Censo Demográfico de 1970. Tabulações especiais para área urbana de 50.000 habitantes e mais, preparada para o INPE/IPED.